



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

ALFREDO BRONZATO DA COSTA CRUZ

**CONCHA SOBRE CONCHA: O
ESTUDO E A CONSERVAÇÃO DOS
SAMBAQUIS NA
CORRESPONDÊNCIA ENTRE LUIZ
DE CASTRO FARIA E PE. JOÃO
ALFREDO ROHR (1960-1971)**

Dedico este trabalho à saudosa memória de Paulo José Belisário (†2009), estimado amigo e a pessoa mais agradável e perspicaz com quem já tive a felicidade de conviver, e de Ary Rodrigues Alves (†2013), querido e único avô que conheci, homem culto e generoso, que expirou confiando em minha capacidade de realização mais do que eu mesmo sou capaz de confiar ainda agora.

AGRADECIMENTOS

A história deste trabalho inicia-se anos antes de meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UNIRIO). Poderia dizer honestamente que ele começou a se constituir em meados de 2007, logo nas minhas primeiras semanas como Bolsista de Iniciação Científica na Coordenação de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (CHC-MAST/MCT). Desde então eu fiz agudamente a experiência de minhas limitações como historiador e como ser humano, e, se pude chegar a realizar algo, devo-o à colaboração abnegada de algumas dezenas de pessoas. Não poderia mencioná-la todas aqui, não apenas em função do curto espaço, mas devido aos estreitos limites de minha memória. Por dever de honestidade e gratidão, entretanto, cabe-me mencionar algumas pessoas, eventos e instituições sem as quais este trabalho não poderia estar sendo lido neste momento.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Dilene Teresa Bronzato da Costa Cruz e José Alfredo Francisco da Cruz, por todo o sacrifício, pelo espaço e discrição, pela disposição em ouvir e tentar colaborar na solução dos problemas de diversas ordens que imperativamente tive de superar. Agradeço também a Célia Bronzato e Ary Rodrigues Alves (*in memoriam*), Jacira Cruz e Jadir Cruz, por todo o calor humano e monumental apoio, inclusive financeiro, que prontamente me ofereceram quando deles necessitei. Meu tio Jadir, mais do que um parente particularmente próximo, foi também um amigo e interlocutor privilegiado, e muito do que chego a ser hoje foi devido à sua generosidade e perspicácia de proporções verdadeiramente bíblicas.

Quero agradecer a Heloisa Domingues Bertol, com quem, com intervalo de parte dos anos de 2009 e 2010, venho trabalhando desde o começo da trajetória que me trouxe até aqui. Além de orientá-lo, ela foi a principal incentivadora deste trabalho; também me ajudou a realizá-lo de maneiras que eu nem sabia serem possíveis antes de efetivamente o empreender. Graças à sua intervenção pude permanecer na cidade do Rio de Janeiro e realizar este Mestrado em História. Muitas vezes Prof.^a Heloisa demonstrou para comigo uma confiança muito superior à fé que eu depositava em mim mesmo, uma paciência proverbial e uma capacidade infinita de discutir detalhes bizantinos de pesquisa que me angustiavam sobremaneira. Para o meu próprio bem, também empregou com severidade pedagógica o seu direito de veto para tolher meus eventuais arroubos ginzburgianos. Não há palavras nas quais caibam meus agradecimentos a ela.

Agradeço também a todos os colegas de trabalho no Museu de Astronomia, presentes e passados. Aos funcionários e bolsistas do Arquivo de História da Ciência: Mônica Valle, Aracy Lisboa (*in memoriam*), Solange Rocha, José Benito Abellás, Everaldo Pereira, Ní nive Brites, Márcia Trancoso e, de modo muito especial, Luci Meri Guimarães – por sua solicitude e capacidade de realização – e Maria Celina Mello e Silva – pela paciência, discrição e, principalmente, por acreditar, mesmo contra todos os indícios que se apresentavam. Aos funcionários da Biblioteca desta instituição: Florentina Ramos, Telma Matos, Jairo Silva, Thiago José Pinheiro e, principalmente, Eloisa Helena de Almeida - pessoa agradabilíssima e capaz de realizar mesmo o virtualmente impossível em termos de pesquisa bibliográfica. E aos pesquisadores e companheiros bolsistas da Coordenação de História da Ciência: Heloisa Meireles Gesteira, Ana Maria Ribeiro, Luiz Carlos Borges, Marta de Almeida, Moema Vergara, Pedro Marinho, Christina Barboza, Sérgio Lamarão, Alex Varela, Bruno Capilé, Fernanda Tibau, Luiza Nascimento, Magno Fonseca, Lucimeire Oliveira e Alexander Reis.

Agradeço em especial a Cintia Jalles, pesquisadora da mesma Coordenação de História da Ciência, arqueóloga sempre disposta a me emprestar um ou outro livro e, muito mais importante, a prostrar um bocadinho sobre minhas teorias, eventualmente estapafúrdias.

Gostaria de agradecer aos professores e companheiros do PPGH/UNIRIO, em especial às Prof.^{as} Márcia Chuva e Miriam Coser e ao Prof. Joaquim Justino Santos; aos camaradas Jefferson Alves, Artur Malheiro, Lucas Gesta, Heitor Oliveira, Pierre Castro, Mariana Aguiar, Elisabete Vasconcellos, Júlia Riscado, Stefanie Cavalcanti, Tanize Costa e Carolina Bezerra; e também à Milene Couto, secretária do Programa de Pós-Graduação. Registro um especial agradecimento à Prof.^a Icleia Thiesen, que, mesmo sendo pega de surpresa, gentilmente aceitou participar da banca examinadora deste trabalho.

Muito do melhor desta dissertação também foi elaborada em felizes discussões de estrada, de intervalo de aula e de mesa de almoço e de bar com os colegas Diogo Nunes, Adriana Macedo, Renata Saavedra, André Eduardo e Carlos Eduardo Souza, com quem tive a felicidade de trabalhar no breve período de agosto de 2011 a dezembro de 2012, enquanto atuei no como Tutor Presencial das Disciplinas Patrimônio Cultural e História Cultural da Modalidade Semi-Presencial do Curso de História da UNIRIO, no Pólo Piraí do CEDERJ/CECIERJ. Agradeço também aos alunos com os quais tive a felicidade de lidar neste breve período. Talvez eu ainda não consiga avaliar corretamente o quanto estar em contato com estas pessoas, na alegria e na tristeza, até que um período de crise delas me afastasse, foi uma experiência humanamente enriquecedora, da qual hoje sinto grande falta.

Registro um agradecimento à Prof.^a Renata Menezes, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional do Rio de Janeiro (PPGAS-MN/UFRJ), com quem sinto uma alegria infundável em trabalhar. Além de integrante de sua banca examinadora, a Prof.^a Renata foi uma incentivadora de primeira hora deste trabalho. Sem o seu incentivo, de fato, eu não o teria realizado.

Durante o período de pesquisa, tive a felicidade de realizar tranquilas sessões de trabalho nas bibliotecas Nacional do Rio de Janeiro, do IFCS/UFRJ, do MN/UFRJ, do PPGAS-MN/UFRJ, da ABL, da Faculdade São Bento do Rio de Janeiro, da UNIRIO, da PUC-Rio, do FCC/UFRJ, do CCBB, da Faculdade Cândido Mendes, da FGV e da COC/FIOCRUZ. Agradeço imensamente a todos os que me atenderam com gentileza e solicitude nestas ocasiões, procurando ser úteis em tudo aquilo que estivesse a seu alcance. Também agradeço aos funcionários das bibliotecas Pública de Florianópolis e do ITSC, Central da UFMA e do CPHNAMA, de São Luís, da ICHS/UFOP, de Mariana, e do ITF de Petrópolis, que foram de grande ajuda quando deles precisei. Devo também um agradecimento ao Prof. Elmer Corrêa, que me abriu a sua rica biblioteca para que eu nela pesquisasse e teve a paciência e gentileza de discutir detalhes de minha pesquisa em muitas noites de fins de semana destes últimos dois anos.

Boa parte do material que agora apresento foi elaborado anteriormente e discutido em outros contextos, em uma série de eventos acadêmicos dos quais participei de 2008 a 2012. Agradeço a todos aqueles que se dispuseram a dialogar comigo nestas ocasiões, oferecendo-me o benefício de seus comentários, críticas e incentivos.

Amigos conhecidos em ambientes não-acadêmicos também colaboraram de diversas formas na feitura deste trabalho e, de modo geral, forneceram-me, muitas vezes sem o saber, o suporte necessário para que eu o pudesse realizar. Agradeço de modo especial aos amigos do Rio de Janeiro, Luciano Paulo Giehl (não apenas pelas traduções de resumos), Rodrigo González, Joana Autran e Alexandre Lima; e aos bons e velhos camaradas de Valença, dos quais destaco Leandro Cesar Bedetti, Estevão Anísio, Rafael Francisco, Ricardo Milani e Bruno Sampaio; assim como a André Luiz Calcagno, que eu nunca sei direito onde está.

Agradeço a Tatiane Lopes, Lívia Monteiro, Juliana Pereira e Elaine Lopes, amigas de quem durante certo tempo tive o prazer de ser colega de trabalho no MAST. A paciência, preocupação, interesse, disponibilidade e vontade de me ajudar a ser um profissional e um ser humano viável demonstrada por elas são coisas que eu nunca poderei esquecer. Registro agradecimentos também ao Pe. Edilson Medeiros de Barros, pelas palavras sensatas que me ofereceu na hora mais escura da descida, e a Elisa Mello, não pelo tempo, mas pelo interesse e pelo afeto.

Agradeço, enfim, mas não por fim, a Isabella Menezes, companheira de todas as horas, muito mais atenciosa e generosa comigo do que eu até agora consegui ser com ela. Apesar de tudo, talvez tenha sido a pessoa que mais me ajudou a suportar de maneira digna toda a pressão das palavras que me ameaçavam sair, informes, pelos ouvidos. Com paciência (mas nem sempre), ela compartilhou comigo os momentos bons e ruins, as pequenas e barulhentas derrotas e as grandes, mas silenciosas, vitórias, ajudando a criar em mim a firme convicção de que *todo sopro que apaga uma chama reacende o que for p'ra ficar*.

*

Gostaria ainda de registrar um último agradecimento. A vida contemporânea é formada por muitas horas mortas, que passamos em intermináveis viagens de ônibus, em esperas por livros e correspondências, em tediosas e multiformes filas de mercados, bancos, farmácias e restaurantes. Experimentei estes intervalos plúmbeos como algo asfixiante enquanto redigia este volume. Procurei, entretanto, avivar estes períodos lendo muitos e vários volumes não relacionados ao meu trabalho como historiador. Consumi avidamente a produção de muitos autores, dentre os quais é forçoso destacar os nomes de Jorge Luis Borges, Gilbert K. Chesterton, Edgar Allan Poe, Arthur Machen, Howard P. Lovecraft, Franz Kafka, Umberto Eco, Clive Barker, Nathan Englander e Allain de Botton. Eles foram para mim fonte de inumeráveis momentos de perplexidade e de satisfação estética e intelectual. Minha memória, que é uma mixórdia de causos, imagens e citações, encontra-se agora povoada por suas sombras; lembro-me dos conteúdos dos livros de sua lavra tanto ou mais do que as coisas que me aconteceram nos últimos anos, e não poderia deixar de agradecer a estes homens, que jamais conhecerei pessoalmente, por esta presença instigante em minha vida.

RESUMO

Este trabalho reconstitui e interpreta o relacionamento entre o antropólogo Luiz de Castro Faria e o arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr, S. J., conforme este é testemunhado pela documentação epistolar, administrativa e fotográfica constante no Acervo Castro Faria, custodiado pelo Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Rio de Janeiro). Tal relação se constituiu em torno das questões interligadas do estudo e da conservação dos sítios arqueológicos pré-colombianos conhecidos como sambaquis, e, de forma mais específica, daqueles localizados no litoral do Estado de Santa Catarina. A produção e uso imediato da documentação referida estendeu-se de 1960 a 1971, e, para fazê-la mais rentável como fonte para a história da ciência, incluiu-se junto de sua análise a consideração de outros documentos que dizem respeito a como Castro Faria avaliava a obra de Pe. Rohr, e de como ambos se situavam na estrutura objetiva do campo científico da arqueologia brasileira e em relação aos debates aí surgidos. Para dar conta desta análise de forma satisfatória, reconstituindo a prática científica e a militância em favor da preservação dos sambaquis nas quais se empenharam estes agentes, buscou-se compor uma imagem de suas trajetórias culturais e vínculos sociais diversos, ponderando a respeito de quais afinidades e divergências estes lhe propunham, e de como eles concorreram para dar uma feição específica à sua interação.

ABSTRACT

This work reconstructs and interprets the relationship between the anthropologist Luiz de Castro Faria and archaeologist Fr. João Alfredo Rohr, S. J., as testified by the documentation epistolary, administrative and photographic in the Castro Faria Collection, under custody of the Archives of the History of Science from the Astronomy and Sciences Museum (Rio de Janeiro). Such relationship was constituted around the interconnected issues of the study and preservation of pre-Columbian archaeological sites known as middens (sambaquis), and, more specifically, those located on the coast of the State of Santa Catarina. The production and use of the referred documentation were from 1960 to 1971, and to make it more effective as a source for the History of Science, it included their analysis, considering other documents that concern how Castro Faria evaluated the work of Fr Rohr, and how both had a position in the objective structure of the scientific field of Brazilian archeology and about the debates arisen then. To account this analysis in a satisfactory way, reconstituting the scientific practice and the militancy in favor of the preservation of the middens, in which these agents were engaged, we attempted to compose a picture of their cultural backgrounds and different social ties, considering which affinities and divergences they proposed, and how they combined to give a specific feature of their interaction.

SUMÁRIO

Introdução: Agulhas e carretéis	1
1. Afinidades eletivas	21
1.1. Um cavador de batina: Pe. João Alfredo Rohr, S. J.	23
1.2. Um naturalista no centro da teia: Luiz de Castro Faria	37
1.3. Das ciências da natureza aos estudos culturais: a antropologia dos sambaquis segundo Castro Faria	47
1.4. Os sambaquis como patrimônio: O problema da proteção aos sambaquis	67
2. A trama da colaboração	98
2.1. Sob o império da lei	102
2.2. Tecendo uma colaboração	120
2.3. Compartilhar o trabalho e produzir registros	124
2.4. Fluxos e encruzilhadas	137
2.5. Vias de intercâmbio	144
2.6. Carniça, Pompéia, Gesù	149
2.7. À sombra das baionetas	155
3: O jardim dos caminhos que se bifurcam	159
3.1: Jonas dentro da baleia	160
3.2: Outonos	174
3.3: Depois de Rohr	181
3.4: O rastro de uma arqueologia devota	192
3.5: Ronda noturna	199
3.6: Desassossegar a História	210
Conclusão: Conversa à beira da trilha	221
Iconografia	225
Referências Documentais	259
Referências Bibliográficas	263

INTRODUÇÃO

AGULHAS E CARRETÉIS

Todo livro de história digno desse nome deveria comportar um capítulo ou, caso se prefira, inserida nos pontos de inflexão da exposição, uma série de parágrafos que se intitulariam algo como: “Como posso saber o que vou lhes dizer?” Estou convencido de que, ao tomar conhecimento dessas confissões, inclusive os leitores que não são do ofício experimentariam um verdadeiro prazer intelectual. O espetáculo da busca, com seus sucessos e revesses, raramente entedia. É o tudo pronto que espalha o gelo e o tédio. (BLOCH, 2001: 83).

Este trabalho faz uma análise da questão da pesquisa e da conservação dos sambaquis conforme esta se apresenta na documentação referente ao Pe. João Alfredo Rohr, S. J., no acervo pessoal do antropólogo Luiz de Castro Faria. Através da leitura de alguns documentos aí constantes, dentre os quais os mais relevantes são as cartas trocadas entre estes dois homens de ciência, assim como de outras séries documentais auxiliares e da bibliografia pertinente, se reconstitui como se deu a colaboração entre Castro Faria e Pe. Rohr no estudo e defesa de relevante conjunto de sítios pré-históricos deste tipo situadas no Estado de Santa Catarina.

Os objetivos primeiros do presente texto são contribuir para a história da pesquisa antropológica no Brasil naquele momento em que os antropólogos eram também arqueólogos, e participar do debate sobre a história da construção, ampliação e gestão da categoria de patrimônio cultural. Seu objetivo segundo é, a partir de um estudo de caso, apontar a existência de um ponto de interseção entre os campos científico, político e religioso no debate de meados do século XX sobre a pré-história do Brasil meridional. Trata-se esta de via relativamente pouco explorada, na medida em que o ponto de interseção do qual ela parte que pode passar despercebido caso se parta do pressuposto de que a ciência é uma atividade humana absolutamente isenta da *contaminação* dos interesses políticos e das práticas religiosas. Não se intenta aqui propor novas questões teóricas, nem desafiar ou modificar as conclusões já bem assentadas sobre a dinâmica de funcionamento dos campos científico, político e religioso no Brasil de meados do século passado, mas esboçar uma análise sobre uma documentação que permite apreender esta dinâmica em um nível microscópico, ou seja,

apenas e justamente na medida em que ela testemunha o relacionamento de dois agentes sociais envolvidos na produção de conhecimento científico.

1. As questões que levaram a presente dissertação de mestrado surgiram anos antes de meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UNIRIO). Em agosto de 2007, enquanto cursava a Graduação em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), ingressei no Programa de Iniciação Científica da Coordenação de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (CHC-MAST/MCT) como bolsista do projeto de pesquisa *História da Antropologia no Brasil no Acervo Castro Faria*, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Heloisa Maria Bertol Domingues. Luiz de Castro Faria nasceu no Rio de Janeiro em julho de 1913 e faleceu em Niterói em agosto de 2004. Durante quase sete décadas – de 1936 até as vésperas de sua morte – dedicou-se à pesquisa, ensino e administração da antropologia no Brasil, atuando de modo contínuo no Museu Nacional do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense, instituições nas quais recebeu a honra de emergência. Sua vida profissional foi extensa e significativa para a história da antropologia no Brasil – tanto de forma direta, pelas pesquisas que conduziu e associações científicas que compôs e presidiu; quanto de forma indireta, por sua participação na formação de gerações de antropólogos (foi professor na área de 1948 a 2004) e no estabelecimento de um novo paradigma da ciência antropológica no país.

Uma vida profissional longa e muito ativa deixou como legado *material* não apenas um conjunto de publicações em revistas e editoras especializadas, como costuma ocorrer na maior parte das trajetórias de pesquisadores engajados nas chamadas ciências sociais. Ao lado dos artigos e dos livros, das entrevistas concedidas e das resenhas de seus livros publicados em periódicos acadêmicos, há se de considerar também aquilo que foi escrito por Castro Faria como função de sua ação de *ator* e *autor* na formação do campo contemporâneo da antropologia brasileira.

Em 2000 Castro Faria doou ao Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (AHC-MAST/MCT) a documentação pessoal que reuniu, organizou e utilizou de diferentes formas ao longo de sua trajetória profissional.¹ Meu

¹ A este respeito, deve-se consultar: DOMINGUES, ALMEIDA, XAVIER & FAGUNDES, 2005; PERREIRA, 2009; e CRUZ, 2011-1. Ver também, para reflexões de ordem mais geral e a título de comparação, VIANNA,

trabalho junto a este acervo começou em agosto de 2007 e, após um intervalo de pouco mais de um ano, foi retomado, graças a uma bolsa do Programa de Capacitação Institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PCI/CNPq). Ele passou por mais de uma fase e se estende até o presente momento. A princípio, corrigi os sumários de alguns conjuntos de documentos – em especial, sua numerosa correspondência. Em outras ocasiões pude lidar mais ou menos detidamente com seus diários de viagem e com o vasto conjunto de documentos iconográficos por ele reunido – material sobre o qual continuo debruçado. Sobre tudo isto tive a oportunidade de recortar uma questão de pesquisa que continua a me instigar, e que é o núcleo do tema geral da pesquisa cujo resultado apresento neste trabalho.

Bem no começo de meu trato com o Acervo Castro Faria, encontrei um pequeno conjunto de cartas trocadas entre este antropólogo e o arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr. Atento para esta presença, que considerei por demais curiosa, encontrei uma carta de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, principal articulador das políticas públicas de definição e preservação do patrimônio histórico e artístico nacional dos anos 1930 aos 1960, sobre este pesquisador; também um par de recortes de jornais que davam notícia das declarações e atividades desse arqueólogo, um *santinho* distribuído em seu funeral e um necrológico que lhe foi dedicado por Castro Faria. Mais tarde localizei fotos que atestavam um período de trabalho comum destes cientistas em uma escavação arqueológica realizada no ano de 1964. Tais documentos, cuja produção se alarga por um período de quase vinte e cinco anos, atesta a mobilização de uma parte ainda não mapeada da rede virtualmente nacional de intelectuais, tecida da década desde antes da década de 1930 até o período posterior à aprovação da Lei Federal n. 3.924 de 1961, para atuar na preservação e na pesquisa dos sítios arqueológicos e pré-históricos localizados em território brasileiro. Uma ênfase especial é dada nestes papéis aos sambaquis, os mais antigos e mais depredados vestígios de povoamento humano do litoral do país.

Tal conjunto de documentos parecia me insinuar algo de maneira insistente, na medida em que não me deixou desde que o vi pela primeira vez o espanto e o encanto de flagrar aquela colaboração entre o pesquisador do Museu Nacional, situado no centro do palco da antropologia nacional, e o padre arqueólogo, vinculado a um instituto relativamente periférico do debate científico brasileiro e fortemente atado às preocupações correntes da Província do

Brasil Meridional da Companhia de Jesus, circunscrição da ordem religiosa à qual pertencia. Para o brilho especial que a meus olhos assumiram os papéis que testemunham este relacionamento, certamente concorreu minha formação cultural como católico romano. Esta forma peculiar de estar no mundo propiciou talvez o estranhamento de encontrar *ali*, naquele arquivo, junto daquele homem de jaleco e cachimbo, uma singular figura de batina.

Tratou-se, afinal, de uma opacidade que se mostrou produtiva, despertando em mim “a sensação de não saber nada e de estar a ponto de aprender alguma coisa” (GINZBURG, 2007-1: 296). Ela levou-me a realizar uma investigação mais minuciosa sobre a relação que estava evidenciada diante de meus olhos, investigação cujo resultado apresento neste trabalho.

2. *Sambaqui* é uma palavra de origem indígena, de uso corrente em trabalhos científicos, que se acredita ser uma junção dos termos guaranis *tamba*, concha, e *ki*, monte cônico. Ela designava montes de conchas, qualquer que seja o seu volume, a sua forma e a sua localização; até meados do século XX era usada para nomear indiscriminadamente tanto concheiros fósseis de formação naturais quanto aterros e elevações erguidas por sociedades há muito desaparecidas. Nos sambaquis em sentido estrito, ou seja, em montes artificiais de conchas, encontraram-se fragmentos de carvão, depósitos de cinzas, espinhas de peixe, peças de adorno, utensílios de pedra de uso variado e normalmente um grande número de esqueletos humanos. Jazidas da mesma natureza dos sambaquis foram localizadas em diversas partes do mundo, e hoje se aceita de forma quase unânime a sua grande antiguidade; os maiores destes sítios encontravam-se no litoral meridional do Brasil, e se há evidências certas de que todos eles sejam não só pré-cabralianos, mas também pré-guaranis. Eles parecem ter sido locais de habitação e não apenas grandes sepulcros. O interior de tais sítios arqueológicos foi desvelado não apenas por todo tipo de arqueólogos profissionais e amadores, mas, praticamente desde o primeiro momento da colonização europeia na América do Sul, por escavadores envolvidos com a produção da chamada cal de mariscos, empregada principalmente nas obras de alvenaria, mas também na fabricação de adubos e ração animal. (ROHR, 1984: 78-80; CASTRO FARIA, 1999-1: 201-202; CASTRO FARIA, 1999-2: 238-239, 247-249).

O estudo dos sambaquis é um tema clássico da antropologia, acompanhando sua trajetória desde os primeiros trabalhos brasileiros nesta disciplina, trabalhos que eram

arqueológicos ou craniométricos.² De fato, o interesse dos antropólogos pelos vestígios líticos encontrados nos sambaquis é tão antigo quanto o seu interesse pelos ossos de índios. (CASTRO FARIA, 1998-1: 29). A trajetória dos estudos antropológicos com os sambaquis encontra-se intrinsecamente vinculada à história da antropologia no Brasil, que é a de uma ciência sobre o entendimento do ser humano que nasce no âmbito dos museus de história natural e parte-se em duas *epistemes*, uma ligada às ciências naturais e outras às ciências sociais. (CASTRO FARIA, 2006-1; DOMINGUES, 2008). Nesta partição, certo conjunto de cientistas – entre os quais Castro Faria e o Pe. Rohr – reivindicou os sambaquis como objetos de estudo para especialistas na reconstituição de sequências culturais, e não apenas como área de interesse de malacologistas, geólogos, odontólogos e similares. (ROHR, 1984: 77-79; CASTRO FARIA, 1999-2; CASTRO FARIA, 1999-3; CASTRO FARIA, 1999-4). Entendidos desta forma, passa-se a argumentar que tais montes de *restos de cozinha* são parte do patrimônio cultural brasileiro – circunstância que vincula de maneira indelével sua pesquisa científica à militância por sua conservação diante da indiscriminada exploração pela indústria da cal de mariscos, ao mesmo tempo em que ocasiona uma significativa flexibilização naquilo que se entende como sendo o patrimônio histórico e artístico do país. (SIMÃO, 2009; CRUZ, 2011-2; CRUZ, 2011-3; CRUZ, 2011-4).

Os sambaquis – e, mais especificamente, seu estudo e proteção como patrimônio – são o fio que costura o relacionamento entre Castro Faria e Pe. Rohr. Ao tratar deste tema, conforme o testemunha a documentação do Acervo Castro Faria, contudo, o tema do presente trabalho *não* são os sambaquis, mas o relacionamento entre Castro Faria e Pe. Rohr, dois cientistas, que se construiu em torno destes sítios arqueológicos que eram objetos de sua atenção. Uma excelente revisão dos estudos sobre os sambaquis foi feita por Lima no artigo *Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil* (1999-2000). Em tal síntese, esta arqueóloga trata do montante de dados atualmente reunidos sobre este tipo de sítio arqueológico; historia as pesquisas através dos quais eles foram obtidos, mapeando as controvérsias e posições que marcaram seu desenvolvimento quase bissecular; e apresenta as perspectivas contemporâneas da área, inventariando algumas das questões sobre os sambaquis que ainda estão por resolver. Nosso trabalho encontra-se em diálogo com a segunda seção deste texto, mas não com a primeira e a terceira. Assim sendo, possui

² O termo *disciplina* é aqui empregado no sentido foucaultiano, ou seja, como significando não (apenas) um *corpus* institucionalizado de conhecimentos, mas, antes, como um sistema de procedimentos historicamente constituídos e aplicados para se delimitar e conferir verdade a um dado discurso sobre a realidade. (FOUCAULT, 2011: 29-36).

afinidades apenas laterais com o trabalho dos arqueólogos especialistas no tema, enquanto, por outra parte, foi escrita, em diálogo com trabalhos sobre história da arqueologia e da antropologia.

Na tese de Marily Simões Ribeiro sobre a história da arqueologia das práticas funerárias, dada a público em 2007, a autora constatava a existência de um “distanciamento entre a Arqueologia e a História, seja quanto à perspectiva histórica nos estudos arqueológicos, seja quanto aos estudos da história da Arqueologia, criou uma vasta área de trabalho a ser explorada.” (RIBEIRO, 2007: 14). Ela, de fato, fazia sua a declaração de Andrew L. Christenson, que em 1989 havia escrito que “a Arqueologia é uma das disciplinas mais a-históricas entre as disciplinas históricas.” (Cit. RIBEIRO, 2007: 13). Trata-se esta ainda hoje de *vasta área de trabalho a ser explorada*, mas, como reconhece a própria autora, não se trata de campo despovoado.

Praticamente desde o início das pesquisas arqueológicas contemporâneas houve um esforço reflexivo da parte dos envolvidos nestes empreendimentos para se situarem historicamente – cf. p. ex. CHILDE, 1969: 43-54; CASTRO FARIA, 1999-2: 239-242; CASTRO FARIA, 1999-3: 187-193; CASTRO FARIA, 1999-4: 205-207). Ao lado deste, ou melhor, à sua sombra, surgiu uma vasta literatura de divulgação, mais ou menos jornalística ou romanceada, que não deve ser ignorada, já que avidamente consumida pelo público leigo. O mais famoso destes volumes é decerto o *Deuses, túmulos e sábios*, de C. Walter Ceram, publicado em 1949, livro que foi traduzido em dezenas de idiomas e vendeu milhões de cópias; mas há também monografias que abordam temas ou regiões específicas, como a de Brian Fagan sobre a *febre egípcia* de fins do século XVIII e início do século XIX, e a de Robert L. Brunhouse sobre a descoberta, no mesmo período, das antigas cidades maias nas selvas de Yucatán. (TRIGGER, 2004: 401; CERAM, 1959; KANIGEL, 1998: 116-117; FAGAN, 1975; BRUNHOUSE, 1989). Agora um considerável número de estudos específicos sobre história da Arqueologia – realizados tanto por arqueólogos feitos historiadores de seu ofício, quanto por historiadores de formação – estão agora disponíveis aos interessados, e uma reflexão de fato mais consistente vem tomado corpo a partir das décadas de 1980 e 1990.

Uma obra de referência neste campo é a *História do pensamento arqueológico*, do canadense Bruce G. Trigger, publicada em 1989 – mesmo ano em que Christenson denunciava a falta de consciência acerca da historicidade da arqueologia. No trabalho de Trigger se examina certo número de linhas de interpretação dos dados arqueológicos, mais ou menos na ordem de sua aparição, levando-se em conta as *ondas de transformação* que têm

transformado a arqueologia em seu processo de sucessivo refazimento. A perspectiva do autor assenta-se na crítica a trabalhos como os de Leo Samuilovich Klejn e David Leonard Clarke, que consideram a arqueologia como uma história de escolas regionais mais ou menos paralelas. (KLEJN, 1977; CLARKE, 1979: 28 e 84). Estes chegaram à afirmação de que “só recentemente a arqueologia deixou de ser uma série de tradições divergentes, cada qual com seu próprio corpo teórico valorizado de modo particular e sua forma preferida de descrição, interpretação e explicação.” (TRIGGER, 2004: 10). Trigger, por sua vez, sustenta que “(...) Por certo, as diferenças culturais são importantes” e que “sucede também que a arqueologia de uma determinada nação mude de um para outro tipo, conforme as circunstâncias políticas”, porém, “a um exame mais detido, vê-se que a maioria das interpretações produzidas por arqueólogos atuantes no contexto de diferentes tradições nacionais podem ser adscritas a um número limitado de orientações gerais.” (TRIGGER, 2004: 10). Daí a importância de, no estudo de tradições arqueológicas específicas, levar em conta o intercâmbio inter-regional e internacional no qual elas estão emaranhadas de formas diferentes, mas passíveis de análise. Da mesma forma, deve-se pensar as hierarquizações, as aproximações, os afastamentos e os fenômenos de transferências de métodos e temas estabelecidos entre as especializações que vinculam a pesquisa arqueológica, como a arqueologia clássica, a egiptologia, a arqueologia colonial e a arqueologia pré-histórica. De acordo com Trigger,

“(...) Embora muitos tipos de arqueologia tenham-se desenvolvido em considerável isolamento intelectual recíproco, ao longo de extensos períodos, e tenham-se tornado ainda mais estranhos uns aos outros por efeito da balcanização de seus jargões, os laços históricos, a interação esporádica e os interesses metodológicos comuns foram suficientes para que todos esses ramos da arqueologia viessem a compartilhar numerosos conceitos interpretativos.” (TRIGGER, 2004: 11-12).

Não se pode negar, entretanto, que a pesquisa arqueológica é influenciada a todo o momento por muitos tipos de fatores que, de bom grado, pode-se designar como sendo *externos* a seus objetivos e natureza particular. O mais controverso deles é o ambiente social no qual se empreende a pesquisa. Muito poucos arqueólogos, inclusive entre aqueles mais aferrados a uma filosofia positivista da pesquisa científica, estariam agora prontos a negar que os seus interesses e as questões que eles elaboram são, em alguma medida, influenciados por sua formação cultural e quadro social específico de atuação. Os positivistas, entretanto, estariam prontos a acrescentar que, *não obstante esta inescapável circunstância*, “desde que dados adequados estejam disponíveis e sejam analisados com o emprego de métodos científicos apropriados, a validade das conclusões resultantes independente dos preconceitos

ou crenças do pesquisador.” (TRIGGER, 2004: 12). Avaliando a questão de ângulo diversos, outros arqueólogos, por sua vez, são capazes de admitir com tranquilidade que, “porquanto os achados de sua disciplina são, consciente ou inconscientemente, vistos como tendo implicações quer para o presente, quer para a natureza humana em geral, as condições sociais variáveis influenciam não apenas as questões abordadas como também as respostas que os arqueólogos se predispõem a considerar aceitáveis.” (TRIGGER, 2004: 12).

Esta segunda posição parece-me mais adequada, antes do mais, porque mais *rentável* em termos de refinamento da pesquisa histórica que se pode desenvolver a respeito da arqueologia. Um dos arqueólogos que a sustentam é o francês Alain Schnapp, especialista em arqueologia clássica e aluno de Pierre Vidal-Naquet. Schnapp, que escreveu uma história das origens da arqueologia científica (1993-1), é também um teórico da posição de que as pesquisas arqueológicas não podem ser *de forma alguma* consideradas fora do contexto de sua realização. No seu artigo para o *Dicionário das Ciências Históricas* de Burguière (1993-2), Schnapp apresenta as relações do conhecimento científico do passado com os objetos materiais sob o prisma de que estes são sujeitos a uma constante simbolização pelo imaginário social, ou seja, a uma atribuição de sentido que não é, nem pode ser, universal, mas, sim, circunscrita a uma cultura, espaço e tempo específicos. O significado destes objetos, portanto, está vinculado a uma cadeia de memória e a sistemas culturais, socialmente funcionais, de ordenamento da experiência humana no mundo, muito para além de seu sentido e uso originais. Assim sendo, de acordo com Schnapp, não basta mais uma abordagem puramente materialista da materialidade das formas culturais e das relações culturais a elas relacionadas de diversas formas; isso “não bastaria. Há muito tempo sabemos que todo sistema de objetos é também um sistema de sinais. Dos grandes monumentos – pirâmides do Egito, túmulos do Oriente Médio e da China – até os mais humildes sílices reencontrados nas jazidas paleolíticas, os objetos funcionam porque são portadores de sentido.” (SCHNAPP, 1993-2: 71). Os artefatos, ruínas e todo tipo de coisas que podem vir à luz durante uma escavação arqueológica não possuem um significado *intrínseco*, mas recebem conotações cognitivas, simbólicas e culturais do período que se apropria deles juntamente através do conhecimento arqueológico.

Tal tipo de abordagem propiciou o surgimento nas décadas de 1990 e 2000 de duas vertentes de trabalho aparentadas e extremamente interessantes sobre a história da arqueologia no Brasil. A primeira, representada pela pesquisa de Johnni Langer, explora as relações entre a pesquisa arqueológica e o imaginário social brasileiro no século XIX, mostrando como se

conjugaram de maneira singular na arqueologia deste período os interesses políticos, os projetos de nação, o debate científico, a mitologização do passado brasileiro, e a *insuficiência* de dados arqueológicos para se corroborar a *vontade de ver* nutrida por certos intelectuais a respeito do período pré-cabraliano. (LANGER, 1996-1; LANGER, 1996-2; LANGER, 1997; LANGER, 1998; LANGER, 2001-1; LANGER, 2001-2; LANGER, 2001-3; LANGER, 2002-1; LANGER, 2002-2; LANGER, 2002-3; LANGER, 2003; LANGER, 2004; LANGER, 2005; LANGER & SANTOS, 2002). A segunda, exemplificada pela pesquisa de Lucio Menezes Ferreira, aborda os enredamentos da arqueologia brasileira com os campos político científico e literário do Segundo Império e dos dois primeiros terços da República Velha, refletindo também sobre seu papel na consolidação do Estado, nas ações de ocupação do território e no surgimento da noção de patrimônio nacional. (FERREIRA, 1995; FERREIRA, 1996; FERREIRA, 2001-1; FERREIRA, 2001-2; FERREIRA, 2002; FERREIRA, 2003-1; FERREIRA, 2003-2; FERREIRA, 2003-3; FERREIRA, 2003-4; FERREIRA, 2005-1; FERREIRA, 2005-2; FERREIRA, 2005-3; FERREIRA, 2006; FERREIRA, 2007-1; FERREIRA, 2007-2; FERREIRA, 2009-1; FERREIRA, 2009-2).

Infelizmente não tenho conhecimento de uma produção tão profícua a respeito de períodos mais recentes, ou de estudos de caso sobre centros de pesquisa ou explorações de sítios específicos. Uma grata exceção é o trabalho de Roseli Santos Ceccon sobre o desenvolvimento dos estudos arqueológicos na Universidade Federal do Paraná nas décadas de 1950 a 1970, período no qual surge e se consolida o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas desta instituição, responsável pela formação de gerações de arqueólogos, atuantes em todo o país. (CECCON, 2011). Alguns históricos – por sinal, valiosos – também continuam a ser veiculados nos próprios relatórios de escavações arqueológicas ou nas análises dos dados obtidos nestes empreendimentos. Isto se verifica, por exemplo, no estudo de Cláudia Regina Plens sobre a formação Sambaqui do Moraes, localizado no Vale do Rio Iguape, no município de Miracatu, São Paulo, identificado na década de 1970 e escavado a partir de 2001 (PLENS, 2007); no trabalho de Gustavo Peretti Wagner sobre a possibilidade de se usar os Sambaquis da Barreira da Itapeva como marcadores das transformações da paisagem do litoral norte do Rio Grande do Sul (WAGNER, 2009); e no volume de Daniela Maria Alves sobre o material recolhido na escavação do Sambaqui do Mar Casado, situado no município do Guarujá, São Paulo, que foi pesquisado pelo Instituto de Pré-História da USP nos anos de 1960 e 1962 (ALVES, 2010).

Conforme já se mencionou, o estudo dos sambaquis, tema em pauta, era um interesse da *antropologia* no período considerado. A divisão entre arqueologia e antropologia não é natural, nem absoluta, mas, historicamente construída; no Brasil ela ganha contornos definidos justamente no intervalo coberto por este trabalho. As identidades disciplinares destes campos então eram muito distintas do que são hoje; as categorias profissionais de *arqueólogo* e *antropólogo* encontravam-se profundamente emaranhadas, ainda não cindidas; são então, de fato, contornos apenas sombreados no interior da definição mais ampla de *naturalista*. De outra parte, a interpretação de dados arqueológicos tem sido sempre afetada de modo significativo pelas variáveis teorias do comportamento humano definidas no âmbito específico da antropologia. (TRIGGER, 2004: 18). E isto se verifica de modo sistemático por mais que se postule que entre arqueologia e antropologia há um intervalo comunicativo ou hiato estrutural. (RIBEIRO, 2007). Daí o diálogo próximo do presente trabalho com aqueles situados no campo da história da antropologia – ao qual ele pretende contribuir.

O volume dos trabalhos sobre história da antropologia é atualmente muito maior do que o dos trabalhos sobre história da arqueologia. Isso se explica decerto não apenas pelo maior número de antropólogos existentes entre nós, mas pela proximidade sistemática que se verificou entre a produção historiográfica e a pesquisa antropológica no século XX, assim como pelo caráter fortemente reflexivo que historicamente tem marcado esta disciplina. O campo da história da antropologia é suficientemente bem estabelecido e bastante vasto mesmo entre nós. Ele conta com uma pauta própria de discussões, que inclui problemáticas bastante complexas, como a da objetificação das relações sociais por seu enquadramento em uma narrativa etnográfica, e a das relações entre descrição e criação de realidades por meio do trabalho antropológico. Tais questões são marcadas por um grau variado de hermetismo, e dizem respeito ora a antropólogos, ora a historiadores, ora a historiadores da antropologia, ora a todos os estudiosos ligados ao que se convencionou chamar de ciências sociais.

Um autor a se destacar neste debate muito variado é James Clifford, historiador norte-americano que estudou as teorias e as rotinas de pesquisas dos antropólogos considerando-os como artefatos narrativos produzidos por determinados conjuntos de relações sociais. Em sua obra, a cientificidade da antropologia não é um pressuposto, mas uma questão, haja vista sua importante resenha da formação e desagregação da autoridade etnográfica desde os inícios do século XX (CLIFFORD, 1995-1). Partindo deste ângulo de análise, tecido, entre outras, a partir da arqueologia dos discursos de Michel Foucault, Clifford chamou a atenção para o profundo emaranhamento dos produtos da disciplina antropológica com as questões estéticas

e políticas do tempo em que eles foram produzidos. (CLIFFORD, 1995-2; CLIFFORD, 1995-3; CLIFFORD, 1995-4; CLIFFORD, 1995-5). De acordo com Gonçalves, isso não significa afirmar que os antropólogos têm elaborado e continuam a elaborar ficção, mas é um convite à que a disciplina seja revisitada, avaliada e apropriada a partir de outros padrões que não apenas aqueles colocados pelo debate acerca de sua real ou suposta cientificidade. (GONÇALVES, 1996: 19-20).

No presente trabalho procurou-se estar ligado à perspectiva de Clifford, reconstituindo-se os vínculos entre o estudo e a conservação dos sambaquis conforme estes aparecem na documentação do Acervo Castro Faria sobre o relacionamento entre este pesquisador e Pe. Rohr com a cultura científica das instituições nas quais atuavam; com o debate sobre a constituição do patrimônio histórico e artístico nacional; com os procedimentos técnicos e formas de interpretação dos dados arqueológicos; com as políticas de financiamento e gestão pública da ciência no Brasil; e com as categorias intelectuais e morais que o repertório cultural empenhado em sua formação colocou-lhes à disposição. Tal escolha coloca esta dissertação em contato com trabalhos afins tanto pela perspectiva, quanto pelo objeto. Por primeiro, há o texto de Mariza Corrêa sobre os lugares de produção e as imagens da antropologia brasileira da década de 1930 a 1960 (CORRÊA, 1988); o de Heloisa Maria Bertol Domingues sobre a constituição da antropologia como uma prática de tradução cultural nas décadas de 1930 a 1950 (DOMINGUES, 2008); o de Adriana Tavares do Amaral Martins Keuller sobre a institucionalização e o exercício dos estudos físicos de antropologia no Museu Nacional entre 1876 e 1939 (KEULLER, 2008); e o de Afrânio Garcia Jr. sobre a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e a mudança no âmbito da antropologia que tal fato implicou (GARCIA JR., 2009). Trata-se de cartografias do campo da antropologia nos períodos e circunstâncias referidos, marcadas por distintas abordagens teóricas e metodológicas.

Em segundo lugar, há o trabalho de Ricardo Benzaquen de Araújo sobre a constituição e o lugar da obra de Gilberto Freyre na década de 1930, volume que teve uma grande importância em minha formação como historiador até o momento (ARAÚJO, 1994). Nele o autor faz uma fina análise da obra freyriana, considerando-a em sua ambiguidade como um texto entranhado de história. Diálogo próximo também procurei estabelecer com as pesquisas de Maria Lucia Garcia Pallares-Burke sobre a formação cultural de Gilberto Freyre e sobre a sinuosa trajetória de Rudinger Bilden (PALLARES-BURKE, 2005; PALLARES-BURKE, 2012); assim como com o monumental estudo de Patrícia Ferraz de Matos sobre a vida e obra

de Antônio Mendes Corrêa e a institucionalização da antropologia portuguesa com a formação da chamada Escola do Porto (MATOS, 2012). Neste conjunto de textos também se procura evidenciar a inter-relação existente entre a produção de imagens científicas pela antropologia e questões culturais mais abrangentes, como a interpretação e os projetos de solução dos conflitos sociais, os modelos de nacionalidade e os projetos colonialistas, o debate literário e filosófico e a dinâmica da vida acadêmica, circunscrita por tão difusa quanto poderosa rede de relações macro e micropolíticas.

Por fim, ao abordar a problemática da constituição de uma classe de objetos – os sambaquis – como patrimônio cultural, o presente trabalho possui vias de comunicação com o trabalho desenvolvido nesta área. Nela, algumas reflexões me foram especialmente relevantes. José Reginaldo Gonçalves analisou a composição e o funcionamento da retórica sobre o patrimônio nacional mobilizada no estabelecimento das políticas governamentais nesta área, chamando atenção para sua operacionalidade como elementos de objetificação da cultura brasileira (GONÇALVES, 1996). Márcia Chuva reconstituiu a sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, relacionando-as à consolidação do Estado através da condensação de certa memória da nação em um conjunto de objetos e locais. (CHUVA, 2009). Carla da Costa Dias e Antônio Carlos de Souza Lima trataram da participação do Museu Nacional na criação e gestão de um patrimônio etnográfico nacional (DIAS & LIMA, 2011); enquanto Regina Coeli Pinheiro da Silva narra o debate que precedeu e sucedeu imediatamente a elaboração e promulgação da legislação federal de proteção do patrimônio pré-histórico e arqueológico brasileiro, a Lei n. 3.924 de 26 de julho de 1961 (SILVA, 2007). De outra parte, também fiz proveito da leitura do trabalho de Jean-Paul Demoule sobre as apropriações do sítio pré-histórico de Lascaux na França contemporânea (DEMOULE, 1997).

Esta variedade de diálogos estabelecidos, longe de desfocar, realçar a circunstância de que presente trabalho encontra-se no âmbito da história da social da ciência. Cabe esclarecer de forma precisa, ainda que sintética, o que se quer dizer com isso, para evitar quaisquer mal-entendidos. Por história *social* da ciência entende-se o estudo da ciência enquanto produto cultural análogo a outros produtos culturais, como a literatura, a dramaturgia, as humanidades e a teologia. Não se quer com isso firmar, de maneira implícita, uma posição epistemológica no intrincado debate sobre as relações entre descrição científica e verdade; pretende-se apenas deixar a descoberto a opção metodológica que situa este texto no campo da história social da cultura.

A objetividade da ciência e o profissionalismo dos cientistas, por exemplo, são preocupações deste trabalho não ao nível da produção de uma descrição *verídica* da *realidade*, mas importam-no enquanto elementos retóricos que documentam e são instrumentalizados no âmbito de uma dada relação social. De fato, concorda-se aqui com a reflexão de Canguilhem sobre este tema. Para este epistemólogo e historiador francês, é necessário ter clareza da circunstância de que

“(...) O objeto na história das ciências nada tem de comum com o objeto da ciência. O objeto científico, constituído pelo discurso metódico, é segundo, se bem que, não derivado, com relação ao objeto natural, inicial, e que se diria, de bom grado, fazendo um jogo de palavras quanto ao sentido, pré-texto. A história das ciências se exerce sobre estes objetos segundo, não naturais, culturais, mas não derivados deles da mesma forma com que estes não derivam dos primeiros. O objeto do discurso histórico [sobre a ciência] é, com efeito, a historicidade do discurso científico, na medida em que esta historicidade representa a efetivação de um projeto interiormente regulado, mas atravessado por acidentes, atrasado ou desviado por obstáculos, interrompido por crises, quer dizer, momentos de julgamento e de verdade.” (CANGUILHEM, 1972: 15).

Pressupõe-se aqui que não é necessário ter treinamento profissional como arqueólogo para tratar das práticas e discursos sobre os sambaquis – práticas e discursos que foram reivindicados como espólio pelos arqueólogos quando do erguimento das fronteiras institucionais atualmente vigentes entre eles e os demais especialistas em antropologia e história social. No presente âmbito, interessa não o progresso dos conhecimentos arqueológicos rumo a uma objetividade crescente, mas pensar a sua possibilidade de existência, suas condições, práticas e regularidades em um dado momento.

Para a reconstrução destes elementos a partir do conjunto documental escolhido, teve-se sempre em mente as noções, intrinsecamente relacionadas, de *campo intelectual* e *campo científico*, apresentadas e utilizadas por Bourdieu. Segundo este autor, entre um produto cultural e um contexto social existem não relações diretas de determinação, mas um universo de sentido, ou seja, um campo particular de atuação social no qual estão inseridos de modo altamente específico alguns agentes e instituições – que produzem, reproduzem e difundem, por exemplo, a arte, a religião e a ciência. Esse *campo* é um mundo social como outros, mas regido por leis próprias; é um microcosmo, mas é relativamente autônomo do macrocosmo que o engloba e, até certo ponto, o possibilita, já que dotado de uma dinâmica e quadro de valores particulares. Todo campo social é um campo de forças e de lutas, *intra* e *extramuros*, para conservar ou transformar esse campo de forças; no âmbito delas é que se produzem as formas culturais. O quê constitui e põe em movimento os campos sociais são os agentes que o

compõem e as relações objetivas travadas entre eles. De fato, é a estrutura das relações travadas entre os agentes sociais que definem o que eles podem (ou não) fazer dentro do âmbito de um determinado campo. Mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, a maior parte de suas tomadas de posição. O quadro de questões e de valores, as realizações desejáveis e as regras da disputa no âmbito de um determinado campo social não são, portanto, dadas *a priori*, mas definidas historicamente, momento a momento, por seu próprio funcionamento. (BOURDIEU, 1968; BOURDIEU, 1983).

No que se refere especificamente à ciência, Bourdieu argumenta que a verdade que esta é capaz de produzir não deriva diretamente de seus objetos de estudo, ou seja, que sua descrição não é um decalque preciso da realidade (seja lá o que, na falta de palavra mais adequada, se continue a chamar de realidade). Para este autor, a verdade científica reside em uma espécie particular de condições de produção e legitimação (de uma versão) do real, que é justamente o estado e funcionamento em um dado momento e local de certo campo científico. “O universo ‘puro’ da mais ‘pura’ ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas.” (BOURDIEU, 1983: 122. Grifo no original). Ao lado de tais atritos, também há os encontros e os consensos – e não é nada conveniente lembrar daqueles e esquecer estes. Ao fazer tal coisa, ao desconsiderar as afinidades e aproximações que determinam o arranjo da ciência em dado momento e local, assume-se o risco de se produzir desta uma imagem absolutamente fora de foco, caindo-se em ilusão análoga, mas inversa, à propagandeada pelos que afirmam a existência real desta ilusão irenista que é a noção de comunidade científica.

É o estudo de uma dessas aproximações que *também* possibilitam e orientam a produção do conhecimento científico que é o tema do presente trabalho. Reconstituir esta trama histórica, além de pequeno acréscimo aos estudos na área da história social da ciência, é também oportunidade de contribuir para que se dimensione de forma mais adequada os sucessos, fracassos, possibilidades e limites das políticas de pesquisa e preservação do patrimônio pré-histórico e arqueológico brasileiro, ainda hoje colocado na encruzilhada da expansão econômica *versus* o direito público de se conhecer o passado.³ De outra parte, ao dissertar sobre a construção e reconstrução de um sistema comum de práticas e sentidos em torno dos sambaquis, avaliando como neste processo convergiram, concorreram e se

³ Cf. p. ex. SILVA, 2007: 71-72.

modificaram relações de força e fluxos de afinidades, trata-se aqui também de uma das possíveis formas de se abordar o cada vez mais urgente problema do choque e da coexistência dos diversos e eventualmente contraditórios capitais culturais no mundo contemporâneo.

3. Antes de prosseguir, é ainda necessário fazer uma consideração sobre a questão dos contextos históricos dentro dos quais a trama histórica que é aqui reconstituída se desenvolve. A documentação que se utilizou abrange o período de 1960 a 1984 e, ao tratar da formação dos personagens responsáveis por sua produção e circulação, remontamos até as primeiras décadas do século XX, enfatizando de forma mais concentrada a sua atuação nos anos 1940 e 1950. Virtualmente tudo o que poderia ter acontecido na história do Brasil neste longo período realmente veio a acontecer. Mas nem tudo o que ocorreu, em sentido lato, teve efetivamente alguma interferência sobre o tema que aqui nos interessa.

Um posicionamento interpretativo tão inadequado como imaginar que a ciência seja o campo do puro progresso da racionalidade rumo a uma apreensão do real cada vez mais objetiva, é imaginar que ela é simples função de interesses políticos e de classe. Tal erro é fruto da miopia analítica que ignora que, em se tratando de fatos humanos, a distinção de causas, de fins e de acasos é uma abstração; que a história não é algo como um edifício em que uma base material e econômica sustenta um andar térreo social e político ao qual se sobrepõem superestruturas de destino cultural, como os museus, as igrejas, os clubes literários e os laboratórios dos cientistas. (VEYNE, 1998: 87).

Se por um lado, o tempo da história das ciências não pode ser um fio lateral do curso do tempo, entretanto, por outro, o tempo da produção da verdade científica tem uma viscosidade particular para cada disciplina nos mesmos períodos da história política e econômica. (CANGUILHEM, 1972: 18). Conforme sustentou Michel Foucault, se há ligação entre uma determinada prática política ou conjuntura econômica e um discurso científico, não é porque esta prática ou esta conjuntura mudaram a consciência dos homens, sua maneira de perceber as coisas, de perceber o mundo e, depois, a forma de seu conhecimento e o conteúdo de seu saber. Também não é porque elas se fizeram refletir de maneira mais ou menos clara e sistemática em conceitos, noções e temas que foram, em seguida, importados por uma disciplina científica. Sua relação é a um só tempo muito mais *direta* e *discreta*, na medida em que a prática política e a conjuntura econômica não transformam *per si* nem o sentido nem a forma do discurso científico, mas suas condições de emergência, de inserção e de funcionamento – todo o aparato social que o sustenta, condiciona e possibilita. Não se pode

absolutamente afirmar que as transformações nas condições de existência e funcionamento de um dado discurso científico se *refletem*, se *traduzem* ou se *exprimem* nos conceitos, métodos ou enunciados desta ciência. O que é transformado por uma mudança na prática política ou na conjuntura econômica não são os *objetos* de estudo da ciência referida, mas o sistema específico que oferece ao seu discurso um *objeto possível*; não os métodos de análise ou os conceitos que se pode empregar neste campo de conhecimento, mas o sistema de sua formação. (FOUCAULT, 1972-1: 74-76).

Dito de outra forma, as conjunturas políticas e econômicas não possuem um papel taumatúrgico em relação ao discurso científico, elas não o fazem *florescer* ou *enraizar-se* em uma ou em outra direção. Estes contextos não discursivos transformam as condições de existência e os sistemas de funcionamento do discurso – o que é uma coisa distinta. Tais transformações, contudo, não são arbitrárias, mas “operam num domínio que tem sua configuração e que, por conseguinte, não oferece possibilidades indefinidas de modificações. A prática política [por exemplo] não reduz ao nada a consistência do campo político no qual ela opera.” (FOUCAULT, 1972-1: 76).

Assim sendo, interessa aqui, por exemplo, o regime político autoritário vigente de 1964 a 1985 não como um fato em si, inescapável e totalizante, mas apenas e na medida em que ele venha a relacionar-se com a fatia de vida que aqui está em foco.⁴ Procedendo desta forma, acredito me apropriar de maneira válida do modelo de trabalho proposto por Castro Faria ao início de palestra sobre a constituição do campo da antropologia no Brasil. (CASTRO FARIA, 2006-1: 15-17).

4. A documentação constante no Acervo Castro Faria que testemunha o relacionamento entre este antropólogo e Pe. Rohr encontra-se na interseção entre os âmbitos privado e público. Seu tema principal é o estudo e a conservação dos sambaquis localizados no Estado de Santa Catarina, e sabe-se há muito que os conteúdos são indissociáveis das formas e dos meios nos quais são expressos. Verifica-se na correspondência trocada entre Castro Faria e Pe. Rohr uma intimidade crescente, intimidade que é posta a trabalhar em favor de interesses científicos e de conservação patrimonial, ou seja, de interesses que dizem respeito ao mundo público dos sujeitos enquanto produtores de conhecimento e cidadãos.

⁴ Para estas *informações de contexto* apenas eventualmente relacionadas aos temas pertinentes à análise da documentação de que dispus, utilizei, quando necessário, principalmente os bem escritos trabalhos do brasileiro Thomas Skidmore (SKIDMORE, 1988; SKIDMORE, 2007) e do jornalista Elio Gaspari (GASPARI, 2002-1; GASPARI, 2002-2; GASPARI, 2003; GASPARI, 2004).

Justamente por isto, esta documentação também se encontra na fronteira entre autenticidade e sinceridade, considerando a distinção feita entre estes termos por Trilling.⁵ São, portanto, documentos nos quais os sujeitos tanto tratam de si mesmos como um instrumento interessado na promoção de objetivos públicos e éticos – i.e. o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas e a conservação do patrimônio pré-histórico brasileiro – quanto fazem isto como um fim em si mesmo, obedecendo a necessidades interiores de caráter confessional e de construção do *eu* no encontro com o *outro*. (TRILLING, 1971).

Os documentos de um acervo pessoal colocam de um modo especialmente *ardente* ao historiador a ilusão de que se pode ter um acesso direto, *íntimo* ao passado. A tipologia dos papéis que utilizamos, especialmente as cartas particulares e fotografias, torna ainda mais aguda a natureza da armadilha enfrentada pelo pesquisador que se dispõe a lidar com elas. (HEYMANN, 1997; GOMES, 1998; CRUZ, 2011-1). O problema é que não se pode tomá-los como espontâneos, como registrando de fato a história. Trata-se de “um prato cheio e quente”, que “para ser degustado com o prazer que pode proporcionar”, os historiadores devem abordar munidos “dos nada novos procedimentos de crítica às fontes, guarnecidos com escolhas teóricas e metodológicas capazes de filtrar o calor, de maneira a não ter a boca queimada.” (GOMES, 1998: 125). É necessário desnaturalizar os próprios registros da mesma forma que se pretende desnaturalizar os acontecimentos; deve-se contornar a todo custo sua “força de simular o transporte no tempo, a imersão na experiência vivida, de forma direta, sem mediações.” (HEYMANN, 1997: 41). Para isto, deve-se considerar, antes do mais, que nenhum documento é inocente, que nenhum deles *espelha o efetivamente acontecido*; marcam-no *deformações específicas*, intrínsecas e necessárias, superposições de significações que se organizam a maneira das cascas de uma cebola sem núcleo. (GINZBURG, 2002-2: 44-45; ALBUQUERQUE JR., 2007-1: 8-10) Tomar consciência deste inescapável perspectivismo permite tomá-lo como uma questão construtiva, fazê-lo matéria de pesquisa e, desta forma, reconstituir uma versão mais refinada daquilo que, na falta de termo melhor (e talvez de forma muito pretensiosa), continuamos a chamar de realidade. Cartas e fotos não

⁵ De acordo com Trilling, as noções de autenticidade e sinceridade são tributárias de distintos regimes de moralidade. A autenticidade, filha da modernidade, implica a admissão de que a verdade não é única ou absoluta, mas circunscrita socialmente. Ser autêntico seria, portanto, agir de acordo com a verdade que se impõe em determinado arranjo do jogo social, o que permite uma estratégica margem de manobra para que os indivíduos atinjam seus objetivos ao mesmo tempo em que observam estritamente os contratos e compromissos assumidos. A sinceridade, por outra parte, desenvolvida com o romantismo, relaciona-se com a ideia de que as pessoas devem ser, antes do mais, fiéis à sua verdade interior, absolutizando sua perspectiva e perseguindo uma perfeita correspondência entre sua motivação íntima e suas ações, independentemente das transgressões que isso possa ocasionar. (TRILLING, 1971).

falam, e, se não questionados, dão testemunho apenas de sua materialidade bruta, mas eles podem ser utilizados, em seus registros e em seus silêncios, como evidências das relações sociais, dos posicionamentos políticos e das categorias intelectuais instrumentalizadas por seus produtores. (BLOCH, 2001: 77-78; KOSELLECK, 2006-1: 186-187).

Isto considerado, procedeu-se na análise da correspondência entre Castro Faria e Pe. Rohr de uma forma similar àquela que Rebecca Gontijo e Paula Virgínia Pinheiro Batista abordaram a correspondência entre João Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo (GONTIJO, 2004; GONTIJO, 2005; BATISTA, 2008). Em tais missivas, portanto, buscou-se não apenas informações sobre acontecimentos, mas considerar o seu estilo, suas formas de designação, o quadro de sua produção, envio, recepção e guarda, tomando todos estes fatores como testemunhos involuntários de intencionalidades, perspectivas e posicionamentos científicos e políticos dos / em relação aos agentes sociais nela implicados de alguma forma. Tomaram-se as cartas não apenas como um registro de um relacionamento, mas como parte da construção deste relacionamento e das partes nele implicadas; como meios comunicativos, não como suportes estáticos.⁶

No decorrer da pesquisa que sustentou a redação deste trabalho, contudo, outros tipos de documentos a respeito do relacionamento entre Castro Faria e o Pe. Rohr foram achados no Acervo Castro Faria. Entre estes, em quantidade não pequena, destacam-se as fotografias. Para seu uso analítico, considerou-se, antes do mais, que elas são a um só tempo vestígio e construção de uma realidade. A análise deste tipo de imagem e, de modo mais geral, o estudo histórico baseado em documentos iconográficos é hoje um campo vasto e transpassado por variados tipos de aportes teórico-metodológicos. Optou-se aqui pela simplicidade de considerá-la como estrutura narrativa análoga aos demais documentos, ainda que seja evidente a sua natureza não linguística; trata-se da abordagem que Alberto Maguel caracterizou como sendo a do *espectador comum* (MANGUEL, 2001). Estrutura análoga,

⁶ Cf. BLOCH, 2001, p. 78: “(...) até nos testemunhos mais resolutamente voluntários, o que os textos nos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser o objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender, sem haver pretendido dizê-lo. Em Saint Simon, o que descobrimos de mais instrutivo? Suas informações, frequentemente inventadas, sobre os acontecimentos do reino? Ou a espantosa luz que as *Memórias* nos lançam sobre a mentalidade de um grande senhor, na corte do Rei-Sol? Entre as vidas dos santos da alta Idade Média, pelo menos três quartos são incapazes de nos ensinar qualquer coisa de concreto sobre os piedosos personagens cujo destino pretendem nos retrair. Interroguem-nos, ao contrário, sobre as instituições, as maneiras de viver ou de pensar particulares às épocas em que foram escritas, todas as coisas que o hagiógrafo não tinha o menor desejo de nos expor. Vamos achá-las de um valor inestimável. Em nossa inevitável subordinação em relação ao passado, ficamos, portanto, pelo menos livres no sentido de que, condenados sempre a conhecê-lo exclusivamente por meio de seus vestígios, conseguimos todavia saber sobre ele muito mais do que ele julgara sensato nos dar a conhecer. É, pensando bem, uma grande revanche da inteligência sobre o dado.”

também narrativa, e não mera ilustração de uma narrativa: a noção de que as imagens não apenas exemplificam ou fixam certos argumentos dos textos, mas tem a peculiar capacidade de os (re) dimensionar, modificando a sua compreensão, foi extraída de artigo do próprio Castro Faria (1998-2). Segue-se nesta abordagem a indicação de Boris Kossoy, para quem “a fotografia valorada como fonte primária presta um inestimável auxílio aos estudos históricos enquanto imagem fotográfica, que, de forma testemunhal, nos mostra em seu conteúdo uma parcela de realidade congelada no espaço e no tempo possibilitando a reconstituição de aspectos vários da cena passada.” (KOSSOY, 1980: 41). Este mesmo autor reitera ainda que “(...) A imagem fotográfica pode e deve ser utilizada como uma fonte primária visando à recuperação das informações. Deve o pesquisador, entretanto, ter em mente que o assunto representado – o conteúdo da imagem – representa apenas um fragmento da realidade e, portanto, um e só um ‘quadro’ da realidade passada, o que significa um *aspecto determinado*.” (KOSSOY, 1980: 43). Também foi uma referência importante à síntese de Ana Maria Mauad sobre a dimensão histórica da imagem fotográfica e as possibilidades efetivas de utilizá-la na composição de certo conhecimento sobre o passado. (MAUAD, 1996). De um modo geral, o uso da documentação imagética que aqui se intentou fazer foi inspirado no que fez Carlo Ginzburg em seu *Investigando Pierro* (GINZBURG, 2010). Ou seja, procurou-se usar as imagens, em conjunto com documentos não imagéticos, para se realizar a reconstrução analítica da estrutura e da dinâmica daquela intrincada rede de relações que um produto cultural humano, mesmo o mais elementar, pressupõe. O principal suporte documental do trabalho, contudo, permaneceu sendo a correspondência trocada entre Castro Faria e Pe. Rohr, o que justifica a manutenção neste volume de um título que faz uma referência específica a este tipo de documento.

Para fins de organização e com vistas a um processamento mais eficaz dos dados disponíveis, abordou-se a documentação encontrada dividindo-a em quatro partes. Tal recorte é certamente arbitrário, mas não aleatório; assenta-se em uma ordenação que é de ordem cronológica e temática. Na primeira parte, temos os *documentos de apresentação*: uma carta enviada por Pe. Rohr a Castro Faria, de 21 de agosto de 1960, e uma carta enviada por Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade *sobre* Pe. Rohr, de 23 de maio de 1962. Na segunda parte, temos os *documentos de colaboração científica*: cartas de Castro Faria a Pe. Rohr datadas de 26 de julho de 1963 e 14 de julho de 1964; cartas de Pe. Rohr a Castro Faria datadas de 31 de julho e 3 de novembro de 1963, de 29 de julho e 31 de dezembro de 1964, e de 6 de outubro de 1966; um conjunto de fotografias de um período de trabalho comum em

um sítio arqueológico indicadas por Castro Faria como sendo de julho de 1964. Na terceira e última parte, temos os *documentos de colaboração patrimonial*: uma carta de Castro Faria a Pe. Rohr, de 6 de dezembro de 1971; a resposta deste, datada de 16 de dezembro do mesmo ano; e dois recortes de jornal com declarações de Pe. Rohr que foram recolhidos por Castro Faria a seu acervo. Por fim, há dois *documentos de despedida*: um *santinho* distribuído no funeral de Pe. Rohr, falecido em 1984, e o necrológio que Castro Faria escreveu em homenagem deste.

Esta organização artesanal da documentação relaciona-se de maneira orgânica com a estrutura deste trabalho, apesar de não serem estes papéis, mas sim a relação que eles construíram e testemunham o objeto de meu estudo. No primeiro capítulo, *Afinidades eletivas*, trata-se do contato estabelecido por Pe. Rohr com Castro Faria; das posições sociais e trajetórias culturais destes dois agentes até aquele momento; e dos termos em que eles então colocavam a problemática do estudo e da preservação dos sambaquis. No segundo capítulo, *A trama da colaboração*, acompanha-se o relacionamento entre Castro Faria e Pe. Rohr na década de 1960, considerando-se a sua inserção no campo da pesquisa em arqueologia brasileira, sua interface com os instrumentos jurídicos e o aparato governamental envolvidos na definição e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, os vínculos institucionais, os fluxos de recursos, os posicionamentos sociais, as categorias cognitivas e as redes macro e micropolíticas que possibilitaram e constrangeram o desenrolar desta relação, fazendo com que ela assumisse a sua feição específica. No terceiro capítulo, *O jardim dos caminhos que se bifurcam*, considera-se a significativa alteração, verificada a partir de 1968, dos pesos relativos de Castro Faria e Pe. Rohr no campo dos estudos e da preservação dos sambaquis; trata-se da comunicação estabelecida entre eles quando da posse de Pe. Rohr como presidente do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina; da participação de Castro Faria no debate que se segue ao falecimento de Pe. Rohr e da interpretação que, no âmbito deste, ele tece do trabalho deste jesuíta arqueólogo; e das divergências existentes entre as definições de arqueologia sustentadas por estes dois homens de ciência, enfatizando-se as suas motivações e implicações cognitivas e políticas.

CAPÍTULO 1

AFINIDADES ELETIVAS

Procurando em Paris certas coisas que me interessavam, vi que a convivência com tal homem seria para mim tesouro inapreciável. (POE, 1965: 68).

Em algum momento do fim de agosto de 1960, Luiz de Castro Faria recebeu em sua sala no Museu Nacional – sala ainda hoje marcada com seu nome – uma carta que lhe havia sido remetida a 21 daquele mês desde Florianópolis, Santa Catarina. O autor desta era João Alfredo Rohr, padre da Companhia de Jesus, que lhe escrevia desde o Colégio Catarinense, administrado por sua ordem religiosa. Nesta carta, Pe. Rohr comunicava a Castro Faria que recebeu em empréstimo um texto de sua autoria, *O problema da proteção aos sambaquis*, publicado originalmente em dezembro de 1959 no v. 49 dos *Arquivos do Museu Nacional*. Dizia-se “vivamente impressionado” com o que lera neste, e pedia-lhe que enviasse a ele “um exemplar da sua importante publicação”, assim como “qualquer outra publicação deste gênero que o Museu [Nacional], por acaso, estiver distribuindo.”¹ Em permuta, Pe. Rohr encaminhava-lhe com a carta um exemplar de sua “modesta publicação, referente a uma jazida da Base Aérea de Florianópolis.”²

Mais do que o objetivo pragmático de conseguir um texto para sua biblioteca cujo acesso não lhe era fácil, a carta de Pe. Rohr parece-nos ter, antes do mais, o objetivo de apresentar seu trabalho a Castro Faria, de expor sua preocupação comum e concordância de posições no referente à questão da destruição dos sambaquis. A respeito do texto de Castro Faria, escreve Pe. Rohr que

“(…) Emocionaram-me particularmente aqueles esqueletos, em sua posição acocorada, tal qual existem também aqui na Ilha de S. Catarina. Admiro o trabalho tanto mais porque conheço por experiência as horas de trabalho paciente e minucioso que se requerem para deixar um esqueleto frágil de sambaqui em condições de fornecer motivos tão expressivos para a fotografia e a clichéria. Tanto mais chocante é a vandálica destruição destas jazidas, da qual V. S. apresenta documentos tão eloquentes. Infelizmente,

¹ Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 21 de agosto de 1960. CFDA 11.10.629. Acervo Castro Faria (CF). Arquivo de História da Ciência, Museu de Astronomia e Ciências Afins (AHC-MAST/MCT).

² Id.

essa destruição continua ainda em nossos dias, como tivemos ensejo de testemunhar no mês passado na Ilha de S. Francisco do Sul.”³

Esse prolongamento do comentário sobre o texto de Castro Faria em uma exposição de seu próprio trabalho é particularmente revelador. Pe. Rohr faz questão de ressaltar que teve contato pessoal com os esqueletos que se encontram dentro dos sambaquis, que admira o trabalho de preparação destes para a fotografia e a clichéria porque conhece *por experiência* a paciência e minúcia que ele requer, e que *testemunhou* a destruição que ainda se empreende contra eles. Em algum momento da segunda metade dos anos 1950, Pe. Rohr havia escrito ao Padre Geral da Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus, ao qual se encontrava vinculado, que havia descoberto ser, se não uma grande luz, ao menos um “grande cavador”. (Cit. SCHMITZ, 1985: 12). Ele tinha consciência de seu trabalho, do esforço que ele exigia, e, com esta carta a Castro Faria, queria se fazer reconhecido profissionalmente não apenas por seus confrades. O porquê da necessidade desse reconhecimento e o seu significado em termos práticos, ver-se-á pouco adiante.

Para dimensionar de forma adequada esta carta e o relacionamento que ela inicia, relacionamento que consideraremos a partir do material constante no Acervo Castro Faria que o evidencia, é necessário deter-nos um pouco para estabelecer quem eram as pessoas nele envolvidas e quais eram as circunstâncias que os poderiam unir e / ou afastar. Não se quer, contudo, narrar estas vidas como uma série única e suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um sujeito cuja ilusória constância é garantida quase que só apenas por uma definição nominal. O que se faz é a descrição de uma “série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (...) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações.” (BOURDIEU, 1998: 189). Não fazê-lo seria “quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto de metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.” (BOURDIEU, 1998: 189-190). Como aconselhou Castro Faria, diz-se “apenas o mínimo, apenas para situar-me, quando indispensável.” (CASTRO FARIA, 1993-1: 1).

³ Id.

1.1. Um cavador de batina: Pe. João Alfredo Rohr, S. J.

João Alfredo Rohr, o remetente, era gaúcho, nascido em Arroio do Meio, de família camponesa de ascendência alemã. Criou-se em ambiente muito marcado pela religião católica e muito cedo ingressou na carreira eclesiástica na Companhia de Jesus. Realizou o ginásio e as faculdades de Filosofia e Teologia, parte integrante da formação de todo padre católico, nos seminários jesuítas de São Leopoldo e Pareci Novo, ambos no Rio Grande do Sul. Estudou com professores de origem igualmente alemã, sendo educado em um modelo educacional europeu. Enquanto estudava os clássicos da escolástica neotomista, Rohr formou com os colegas Aloysio Sehnem e Eugênio Leite (jesuítas), José Pivetto (palotino) e Raulino Reitz (agostiniano), um clube científico, orientado por seus professores Balduino Rambo (botânico e etnólogo), Pio Buck (entomólogo) e João Evangelista Rick (micólogo), “destacados membros da Companhia de Jesus, ordem que sempre cultivou o espírito de investigação científica e o discurso filosófico.” (REITZ, 1985: 19). Seus primeiros interesses científicos foram na área da botânica, mas como já trabalhava nela o Pe. Rambo, figura de grande ascendência intelectual, Rohr não prosseguiu rumo à especialização neste campo. Completo o curso de filosofia, foi designado para dar aulas de aritmética e italiano aos recém-ingressos em sua ordem, e de história natural aos seminaristas maiores. Começou então a trabalhar nos museus, que então existiam em todos os estabelecimentos de ensino administrados pela Companhia de Jesus, incluindo os seminários. De acordo com memória escrita por seu confrade jesuíta e arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz por ocasião do falecimento de Pe. Rohr, tais museus reuniam “amostras do reino mineral, vegetal e humano, numa globalidade que hoje em dia perdemos.” (SCHMITZ, 1985: 12). Exemplos destes espaços encontravam-se no Colégio Catarinense, de Florianópolis, no Colégio Anchietano, de Porto Alegre, no Colégio Cristo Rei e no Ginásio Nossa Senhora da Conceição, ambos de São Leopoldo.

Rohr foi ordenado sacerdote em 1939 e em 1941 foi designado para o trabalho no Colégio Catarinense de Florianópolis. Trata-se então de instituição mantida por convênio entre a Companhia de Jesus, através da filantrópica Sociedade Antônio Vieira, e o Governo do Estado de Santa Catarina. Aí Pe. Rohr iria viver os anos restantes de sua vida, atuando como professor, administrador, capelão, confessor, pesquisador e até mesmo como motorista

e transportador. De 1942 a 1964 deu aulas de física, química e ciências naturais. Depois de mais de duas décadas de magistério, as aulas lhe foram retiradas devido a um equívoco onde a direção deu ouvido à queixa de um aluno contra um professor. O sofrimento consequente não o fez parar suas atividades, nem pedir transferência para outra comunidade, mas – *felix culpa!* – investir as suas forças nas pesquisas arqueológicas, que tornaram a ele e a sua comunidade conhecidas em todo o Brasil e mesmo para além de suas fronteiras. (SCHMITZ, 1985: 12-13).

Não se tratou esta de uma curva improvisada. Praticamente desde sua chegada ao Colégio Catarinense, Pe. Rohr cuidou do Museu de História Natural, Física e Química aí existente. Agregou a este um setor de etnografia em 1954, um orquidário e uma exposição arqueológica em 1955. Não tardou a entregar os laboratórios de física e química aos cuidados de outros, mas permaneceu responsável pela conservação, ampliação e divulgação das demais seções até o fim da vida. Tratava-se de “coleções mineralógicas, animais empalhados e conservados em frascos, orquídeas, objetos etnográficos, arqueológicos e históricos.” (SCHMITZ, 1985: 15). Em 1964 o caráter arqueológico deste gabinete tornar-se-ia claramente mais importante que os demais, quando o Museu do Colégio Catarinense transformou-se em Museu do Homem do Sambaqui. Tratava-se de coisa muito coerente com a trajetória científica do responsável por sua gênese. De fato, desde a primeira metade da década de 1950, Pe. Rohr dedicava-se cada vez menos à botânica, seu primeiro interesse científico, e cada vez mais aos estudos em arqueologia. Em 1948, enquanto era diretor do Colégio Catarinense, Pe. Rohr adquiriu de Carlos Berenhauser, rico comerciante do ramo têxtil de Florianópolis, um importante acervo de peças provenientes de sambaquis e outros sítios pré-históricos localizados no território de Santa Catarina. Este conjunto havia sido reunido por um período de quase quarenta anos graças à contínua disposição de Berenhauser em trocar com os agricultores da Ilha de Santa Catarina quaisquer peças arqueológicas que eles encontrassem nos campos por retalhos de tecido. (SCHMITZ, 2007: 69). Por outro lado, tanto no trabalho pastoral quanto nas excursões que fez pela Ilha para encontrar samambaias e orquídeas para a sua coleção, Pe. Rohr “ia-se encantando com os sambaquis e as inúmeras manifestações do homem primitivo” (REITZ, 1985: 21) que aí se podiam encontrar.⁴ Pe.

⁴ Nem só de encanto, entretanto, fizeram-se estes contatos iniciais de Pe. Rohr com os sambaquis e demais sinais de povoamento indígena antigo na Ilha de Santa Catarina, protestam alguns. Dois anos antes de adquirir a Coleção Berenhauser, Pe. Rohr retirou da Praia do Santinho, no município de Florianópolis, um bloco de diabásio com gravura de representação humana, recolhendo-o ao museu do Colégio Catarinense. Segundo Comerlato, esta ação “gerou grande revolta na comunidade local e, posteriormente, opiniões divergentes entre os

Rambo, confrade e ex-professor de Pe. Rohr, diretor do Herbário Anchieta e professor titular das Cátedras de Etnologia Geral e Etnografia do Brasil (desde 1941) e de Antropologia (desde 1950) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), teve importante influência na

arqueólogos.” (COMERLATO, 2005: 151). O recolhimento desta gravura rupestre, denominada pelos populares de Santinho, levou centenas de pessoas a uma passeata em frente ao Colégio Catarinense; moradores da Praia dos Ingleses percorreram então algumas dezenas de quilômetros para exigir explicação da administração da escola, da Companhia de Jesus e dos governos municipal e estadual a respeito. A pesca foi ruim naquele ano e os devotos do Santinho atribuíram a culpa a Pe. Rohr. É muito tentador enquadrar este como um dos típicos conflitos entre a hierarquia eclesiástica e a religiosidade popular que caracterizaram o advento do catolicismo romanizado. Menciona-se que a reação popular ao desaparecimento do Santinho foi um dos fatores que levou, de um lado, ao posterior afastamento de Pe. Rohr da docência no Colégio Catarinense, e, do outro, à sua dedicação às pesquisas e conservação dos vestígios remanescentes do povoamento indígena antigo em território catarinense.

Pe. Rohr enumera esta peça polêmica em sua *Contribuição para etnologia indígena do estado de Santa Catarina*, descrevendo-a nos seguintes termos: “(...) Pedra com inscrição em figura de homem, a pedra é o famoso ‘Santinho’, venerado pelos pescadores da Praia dos Ingleses; perna direita 162 mm, esquerda 154 mm, tronco 58 mm, braço direito 89 mm, esquerdo 126 mm; cabeça formada por um círculo de diâmetro interno de 66 mm e externo de 102 mm; largura dos frisos geralmente 20 mm. O tamanho original da pedra era de 1,35 m de comprimento, 1 m de largura e 79 cm de grossura, e um peso aproximado de 1.300 quilos. Depois de cortada e trazida ao Ginásio [i. e. ao Colégio Catarinense], em 1946, ficou reduzida a: pes. 112 kg; cpto. 430; lga. 400; gr. 240. Material: basalto. Local: Praia do Santinho. Colecionador: P. Rohr e P. Braun. Procedência: Museu do Colégio.” (ROHR, 1950: 14-15). Neste mesmo escrito, Pe. Rohr menciona a indefinição até então (e até agora) existente em relação ao significado deste tipo de material arqueológico: “(...) Grito de dor ou de amargura, pedido de alimento ou de socorro, indicação de caminho ou de cemitério, pedido de paz ou de guerra, brinquedo de índio... O certo é que as inscrições, até hoje, se conservam indecifráveis, cerradas ante a curiosidade do homem.” (ROHR, 1950: 12). Em artigo escrito quase duas décadas depois, Pe. Rohr registrou que “(...) A Praia do Santinho tem o seu nome derivado de um petroglifo, em forma de boneco, gravado em um bloco de diabásio, ao qual o povo simples dos arredores tributava culto, acendendo velas. Sem estarmos a par destas ocorrências, há 25 anos, junto com outras itacoatiaras da mesma praia, transportamos ao museu [do Colégio Catarinense] este pretense Santinho.” (ROHR, 1969).

O referido bloco no qual está gravado o Santinho não se encontra atualmente nas dependências do Colégio Catarinense, nem acervo do Museu do Homem do Sambaqui. Relata-se que ele teria sido visto no Colégio Anchieta, de Porto Alegre, educandário irmão do Colégio Catarinense, e que o Pe. Pedro Ignácio Schmitz, também jesuíta e arqueólogo, teria recolhido esta peça ao Instituto Anchietano de Pesquisas, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, em algum momento da década de 1960. Nenhuma destas informações, entretanto, parece ser segura, de modo que a sua localização permanece desconhecida.

Observe-se que se o Santinho não fosse objeto de um culto popular é pouco provável que se prestasse atenção ao seu sumiço, dado que era então hábito que os pescadores escrevessem por cima de pinturas rupestres similares ou mesmo que as quebrassem, com auxílio de picaretas e dinamite, em busca de tesouros perdidos, supostamente indicados por sua presença. Lembre-se também que atualmente ainda se encontram pequenos santuários em certos locais das praias da Ilha de Santa Catarina onde se localizou oficinas líticas ou itacoatiaras. (Há documentação fotográfica a respeito em <<http://www.feriasfloripa.com.br/arte-rupestre-cultura/a-arte-na-pedra>>, de onde foram extraídas outras informações constantes na presente nota. Acesso em outubro de 2012). Pe. Rohr não ignorou a possibilidade de ser esta devoção popular contemporânea uma continuidade, situada na longa duração, dos próprios motivos que levaram os paleoíndios catarinenses a gravar tais sinais nas rochas, talvez tomados de fascínio e terror diante da violência particularmente notável das praias em que eles se encontram. (ROHR, 1969).

Há quinze anos se anunciou que o caso do Santinho seria revisitado em documentário, com argumento de Luiz Alberto Martins, roteiro de Maurício Muniz e financiado por recursos dispostos pelo governo brasileiro, através da Lei Rouanet de Incentivo Cultural, e pela *Rainforest Foundation Japan*, de Tóquio. (Informações extraídas de <<http://www1.an.com.br/1998/jul/02/0ane.htm>>. Acesso em outubro de 2012). Infelizmente não pude encontrar este filme, nem sequer estabelecer com certeza se ele foi ou não mesmo realizado.

ampliação do interesse de Rohr na pesquisa arqueológica. Considerando que os levantamentos botânicos em Santa Catarina estavam bem amparados pelas pesquisadas desenvolvidas pelo pessoal do Herbário Barbosa Rodrigues, fundado em Itajaí no ano de 1942 pelo cônego Raulino Reitz, ex-colega de turma de Rohr, Pe. Rambo passou a orientar insistentemente Pe. João Alfredo no sentido de dedicar-se com exclusividade ao inventário e estudo dos numerosos locais de povoamento indígena antigo que se encontrava em terras catarinenses. (REITZ, 1985: 21; SCHMITZ, 2007: 70).

Esta ascendência de Pe. Rambo sobre Pe. Rohr é um indício que nos permite reconstituir de forma hipotética e aproximativa algo dos posicionamentos deste no campo da pesquisa sobre os primeiros habitantes do território brasileiro no começo da segunda metade do século XX. Nas atividades como catedrático na UFGRS, Pe. Rambo demonstrou sua adesão à reflexão da chamada Escola de Viena, também chamada de Escola dos Círculos Culturais. Tratava-se de abordagem historicista dos paralelismos culturais existentes entre os diferentes povos do mundo, que havia sido inaugurada e tinha seu principal dirigente no Pe. Wilhelm Schmdit, da Sociedade do Verbo Divino. Outras opções eram a Escola Histórico-Cultural de Franz Boas, predominante nos Estados Unidos e então bastante influente entre os antropólogos brasileiros, e a Escola Evolucionista de Tylor e Morgan, que havia marcado os textos de Marx e Engels e cujos princípios haviam sido parcialmente incorporados ao sistema ideológico da União Soviética. (SCHMITZ, 2007: 68).

A revista editada por Pe. Schmidt, *Anthropos*, teve grande penetração no mundo universitário e eclesiástico, e era repleta de relatos sobre o modo de vida de comunidades não urbanas que lhe eram enviados pelos missionários verbitas espalhados por virtualmente todos os pontos do globo. O pressuposto da reflexão da Escola de Viena era de que estas comunidades, assim como eram encontradas pelos missionários, eram verdadeiras representantes das sucessivas etapas da cultura humana através do tempo; ou seja, de que “os pigmeus do Congo e os bosquímanos do deserto do sul da África seriam testemunhas legítimas dos primeiros momentos do homem, os caçadores de grandes animais gregários nos dariam uma amostra da seguinte etapa, e assim sucessivamente, até se chegar à civilização.” (SCHMITZ, 2007: 68). Isto pressuposto, seria possível reconstituir não só a história, mas também, pelo recurso ao método analógico e indutivo, as formas econômicas, a organização social e as crenças do homem em todo o seu período de existência sobre a Terra. (SCHMITZ, TEIXEIRA, OLIVEN, MACIEL & SILVA, 2002: 280-281, SCHMITZ, 2007: 68). Tal

corrente de pensamento permitia ainda uma acomodação da pesquisa etnológica e arqueológica à doutrina sobre a criação do homem e a história de sua cultura apresentada em uma leitura direta da Bíblia e na tradição da Igreja Católica, o que era uma vantagem para sua adoção e promoção pelos padres jesuítas.⁵ De acordo com Schmitz, nos anos 1940 e 1950, o evolucionismo era reconhecido como essencialmente ateu pelas autoridades eclesiásticas e Pe. Rambo “tinha uma especial dificuldade em aceitar uma teoria generalizada da evolução, que incluía a espécie humana e sua cultura, porque nas suas plantas ele não via essa evolução” (SCHMITZ, 2007: 68).

Com a morte de Pe. Schmidt, contudo, morreu também a Escola da qual ele era o grande luminar. Pe. Rambo ficou muito desgostoso com este ruir. Constatando o caráter mistificador e especialmente problemático de alguns de seus pressupostos, a imensa maioria seguidores da Escola de Viena, não se preocupou em retomar para reexaminar e reestruturar sua reflexão e o grande conjunto de dados nos quais ela se alicerçava. Eles voltaram-se naturalmente para o trabalho de Franz Boas e seus seguidores, que também eram marcados por um caráter histórico e difusionista. Como assinalou Schmitz, que fez ele mesmo essa transição, esta “simplesmente foi passar de uma escola histórica, de grande difusionismo, para uma escola histórica menos difusionista, que trabalhava com assuntos mais concretos e mais controláveis, em que os pressupostos estavam mais próximos e não sendo postos em discussão.” (SCHMITZ, TEIXEIRA, OLIVEN, MACIEL & SILVA, 2002: 281). Pode-se, entretanto, ver a marca de uma formação dentro da escola do Pe. Schmidt em certas inferências feitas por Pe. Rohr para resolver alguns dos enigmas com os quais se depara em suas escavações arqueológicas. Em certa altura do relato do estudo realizado no sítio da Praia da Tapera, por exemplo, questionando-se sobre a disposição particular dos sepultamentos ali encontrados, menciona que

⁵ V. POLIAKOV, 1974: 113 e nota correspondente, n. 24. O arqueólogo australiano Vere Gordon Childe, referindo-se ao grupo reunido em torno da Revista *Anthropos* e da reflexão do Pe. Wilhelm Schmidt, precisou que “(...) A ‘escola histórica’ dos missionários católicos romanos e seus instrutores arqueológicos e antropológicos reviveu e revestiu de termos científicos a doutrina medieval da ‘queda do homem’ por ter provado da árvore do conhecimento.” (CHILDE, 1978: 19). Childe reconhece na interpretação dos dados arqueológicos e antropológicos da Escola de Viena uma perspectiva similar àquela adotada, paralelamente, pelos difusionistas ingleses e norte-americanos, e contrapõe todos estes à “(...) filosofia fascista, exposta de forma mais clara por *Herr* Hitler e seus partidários acadêmicos, mas por vezes mascarada de eugenia na Inglaterra e nos Estados Unidos, [que] identifica o progresso com uma evolução biológica concebida de forma igualmente mística.” (CHILDE, 1978: 19-20).

“(…) Escreve o Pe. Edgar Schmidt, Missionário do Mato Grosso, em carta datada de 5 de julho de 1965: ‘Acabo de voltar de uma visita aos índios Caiabi. Irrompera entre eles uma epidemia de sarampo. Encontrei-os mergulhado em profunda tristeza e desânimo. Dez pessoas já haviam morrido e as choupanas, aliás repletas de artefatos e objetos de adorno, achavam-se vazias. *Quando morre um membro da família, fazem o sepulcro precisamente no local sobre o qual se achava estendida a sua rede de dormir e sepultam, junto com o defunto, todos os seus pertences.* Às vezes dão vasa mento ao seu luto de maneira ainda mais drástica. Os parentes mais chegados ao defunto renunciam ao objeto de maior estimação ou que mais falta vai lhe fazer. Um inutiliza uma grande bacia, outro mata a sua arara de estimação, o terceiro sacrifica seu cachorro, etc.’ § Vemos daí que, ainda hoje em dia, persiste, entre aqueles indígenas o hábito de sepultarem os defuntos no chão de suas próprias habitações. § Admitimos que os sepultamentos dos homens da Tapera também se efetuassem dentro da própria maloca, ao redor das paredes. A planta topográfica [desta jazida arqueológica] nos apresenta uma série de núcleos circulares e semicirculares de sepultamentos. Alguns núcleos inclusive têm fogões no centro e existe uma abertura no círculo de sepultamentos. Esta abertura representaria a porta da maloca, sob a qual, evidentemente, não se faziam sepultamentos. § Algumas vezes parece ter havido reconstrução de malocas sucessivas no mesmo lugar. Em decorrência disto, os círculos e semicírculos de sepultamentos acham-se um tanto perturbados e misturados.” (ROHR, 1966-1: 11-12. Grifo no original).

Mais adiante, ainda no relato desta mesma escavação, lidando com uma circunstância de sepultamento que lhe parecia particularmente merecedora de esclarecimentos, adota procedimento analítico similar, observando que

“(…) Os índios Nambiquaras do Mato Grosso e outras tribos indígenas, ainda hoje em dia, sepultam a criança sobrevivente junto com a mãe falecida, porque desesperam em poder nutri-la. O Pe. João Dornstauder, S. J., muito a custo conseguiu arrancar das mãos dos coveiros indígenas uma destas infelizes crianças, que está sendo hoje criada na Missão Jesuítica de Diamantino. § Dois sepultamentos da Tapera estão a sugerir prática idêntica de barbarismo. (...) Sepultados em decúbito ventral, cada qual deles tinha associado o esqueleto de um infante, que vinha descansando, paralelamente sobre o esqueleto da mãe.” (ROHR, 1966-1: 13-14).⁶

⁶ De acordo com Ribeiro a análise comparada de vestígios arqueológicos e dados arqueológicos para o entendimento de práticas funerárias fez-se de *pela primeira vez* apenas com a dita *Nova Arqueologia* anglo-saxônica das décadas de 1960 e 1970. Como *certidão de nascimento* desta abordagem ela cita o artigo *Ethnography and archeological interpretation of funerary remains*, de Peter John Ucko, publicado em 1969 no segundo número da revista *World Archaeology*. (RIBEIRO, 2007: 72). Nesta afirmação, assim como em outros trechos de seu trabalho sobre a história da arqueologia das práticas funerárias, Ribeiro demonstra certo desconhecimento a respeito do que se produzia no Brasil nesta área de estudos – afinal, é evidente que Pe. Rohr já fazia o proposto por Ucko *antes* que ele o propusesse. Algumas características do trabalho de Ribeiro ficam evidentes em tais *desconsiderações*. Em primeiro lugar, a autora tomou como *arqueologia brasileira* basicamente as pesquisas arqueológicas cujos textos estão presentes nas bibliotecas da USP – caso grave de *paulistocentrismo*. Em segundo lugar, ela assume como característica constitutiva dos estudos arqueológicos feitos por brasileiros seu isolamento dos debates internacionais da área e, de modo mais geral, seu caráter *essencialmente* pouco reflexivo. Em terceiro lugar, os arqueólogos, brasileiros e estrangeiros, são representados em seu trabalho como análogos ao povo hebreu do Antigo Testamento: *duros de ouvido e de coração*, apartados, quase que de maneira necessária, das discussões travadas nas franjas mais vanguardistas dos antropólogos e (ainda mais) dos historiadores, das quais teriam o triste hábito de se inteirar apenas com algumas décadas de atraso.

Formado dentro da disciplina eclesiástica herdeira da Contrarreforma⁷, da tradição da enciclopédica erudição germânica e da cultura científica da Companhia de Jesus – que foi marcada em certo momento pela reflexão antropológica do Pe. Wilhelm Schmdit – Pe. Rohr engajou-se no trabalho com os sambaquis e outros tipos de sítios arqueológicos a ele relacionados inicialmente como função colateral de seu trabalho como educador e gestor cultural sediado no Museu do Colégio Catarinense. De acordo com Schmitz, apesar de Pe. Rohr ter sido o responsável individual pela realização do mais extensivo levantamento e escavação de sítios da arqueologia do sul do Brasil, sua vida não teve nada de especialmente extraordinário. A este respeito, observa que sua formação era a comum de todo jesuíta daquela província e momento histórico, sem estudos especiais; que seu lugar de atuação foi sempre o mesmo, a comunidade educacional do Colégio Catarinense; que não ocupou nenhuma posição superior na Companhia de Jesus e só raramente era chamado por sua Administração Provincial; que fez apenas duas curtas viagens para fora do país, para participar de congressos no México e no Uruguai, e que não chegou a executar nenhum projeto de pesquisa fora do estado de Santa Catarina; que nunca se descuidou de suas atividades como capelão, vigário e catequista. Segundo Schmitz, a grande preocupação de Pe. Rohr nos últimos dias não era a continuação de seu trabalho concreto no campo da pesquisa arqueológica, mas a de sua atuação global como jesuíta e sacerdote católico. (SCHMITZ, 1985: 15).

O primeiro trabalho de Pe. Rohr no campo das pesquisas arqueológicas, intitulado *Contribuição para a etnologia indígena do Estado de Santa Catarina*, foi apresentado no Primeiro Congresso de História Catarinense, realizado em 1948, e publicado pela Imprensa Oficial do Estado dois anos mais tarde.⁸ Trata-se de uma longa relação (112 p.) de parte do material etnológico pré-colombiano do museu do Colégio Catarinense. Esta coleção era formada tanto pelas peças compradas de Berenhauser quanto por outras aí recolhidas pelo

⁷ A respeito disto, para este caso específico, ver CRUZ, 2012.

⁸ Castro Faria também participou deste Congresso, realizado em comemoração ao segundo centenário da colonização açoriana da Ilha de Florianópolis, na condição de presidente da 6ª Seção, cuja abrangência era *Linguagem e Folclore*. A este tempo, ele já estava interessado no tema dos sambaquis; desde o ano anterior, 1947, havia começado a revisão da vasta bibliografia existente sobre o assunto. Não há evidência, entretanto, de que tenha aí assistido a apresentação de Pe. Rohr ou de que tenha lido esta sua *Contribuição para a etnologia indígena do Estado de Santa Catarina*. Trata-se de circunstância plausível, que poderia redimensionar a análise que aqui se faz da correspondência entre estes dois pesquisadores, fazendo supor um conhecimento mútuo e uma colaboração silenciosa uma dúzia de anos mais duradoura do que a que indicamos aqui. Não há, entretanto, nenhuma evidência na documentação aqui apresentada que indique algo neste sentido.

próprio Pe. Rohr e por seu confrade e colega professor, o geólogo Pe. Alvino Bertoldo Braun. Na descrição destes objetos contribuiu com Pe. Rohr, além do mesmo Pe. Braun, também o Pe. Jorge Alfredo Lutterbeck, historiador da Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus. Como prólogo a esta relação, há um breve estudo introdutório (7 p.) no qual se destaca que os primeiros habitantes do território brasileiro eram diferentes dos indígenas contemporâneos como o eram dos nativos do tempo da conquista europeia; que estes primeiros brasileiros devem ter sido os construtores dos sambaquis; que há controvérsia sobre a origem destes sítios arqueológicos e dúvida sobre a origem das pessoas que outrora habitaram junto a eles; que objeto de ainda mais interrogações são as inscrições rupestres encontradas em seus arredores. (ROHR, 1950: 5-12).

Neste pequeno texto, Pe. Rohr qualifica seu interesse neste tema como interesse de *naturalista*:

“(...) Ainda nos nossos dias, o olhar atento do naturalista constata nas rochas, de todas as praias da Ilha, bem como Estado de Santa Catarina, traços característicos e indeléveis do homem primitivo, como sejam itacoatiaras, pilões, machados de pedra, etc. Tivemos ensejo de assinalar e recolher ao museu etnológico [do Colégio Catarinense] material desta natureza na Praia dos Ingleses, Lagoa, Campeche, Ressacada, Armação do Sul e Pântano do Sul. Todas estas praias, hoje quase desertas, em tempos idos evidentemente constituíam vastos acampamentos indígenas.” (ROHR, 1950: 5).

E em outra parte:

“(...) Inscrições ou pseudoinscrições, deparam-se ao naturalista por toda a parte; nas rochas do litoral, nas ilhas, nas serras e nas grotas do interior [do Estado de Santa Catarina], sem que, até hoje, tenha aparecido uma única decifração, capaz de descobrir-lhes o significado. (...) Na Ilha de Santa Catarina há grande número de inscrições na Praia dos Ingleses. Possuímos fotografias de inscrições rupestres da ilhota que fica defronte da cidade de Porto Belo, bem como da Ilha dos Corais, que fica ao sul da Ilha de Santa Catarina. No Museu do Colégio Catarinense há duas itacoatiaras, uma procedente da Armação do Sul e a outra da Praia dos Ingleses.” (ROHR, 1950: 12).

Em 1958, após uma série de andanças assistemáticas em busca de material para a coleção do Colégio Catarinense, Pe. Rohr iniciou a escavação do sítio arqueológico de Caiacanga-Mirim, situado no terreno da Base Aérea de Florianópolis. A descoberta deste “monumento paleoetnográfico” (ROHR, 1959: 204) foi absolutamente fortuita. Em abril daquele ano, Pe. Rohr foi informado de que escavações levadas a efeito por operários da Base Aérea para o recolhimento de areia havia dado com numerosos restos humanos. Pe. Rohr foi

chamado ao local – talvez por ser sabido seu interesse neste tipo de assunto, talvez por sua condição de padre, ou seja, de especialista religioso que deve saber qual o procedimento a ser executado no caso da profanação de um campo santo, talvez por ambas as circunstâncias – e lá verificou tratarem-se de esqueletos indígenas. Uma rápida verificação provou ser o local em questão extenso sítio arqueológico, do qual, para a infelicidade de Pe. Rohr,

“(…) restava apenas pequena parte, talvez dez por cento, tendo o grosso da jazida sido destruída, na exploração do areal, sobre o qual assentava a jazida, propriamente dita. Para fazer-se uma ideia aproximada da extensão da jazida, basta dizer que operários mais antigos da turma de tarefeiros da Base afirmaram virem quebrando crânios já durante 15 anos. Houve entre eles até quem afirmasse ter encontrado um ‘camarada’, i. e. um esqueleto com arame farpado ao redor do pescoço.” (ROHR, 1959: 204).

De acordo com Pe. Rohr, esta afirmação seria decorrente da “falta absoluta de senso de observação e espírito crítico que, a par de interesses, caracteriza estes homens simples, na maioria analfabetos, no desempenho de suas tarefas”, do fato de que seu interesse naquela escavação “não ia além da areia”. (ROHR, 1959: 204). Tratavam-se dos mesmos fatores que ocasionavam que não dessem a menor atenção e descartassem sem pudor algum a grande quantidade de esqueletos, seixos polidos, caramujos, restos cerâmicos e coisas similares que iam desenterrando naquele exercício. Por outro lado, a mistura de arame farpado com antigos esqueletos indígenas era um indício do estado de confusão em que se encontrava o sítio arqueológico. Coberto por uma camada de terra de cor preta, o local encontrava-se distante menos de 100 metros do depósito de aviões abandonados da Base e outrora havia sido ocupado por modestas casas de famílias de pescadores; havia sido remexido por operários e cortada por tratores, de tal modo que até os seus contornos eram imprecisos. De acordo com prospecções feitas em diversos locais da praia e com informações colhidas junto aos operários, a jazida deveria ter primitivamente abrangido uma área acima de 1.000 metros quadrados, ocupando desde o local que, escavado, motivou o chamamento de Pe. Rohr até a área construída da Base Aérea, incluindo seus jardins, o prédio do corpo da guarda, os hangares, as oficinas e parte da estrada geral que conduzia até ela. Os operários informaram a Pe. Rohr que nas escavações para o lançamento das fundações de todos estes prédios eles haviam encontrado com numerosos restos humanos e,

“(…) Visto encontrarem-se os esqueletos enterrados numa cova rasa, feita na areia, praticamente entre a terra preta e a areia, não é de admirar que o operário, no seu trabalho, misturasse esqueletos de índios com pedaços de arame farpado; fragmentos de cerâmica indígena com cacos de vidro; machados de pedra com pedaços de velhos ferros de engomar; ossos de baleia com pedaços de avião, confundindo, de maneira espetacular, as culturas de séculos, quiçá de milênios diferentes.” (ROHR, 1959: 204).

Já em um primeiro momento Pe. Rohr teve a convicção de que, não obstante a perturbação do sítio, tratava-se um acúmulo de primitivos *restos de cozinha*, depositado naquela praia “no decorrer dos séculos pelas gerações que ali viveram, morreram e foram enterradas, semelhantes aos que os ingleses denominam ‘kitchen-midden’ e os dinamarqueses de ‘kjoekkenmoedding’.” (ROHR, 1959: 206). A correlação com os sambaquis e seus análogos do norte da Europa era antiga, estabelecida desde que apareceram as primeiras informações sobre os sítios brasileiros. (CASTRO FARIA, 1999-2: 207). De fato, haviam sido os relatos dos estudos pioneiros de sábios dinamarqueses sobre *restos de cozinha* que inicialmente supuseram serem indícios de povoamento viking, iniciados a partir da década de 1840, que estimularam a pesquisa de um vasto conjunto de jazidas análogas ao longo dos oceanos Atlântico e Pacífico, em áreas tão diversas quanto o Japão e o Brasil. (TRIGGER, 2004: 11).⁹ As outras pessoas capazes de interferir diretamente sobre o estado do sítio arqueológico da Base Aérea de Florianópolis, entretanto, tinham opiniões bastante diferentes daquela do jesuíta sobre o que era aquilo que havia sido descoberto.

Os operários atuantes na exploração do areal de Caicanga-Mirim e os pescadores da Ilha de Santa Catarina murmuravam ser aqueles esqueletos restos de um dilúvio universal. Os soldados rasos que serviam na Base Aérea, por outro lado, diziam que toda aquela gente deveria ter morrido em alguma batalha naquele mesmo local ou perecido em um naufrágio em águas próximas. Já os oficiais militares responsáveis supunham tratar-se de um velho cemitério abandonado, “que não podia ficar ali como um dique oposto à marcha avassaladora do progresso e da civilização do século vinte, e por isto, de uma ou de outra forma, era condenado a desaparecer.” (ROHR, 1959: 210). Foi com algum trabalho que Pe. Rohr obteve a autorização para proceder a um trabalho de salvamento do que ainda podia ser aproveitado cientificamente daquele sítio, recebendo para isto anuência do Ten. Cel. Nelson Asdrubal

⁹ Sobre o impacto do estudo das antiguidades escandinavas no desenvolvimento da arqueologia no continente americano, ver: HOLTEN & GUIMARÃES, 1997; LANGER, 2001; LANGER, 2002: 155-174 e notas correspondentes, nn. 62-78; TRIGGER, 2004: 10-11 e 100-105; DÍAZ-ANDREU, 2006: 13-14; e DOMINGUES, 2012. Quanto à documentação do século XIX, ver principalmente: RAFN, 1840; RAFN, 1845; e RODRIGUES, 1879.

Carpes e do Maj. Carlos Jorge Mirândola, comandantes em exercício da Base Aérea. Mesmo após isto, “somente pouco a pouco, devido ao aparecimento dos numerosos artefatos de pedra, cerâmica, objetos de adorno, etc. que conseguimos convencer o pessoal que aqueles esqueletos eram de índios.” (ROHR, 1959: 210).

Pe. Rohr realizou a exploração da parte ainda intata do sítio arqueológico de Caiacanga-Mirim inicialmente sob a orientação de seu confrade Pe. Schmitz, um jovem jesuíta que desde o ano anterior dividia com Pe. Rambo as tarefas de pesquisa arqueológica da Cátedra de Antropologia na UFRGS. Para este trabalho, Pe. Rohr também contou com a ajuda de Aderbal Ramos da Silva, ex-governador de Santa Catarina e proprietário da empresa Hoepke, que lhe cedeu um caro aparelho fotográfico, e de Carlos Buechele Jr., diretor do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, que colocou à sua disposição os desenhistas deste órgão governamental. (ROHR, 1959: 199, n.). Aliás, a colaboração de Buechele Jr. seria uma constante neste momento inicial das pesquisas arqueológicas de Pe. Rohr (ROHR, 1961: 5, nota; ROHR, 1962: 5, nota). Foi ele quem emprestou ao jesuíta o *O problema da proteção aos sambaquis* de Castro Faria e quem em Santa Catarina estava “tomando medidas tendentes a conservar ao menos alguns restos destes monumentos de nossa pré-história.”¹⁰

Entre abril e dezembro de 1958, Pe. Rohr realizou a exploração científica do terreno da Base Aérea de Florianópolis, onde coletou material que, “pela sua abundância e variedade, permitirá algumas preciosas deduções, referentes à cultura, ao ‘modus vivendi’ e aos traços raciais, que caracterizavam os construtores daquele reduto paleoetnográfico.” (ROHR, 1959: 208). É relevante o fato de que Pe. Rohr não tece todas as *preciosas deduções* que acreditava serem possíveis a partir do que havia escavado, mas procede, conscientemente ou não, de maneira bastante seletiva: preocupa-se demasiado, quase que exclusivamente, com o *modus vivendi* e a cultura dos antigos habitantes de Caicanga-Mirim, e virtualmente nada como seus traços raciais.

Para esclarecimento deste ponto, talvez seja mais conveniente apresentar primeiro um *contraexemplo* que se possa contrapor mais adiante. Tomem-se as considerações que Pe. Rohr

¹⁰ Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 21 de agosto de 1960. CFDA 11.10.629. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

tece a respeito de um dos vinte e um crânios recolhidos em relativo bom estado em Caicanga-Mirim:

“(...) *Crânio n.º 8*. Trata-se de um crânio de mulher, em idade madura. O crânio fraturado foi reconstituído, sendo substituída artificialmente parte da face; falta fragmentos ósseos da base do crânio. Os dentes, na maioria, se perderam, devido ao desgaste, que atingiu a raiz dos dentes, provocando um recuo deformante no maxilar. Em norma superior apresenta-se ovoide, fenótipo, de suturas simples, parcialmente obliteradas. Em norma lateral: glabella cheia, fundida com as arcadas superciliares; fronte baixa, pouco inclinada, em leve depressão; curva sagital um tanto irregular, em pão de açúcar; ínio em depressão. Em norma posterior: domiforme, com teto em declive forte (ogival); occipital alto, linhas da nuca suaves. Em norma inferior: crista occipitalis muito fraca; apófises mastoides largas, mas baixas; o resto prejudicado. Em norma anterior: fronte não muito larga; arcadas superciliares normais; malares salientes; crista fronto-temporal suave. § A mandíbula encontra-se em estado lastimável de recuo, devido ao desgaste dos dentes, todos rejeitados e com os alvéolos já obliterados, restando apenas os incisivos e os pré-molares, reduzidos a petição de miséria. A protuberantia mentalis muito acentuada; todo o resto depauperado, devido ao recuo extremo; ramos ascendentes bastante inclinados.” (ROHR, 1959: 227).

Pe. Rohr – que foi auxiliado no trabalho de medição e descrição dos crânios encontrados neste sítio arqueológico pelos seus confrades Pe. Rambo e Pe. Schmitz – faz uma descrição detalhada do crânio, e se procede de modo a permitir um estudo comparativo com o material existente em outras coleções, mantém-se fiel ao propósito de proceder à “simples narração dos fatos (...) sem aventar hipóteses fantásticas ou afirmações arrojadas.” (ROHR, 1959: 211). Sabe-se agora, entretanto, que não há descrição objetiva da realidade, mas que toda enunciação a respeito do visto traz embutida em si um posicionamento político. (WHITE, 2001: 144-145). Isto posto, é interessante constatar que Pe. Rohr, evita as comparações *anatômicas* destes paleoíndios com as populações indígenas contemporâneas, ainda que, conforme já se viu acima, não lhe passem despercebidas certas semelhanças *culturais* que talvez existam entre elas. Evita também, e de maneira ainda mais significativa, as inferências sobre o estado psicológico, social e cultural que se teve o hábito de fazer a partir dos estudos craniométricos praticamente desde a invenção destes. (POLIAKOV, 1974: 251-260).¹¹ Procedendo desta forma, reconhece uma cisão entre o campo de estudos da

¹¹ POLIAKOV, 1974, p. 124: “(...) Quem diz experiência, diz observação, mas também instrumento, lupa, escalpelo ou balança; antes da elaboração do método psicanalítico, a ciência positiva só explorava do homem aquilo que nele era tangível, mensurável ou ponderável, e neste quadro os sábios eram facilmente conduzidos a postular, a partir dos caracteres físicos, os morais, e a espiritualizar assim, sem o saberem amiúde, apesar de seu materialismo, as formas dos crânios e a cor das epidermes.”

anatomia comparada e o campo de estudo da reconstituição cultural de comunidades que, extintas, só podem ser contemporaneamente conhecidas pelo registro arqueológico.¹²

Isto considerado, apresente-se agora um *exemplo* de como Pe. Rohr, pressupondo a citada divisão do trabalho intelectual na investigação dos povos, demonstra qual a sua perspectiva de análise. Considere-se como tomou os restos ósseos que encontrou como indícios das práticas de alimentação e dos conhecimentos médicos dos antigos habitantes de Caicanga-Mirim, ou seja, como evidências de práticas culturais:

“(...) Todos os crânios, tanto de indivíduos masculinos, quanto femininos, apresentam um desgaste dos dentes, verdadeiramente impressionante. Quando o desgaste se encontra em sua fase inicial, i. e. em indivíduos ainda no vigor de seus vinte a trinta anos, os dentes são, apenas, alisados, desaparecendo toda e qualquer protuberância da coroa do dente. Em continuação o desgaste vai-se acentuando no decorrer dos anos e os dentes do indivíduo de 40 anos dão a impressão de terem sido limados simetricamente ou cortados à serra. Aos poucos o desgaste vai atingindo a gengiva, pondo a descoberto o canal do nervo, e, finalmente, chega ao extremo de desgastar parte da própria raiz do dente. Nesta fase os maxilares começam a recuar, rejeitando os dentes, que vão caindo aos poucos. Fato notável é que não se encontra em crânio algum [desenterrado em Caicanga-Mirim] nem vestígio sequer de cárie dentária. No entanto, tudo indica que o maior flagelo que atribulasse aquele povo tenham sido terríveis dores de dente; salvo se admitirmos que conhecessem algum antídoto natural que lhes aliviasse a dor. Tivemos o ensejo de consultar diversos cirurgiões dentistas e todos concordaram, prontamente, em afirmar que indivíduos com tamanho desgaste dos dentes deviam sofrer dores insuportáveis. Em muitos indivíduos faltam quase todos os dentes da mandíbula, encontrando-se os alvéolos já fechados e cicatrizados. Em virtude disto a mandíbula apresenta-se muito recuada. Este fato, que a princípio nos parecia enigmático, agora se nos apresenta de explicação extremamente fácil e consentânea. Em virtude do desgaste dos dentes e das dores consequentes, de uma ou de outra forma, procuravam extrair os dentes. (...) É fato, assaz conhecido na cirurgia dentária, que a mandíbula, uma vez perdidos os dentes, recua muito em tamanho e robustez.” (ROHR, 1959: 215-216).

Em 1959, Pe. Rohr publicou no n. 3 da revista *Pesquisas* do Instituto Anchietano o relatório de seu trabalho na jazida arqueológica da Base Aérea de Florianópolis. O Anchietano havia sido fundado três anos antes no Colégio Anchieta, de Porto Alegre, como associação de padres cientistas da Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus; mais tarde sua sede viria a ser transferida para as instalações do antigo Seminário Central Nossa Senhora da Conceição, de São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Seu modelo eram os institutos históricos e geográficos existentes no país desde o século anterior, e entre seus sócios fundadores – entre os quais se incluía Pe. Rohr – havia jesuítas botânicos, zoólogos, químicos, historiadores, antropólogos e arqueólogos. (SCHMITZ, 2006). Mesmo que alguns

¹² Parece-me que em FOSSARI & REIS, 2009, pp. 280-281 propõe-se uma interpretação da atenção dedicada por Pe. Rohr aos esqueletos encontrados em suas escavações arqueológicas que é diametralmente inversa da que sustento neste trabalho.

destes estudiosos “também dessem aulas na UFGRS, sua referência eram os colégios, os seminários e a missão do Mato Grosso, onde jesuítas faziam pesquisa individual e autonomamente. O Instituto foi criado para dar apoio aos sócios, divulgar seus trabalhos, conservar e manter vivos os acervos dos falecidos.” (SCHMITZ, 2009: 13). O Anchietano, em convênio com a Livraria Selbach, também de Porto Alegre, publicou obras como a *Biografia completa do Pe. João Baptista Reus*, do Pe. Leo Kehler; a *História das Missões Orientais do Uruguai*, de Aurélio Porto, revista e corrigida pelo Pe. Luis Gonzaga Jaeger; e *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*, de Pe. Balduino Rambo. Sua revista oficial era (aliás, é) a *Pesquisas*. No n. 3 desta, ao lado do artigo de Pe. Rohr, *Pesquisas páleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina*, estavam os textos *O sistema de propriedade das Reduções Guaraníticas*, de Pe. Arnaldo Bruxel; *À cata dos tesouros jesuíticos*, de Pe. Jaeger; e *A cerâmica guarani da Ilha de Santa Catarina*, no qual Pe. Schmitz propunha uma interpretação dos restos cerâmicos desenterrados por Pe. Rohr em Caiacanga-Mirim (SCHMITZ, 1959). Foi este volume que Pe. Rohr encaminhou a Castro Faria juntamente com a carta de 21 de agosto de 1960.

Mas porque encaminhou seu artigo, porque escreveu a Castro Faria? Entra-se aqui no campo da especulação, que, entretanto, deve ser especulação fundamentada e não mero atirar no escuro. Parece que Pe. Rohr havia ficado realmente alarmado com a destruição dos sambaquis e de outros sítios arqueológicos a ele relacionados que vinha testemunhando em Santa Catarina, e, com o texto de Castro Faria sobre o assunto em mãos, viu neste, pela preocupação comum, um correligionário. Por outro lado, para alguém que estava desenvolvendo pesquisa arqueológica de forma pioneira, fora dos grandes centros políticos e culturais do país, o reconhecimento e o apoio de Castro Faria eram coisa importante naquele início da década de 1960. Ainda não existiam núcleos regulares de formação acadêmica e profissional de pesquisadores *especialistas* em arqueologia, apenas as cátedras nos cursos de História oferecidos pelas Faculdades de Filosofia e os estágios nos museus; os órgãos de fomento e gestão da pesquisa científica dispunham de alcance e recursos limitados; e em boa parte das vezes as escavações de sítios pré-históricos dependiam de relacionamentos estabelecidos no âmbito quase estritamente pessoal para fazerem-se viáveis – haja visto o caso do trabalho de Pe. Rohr na Base Aérea de Florianópolis. O passo que Pe. Rohr dá em direção a Castro Faria é, sem sombra de dúvidas, estratégico. O que estava em jogo era a qualificação de Pe. Rohr como mais do que um mero diletante ou caçador de tesouros, ou seja, sua

autoridade para dizer algo sobre o passado pré-histórico do Brasil de forma *legítima*.¹³ Mais ainda: lembre-se que o relacionamento entre Pe. Rohr e Castro Faria é também, em um dado momento histórico, uma dimensão ou um reflexo em pequena escala do relacionamento de seus lugares institucionais, ou seja, respectivamente, do Colégio Catarinense (e do Instituto Anchietano de Pesquisas) com o Museu Nacional, já que suas atuações e autorias enquanto cientistas estão marcados pelas filiações que lhes estruturam as identidades, interesses e horizontes de debate. Tudo isto considerado, portanto, reconstituir o posicionamento de Castro Faria no início da década de 1960 no campo das pesquisas sobre os antigos indígenas do território brasileiro permite apreender e dimensionar o porquê da carta de Pe. Rohr.

1.2. Um naturalista no centro da teia: Luiz de Castro Faria

Castro Faria nasceu no norte fluminense, mas passou boa parte da sua vida no Rio de Janeiro, que foi capital federal até 1960. Fez o curso escolar primário no Colégio Salesiano de Niterói, e o secundário no já então prestigioso Colégio São Bento do Rio de Janeiro. Parece ter inicialmente pretendido ingressar na Faculdade de Medicina, mas optou pelo curso superior de museologia então oferecido pelo Museu Histórico Nacional; tratava-se naquele momento de uma escolha surpreendente para um jovem de refinada formação escolar. (GARCIA JR. & SORÁ, 2001: 23; GARCIA JR., 2009: 420). O Museu Histórico Nacional havia sido criado em 1922, no âmbito das comemorações do centenário da independência do Brasil, e havia sido preenchido com as coleções históricas antes reunidas no Museu Nacional (LOPES, 1997: 230 e nota correspondente, n. 8). O curso superior ali sediado ofereceu a Castro Faria “a possibilidade de estudar história, etnografia e todas aquelas cadeiras ligadas à museologia, como armoraria, numismática.” (CASTRO FARIA, GOMES & NEDER, 1997: 176). Em 1936, já concluída esta formação como museólogo, Castro Faria estava matriculado em um curso de biblioteconomia oferecido pela Biblioteca Nacional e foi admitido como *praticante gratuito* da Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. No ano anterior, Castro Faria havia participado da fundação e sido designado primeiro secretário de um Centro de Estudos Arqueológicos sediado nesta instituição. É difícil superestimar a

¹³ Trata-se esta, aliás, da disputa estrutural que sempre compõe o campo científico: determinar quem tem a autoridade para dizer algo sobre a realidade de forma *reconhecidamente* científica. A seu desenrolar se vincula a distribuição de recursos, de títulos e de prestígio entre os cientistas. (BOURDIEU, 1983).

importância da vinculação ao Museu Nacional na sua trajetória. De fato, sua atuação como ator-autor no interior do campo dos debates sobre a pré-história do território brasileiro se não se leva em consideração as especificidades desta pertença institucional.

O Museu Nacional foi o principal espaço no qual se deu a constituição do campo da antropologia no Brasil, e continua a figurar como um dos locais de excelência na produção científica nesta área do conhecimento. Isto foi enfatizado por Castro Faria em diversas ocasiões, por exemplo, na afirmação de que “(...) O Museu Nacional esteve sempre presente no grande cenário, ora como promotor do espetáculo e ator principal, ora como figurante em outros espetáculos grandiosos, como as exposições universais e nacionais. Ao mesmo tempo exaltaram a excelência dos seus cursos, da sua produção científica, dos seus laboratórios.” (CASTRO FARIA, 1993-2: 75-76). Em outra parte, é menos alusivo e mais categórico, ressaltando que “(...) o Museu, que ainda hoje é uma instituição conhecida no Brasil inteiro, desempenhou um papel extremamente importante em termos de educação. As ciências naturais e a antropologia, no Brasil, dependiam exclusivamente do Museu Nacional. (...) o Museu Nacional foi, e ainda continua a ser, o melhor entre os melhores.” (CASTRO FARIA, 1993-2: 75-76).

Mais antiga que as universidades, que as antigas escolas superiores e as faculdades do Brasil, o Museu Nacional teve de criar e desenvolver um sistema próprio de recrutamento e formação de pessoal. Ele funcionou até que surgissem instituições de ensino capazes de proporcionar uma formação básica em ciências como botânica, zoologia, geologia e antropologia. (CASTRO FARIA, 1993-1: 2; CASTRO FARIA, MIRANDA & ARAÚJO, 2002: 100-101). Até que isto acontecesse, para aquele que aspirasse a ingressar na carreira em alguma destas áreas, “(...) Era preciso entrar como praticante no Museu Nacional para trabalhar ao lado de um especialista que dominava a matéria.” (CASTRO FARIA, GOMES & NEDER, 1997: 176). Foi esse o procedimento de Castro Faria quando pretendeu ser antropólogo. Ingressou como *praticante gratuito* na Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, e em pouco mais de um ano foi admitido nela como *assistente voluntário*. Estes diferentes níveis de envolvimento institucional, que hoje agruparíamos sob o rótulo comum de estagiário, não se ligavam à remuneração, mas a termos de valorização no campo

intelectual, coisa que Castro Faria enfatizou ao se referir ao começo de sua carreira científica. (CASTRO FARIA, 1993: 2; CASTRO FARIA, GOMES & NEDER, 1997: 177).¹⁴

No Museu Nacional, Castro Faria trabalhou inicialmente sob a orientação de Heloisa Alberto Torres. Ela era filha de Alberto Martins Torres, importante intelectual e político da Primeira República, cuja reflexão marcaria a discussão sobre a administração governamental e a identidade brasileira nas décadas de 1920 e 1930, e havia ingressado no quadro de funcionários do Museu Nacional por concurso realizado em 1925. Heloisa Alberto Torres foi assistente de Edgard Roquette-Pinto, diretor do Museu de 1926 a 1935, auxiliando-o na pesquisa sobre os *Tipos Antropológicos do Brasil*, desenvolvida desde 1919; também traduziu alguns dos trabalhos deste cientista para o inglês e o francês. Ela realizou estudos sobre sambaquis do litoral paulista, sobre vestígios do povoamento tupi-guarani no litoral fluminense, sobre as coleções, as bibliotecas e arquivos custodiados no Museu Nacional e no Museu Paulista, sobre etnografia sertaneja e sobre os *mounds* e a cerâmica da Ilha de Marajó. Em 1931, foi designada chefe interina e, logo depois, eleita chefe da Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. Daí em diante, suas atividades como representante desta instituição e administradora da ciência seriam cada vez mais absorventes e assimétricas em relação ao seu fazer científico. Quatro anos mais tarde, Heloisa Alberto Torres foi eleita vice-diretora do Museu Nacional; em 1938 foi nomeada diretora da instituição por ato administrativo do então presidente da república, Getúlio Vargas. Permaneceu neste cargo, “uma posição estratégica no mapa institucional das ciências do país” (CORRÊA & MELLO, 2008: 10-11), até 1955. Como diretora do Museu Nacional, buscou desenvolver parcerias com instituições brasileiras, como o recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e estrangeiras, como a Fundação Rockefeller. Também apoiou pessoal e institucionalmente diversos pesquisadores nacionais e do exterior que desenvolveram trabalhos no Brasil. (CASTRO FARIA, 1998-3; CASTRO FARIA, 1999-5: 315-316; ZAVATARO, 2007-2008: 31-33; CORRÊA & MELLO, 2008: 8-11 e notas correspondentes, nn. 5-9; KEULLER, 2008: 179-182 e notas correspondentes, nn. 465 e 470-473).

Durante a diretoria de *Dona Heloisa* – como viria a ser conhecida – a produção científica dos naturalistas da Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional foi cada

¹⁴ Heloisa Alberto Torres e Raimundo Lopes, que vieram a ter considerável influência sobre as ideias e a trajetória profissional de Castro Faria, também foram praticantes gratuitos e, depois, assistentes voluntários antes de integrarem o quadro de pesquisadores da Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. (KEULLER, 2008: 179).

vez mais influenciada pela antropologia praticada por Franz Boas e seus alunos. (CASTRO FARIA, GOMES & NEDER, 1997: 189; CORRÊA, 1997: 13; DOMINGUES, 2008: 37-38). Franz Boas, com quem Heloisa Alberto Torres trocou uma “intensa correspondência” (CASTRO FARIA, 1998-3: 207), não foi apenas um pioneiro, mas um dos mais destacados antropólogos norte-americanos da primeira metade do século XX.¹⁵ Seu projeto de uma antropologia que abarcasse tanto os aspectos físicos quanto culturais da condição humana, mas deixando de considerar estes meros prolongamentos daqueles, vinha *ao* encontro do estudo dos chamados quatro campos – arqueologia, antropologia física (ou biológica), etnologia e linguística – que constituíam então a antropologia conforme esta era praticada na Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. Tal modelo já era conhecido dos naturalistas viajantes do século XIX e foi revitalizado pela obra e administração de Roquette-Pinto no Museu Nacional. (CASTRO FARIA, 1998-4: 23; KEULLER, 2008: 190-192). Cite-se um único exemplo: já em 1929, Raimundo Lopes publicou na seção *Notas & Opiniões (revistas das revistas)* do terceiro volume do *Boletim do Museu Nacional* resenha muito favorável de um trabalho de Boas, no qual este mostrava que variações de peso e estatura de crianças e adolescentes são mais determinadas pelo ambiente no qual se dá seu desenvolvimento do que pelas suas genealogias. (LOPES, 1929; KEULLER, 2008: 191-192).

De acordo com Domingues, estava-se então construindo um corte epistemológico na compreensão e prática da antropologia do Museu Nacional. Surgida em meados do século XIX com os estudos osteométricos de restos arqueológicos, e ainda predominantemente um saber associado à biologia, a antropologia *tout court* tendia a identificar-se cada vez mais com aquele campo do conhecimento que vinha sendo estudado até então sob o nome de etnologia, vinculado às ciências geográficas e históricas. De forma gradativamente mais consciente, distinguir-se-ia entre uma problemática cultural, referente às relações estabelecidas entre as

¹⁵ Para um simpático esboço biográfico deste cientista, ver MOURA, 2006. Em introdução a uma coletânea de escritos desse antropólogo, Stocking Jr. escreveu que “(...) Mais do que qualquer outro homem, Franz Boas, um alemão profundamente arraigado às tradições intelectuais de sua terra natal, definiu o 'caráter nacional' da antropologia nos Estados Unidos (...) não há dúvida de que ele foi a força individual mais importante na formação da antropologia americana na primeira metade do século XX (...) Grande parte da antropologia americana do século XX pode ser vista como a elaboração, ao longo do tempo, de implicações da posição de Boas.” (STOCKING JR., 2004: 15 e 35).

Franz Boas também foi uma influência decisiva na trajetória intelectual de Gilberto Freyre – v. p. ex. FREYRE, 1962, p. XLI: “Lembra ainda Mead que os estudos puramente etnológicos ou antropológico-sociais nos Estados Unidos, sobre os mesmos grupos ameríndios e suas culturas, foram orientados por Franz Boas – seu e *meu* mestre, aliás – dando-se relevo à posição no espaço - “*spatial position*” – de cada grupo; por conseguinte, sob um critério ecológico de espaço ou área...” (O primeiro grifo é meu).

diversas sociedades, no interior delas mesmas e destas com o meio em que subsistiam, e uma problemática biológica, que tratava dos problemas das raças humanas, de sua descendência e miscigenação nos termos comuns às demais ciências naturais. Com isto cada vez mais se identificariam os antropólogos como aqueles que, na contramão das práticas somatométricas, teriam como objeto de seu estudo a cultura social e material. (DOMINGUES, 2008).

Equilibrando-se no fio da navalha que operava em vias de cindir a antropologia praticada no Museu Nacional em duas *epistemes* – uma biológica e outra histórico-cultural (CASTRO FARIA, 2006-1) – Dona Heloisa, que havia desenvolvido estudos somatométricos, etnográficos e arqueológicos, orientou Castro Faria neste modelo multifacetado, *amplo* de capacitação. Seu aprendiz continuaria a reafirmá-lo durante toda a sua longa trajetória profissional, ainda que depois mudasse significativamente as ênfases de sua prática de pesquisa (GARCIA JR., 2009: 421-423), No artigo *A antropologia no Brasil e na tradição do Museu Nacional*, publicado originalmente na edição de dezembro de 1942 da *Revista do Brasil*, Castro Faria, tratando de seu presente, afirmou que “(...) A diversificação de interesses determinou a fundação de centros especializados de pesquisa; a necessidade de ensino regular criou uma cadeira na Faculdade de Filosofia. O Museu Nacional continua a ser o único instituto de pesquisa onde *a antropologia é cultivada em todos os setores do seu amplo domínio.*” (CASTRO FARIA, 1998-4: 25. Grifo meu). No primeiro parágrafo de um artigo publicado na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* exatos sessenta e dois anos depois de ter iniciado sua formação e trabalho no Museu Nacional, Castro Faria voltaria a fazê-lo: “(...) *A antropologia, no seu sentido mais amplo, inclui a antropologia biológica, a antropologia social, a arqueologia e a etnologia, com os seus diferentes recortes etnográficos.*” (CASTRO FARIA, 1998-2: 164. Grifo meu).¹⁶

Diretamente ligado à Dona Heloisa, Castro Faria mencionou em mais de uma vez que no Museu Nacional também teve a ocasião de fazer estudos de antropologia física com José Bastos d’Ávila, de linguística (campo ao qual nunca se dedicou pessoalmente) com Joaquim

¹⁶ Lima, que designou Castro Faria como sendo “(...) Um dos pais fundadores da Antropologia no Brasil” (LIMA, 2009), ressaltou o quanto ele desempenhou influente e decisivo papel não apenas nessa disciplina, mas também na arqueologia brasileira. Não faz, entretanto, muito sentido, falar em um Castro Faria *arqueólogo*, como consta no título do texto da citada autora; tratava-se ele antes de um *antropólogo* – que durante muitos anos teve a titulação oficial de *naturalista* – que no âmbito de seus *estudos antropológicos fez pesquisas arqueológicas*. Não se trata de uma distinção banal, como destacou o próprio: segundo Castro Faria, o estatuto de cientificidade da arqueologia só se fará pleno e, assim, de fato válido “quando toda a prática arqueológica estiver esclarecidamente orientada pelas ciências sociais, pois é aí que se encontra situada.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 39).

Mattoso Câmara Jr., e de etnologia com Raimundo Lopes. (CASTRO FARIA, GOMES & NEDER, 1997: 177; CASTRO FARIA, MIRANDA & ARAÚJO, 2002: 101-102; ALMEIDA, 2006: 103). Desta tríade, marcou-o decisivamente – e de modo especial no seu trabalho de pesquisa dos sambaquis – o fazer científico de Raimundo Lopes, “uma figura excepcional, (...) extremamente competente, mas uma pessoa difícil.” (CASTRO FARIA, MIRANDA & ARAÚJO, 2002: 107).¹⁷ Dele Castro Faria afirmou ter aprendido “um mundo de coisas”, assinalando ainda que “(...) Quanto mais tempo passa, mais se avoluma a minha admiração pela sua profunda honestidade intelectual e, sobretudo, pelo que havia de autêntico, de puro e de grandioso no seu labor quotidiano de pesquisar.” (CASTRO FARIA, 2010: 13).

Raimundo Lopes era de Viana, cidade da baixada maranhense, e também oriundo de uma família de proveniência aristocrática. Estudou no Liceu Maranhense, em São Luís, e em 1915 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde, com a exceção de curtos retornos ao estado natal, permaneceria até o fim da vida. Já havia preparado então os manuscritos de *O Torrão Maranhense*, estudo de geografia humana, que mais tarde viria a ser ampliado com considerações sobre a hidrografia, o relevo, o clima, a flora, a fauna e a salubridade de seu estado pátrio, e republicado sob o título de *Uma região tropical*. (VIEIRA FILHO, 1970: II-XIII). Se, por um lado, esta obra de Raimundo Lopes se avizinha daquelas etnografias produzidas quase espontaneamente pelos administradores civis e militares na produção de relatórios e outros documentos no exercício de suas funções (ALMEIDA, 2010: 171), por outro, nela o pensador maranhense acata e propõe a formulação de uma “geografia *do tempo* [que] sucedendo a antiga geografia puramente *espacial*, e articulando, quando possível, os aspectos locais e atuais aos fenômenos gerais da história da Terra, realizada a mais alta expressão da geografia *do todo*.” (LOPES, 1970: 181. Grifo no original).

A *geografia humana, casamento da geografia com a etnografia*, surge na Alemanha do fim do século XIX com o nome de *antropogeografia* e sob o patrocínio de Friedrich Ratzel, a quem se atribuiu algo injustamente a pecha de defensor do determinismo do meio sobre a ação humana. Lopes teve contato com este campo do conhecimento, em primeiro lugar, por meio dos leitores e críticos franceses de Ratzel, que afirmavam ser o próprio homem o principal agente da natureza no mundo. (TORRES, 2007: 11; CASTRO FARIA,

¹⁷ Tomando como digna de fé esta declaração de Castro Faria, pode-se supor que para esta sua aproximação com Raimundo Lopes possivelmente tenha concorrido também um elemento de afinidade de temperamentos; em conversas minhas com ex-alunos de Castro Faria, nenhum deles hesitou em afirmar que este antropólogo era caracterizado justamente por ser uma *pessoa difícil*.

2010: 12-13; DOMINGUES, 2010: 16-17). Mais tarde o convívio deste pensador maranhense com figuras como Roquette-Pinto, que havia usado os métodos da antropogeografia para documentar a etnografia sertaneja, e com Heloisa Alberto Torres, que se utilizou de critérios geográficos para estudar a cerâmica marajoara, (re) conduziu-o aos teóricos alemães da antropogeografia. (VIEIRA FILHO, 1970: VI; CASTRO FARIA, 2010: 12; ALMEIDA, 2010: 171). Também há de se considerar a não pequena importância da obra de Euclides da Cunha nos diversos momentos de sua reflexão. (CORRÊA, 2005). A partir desta formação, propunha o estudo daqueles “aspectos que estão em contato conosco e que, por assim dizer, se incorporam não só ao nosso permanente quadro visual, mas à nossa memória subconsciente, porque fazem parte da nossa vida (...) os indeléveis sinais da influência do meio local, a *marca da terra*.” (LOPES, 1944: 18-19. Grifo no original).

De acordo com este programa de pesquisa investigou os costumes de caça, da pesca, da guerra e da ornamentação dos índios ariqueses e urubus, as técnicas e instrumentos da pesca praticada no Maranhão, e outros assuntos similares. Raimundo Lopes também realizou pesquisas arqueológicas, e o fez a partir de uma perspectiva singular; Castro Faria destaca que ele se distinguiu de outros cientistas de seu tempo que também estavam interessados no povoamento antigo do território brasileiro porque, “(...) Perfeitamente familiarizado com os conceitos fundamentais da chamada antropogeografia, afeito, por conseguinte, ao estudo das relações entre os agrupamentos humanos e o meio físico, interessava-se muito mais por esses agrupamentos humanos, importava-se muito [mais] por estes aspectos ecológicos que pelos pormenores de técnica.” (CASTRO FARIA, 2010: 11). Raimundo Lopes não apenas descreveu as *estearias*, habitações lacustres do Maranhão pré-histórico, mas também estudou a cerâmica tupi-guarani e os sambaquis considerando todas as suas dimensões ecológicas e geográficas. Elaborou modelos explicativos associando mapeamentos geomorfológicos aos locais nos quais se haviam sítios arqueológicos, e, usando-os, propôs seriações hipotéticas que relacionavam, na sucessão temporal, os construtores de sambaquis, as *civilizações extintas* responsáveis pelos assentamentos lacustres e (segundo argumentou) pela cerâmica de tipo marajoara, e os horticultores tupis-guaranis, uns aos outros e em relação a períodos de regressão e de subida do nível do mar. (LOPES, 1970: 183-185 e notas correspondentes, nn. 1-2; LEITE FILHO, 2010: 5).

Da mesma forma que Heloisa Alberto Torres, Raimundo Lopes também se situava naquele já citado *ponto de corte* entre as duas *epistemes* entre as quais oscilou a antropologia

na primeira metade do século XX, uma ligada às ciências da natureza e outra às ciências sociais.¹⁸ Como destacou Domingues, Raimundo Lopes analisava a sociedade a partir da relação do homem com o meio ecológico, dando especial ênfase ao aproveitamento cultural dos recursos naturais. “De certa forma, ele rompia com a visão dominante na sua ciência, dando-lhe uma perspectiva de análise social e histórica e não mais biológica.” (DOMINGUES, 2010: 25). Essa posição pode ser exemplificada por um fragmento de seu *Antropogeografia*, extraído de uma seção de título *O Homem em face da natureza*, na qual afirma que:

“(...) Se bem que o homem, animal marchador e desprovido de pelagem protetora, tenha como *habitat* originário e normal as regiões subtropicais e campestres e mesmo as florestas da zona temperada quente, não estando nem adaptado naturalmente às florestas equatoriais, como seu primo gorila, nem às regiões frias, como o urso, o fato é que nem o excesso de calor, de umidade ou de altitude, nem ainda as catástrofes da natureza, por si só tolhem a atividade humana. Pela sua cultura, pelo vestuário, pelo aquecimento artificial, nos países frios, e, nos países quentes, por medidas que vão do uso do urucu – que efetivamente protege a pele contra os raios do sol, como o provou o fisiologista Álvaro Ozório – ao entelamento dos dormitórios e ao quinino preventivo, entre os civilizados, o fato é que o homem consegue resistir, dos Polos ao Equador, aos meios mais ingratos.” (LOPES, 2007: 70).

Constata-se assim que, encontrando-se Raimundo Lopes bem inserido na tradição dos quatro campos da pesquisa antropológica, no interior deste paradigma, contudo, inverteu os pesos relativos da antropologia física – campo da biologia no qual também transitou e do qual nunca negou a cientificidade – e da etnografia. Mais importante ao antropólogo do que saber como o ser humano se adapta ao meio ambiente em nível genético e somático seria saber como os diferentes grupos sociais se apropriam dos recursos naturais para resistir às

¹⁸ Apesar de certos resquícios racialistas e biologismos, entretanto, ele estava decisivamente mais comprometido com a episteme característica das ciências sociais. Recorra-se a uma comparação para maior esclarecimento do ponto em questão. Em 1933 Roquette-Pinto, oriundo da Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, então diretor desta instituição, publicou na célebre Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional (v. 22) o livro *Ensaio de antropologia brasileira*. Aí ele discutiu os mais recentes trabalhos desta ciência, apontando aqueles que eram então seus objetos de pesquisas, quem eram os profissionais que com ela lidavam, em quais instituições estavam sediados e quais seus métodos de estudo. Para Roquette-Pinto a antropologia era um campo de conhecimento intrinsecamente ligado à medicina, com uma prática de pesquisa biológica; entre seus instrumentos de análise estavam a somatometria, derivada em linha direta da craniologia e da anatomia comparada do século XIX, e os exames de sangue, que serviam para a diferenciação dos *tipos raciais*. Segundo este autor, o grande problema desta ciência naquele momento, no mundo inteiro, seria a aclimatação da raça branca nos climas quentes e a constituição de novos tipos étnicos pela mestiçagem. (ROQUETTE-PINTO, 1933: 38; DOMINGUES, 2010: 22-24). Raimundo Lopes, que se manteve à sombra de Roquette-Pinto durante toda a sua carreira no Museu Nacional (CASTRO FARIA, 2010: 11; DOMINGUES, 2010: 24 e nota correspondente, n. 12), por sua vez, propunha para o entendimento dos problemas humanos uma ciência bastante diferente, ainda que envolvesse sua argumentação em elogios ao autor dos *Ensaio de antropologia brasileira*. (LOPES, 1944: 18).

vicissitudes deste mesmo meio. Esta interação de homem e ambiente é que seria a *superfície dura* sobre a qual se ergueriam as configurações culturais, historicamente estabelecidas e mutáveis, e é no âmbito destas que se daria a possível adaptação biológica ao meio.¹⁹ Tal concepção viria a ter profunda ressonância no fazer científico de Castro Faria – e, de forma especial, na sua análise dos sambaquis enquanto objeto de estudo antropológico.

Ressalte-se que a convivência com Dona Heloisa e Raimundo Lopes não se fez em um momento formativo aos moldes hoje vivenciados em nossos cursos superiores e programas de iniciação científica, mas em plenos primeiros passos da prática profissional de Castro Faria. O *batismo* de sua trajetória científica deu-se já em 1938. Neste ano ele acompanhou a Expedição à Serra do Norte, liderada por Claude Lévi-Strauss. Fez isto na condição de representante do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, do qual, mais tarde, viria a ser membro parte. Sua participação nesse empreendimento científico deveu-se à intervenção de sua orientadora e de Mário de Andrade, então secretário de cultura do estado de São Paulo.²⁰ No ano seguinte, ingressou no quadro técnico do Museu Nacional, no cargo de *naturalista interino*. A partir deste lugar institucional, realizou viagens para a realização de estudos arqueológicos e etnográficos. Ainda em 1939, Castro Faria viajou pelo Vale do Paraíba Fluminense e Paulista coletando material fotográfico e referências documentais para elaboração de um plano de pesquisas (que acabou por não se viabilizarem). Neste ano e no seguinte, empreendeu pesquisa preliminar sobre a ocupação pré-colonial tupi nos municípios de Campos, São João da Barra e Santa Maria Madalena, escavando vestígios cerâmicos e restos ósseos humanos nas margens do Rio Paraíba do Sul e uma série de grutas e abrigos-sob-rocha da Serra do Mar. Mais tarde essa investigação viria a incluir prospecções também no sul do estado do Espírito Santo. De 1940 datam também as primeiras notas de leitura feitas por Castro Faria a respeito dos sambaquis do território catarinense, com os quais se envolveria profundamente nos anos posteriores. Em 1941, Castro Faria excursionou novamente a Mato Grosso, mas sozinho e financiado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Fê-lo para empreender um levantamento de temas de interesse científico e indicar

¹⁹ O campo de estudos reivindicado por Raimundo Lopes para seus pares e si mesmo era, de fato, muito vasto; para elaborar uma “interpretação racional da vida e da civilização”, ele pretendia referir-se desde a “realidade terrestre, desde a Zoologia do Homem, a sua existência biológica de animal, até os fatos que dependem das mais elevadas faculdades do ser humano, e mesmo da Fé que nos faz ver, através do barro humano, o hálito divino.” (LOPES, 2007: 32).

²⁰ Sobre a expedição à Serra do Norte, ver CASTRO FARIA, 2001 e DOMINGUES, 2001.

a viabilidade de pesquisas antropológicas e históricas no cerrado e na região pantaneira. Nesta viagem Castro Faria esteve especialmente preocupado com o registro da arquitetura e das condições de conservação de igrejas e outros monumentos coloniais aí existentes, mas, “embora tivesse um objetivo histórico, foi também antropológico.” (DOMINGUES, 2011: 1).

Ainda *naturalista interino*, Castro Faria chefiou a Divisão de Antropologia e Etnografia de 1942 até 1944, ano em que se tornou *naturalista efetivo* do Museu Nacional por concurso público de provas e títulos. Nesta ocasião apresentou uma tese sobre as origens culturais da habitação popular (CASTRO FARIA, 1999-5), utilizando-se de material coletado nos trabalhos de campo realizados desde a expedição de 1938. (GARCIA JR. & SORÁ, 2001: 24; GARCIA JR., 2009: 420-421). Tratava-se de um tema estratégico para se pensar o relacionamento dos grupos humanos com os meios ecológicos nos quais eles subsistem, também trabalhado, entre outros, por Raimundo Lopes e Gilberto Freyre, que possuem até certo ponto uma perspectiva analítica bastante similar à de Castro Faria. (NINA RODRIGUES, 1912: 231-240; BALDUS, 1937; FREYRE, 1937-1; FREYRE, 1937-2: 84-98; FREYRE, 1940: 98-100; FREYRE, 1951: capítulos II, V e VI; FREYRE, 1952: prefácio à 1ª ed. e trechos referenciados nas seções *arquitetura* e *casa* do índice de matérias, 828-829; LOPES, 1970: 76-77; LOPES, 2007: 103-114).. Sobre este concurso, Castro Faria viria a observar que ele foi aberto por sugestão de Dona Heloisa, que contava com dez vagas para as quatro grandes divisões do Museu Nacional (Antropologia, Botânica, Geologia e Zoologia) e que os dez jovens pesquisadores nele aprovados – entre os quais ele mesmo – “(...) Em pouco tempo se tornaram o corpo e a voz da instituição modernizada.” (CASTRO FARIA, 1998-3: 205).

A partir desta promoção, intensificaram-se suas viagens de estudo. Em 1945, pesquisou coleções arqueológicas em museus do estado de São Paulo e, também aí, examinou conjuntos de peças pré-históricas reunidas em acervos particulares, avaliando-as e realizando os procedimentos de sua compra pelo Museu Nacional. Neste mesmo ano Castro Faria teve seu primeiro contato pessoal com os sítios da região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, que estavam no centro do debate sobre as origens e a antiguidade do povoamento humano no continente americano desde meados do século XIX. Também realizou suas primeiras escavações nos sambaquis capixabas e fluminense e lidou com concheiros naturais, formados pelo acúmulo fossilizado de moluscos gregários. Castro Faria reconheceu de pronto as

diferenças existentes entre uns e outros e a necessidade científica de diferenciá-los claramente.

Em 1951 Castro Faria já era uma autoridade reconhecida em assuntos de arqueologia brasileira. Em 6 de agosto deste ano foi-lhe remetido um convite da parte de Henrique Fontes, desembargador em Florianópolis e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, para que ele proferisse uma palestra sobre os sambaquis nas dependências deste instituto. A correspondência foi redigida em papel timbrado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e deixa claro a Castro Faria que ele poderia marcar tal atividade para o dia que lhe fosse mais conveniente. O anônimo funcionário que escreveu a carta registrou nela que transmitia “com o maior agrado esta excelente ideia do Desembargador Fontes” e que esperava que Castro Faria a aceitasse, “a fim de nos dar uma ideia exata a respeito dos sambaquis”, pois tomava como certo que “isto, certamente, levará a apressar aquela lei que visa proteger esses monumentos do vandalismo dos fabricantes de cal.”²¹

1.3. Das ciências da natureza aos estudos culturais: a antropologia dos sambaquis segundo Castro Faria

Enfim, 'last but not least', façamos fraternal sugestão aos geógrafos, historiadores, etnógrafos e artistas para que pesquisem as relíquias do passado sempre com os olhos na natureza, e aos naturalistas, em geral, para que vejam sempre, quanto na natureza tenha relação com o passado e a raça, procurando os mil laços que unem o homem ao ambiente. (LOPES, 1937: 95-96).

Em 1947 Castro Faria submeteu à direção do Museu Nacional um amplo plano de estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil e, sendo este aprovado, realizou neste mesmo ano viagem ao Paraná e a Santa Catarina para começar a realizá-lo em campo. Desde então Castro Faria realizou certo número de prospecções em sítios mais ameaçados de destruição pela ação humana e produziu a seu respeito numerosa documentação fotográfica. Simultaneamente deu início a um trabalho de retomada e revisão da bibliografia até então existente sobre os

²¹ Carta a Castro Faria de 6 de agosto de 1951. CFDA 05.03.015. Acervo CF. AHC-MAST/MCT. A assinatura do autor deste documento manuscrito é ilegível.

sambaquis e jazidas arqueológicas análogas, dispersa em livros e revistas científicas publicados em português, espanhol, francês, inglês e, principalmente, alemão. Nos anos de 1950 e 1951, realizou uma grande escavação no sambaqui da Cabeçuda, em Laguna, que estava em risco de iminente desaparecimento. Nesta que seria a sua mais relevante pesquisa arqueológica, Castro Faria recuperou uma miríade de artefatos líticos e os restos ósseos de mais de uma centena de indivíduos, o que era, então, “uma amostra de dimensões sem precedentes na arqueologia brasileira” (LIMA, 2009). Em outros momentos da década de 1950, Castro Faria retornaria a este sítio arqueológico, e, através destas visitas, acompanhou a crônica da destruição de um das maiores e mais imponentes jazidas arqueológicas do litoral do Brasil meridional.

Alguns dos resultados da escavação no Sambaqui da Cabeçuda e da grande revisão bibliográfica que a englobou encontram-se em dois textos publicados por Castro Faria, respectivamente, nos anos de 1952 e 1955. O primeiro foi intitulado *O problema dos sambaquis do Brasil: escavações recentes no sítio de Cabeçuda (Laguna, Santa Catarina)*. Castro Faria o apresentou pela primeira vez, em francês, no XXX Congresso Internacional de Americanistas, realizado na Universidade de Cambridge, Inglaterra, de 18 a 23 de agosto de 1952. Há válidos indícios de que ele era o desenvolvimento de reflexão já exposta por Castro Faria em palestra sobre os sambaquis proferida na Biblioteca Pública de Florianópolis, a convite do Instituto Histórico de Santa Catarina, em 26 de abril de 1947; trechos inteiros foram completamente transpostos de um âmbito a outro. Em 6 de janeiro de 1953, *Le problème des sambaquis du Brésil: récents excavations du gisement de Cabeçuda (Laguna, État de Santa Catarina)* foi novamente apresentado em uma mesa-redonda realizada em Paris, presidida por Lévi-Strauss e vice-presidida pelo próprio Castro Faria, promovida pela Sociedade dos Americanistas. Apenas recentemente, em 1999, este texto, *exumado*, veio a público em português. (CASTRO FARIA, 1999-4).

O artigo *O problema dos sambaquis do Brasil: escavações recentes no sítio de Cabeçuda (Laguna, Santa Catarina)* inicia-se com um comentário sobre como os sítios arqueológicos conhecidos como sambaquis atraíram a atenção de diversos estudiosos de variados locais, graças ao material ali coletado, praticamente desde a sua primeira identificação como objetos de pesquisa científica. Desde a segunda metade do século XIX, constata Castro Faria, este nome, de origem indígena, foi amplamente conhecido na literatura associada à ciência antropológica, que era então principalmente um estudo sobre a origem e

os percursos do homem antigo. (CASTRO FARIA, 2006-1: 17-18). Nos textos de cientistas de prestigiosos fóruns de debate do Velho Mundo abundavam então descrições de esculturas de pedra e esqueletos humanos provindos dos sambaquis.²² De acordo com as tendências de pesquisa da época, estes foram bem mais pesquisados do que aquelas. Entre outros estudos então realizados, Castro Faria menciona como paradigmático e especialmente bem feito o de João Batista de Lacerda, publicado em 1885 no v. 6 dos *Arquivos do Museu Nacional*.²³ Nele Lacerda empenhou-se em descrever os dezoito crânios encontrados pelos membros da Comissão Geológica do Império em sambaquis das províncias do Brasil Meridional nos primeiros anos da década de 1880, crânios que foram recolhidos ao acervo do Museu Nacional. Empregando as melhores técnicas então existentes, Lacerda caracterizou o ente antropofísico designado como *Homem dos Sambaquis* – ao qual se cria *aparentado* do chamado *Homem de Lagoa Santa* e, como ele, igualmente representante da primeira população humana do continente americano. (CASTRO FARIA, 1999-4: 205-206). Apesar do número de crânios estudados por Lacerda, de um modo geral, os estudiosos posteriores do tema não apenas admitiram como pressuposto, sem contestação, a existência empírica de algo como um *Homem dos Sambaquis* como fizeram em muito inflar a sua significação. Sobre isto, incide a crítica de Castro Faria:

“(…) Os resultados destes estudos craniométricos são estritamente provisórios e restritos devido ao número reduzido de exemplares de crânios e à ausência de indicações estratigráficas; foram, contudo, utilizados pelos autores das obras gerais como apresentando uma significação definitiva. É, pois, provável que em breve se imponha uma completa revisão sobre o tema.” (CASTRO FARIA, 1999-4: 206).²⁴

²² Em outro texto, de elaboração muito posterior, Castro Faria destaca que o material proveniente de escavações nos sambaquis alimentou as discussões sobre a origem e os primeiros estágios da adaptação humana travadas na segunda metade do século XIX na Sociedade Berlinense de Antropologia, Etnologia e Pré-História. (CASTRO FARIA, 2003).

²³ Para um balanço muito bem feito sobre o ambiente científico no qual Lacerda trabalhou a maior parte de sua carreira, ver DOMINGUES & SÁ, 2003. Castro Faria fez uma avaliação bastante generosa da obra deste pesquisador em conferência proferida em 12 de julho de 1946 no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro (CASTRO FARIA, 1998-5).

²⁴ É importante destacar que, nesta crítica, Castro Faria não exerce mais do que a arte de se fazer uma leitura cuidadosa de um texto; afinal, o próprio Lacerda já havia explicitado os limites de seu estudo ao afirmar que “(…) A craniologia, sendo quase exclusivamente baseada na análise descritiva de mínimos caracteres morfológicos, carece, todavia, da comparação e da síntese para fornecer elementos às conclusões etnológicas.” (LACERDA, 1885: 185). Em outra parte, Castro Faria atesta que o grande problema das revisões bibliográficas então existentes sobre os sambaquis devia-se justamente ao fato de a maioria dos autores aí inventariados não terem sido lidos por aqueles que as prepararam, de modo que seus quadros históricos eram incompletos e os problemas de pesquisa nelas apresentados tinham contornos muito incorretos. (CASTRO FARIA, 1999-3: 188).

A objeção de Castro Faria aos estudos anteriores sobre os sambaquis, mesmo os melhor escritos, portanto, refere-se a dois pontos. De um lado, a ausência ou inadequação das indicações estratigráficas neles. Trata-se de um descompasso grave entre os dados oferecidos por tais estudos e os métodos de conhecimento prezados pela arqueologia científica contemporânea. A este respeito, antes do mais, deve-se recordar que as cronologias arqueológicas são necessariamente *relativas*, em sentido estrito, sendo que a datação de um dado registro arqueológico é determinada apenas em relação a outro registro do mesmo tipo, não em relação a sua posição nas séries de anos siderais calculados pelo calendário gregoriano ou qualquer outro sistema análogo de organização do tempo.²⁵ Para se constituir as imprescindíveis sequências de registros arqueológicos, através dos quais se faz possível datá-los, usou-se a estratigrafia, um método utilizado pelos geólogos e já largamente apropriado pelos paleontólogos. (FARIA, 2012: 120-133).²⁶ Sua base é a constatação de que, escavado, o solo revela-se composto de camadas distintas, dispostas umas sobre as outras. Estes diferentes estratos compõem uma sequência cronológica, na qual os mais antigos estão mais abaixo, enquanto os mais recentes estão assentados acima deles, mais superficiais. A mesma lógica se aplica também aos depósitos arqueológicos. Durante cada ocupação de um terreno, objetos quebrados ou postos de lado, ossos, sobras de refeições, cinzas e outros vestígios da presença humana são, normalmente de maneira não intencional, postos no solo e a ele compactados, formando uma camada habitacional ou estrato. Se o terreno for depois abandonado, sedimentos, trazidos por fatores naturais ou pela própria intervenção humana, podem formar uma camada relativamente estéril – um *chão* onde os seres humanos podem eventualmente voltar a habitar e depositar uma segunda camada originada pela sua ocupação. A repetição deste ciclo produz uma série estratificada de depósitos de ocupação, na qual é possível estabelecer com alguma segurança quê aconteceu antes e quê aconteceu depois. As peças arqueológicas encontradas em um estrato geralmente são distintas em seu material ou estilo das peças encontradas em estratos inferiores e superiores, de modo que, pontuando sua localização vertical é possível se reconstituir uma dada sequência cultural. (CHILDE, 1969: 81-84).

²⁵ Exclui-se desta consideração, evidentemente, métodos de datação físico-química de maior precisão e escopo bastante diverso, como a por C-14.

²⁶ O termo *estratigrafia* formou-se pela reunião do termo latino *stratum*, estrato, com o termo grego *graphia*, descrição – de forma que significa literalmente algo como *descrição de estratos*. (MENDES, 1984: 1).

Os sambaquis, formados pela superposição de estratos de conchas entremeados com camadas estéreis de sedimentos arenosos, pode fornecer ao pesquisador uma série estratigráfica quase não perturbada, ainda que não perfeitamente horizontal. A consideração dessa série fornece informações muito importantes para o conhecimento adequado da vida das sociedades extintas a partir de seus remanescentes materiais, pois através da análise dos sucessivos níveis estratigráficos se pode recompor a história do solo em uma região e, a partir dela, se deduzir dados sobre as diversas fases de sua ocupação ou abandono, sobre mudanças climáticas, gradativas ou bruscas, de umidade, de flora e fauna local, entre outras coisas significativas. (INTERNATIONAL COMMISSION OF STRATIGRAPHY, S. d.).

De outro lado, a crítica de Castro Faria aos estudos até então realizados sobre os sambaquis refere-se ao limitado material efetivamente analisado e às consequências funestas das generalizações precipitadas que se fizeram com base em sua descrição. Para este autor, o desenvolvimento regular e sistemático das pesquisas sobre os sambaquis foi prejudicado por investigações incompletas, por pontos de vista apressados, demasiado pretensiosos e muito pessoais, sobre questões fundamentais, e – ainda pior – pelo fato de as conclusões destes estudos nem sempre se basearem em observações diretas do material arqueológico disponível, *in situ* ou em coleções museológicas. O problema da origem natural ou artificial dos sambaquis é citado como um exemplo significativo. Tratava-se de questão crucial, pois argumentar a naturalidade universal dos sambaquis seria subtraí-los à pesquisa antropológica e cancelar cientificamente a sua destruição para a produção da cal de mariscos. De acordo com Castro Faria, tal questão foi muito mal colocada depois da recepção de artigo publicado em 1874 por Carlos Rath na então prestigiosa revista *Globus*. (CASTRO FARIA, 1999-4: 206). Rath havia defendido três anos antes, em 1871, que os montes de conchas encontrados no litoral brasileiro eram obra de uma população pré-diluviana; para demonstrar a validade desta posição chegou a conduzir D. Pedro II a assistir à exumação de esqueletos em São Paulo. No texto veiculado na *Globus*, entretanto, argumentou no sentido contrário, advogando serem os sambaquis resultados da própria ação do dilúvio. (LIMA, 1999-2000: 288).

Esta linha de argumentação encontrou defensores ardorosos, como Benedito Calixto de Jesus, pintor e morador da cidade paulista de Itanhaém, que observou os sambaquis aí existentes e atribuiu sua formação à ação dos redemoinhos e fortes ondas associadas a um grande cataclismo. As ideias de Calixto acabaram ganhando espaço na Revista do Museu Paulista (CALIXTO, 1904). Isso se deveu principalmente ao fato de Hermann von Ihering,

então diretor desta instituição, possuir uma explicação igualmente naturalista para a origem destes montes de conchas. Este cientista a havia formulado pela primeira vez em 1894, ainda que tenha publicado algo sobre o assunto, em um periódico alemão, apenas em 1898. (LIMA, 1999-2000: 287). Para Ihering, a teoria de uma formação artificial dos sambaquis teria sido inventada pelo Frei Gaspar da Madre de Deus no final do século XVIII, pois seria no mínimo estranho que formações de “uma altura de 10 a 20 metros e muitas vezes um volume de 30-40 mil e até 100 mil metros cúbicos” (IHERING, 1907: 238) tivessem passado despercebido de todos os cronistas dos séculos precedentes, desde a chegada ao litoral brasileiro dos primeiros portugueses.²⁷ Para este autor, seria então necessário distinguir entre dois grupos de

²⁷ Nas suas *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada São Paulo*, publicadas em 1797, Frei Gaspar da Madre de Deus, que morou por longo período na cidade de Santos, descreveu da seguinte maneira a formação dos montes de conchas existentes naquela região litorânea: “(...) índios particulares, em todo tempo, e povos inteiros, em certos meses vinham mariscar na costa; escolhiam entre os Mangais algum lugar enxuto, onde se arrachavam e dali saíam como enxames de abelha a extrair do lodo os crustáceos marítimos. É indizível a imensidade que colhiam de ostras, berbigões, ameijoas, sururuas de várias catas, e outros mariscos; mas a pesca principal era de ostras e berbigões, ou porque gostassem mais deles, ou porque os encontrassem em maior cópia, e colhessem com facilidade. (...) Com os tais mariscos se sustentavam enquanto durava a pescaria, o resto secavam, e assim beneficiado conduziam para suas aldeias, onde lhes serviam de alimento por algum tempo. As conchas lançavam a uma parte do lugar onde estavam congregados, e com elas formaram montões tão grandes que parecem outeiros a quem agora os vê soterrados. (MADRE DE DEUS, 1954: 45).

Destaque-se que a afirmação de Ihering de que os cronistas da América Portuguesa não notaram os sambaquis, nem aventaram hipóteses sobre sua formação que considerassem a ação humana como um fator preponderante não é correta. José de Anchieta, Gabriel Soares e Souza e Fernão Cardim o fizeram – e de forma bastante semelhante ao Frei Gaspar da Madre de Deus. O Pe. Fernão Cardim, S. J., por exemplo, nos seus *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, escritos entre os anos de 1583 a 1601, teceu comentários sobre estas formações, ao tratar das ostras que os europeus encontraram neste Novo Mundo: “(...) As ostras são muitas, algumas delas são muito grandes, e têm o miolo como uma palma da mão; neste se acham algumas pérolas muito ricas; em outras mais pequenas também se acham pérolas mais finas. Os índios naturais antigamente vinham ao mar [em busca d'] as ostras, e tomavam tantas que deixavam serras de cascas, e os miolos levavam de moquém para comerem durante o ano; sobre essas serras, pelo decurso do tempo, se fizeram grandes arvoredos muito espessos, e altos, e os portugueses descobriram algumas, e cada dia se vão achando outras novas, e destas cascas fazem cal, e um só monte se fez parte do Colégio da Bahia, os paços do Governador, e outros muitos edifícios, e ainda não é esgotado: a cal é muito alva, boa para guarnecer e caiar, se está à chuva fica preta, e para vedar águas em tangues não é tão segura, mas para o mais tão boa como a de pedra em Espanha.” (CARDIM, 1925: 92-93).

Esta prática parece ter experimentado uma duradoura permanência histórica, de modo que, na segunda metade do século XIX, Charles Wiener a menciona para corroborar sua argumentação acerca da formação humana de (ao menos) considerável parte dos sambaquis: “(...) Nosso companheiro de viagem, o Sr. Carlos Schreiner, encontrou no Saco dos Limões, perto do Desterro [atual Florianópolis], um homem, chamado Severino Martins, que fornecia à sua freguesia toda a cal de que ela precisava. Ele pescava a birrigôa de que, em parte, se nutria a sua família, e do produto da cal a que reduzia a casca provia as suas despesas. Ora, se um homem pode reunir tão considerável quantidade de moluscos, que muito é que uma tribo forme (...) série de colinas como as de São Paulo?” (WIENER, 1876: 17, n. 1).

Tal costume – e a teoria sobre a formação dos sambaquis que lhe era associada – teve também um eco na literatura pelas mãos de Lima Barreto: “(...) Para além do caminho, estendia-se a vasta região de mangues, uma zona imensa, triste e feia, que vai até ao fundo da baía e, no horizonte, morre ao sopé das montanhas azuis de Petrópolis. Chegaram à casa da velha. Era baixa, caiada e coberta com as pesadas telhas portuguesas. Ficava um pouco afastada da estrada. À direita havia um monturo: restos de cozinha, trapos, conchas de mariscos, pedaços

sambaquis: os pequenos, encontrados no litoral do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, formado por acúmulos de restos de alimentação indígena antiga; e os grandes, espalhados do litoral paulista ao catarinense, que seriam restos fossilizados de grandes conjuntos de moluscos gregários que a elevação do nível da costa trouxe à terra firme.²⁸

De acordo com este autor, esta sua distinção seria uma simplificação da estabelecida por Rath, para quem havia duas classes de sambaquis construídas pela intervenção humana, ambas não excedendo a altura de quinze palmos, uma composta de sambaquis erguidos com ostras e outra por sambaquis erguidos com berbigões, e uma classe, a dos maiores, às vezes imensos, compostos de várias conchas e feitos pela natureza.” (IHERING, 1895: 121). Em

de louça caseira – um sambaqui a fazer-se para gáudio de um arqueólogo do futuro remoto; à esquerda, crescia um mamoeiro e bem junto à cerca, no mesmo lado, havia um pé de arruda.” (BARRETO, 2001: 14).

Recorde-se ainda que a comparação entre os costumes dos nativos americanos registrados pelos cronistas a partir do final do século XV com o registro arqueológico, identificado muitas vezes de forma fortuita, foi uma das circunstâncias que permitiram o desenvolvimento de métodos científicos de pesquisa arqueológica (CHILDE, 1969: 43-44).

²⁸ IHERING, 1907, pp. 238-239: “(...) Para admitir que essas massas de conchas fossem amontoadas pelos índios, seria necessário supor que os mesmos tivessem vivido por decênios exclusivamente de berbigão e por muitos outros decênios somente de ostras. Nem esta hipótese é admissível, nem a de que os indígenas pusessem de lado as conchas, a fim de construírem com elas os sambaquis. (...) ainda hoje na alimentação da população costeira as ostras e os mariscos desempenham papel saliente, mas as conchas atiradas à praia se decompõem em menos de dois anos. Depósitos colossais e bem conservados não se formam senão sob condições especiais e isto particularmente debaixo d’água. § Que os sambaquis do Brasil meridional representam apenas bancos de ostras, que foram depositadas em água baixa do mar, é provado também por outros fatos geológicos. Entre estes citamos apenas os achados de ossos de baleia em terrenos até onde atualmente não podem chegar grandes cetáceos e a ocorrência de bancos naturais de ostras em afluentes do Rio Guaíba, em frente a Porto Alegre. Estes fatos geológicos provam que tanto no Brasil meridional, como no Rio da Prata, se deu uma transgressão do mar na época pleistocena, como que elevando o seu nível por 30 a 50 metros, em consequência de um abaixamento temporário do nível do continente nas regiões costeiras. Com uma elevação subsequente da costa os montes de conchas formados no fundo do mar atingiram a sua atual posição; sem dúvida, então, nas plagas baixas e alagadiças, ofereciam condições favoráveis para a moradia dos índios.” (IHERING, 1907: 238-239).

Em 1906 Edgar Roquette-Pinto viajou ao litoral e às regiões das lagoas do Rio Grande do Sul a serviço do Museu Nacional para estudar alguns sítios similares aos sambaquis pequenos caracterizados por Ihering. Tratava-se de amontoados de conchas, ossos, pedras trabalhadas, seixos e produtos cerâmicos, repousando diretamente sobre a areia, cobertos ou não de vegetação recente. A maioria destes sambaquis estava bem próximo de alguma lagoa ou alagadiço, mas nem todos; aqueles que se localizavam defronte ao mar apresentavam o aspecto de manchas brancas, leitosas, contra o fundo claro do solo da praia. Alguns só eram pequenos à primeira vista, já que, escavados, revelaram-se profundos como montanhas submersas nas areias; nestes Roquette-Pinto não localizou nenhum osso humano ou produto de seu trabalho. Dos sambaquis genuinamente pequenos que encontrou, nos quais constatou a presença de inegáveis vestígios de povoamento indígena antigo, entre os quais muitos fragmentos cerâmicos, o cientista argumentou que sua formação “não pode ser absolutamente atribuída à atividade humana, sendo talvez produtos da ação eólica, verdadeiras dunas de conchas”. (ROQUETTE-PINTO, 1912: 37). Perto do Arroio do Sal, a leste da Lagoa de Itapeva, por exemplo, Roquette-Pinto encontrou em meio a um areal dezesseis jazidas pré-históricas, nos quais abundavam ossos partidos de peixes, fragmentos de cerâmica e pedras claramente superficiais; tratava-se de depósitos inteiramente artificiais, cuja escavação em nada deu. Para o pesquisador eram estes restos “de um grande *kjoekkenmoeding* fragmentado pelo vento, pelas areias e talvez mesmo pelas ondas [do mar distante apenas um quilômetro], que separaram outros tantos elementos primitivamente agrupados, se não estratificados.” (ROQUETTE-PINTO, 1912: 19). Sobre este estudo de Roquette-Pinto, ver SANTOS, 2011: 61-64.

favor de sua tese Ihering argumentava não haver nos grandes sambaquis restos alimentares, nem pedaços de carvão, nem vestígios líticos ou cerâmicos. Confrontados com evidências contrárias a esta posição, suas explicações eram as mais engenhosas. Os carvões encontrados nos sambaquis seriam o resultado da decomposição de madeiras ou de outras massas orgânicas; os restos humanos seriam legados de antigos naufrágios ocorridos nas proximidades (ou mesmo dos ímpios que teriam perecido no dilúvio bíblico); os ossos de aves e mamíferos seriam vestígios de animais mortos a flechadas ou a tiro por caçadores locais; os artefatos de pedra ou restos cerâmicos teriam sido objetos há muito perdidos por pescadores. (IHERING, 1903; IHERING, 1904-1). Qualquer vestígio de cultura material encontrados em tais sítios, no mais, dever-se-ia ao fato de tais locais, devidamente formados em ambiente submarino, posteriormente emersos e secos, oferecerem boas condições de moradia para os índios em relação ao terreno circunvizinho. (IHERING, 1907: 239).²⁹

O caso é que a defesa de uma origem natural dos sambaquis representou uma alternativa à correlação entre os sambaquis e os *kjokenmoeddinger* dinamarqueses, estabelecida desde que apareceram as primeiras informações sobre os sítios brasileiros. Esta

²⁹ De acordo com Guimarães, apesar das impressionantes credenciais científicas de Ihering, merecidas por seus valiosos estudos zoológicos e paleontológicos, não se pode deixar de lembrar que seu posicionamento nos debates antropológicos e (então, conseqüentemente) arqueológicos de seu tempo traz a indelével marca do pensamento de Joseph-Arthur Gobineau. Este, em seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1816-1882), afirmou “que o destino das civilizações era determinado pela composição racial e que quanto mais diluídas as características raciais mais estagnação e corrupção ocorreriam.” (GUIMARÃES, 2003: 2).

Segundo esta orientação, Ihering elaborou uma divisão binária para os grupos indígenas brasileiros, que cria ter se estabelecido já na mais remota pré-história. De um lado, estariam os guaranis do sul do Brasil, *semicivilizados*, ligados ao núcleo de alta cultura incaico; de outro, os jê, *índios primitivos*, cujos remanescentes seriam os botocudos e os caiacangues, hereditariamente ligados aos fósseis de Lagoa Santa e aos construtores dos sambaquis. (IHERING, 1903; IHERING, 1904-1; IHERING, 1904-2; IHERING, 1907; IHERING, 1911).

Para este cientista tais *índios primitivos* eram elementos perigosos e incapazes de serem incorporados ao mundo do trabalho; diante de seus ataques contra os colonos e os engenheiros das ferrovias que então se empenhavam em expandir a economia agroexportadora do café para o oeste paulista e os estados do Paraná e Santa Catarina, os nativos deveriam ser ilhados por linhas de fortificação, educados e postos a trabalhar à maneira europeia; caso resistissem, poderiam ser legitimamente exterminados. (IHERING, 1907: 215). Sob sua gestão, o Museu Paulista empreendeu expedições arqueológicas e etnográficas para compor mapas de distribuição geográfica e mensurar a demografia destes *índios bravos*, de modo a dar suporte às duras *tarefas administrativas* necessárias à expansão interna do Estado brasileiro àquela altura. (IHERING, 1911: 138). Não por acaso tal projeto de colonização é similar àqueles postos em prática na Argentina e nos EUA na segunda metade do século XIX. (FERREIRA, 2009-1: 68-71 e notas correspondentes, nn. 14-19).

Para Guimarães, “(...) Advogando o extermínio das populações autóctones, a lógica [de Ihering] seria negar-lhes o direito de propriedade à terra habitada ancestralmente. Tal posição refletiu-se na sustentação da origem natural dos sambaquis, negando-lhe sua origem antropogênica, apesar das provas irrefutáveis apresentadas por Krone, Loefgren e outros.” (GUIMARÃES, 2003: 3). Outros trabalhos acadêmicos também constataram esta vinculação entre a agressiva proposta de colonização e as formulações antropológicas e arqueológicas elaboradas por Ihering. (LIMA, 1995; FUNARI, 1994; FUNARI, 1998; FERREIRA, 2005-2; FERREIRA, 2007-1; FERREIRA, 2009-1).

defesa teria sido feita menos com base em dados científicos do que em apoio a interesses econômicos (envolvidos na exploração da cal de mariscos) e políticos (interessados em incutir nos povos nativos do território brasileiro uma selvageria de ordem ontológica). Segundo Castro Faria,

"(...) Esta situação provocou seja convicções pessoais indiferentes aos fatos, seja observações parciais deficientes ou mesmo incorretas. Dezenas de obras foram escritas nessa linha sem, todavia, levarem a soluções persuasivas. Com a finalidade evidente de provar a origem natural desses sítios, algumas obras foram publicadas no Brasil, malgrado a documentação em sentido contrário oferecida pelos autores ao julgamento imparcial." (CASTRO FARIA, 1999-4: 206-207).

Ao lado desta bibliografia, havia outra, que defendia a origem humana dos sambaquis. Castro Faria constatou que ela crescia regularmente desde a publicação em 1876, no v. 1 dos Arquivos do Museu Nacional, dos *Estudos sobre os sambaquis do sul do Brazil* de Charles Wiener. Neste trabalho, admite-se a existência de sambaquis naturais, de sambaquis "produtos da indolência humana, que não removia para longe os restos das refeições (...) de origem simultaneamente artificial e fortuita (...) certamente muito mais frequentes", e de sambaquis que são verdadeiras "(...) obras da paciência do homem, que, durante um largo espaço [*sic*] de tempo, tinha em vista um fim definido (...) verdadeiros monumentos arqueológicos (...) [que] tem para a ciência universal a mesma importância da majestosa pirâmide do Egito ou do México." (WIENER, 1876: 15-16 e 20). De acordo com Castro Faria, a bibliografia que continuava a linhagem intelectual de Wiener, ao contrário dos *Estudos sobre os sambaquis do sul do Brazil*, possuía a deficiência de apresentar grande número de dados de segunda mão sobre um grande número de sítios dispersos pelo litoral brasileiro, da Amazônia ao Rio Grande do Sul, mas nenhuma descrição de observação científica *in situ*, muito menos de desmonte completo e minucioso de sambaqui. Os dados descritos nesta literatura deveriam ser levados em consideração para fins comparativos, desde que devidamente devolvidos aos contextos das práticas de pesquisa arqueológica e bibliográfica daqueles que os expuseram e cotejados com novos informes, provenientes de escavações mais rigorosas no registro das condições de achamento de vestígios do povoamento indígena antigo do Brasil.

Feita tal consideração, Castro Faria dá a entender que ele mesmo, depois de sondagens em sambaquis localizados em diferentes áreas, propôs-se a fazer ele mesmo um destes estudos completos e convenientemente minuciosos que afirmou serem tão necessários. Para tanto,

deteve-se em um único sítio arqueológico por período conveniente, atendo-se a descrever e interpretar o material ali encontrado sem incorrer em generalizações e especulações, atento às indicações estratigráficas que o permitiriam encontrar a *solução definitiva* da problemática da cronologia de sua formação. (CASTRO FARIA, 1999-4: 207).

Ao longo da costa bastante irregular de Santa Catarina um grande número de sambaquis foi localizado desde a segunda metade do século XIX. A cidade de Laguna localiza-se ao sul da ilha que dá nome ao estado, pouco mais de 120 km ao sul de sua capital; trata-se de um dos mais antigos centros de povoamento desta área do país e seu porto passou a desempenhar um importante papel como via de escoamento da produção carbonífera do vale do Rio Tubarão. Sua paisagem física é caracterizada por dunas que se espalham desde as margens do Atlântico até a Serra do Mar; este amontoado de sedimentos repousa sobre o complexo cristalino arqueano, que aflora em certos locais. Separadas do mar, grandes lagoas – as tais *lagunas* de onde a cidade tirou seu nome – formaram-se durante a evolução desta planície arenosa; sua extensão e profundidade são variadas e modificam-se sensivelmente sob a intensiva ação da dinâmica sedimentar. (CASTRO FARIA, 1999-4: 207).

O Sambaqui de Cabeçuda situava-se na margem oriental do estreito que liga as lagoas de Imaruí e Santo Antônio dos Anjos. Ele permaneceu praticamente intacto até 1928; de acordo com registro fotográfico feito neste ano, tal sítio arqueológico tinha o aspecto externo de uma colina de contornos regulares, semiesférica, com quase vinte metros de altura, coberta por arbustos, e de uma massa constituída quase que exclusivamente por grandes conchas. A utilização do material extraído das conchas que formavam o Sambaqui de Cabeçuda para a fabricação de cal e como material para aterros provocou a rápida e completa destruição de setores inteiros deste sítio. Os cortes feitos pelos extratores de cal se estendiam ao longo de toda a altura do sambaqui e revelavam uma sucessão mais ou menos regular de camadas de deposição, com uma sensível inclinação do centro para as bordas. Fragmentos de carvão, espinhas de peixe, camadas de cinza, pequenos blocos de diabásio e grande quantidade de fósseis humanos surgiam em quase todos os níveis na parede desses cortes. Apesar da contínua e voraz exploração econômica, entretanto, a parte central da jazida arqueológica ainda apresentava-se intacta no começo da década de 1950; foi aí que Castro Faria conduziu a escavação que serviu de base empírica ao seu *O problema dos sambaquis do Brasil: escavações recentes no sítio de Cabeçuda (Laguna, Santa Catarina)*. (CASTRO FARIA, 1999-4: 208).

Tal empreendimento realizou-se nos meses de julho e agosto de 1950 e 1951, cobrindo uma extensão de 14 x 10 m² e atingindo a profundidade máxima de 8,5 m. Retiradas a vegetação pouco densa que crescia no topo do sítio e a camada de terra misturada à areia, muito fina e de cor escura, sobre a qual aquela se erguia, atingiu-se camadas formadas exclusivamente por conchas. Estas se encontravam dispostas em estratos de espessura variável, alternados com outros estratos formados principalmente por espinhas de peixe. Nesses últimos, encontraram-se miríades de fragmentos de carvão, ossos de pássaro e mamíferos pequenos, todos com marcas evidentes da ação do fogo, além de pequenos blocos de granito e diabásio, destacados do solo por mão humana, mas não trabalhados. Algumas dezenas de enterramentos foram encontrados, desde imediatamente abaixo da camada mais superficial de terra escura, a partir de menos 0,5 m de profundidade, até o nível máximo atingido pela escavação. Nas camadas superiores a maior parte dessas inumações não estava assinalada de maneira particular; algumas delas estavam assinaladas apenas pela presença de uma pedra de tamanho regular. A partir de pouco mais de 5 m de profundidade acharam-se enterramentos marcados com vários blocos de pedra dispostos de forma mais ou menos regular sobre os esqueletos. Todos os restos ósseos humanos aí encontrados apresentavam-se em posições similares: obviamente se haviam disposto os cadáveres de acordo com uma fórmula de enterramento comum. Junto deles havia adornos, especialmente discos de colar feitos de conchas, encontrados eventualmente às centenas, em especial ao redor de esqueletos de crianças e jovens adultos. Em diferentes estratos foram localizados várias sepulturas simultâneas; ao nível de 7,30 m de profundidade, por exemplo, doze corpos muito próximos uns dos outros. Durante as escavações de 1950 recolheram-se os ossos de setenta e cinco indivíduos; no ano seguinte, os de pouco menos de cinquenta. Tal número de ossadas, assim como as características peculiares de seu enterramento, levam a considerar que o Sambaqui de Cabeçuda era um verdadeiro cemitério; de outra parte, o considerável número de abrigos perfeitamente caracterizados não admite qualquer dúvida de que esta elevação artificial foi utilizada em diferentes momentos como local de acampamentos prolongados. Aí também se desenterraram machados e outras peças de pedra polida, tais como buris, bolas, pedras de quebrar coco, amoladores e almofarizes, assim como numerosas pontas feitas de ossos. Tais objetos nunca se achavam perto dos esqueletos. (CASTRO FARIA, 1999-4: 208-210).

De acordo com Castro Faria, os vestígios encontrados nesta escavação indicam que populações com uma economia baseada na coleta de moluscos, na pesca e na caça ocuparam

o local onde se ergueu o Sambaqui de Cabeçuda de modo periódico e regular durante séculos, de modo praticamente ininterrupto. O sítio arqueológico, que contém em si sepulcros e verdadeiros lares, mas não lado a lado, é, com efeito, o *testemunho* residual da economia e dos hábitos alimentares de uma sociedade cuja cultura só pode ser reconstituída pela interpretação destes restos. De fato, trata-se da reconstituição de uma *cultura*: Castro Faria não apenas menciona que os sambaquis devem ser estudados não só pela abundância do material ósseo humano encontrado em seu interior, mas também por sua importância como “documentação relativa aos diferentes aspectos da cultura dessas populações paleoameríndias” (CASTRO FARIA, 1999-4: 210), como, sintomaticamente, não inclui em seu escrito nenhuma medição craniana ou consideração para o caráter antropofísico do *Homem dos Sambaquis*. Interessam-no antes a alimentação, os procedimentos técnicos, as formas de enterramento, o manejo dos recursos naturais disponíveis, enfim, as adaptações culturais ao meio ecológico postas em prática pelas sociedades nativas que habitaram o Sambaqui da Cabeçuda no longo período da sua constituição.

Por fim, chamando a atenção para “a necessidade de consagrar muito mais atenção a estes sítios” (CASTRO FARIA, 1999-4: 210), Castro Faria reafirma que tanto seu trabalho de campo quanto a mais autorizada literatura científica sobre o assunto – que para ele era a literatura baseada em dados de primeira mão, obtidos de escavações arqueológicas diretas – negam categoricamente a possibilidade de que estas jazidas sejam de origem natural. De fato, para este cientista “a indicação de uma origem natural desses sítios conhecidos pelo nome de sambaquis apresentada nas publicações recentes deve ser considerada errônea e sem fundamento.” (CASTRO FARIA, 1999-4: 210). Insistindo neste ponto e procurando oferecer mais evidências que o sustentem, Castro Faria vai de direto encontro àqueles que, afirmando serem os sambaquis meros concheiros formados pela aglomeração natural de moluscos societários, legitimavam a destruição destes para a fabricação da cal de mariscos.

Castro Faria viajou para Cambridge e para Paris para apresentar seu *O problema dos sambaquis do Brasil: escavações recentes no sítio de Cabeçuda (Laguna, Santa Catarina)* como parte de um período de estudos de aperfeiçoamento financiado por recursos concedidos pela UNESCO. No pedido de bolsa que enviou a esta instituição, em 22 de julho de 1952, consta anotação sobre quais eram então os seus principais interesses de pesquisa: a *ecologia*

*humana e o estudo antropológico de pequenas comunidades.*³⁰ Durante a segunda metade de 1952 e a primeira metade de 1954, visitou museus, universidades e institutos de pesquisa na Inglaterra, França, Portugal, Espanha, Suíça e Áustria para conhecer como aí se praticavam os quatro campos da antropologia no qual foi formado. Travou contatos com distintos métodos de pesquisa arqueológica e com a legislação local para a proteção de sítios pré-históricos, em especial a francesa. À convite de Paul Rivet, permaneceu durante certo tempo fazendo estudos e atuando como auxiliar de pesquisa no Museu do Homem, em Paris. (GARCIA JR., 2009: 420). Na Inglaterra, além de Cambridge, visitou a Universidade de Oxford e permaneceu dois meses como estagiário da Cátedra de Antropologia do University College, de Londres. Aí travou contato com o arqueólogo australiano Vere Gordon Childe, marxista e antirracista, que era então diretor do Instituto de Arqueologia do University College. Dos muitos livros de Childe, destacasse por sua popularidade e caráter propedêutico o manual (cujo título traduzido é) *Para uma recuperação do passado: a interpretação dos dados arqueológicos*. Este volume baseou-se nas conferências sobre princípios de classificação, terminologia técnica e conceitos interpretativos da arqueologia que Childe proferiu desde 1946, ano sim, ano não, até a sua aposentadoria, dez anos depois, no instituto sob sua direção. (CHILDE, 1969).

Há bons motivos para se acreditar que Castro Faria frequentou tais conferências enquanto trabalhava no University College. Não sendo possível, contudo, documentar tal circunstância, basta destacar o quanto há de convergência entre o conceito de arqueologia sustentado por Childe nos primeiros parágrafos de *Para uma recuperação do passado* e a compreensão que Raimundo Lopes e Castro Faria tinham do estudo antropológico, em sentido amplo (que incluía a pesquisa arqueológica), dos fenômenos humanos. Para Childe, de fato, a arqueologia deveria estudar todas as mudanças do mundo natural devidas à ação humana, explorando os resultados fossilizados desta intervenção e tentando reconstituir, tanto quanto conseguisse, os pensamentos que nela encontraram expressão. O mais evidente destes resultados da interação entre os seres humanos e o meio natural no qual subsistiam eram os artefatos, sejam estes objetos ou monumentos. Era necessário se considerar, contudo, também outros elementos, como os deslocamentos artificiais de elementos naturais, as posições peculiares das deposições de corpos e objetos, o peso relativo dos artefatos em relação a

³⁰ Uma cópia deste documento foi-me gentilmente cedida por Heloisa Maria Bertol Domingues, orientadora deste trabalho, em reunião realizada em junho de 2012. Ela o localizou em meio à documentação técnica do arquivo central da UNESCO, em Paris, e também o citou em DOMINGUES, 2011: 1.

outros artefatos, e a ligação dos monumentos e objetos com o ambiente humano no qual foram produzidos.³¹

De volta ao Brasil, Castro Faria retomou as pesquisas arqueológicas ainda na segunda metade de 1954, realizando novas viagens de estudo a Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Neste mesmo ano, participou da fundação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), sendo eleito seu primeiro presidente, para um mandato de dois anos. No começo de 1955, Castro Faria retornou à Chefia da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, função que continuaria a exercer até 1963. Meses depois participou do XXXI Congresso Internacional de Americanistas, realizado na cidade de São Paulo. Castro Faria apresentou dois trabalhos neste evento. O primeiro, *O estado atual da antropologia física no Brasil* consistia em um *informe abreviado das atividades de ensino em pesquisa* nesta área então realizados no país.

³¹ CHILDE, 1969, pp. 29-30: “(...) A arqueologia estuda todas as mudanças do mundo natural que são devidas à ação humana – naturalmente, apenas quando sobrevivem. O registro arqueológico é construído pelos resultados fossilizados da ação humana, cabendo ao arqueólogo reconstruir essa ação e ir tão longe quanto possível para recuperar os pensamentos que ela expressa. (...) Entre os resultados sobreviventes do comportamento humano, os mais familiares são, evidentemente, as coisas que os homens criaram ou destruíram, e que podem ser chamadas de artefatos. (...) É conveniente dividir os artefatos em duas classes: objetos e monumentos. (...) Mas nem todos os dados arqueológicos pertencem a uma ou outra destas classes. Uma concha mediterrânica, não modificada pelo homem, encontrada na caverna de um caçador de renas na França Central, não pode ser considerada um artefato. Mas a sua presença na França Central, algumas centenas de milhas para lá do seu *habitat* natural, é o resultado de uma ação humana, conseqüentemente um dado arqueológico, porque as conchas não voam e nenhum agente natural conhecido traria a concha do molusco do golfo de Lião para o vale do Vezère, que desemboca na baía de Biscaia. Portanto, o seu transporte é um fenômeno arqueológico significativo. § Um cadáver inumado, deitado sobre o lado esquerdo e virado para o sul, é o resultado de uma ação humana, mas não pode ser chamado de artefato. Uma casa, na antiga aldeia da Idade do Bronze de Buchau, era duas vezes maior que as restantes e de construção mais elaborada. Tais relações entre monumentos ou objetos são muito significativas como fenômeno arqueológico de que se podem tirar deduções históricas, mas não monumentos ou objetos em si. As ligações dos monumentos e objetos com o ambiente humano também podem ser dados arqueológicos. O local de fixação, em relação aos bons lugares de pesca, terrenos de fácil cultivo ou portos abrigados, pode dar uma indicação decisiva quanto às atividades e economia dos colonos. Um ambiente natural é, portanto, um incentivo e um limite à ação humana. Ao mesmo tempo a ação do homem pode por si só afetar profundamente o ambiente, exterminando alguns animais e introduzindo outros, derrubando florestas e transformando estepes cobertas de erva em campos úteis. Estas mudanças são fundamentalmente o resultado da ação humana e não podem usualmente ser definidas por técnicas arqueológicas normais, mas só como a ajuda de métodos estabelecidos pelas ciências naturais – botânica, zoologia, climatologia e geologia. E a sua ajuda precisa, também, de ser invocada para determinar a não modificação do ambiente, o qual sem a intervenção humana, sofreu grandes mudanças durante o período de existência do homem sobre a Terra.”

De acordo com Ribeiro, a contribuição de Childe, marxista, fez-se sentir de modo amplo na discussão arqueológica apenas na década de 1980, quando “a ex-URSS não representava mais uma imensa ameaça aos Estados Unidos e aos demais países desenvolvidos no bloco capitalista.” (RIBEIRO, 2007: 85). Isto se deu “muito embora três gerações tivessem sido formadas no Instituto por ele criado, (...) em atmosfera definida como ‘childeana’, por Ian Hodder, que ali se graduou em meados dos anos de 1970.” (RIBEIRO, 2007: 85). Chama-se aqui a atenção apenas para como Castro Faria pode ter se nutrido desta atmosfera durante os dois meses em que permaneceu no Instituto de Arqueologia do University College, e como a reflexão ali desenvolvia *convergência* de modo muito significativo com a pesquisa arqueológica que então já vinha sendo desenvolvida por este pesquisador.

(CASTRO FARIA, 1999-7). No segundo, *A formulação do problema dos sambaquis*, Castro Faria apresentou algumas notas de leituras e enunciou certos problemas e parâmetros de pesquisa em tal espécie de sítio arqueológico que considerava especialmente relevantes. (CASTRO FARIA, 1999-3). Ambos foram publicados nos anais do referido Congresso. Em janeiro de 1956, *A formulação do problema dos sambaquis* foi novamente apresentada, com modificações mínimas, no Ciclo de Palestras Culturais do Museu Nacional, sob o título de *Considerações em torno do chamado problema dos sambaquis*.

O artigo *A formulação do problema dos sambaquis* inicia-se com um relato da proposta feita por Castro Faria à direção do Museu Nacional em 1947 de realizar um plano de pesquisas sobre os sambaquis. Este estudo vinha sendo executado de forma sistemática desde então em sucessivos trabalhos de campo realizados por ele nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Tais empreendimentos, entretanto, não eram aleatórios, buscando recolher e interpretar *ao acaso* tudo o que Castro Faria e seus assistentes encontrassem nas escavações, mas intentavam responder de forma satisfatória às indagações formuladas sobre este tipo de sítio, de forma mais ou menos consciente, desde a segunda metade do século XIX.³² Para tanto, Castro Faria acreditava que era necessário, antes do mais, mapear *quais* eram estas indagações, o que pretendeu fazer pelo recurso a uma análise crítica da bibliografia pertinente. Buscava o pesquisador discernir nela o que já se havia estabelecido validamente e o que se deveria buscar descobrir com novas pesquisas.

Depois de quase uma década de esforços neste sentido, Castro Faria diagnosticou que “(...) O julgamento imparcial, mas severo, da bibliografia dedicada ao assunto (...) apresentava um resultado pouco favorável.” (CASTRO FARIA, 1991-3: 187). De uma parte, havia informes de escavações, muitos dos quais publicados em alemão e em revistas especializadas.³³ Tais informes eram praticamente impossíveis de serem localizados nas bibliotecas brasileiras, mesmo em um grande centro cultural como o Rio de Janeiro. De outra parte, existiam trabalhos de compilação e interpretação de dados, que, na maior parte das vezes, eram absolutamente desvinculados de trabalhos de campo. Estes eram numerosos,

³² A ideia de proceder ao estudo dos sambaquis não de modo genérico, mas de forma específica, ou seja, através da formulação de *questões* para, a partir deste tipo de sítio arqueológico, conhecer algo da pré-história do litoral brasileiro, foi enunciada, antes de Castro Faria, também por Sylvio Froés de Abreu. (ABREU, 1932).

³³ Sobre as relações entre a colonização germânica no Brasil meridional, o mundo da erudição nos territórios de idioma alemão, os estudos sobre os sambaquis e as querelas evolucionistas do século XIX e começo do XX, ver CASTRO FARIA, 2003.

normalmente redigidos em vernáculo e relativamente fáceis de serem encontrados nas bibliotecas dos museus e das universidades; constituíam, entretanto, volumes “de mérito muito reduzido ou totalmente desvaliosos.” (CASTRO FARIA, 1999-3: 188). Cenário muito similar era aquele que se verificava no campo contíguo dos trabalhos que haviam se proposto a fazer um histórico dos estudos sobre os sambaquis. Ainda que alguns deles reconstituíssem de maneira adequada as linhas mestras sobre as quais se estendiam as pesquisas com tais sítios arqueológicos, grande parte deles ignorava as contribuições da maioria dos autores do século XIX que, deste e do outro lado do Atlântico, versaram sobre os sambaquis e aqueles que os ergueram. Deste problemático *estado da arte* era necessário *garimpar*, avaliando criticamente, o que era material proveitoso para “uma formulação clara e cientificamente correta do problema dos sambaquis (...), para imediata correção de generalizações descabidas e de estereotípias comprometedoras.” (CASTRO FARIA, 1999-3: 189).

O *problema dos sambaquis* referido no título deste segundo texto de Castro Faria sobre o assunto é, portanto, o da delimitação de um objeto de pesquisas e das questões a ele referentes, investigadas em uma perspectiva comparativa diacrônica. Em um texto mais simpático aos autores que o precederam no estudo deste tipo de sítio arqueológico do que o primeiro, Castro Faria faz uma apologia de sua abordagem do tema e elenca alguns precursores desta, estudiosos “ignorados de muitos autores recentes e, às vezes, o que é inegavelmente sério, anematizados por julgamentos incorretos e levianos” (CASTRO FARIA, 1999-3: 189). Observa-se nisto a ação de interessante mecanismo argumentativo, através da qual uma novidade, ou, melhor, uma ruptura abre caminho através da reafirmação da continuidade com o passado. Chegando em sua análise da bibliografia sobre os sambaquis a um resultado desconcertante sobre o conhecimento acumulado em uma dada área, e, porque cientista, acreditando na imparcialidade severa, ou seja, na objetividade de sua avaliação, feita com base na crença fundamentada que possui na correção de sua própria abordagem do assunto, Castro Faria “busca, se, por acaso, o que ele pensa não teria já sido pensado.” (CANGUILHEM, 1972: 9). Veja-se, por exemplo, como está considerado em *A formulação do problema dos sambaquis* os estudos de Carlos Rath sobre o tema. Eles já haviam sido mencionados em *O problema dos sambaquis do Brasil: escavações recentes no sítio de Cabeçuda (Laguna, Santa Catarina)*, onde se lamenta a recepção que tiveram a seu tempo. Em *A formulação do problema dos sambaquis*, por outro lado, observa-se que o trabalho de Rath deveria ser desvinculado de seus *efeitos*, e julgado em seus próprios termos. Tal

juízo, argumenta Castro Faria, mostrava-se bastante favorável. Em primeiro lugar, o trabalho de Rath baseou-se no exame em primeira mão de mais de um sambaqui. Em segundo, várias de suas conclusões convergem com as das mais minuciosas escavações contemporâneas realizadas neste tipo de sítio arqueológico. Isto se verificava, por exemplo, quando Rath reconhece que os amontoamentos de conchas no litoral do Brasil meridional são prova indiscutível de certos hábitos alimentares de homens pré-colombianos, pelo menos tanto quanto são de mudanças climáticas e do nível das águas do mar; quando reconhece que tais *outeiros de conchas* eram não apenas cemitérios, mas também, outrora, o local de preparação e consumo de grandes refeições comunais; e quando atribui a alguns dos sambaquis o caráter de monumentos de um antigo povo indígena, mantidos incólumes até que começassem a ser destruídos para a produção de cal.

Tratando o trabalho de Rath desta forma, Castro Faria constrói para si um precursor, reconhecendo, em um passado do qual se pode criticar certos aspectos, elementos válidos ainda em seu presente. Seu próprio programa de estudos sobre os sambaquis modifica o peso relativo dos estudos sobre os sambaquis anteriormente feitos e permite-lhe construir para si um nicho de destaque a partir deles. (CANGUILHEM, 1972: 9; BORGES, 2007: 139). Afirma Castro Faria que:

“(...) Em todos os trabalhos mais recentes sobre os sambaquis, são invariavelmente repetidos os conceitos de [Sylvio] Froés Abreu e [Othon Henry] Leonardos sobre aquele autor e sua obra. Neles, Carlos Rath é apresentado, de um modo geral, como autor ingênuo da tese da origem antediluviana, do povo cujos restos se encontravam nos sambaquis, e, naturalmente, como partidário da formação natural, por cataclismo, das jazidas. A obra de Carlos Rath, entretanto, não pode continuar a ser encarada como simples devaneio de autor fantasioso e nem servir, maldosamente deturpada pela fragmentação e o desprezo do contexto, para digressões de um modo geral deficientes – senão levianas – sobre o histórico do problema dos sambaquis. (...) Confundiu-se desde então o problema preliminar da origem, natural ou artificial, das jazidas desse tipo, com problema essencialmente diverso, que é o das culturas representadas nessas mesmas jazidas.” (CASTRO FARIA, 1991-3: 190-191).

Enquanto defende Rath, que sustentava certas posições e – principalmente – um método de pesquisa semelhante ao seu, ressaltando que “(...) Muitos dos trabalhos recentes oferecem resultados bem mais modestos que os de certos autores do século XIX”, Castro Faria, por outro lado, reafirma que “(...) Não se pode esperar (...) que quaisquer dos problemas propostos por estas jazidas [i.e. os sambaquis] possam ser resolvidos na base [apenas] de um reexame do material [então já] publicado.” (CASTRO FARIA, 1999-3: 190-191). Para se

lidar com o problema das *culturas* representadas nestes sítios arqueológicos, seria necessário abandonar aquelas estereotípias e as generalizações fáceis acerca do *Homem dos Sambaquis* tão bem assentadas na literatura sobre o assunto. De acordo com Castro Faria, faziam-se necessárias novas escavações, cientificamente orientadas e controladas, atentas especialmente ao registro das indicações estratigráficas. Antes que se pudesse pensar os sambaquis em uma perspectiva comparada, ou mesmo como partes de um mesmo complexo cultural, urgia realizar estudos completos de sítios determinados – como o próprio Castro Faria havia se proposto a fazer em Laguna no Sambaqui da Cabeçuda. Procedendo-se desta forma, pretendia afastar-se da herança de Charles Wiener, que de acordo com o antropólogo havia sido “o primeiro a assumir uma atitude absolutamente inconveniente” em relação às sociedades que ergueram os sambaquis, “atitude de certo modo consagrada pela autoridade que se atribui complacientemente ao seu nome, pelo prestígio da revista científica que publicara o seu trabalho”, quando

“(...) após um exame bastante superficial de nove jazidas, das quais apenas duas, a julgar pelos dados fornecidos, foram apreciadas mais demoradamente, julgou-se com o direito de falar de sambaquis de um modo geral e, pelo desmentido que pretende fazer de certa afirmação de Rath, torna-se patente a sua convicção de que conclusões apresentadas no seu trabalho seriam válidas não somente para os sambaquis do sul, mas para todas as jazidas do Brasil.” (CASTRO FARIA, 1999-3: 191).³⁴

³⁴ No trabalho de Wiener citado por Castro Faria – *Estudos sobre os sambaquis do Sul do Brasil*, publicado no primeiro volume dos *Arquivos do Museu Nacional* (1876) – este autor cita por duas vezes um artigo de Carlos Rath, *Algumas palavras etnológicas e paleontológicas a respeito da província de São Paulo*, publicado na cidade de São Paulo pela Typographia de K. Sikler em 1875 (WIENER, 1876: 3, n. 3). A primeira vez nas pp. 3-4: “(...) O Sr. Dr. Rath, bastante conhecedor da arqueologia do país em que habita há mais de trinta anos [i. e. o Brasil], tentou chegar a este fim [determinar informações seguras sobre a civilização dos construtores dos sambaquis] e expendeu suas observações a fim de dar certa base a esta nova ciência; porém, não conseguindo examinar os pormenores, foi-lhe impossível estabelecer princípios gerais, não se pronunciando claramente nem sobre a origem, nem sobre seu fim.” A segunda vez na p. 7: “(...) Diz o Sr. Dr. Rath em seu trabalho sobre os sambaquis de São Paulo que se acham todos eles situados a 50 ou 60 braços da costa. Esta asserção parece-nos necessariamente errônea, pois que o Sr. engenheiro Silva Coutinho, o conhecido companheiro d’Agassiz, que esteve ainda há pouco na província de São Paulo, nos disse ter encontrado sambaquis a 12 léguas da costa. Informação esta que nos parece tanto mais preciosa quanto verificamos o mesmo fato na província de Santa Catarina.”

Wiener cita Rath apenas como contraponto às suas próprias posições, mas não o faz em tom que me pareça especialmente polêmico. Assim sendo, tenho a impressão de que a crítica, acima citada, que Castro Faria faz acerca do tratamento que Wiener dá aos trabalhos de Rath sobre os sambaquis diz respeito, de forma específica, a uma passagem na qual este *não é* diretamente referenciado, mas onde se faz uma menção à sua tese da origem antediluviana dos restos humanos encontrados nestes sítios arqueológicos: “(...) *as observações que pudemos fazer em Santa Catarina* nos levaram também a aventurar algumas *considerações em relação à etnografia geral*. (...) A opinião popular sobre a origem dos sambaquis (de que se ocupam em Santa Catarina, antes pelo lado industrial do que pelo científico) assinala-lhes uma idade que remonta além do dilúvio. § Não insistindo sobre a extravagância desta hipótese, não justificada por fato algum, e que os missionários perpetuaram entre o povo, referimos a opinião de alguns homens de ciência, segundo a qual devem-se considerar os *sambaquis do Brasil* idênticos, debaixo de todos os pontos de vista, aos *kjökkenmoddings* da Dinamarca.” (WIENER, 1876: 15. Grifo

Em seguida a marcar esta posição, Castro Faria tece considerações sobre como deveriam ser feitos os estudos dos sambaquis e, afinal, a quem eles interessam – o que é uma maneira elegante, ou, melhor, uma maneira *técnica* de afirmar quem tem competência e, portanto, autoridade ou não para realizá-los. De fato, Castro Faria observa que

“(…) Na época em que foram publicados os primeiros estudos sobre os sambaquis, a antropologia física, ou, antes, a craniologia, estava em pleno florescimento. Toda atenção dos pesquisadores voltou-se naturalmente para o material ósseo proveniente dessas jazidas. Este fato particular, aliado ao pequeníssimo interesse dedicado aos elementos culturais, em parte pela relativa pobreza e pouco valor estético dos objetos, em parte por causa daquele mesmo pressuposto de que eram sempre idênticos ou muito semelhantes, fez com que os ‘crânios de sambaquis’ fossem quase sempre tratados pelos especialistas em antropologia física não somente dentro daquele mesmo conceito de uniformidade, como também com sistemática e total exclusão de todos os aspectos culturais. § É preciso que se tenha em vista, entretanto, a inconveniência de estudar os esqueletos humanos encontrados nos sambaquis sem considerar, simultaneamente, as características culturais das jazidas de onde provém este material. Se certos autores tivessem procurado apreciar essa característica, não teriam cometido enganos deploráveis. Os sambaquis não encerram unicamente problemas que interessam aos especialistas em antropologia física, mas também e sobretudo aos arqueólogos [ou seja, a profissionais interessados na reconstituição de sequências culturais], e, nesse particular, parece-nos impossível isolar os dois aspectos.” (CASTRO FARIA, 1999-3: 193).³⁵

Sem negar a cientificidade e a pertinência dos estudos antropofísicos sobre os ossos humanos encontrados nos sambaquis, Castro Faria reivindica para o campo dos estudos da cultura a investigação dos sambaquis: deslocamento fundamental que coloca a questão toda em termos muito diversos. A afirmação irenista de que não é possível isolar o estudo dos aspectos socioculturais da consideração da morfologia corporal dos construtores dos sambaquis é um douramento retórico sobre o fato de que Castro Faria propõe efetivamente que esta seja submetida àquela ao destacar que os sambaquis enquanto *documentos materiais* interessam *também e sobretudo* a profissionais com formação não em biologia, mas em antropologia cultural.

meu). Como Castro Faria também considerava os sambaquis análogos aos sítios dinamarqueses, fica claro que a crítica que ele dirige a Wiener refere-se aos atalhos que este toma para passar de suas poucas observações em Santa Catarina aos sambaquis do Brasil e à etnografia em geral.

³⁵ De acordo com Castro Faria, a arqueologia, apesar de ser popularmente considerada uma ciência em sentido pleno, seria, sobretudo, um método dos estudos culturais. Segundo este autor, “(…) O objetivo da pesquisa arqueológica é constituir, mediante a interpretação correta dos significados de documentos materiais, a história cultural dos grupos humanos desaparecidos. (...) O arqueólogo é também um profissional de formação antropológica, que se especializa na reconstituição de culturas antigas, hoje representadas apenas por um número relativamente reduzido de evidências materiais. (...) A pesquisa arqueológica, como se vê, exige formação básica em Antropologia Cultural.” (CASTRO FARIA, 1999-1: 195-197).

O texto *A formulação do problema dos sambaquis* encerra-se com algumas sugestões de procedimentos para as novas pesquisas que Castro Faria afirma serem necessárias para um adequado entendimento deste tipo de sítio arqueológico. Ele registra que as considera banais, mas pertinentes, já que quase nunca postas em prática. (CASTRO FARIA, 1999-3: 193). Para um tratamento do tema cientificamente mais correto, Castro Faria destaca:

1. A necessidade de contínuo reexame e exegese dos informes de escavações anteriormente feitas em sambaquis, para o aproveitamento dos dados neles dispersos e correção das apresentações do histórico desta questão;
2. A necessidade de se realizar prospecções em diferentes áreas e escolher, nestas, jazidas representativas, ou ameaçadas de iminente destruição, para estudos estratigráficos e escavações completas;
3. A necessidade de se empreender a planificação destas mesmas pesquisas estratigráficas com a colaboração de especialistas de diversas áreas, de modo que a coleta de material arqueológico nos sambaquis seja feita de forma sistemática, permitindo sua adequada contextualização e datação;
4. A necessidade de haver reuniões periódicas dos pesquisadores com experiência direta em escavações com sambaquis de diferentes áreas, supervisionadas por um arqueólogo *sem especialização no tema*, para que os resultados de estudos pontuais e devidamente minuciosos possam ser adequadamente relacionados em face de perspectivas mais amplas;
5. A necessidade da organização de coleções padrão para o estudo comparativo das espécies zoológicas encontradas nos sambaquis e em suas adjacências, nas diversas fases de sua edificação como na atualidade, assim como do levantamento de dados sobre esta fauna dispersos na literatura pertinente e nas coleções já estabelecidas nos museus;
6. A necessidade de coleta de cinzas e amostras de terra dos restos de fogões encontrados no interior dos sambaquis para o estudo e datação dos resquícios vegetais aí presentes;
7. A necessidade de trabalho conjunto com os malacologistas para a identificação correta e precisa dos moluscos encontrados nos sambaquis. (CASTRO FARIA, 1999-3: 193-194).

É interessante considerar como se deu a recepção imediata deste programa de pesquisas no Museu Nacional, o que inclui considerar o próprio trabalho de Castro Faria nos anos de 1955 e 1956. O relatório de atividades da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional do ano de 1955, registra que, após a saída de Heloísa Alberto Torres desta instituição, seu Setor de Arqueologia contava “apenas com o trabalho do naturalista Luiz de

Castro Faria.”³⁶ Este documento também constata que, durante o ano de 1956, graças ao envolvimento de Castro Faria com o projeto de pesquisas arqueológicas que o Museu Nacional iria realizar em Lagoa Santa em parceria com outros institutos nacionais de pesquisas e com o Museu da Universidade de Dakota do Sul, seu trabalho com os sambaquis do litoral meridional seria, no mínimo, atrasado. Ele viria a realizar apenas um estágio de pesquisa neste tipo de sítio arqueológico, trabalhando em um sambaqui do norte fluminense. A respeito do que observou nesta ocasião, Castro Faria registrou no relatório anual de atividades da Divisão de Antropologia e Etnografia de 1956 que “(...) Apesar dos incomensuráveis progressos em muitos setores, sobretudo técnicos, continua-se a proceder em face de certos assuntos culturais [os sambaquis] com um primitivismo tão rude quanto os dos desbravadores e colonos dos três primeiros séculos.”³⁷

1.4. Os sambaquis como patrimônio: *O problema da proteção aos sambaquis*

(...) se o inimigo vencer, nem mesmo os mortos estarão a salvo dele. E esse inimigo ainda não parou de vencer. (BENJAMIN, 1991: 156).

Em 31 de dezembro de 1959 foi publicado nos *Arquivos do Museu Nacional* o texto *O problema da proteção aos sambaquis*. Trata-se de continuidade evidente da reflexão já exposta por Castro Faria em *O problema dos sambaquis do Brasil: escavações recentes no sítio de Cabeçuda (Laguna, Santa Catarina)*, de 1952, e em *A formulação do problema dos sambaquis*, de 1955. Além do material já apresentado nestes, o trabalho de 1959 incorpora dados de pesquisas realizadas nos sambaquis de Areias Pequenas, Cubatãozinho I e II, Morro do Ouro e do Forte, além de outros localizados no município de Laguna, todos em território catarinense. Ele contém também uma análise comparativa da atitude com relação às jazidas arqueológicas dos governos brasileiro e francês, sugestões e esboço de um anteprojeto de lei sobre os sítios pré-históricos e os estudos neles realizados, e a transcrições de alguns decretos,

³⁶ RELATÓRIO de atividades do ano de exercício de 1955 e programas de trabalho da Divisão de Antropologia e Etnografia para o ano em curso. DAE / Of. 13, de 18 de maio de 1956. Class. 146.4. Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (SEMEAR-MN/UFRJ). P. 18/24.

³⁷ RELATÓRIO de atividades da Divisão de Antropologia e Etnografia referente ao ano de 1956. Encaminhado por ofício de Luiz de Castro Faria, Chefe da Divisão de Antropologia e Etnografia, a José Cândido de Mello Carvalho, Diretor do Museu Nacional, de 15 de janeiro de 1957. SEMEAR-MN/UFRJ. Fl. 13.

documentos legislativos e requerimentos nacionais e estaduais a isto referentes. Uma marcada diferença em relação aos textos de 1952 e 1955, entretanto, impõe-se desde o título do artigo de 1959, pois nele o *problema dos sambaquis* desloca-se, ou, melhor, desdobra-se em *problema da proteção aos sambaquis*.

A referência para o termo *proteção* conforme este foi empregado neste escrito de Castro Faria é a *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico do Brasil*, de autoria de Heloísa Alberto Torres, publicado em 1937, no primeiro número da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.³⁸ De acordo com registro feito por Castro Faria em ocasião posterior, o artigo de Dona Heloísa “representou uma antecipação de estudos e projetos que só seriam completados mais de vinte anos depois com *O problema da proteção aos sambaquis*.” (CASTRO FARIA, 1999-5: 318). Ainda de acordo com o antropólogo, o termo *proteção* era um “componente essencial da ideologia rondoniana e dos seus discursos civilizadores (Serviço de Proteção aos Índios, SPI, 1910)” que adquiriu com a criação do SPHAN “uma amplitude inusitada, só contida pela conceituação de *patrimônio*, ‘histórico e artístico nacional’.” (CASTRO FARIA, 1999-5: 317. Grifo no original). Da mesma forma que a *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico do Brasil*, trata-se *O problema da proteção dos sambaquis* também de um texto *militante*. Ele pretende igualmente fornecer ao poder público, e a todos os interessados, elementos informativos para a realização de uma proteção eficaz de certos sítios e objetos culturais, fundamentando cientificamente o tipo de “atuação *continuada, esclarecedora e suasória* e, ao mesmo tempo *enérgica*” que “ainda poderá salvar muita coisa do nosso patrimônio artístico e científico.” (TORRES, 1937: 9-10).

A maior parte de *O problema da proteção aos sambaquis* já havia sido apresentada como relatório ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) sete anos antes de sua publicação nos *Arquivos do Museu Nacional*. Em 1951 Castro Faria encaminhou ao Presidente deste conselho um pedido de bolsa de estudos para o desenvolvimento de pesquisas sobre os sambaquis e as medidas que poderiam ser tomadas para impedir a destruição impiedosa a que vinham sendo submetidos pela indústria da cal de mariscos. Neste pedido, ele expunha suas condições de trabalho e comentava a baixa remuneração que lhe proporcionava o cargo de naturalista da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, solicitando uma

³⁸ A respeito deste periódico, ver CHUVA, 2009: 258-274 e notas correspondentes, 276-278, nn. 20-37.

complementação mensal aos seus vencimentos para conseguir tempo para dar continuidade a essas duas dimensões de sua pesquisa sobre os sambaquis – a dos sítios enquanto documentos da pré-história brasileira e a das formas de protegê-los da exploração econômica. Como referências pessoais, Castro Faria apresentou ao CNPq os nomes de Heloísa Alberto Torres, Edgar Roquette-Pinto e Rodrigo Mello Franco de Andrade. Além de uma bolsa como pesquisador, ele também requeria que o conselho se manifestasse publicamente a favor da imediata proteção dos sambaquis. O auxílio financeiro lhe foi concedido em junho de 1952 pelo Setor de Pesquisas Biológicas do CNPq, ao mesmo tempo em que se atenderam aos pedidos análogos de outros naturalistas do Museu Nacional: Walter Curvelo (que pesquisava meteoritos), Ney Vidal (que fazia pesquisa paleontológica em jazidas pleistocênicas), João Moojen de Oliveira (para pesquisas sobre primatas brasileiros), Newton Santos (para o recenseamento da fauna fluminense) e Fernando Segadas Vianas (para pesquisa ecológica no entorno da Guanabara). Castro Faria passou a receber o auxílio em setembro daquele ano. Sua bolsa de pesquisador foi sucessivamente renovada até 1957, quando passou, de 1958 a 1962, à categoria de chefe de pesquisa. (LIMA, 2009).

É significativo que *O problema da proteção aos sambaquis* tenha sido ampliado e dado ao público anos depois de sua primeira formulação, não como um trabalho endereçado aos especialistas na pré-história brasileira, mas como contribuição de um deles ao debate sobre a preservação do patrimônio científico do país. (CASTRO FARIA, 1999-2: 237). Castro Faria relata as condições de publicização deste texto na introdução do próprio. Em 1952, além de apresentar seu relatório ao CNPq, enviou cópia deles a outras pessoas interessadas no assunto. Em 1957 uma comissão constituída pelos diretores do Departamento Nacional de Produção Mineral, do DPHAN, do Museu Nacional, do CEPA/UFPR, do presidente da Comissão de Pré-História de São Paulo e de um consultor jurídico do Ministério da Agricultura, foi encarregado de preparar anteprojeto de lei sobre a proteção dos sítios arqueológicos brasileiros, a ser encaminhado para a Câmara dos Deputados e o Senado Nacional.³⁹ Em 26 de novembro de 1957, o Presidente da República – então Juscelino

³⁹ À constituição desta comissão precedeu um trabalho de articulação política que Castro Faria significativamente *não* menciona em seu *O problema da proteção aos sambaquis*. Depois “escaramuças com seis ministros da Agricultura, sem que nenhum deles compreendesse a importância do assunto” (DUARTE, 1968: 74), em 1956, Paulo Duarte, por intermédio do deputado Lauro Gomes, teve acesso a Clóvis Salgado, que então era Ministro da Educação. Salgado o apresentou a Mario Menegheti, então Ministro da Agricultura, que, compreendendo a relevância da preocupação pela conservação dos sambaquis, levou Duarte a encontrar-se com o Presidente da República. “Kubitschek se entusiasmou com a proposta [de Duarte] e determinou a formação de

Kubitschek – encaminhou ao Legislativo, acompanhado de exposição de motivos, projeto de lei dispendo sobre a defesa das jazidas arqueológicas. Quando da publicação d’*O problema da proteção aos sambaquis* este projeto ainda não havia sido votado. De acordo com Castro Faria, o artigo publicado em 1959 era prova de seu esforço pessoal “no sentido de contribuir para que a destruição das jazidas arqueológicas seja por fim contida e de que a regulamentação das pesquisas e escavações possa soffrear, ao menos em parte, as arrogâncias do diletantismo pedante e a falta de escrúpulos dos falsos salvadores de preciosidades pré-históricas.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 238).

Faz-se necessário avaliar com algum cuidado esta declaração. Quando se constituiu a comissão para a elaboração de um texto legal sobre a proteção dos sambaquis, Castro Faria era uma referência entre os interessados no tema, com o qual vinha trabalhando há pelo menos uma década. Ele não integrou esta comissão possivelmente pelo simples fato de nela já estar representado o Museu Nacional na pessoa de seu diretor, José Cândido de Mello Carvalho. A formação e trabalho de Carvalho era como entomólogo, e o mais provável é que Castro Faria tenha atuado na comissão através dele, como *eminência parda*, fornecendo ao diretor do Museu Nacional subsídios para que participasse deste grupo e colaborasse em sua tarefa. Em 1955 Paulo Duarte, da Comissão de Pré-História de São Paulo, havia enviado ao SPHAN uma proposta de decreto federal de proteção aos sambaquis, constando de cinco artigos e uma justificativa sucinta. Os esboços apresentados em *O problema da proteção aos sambaquis* são bem mais abrangentes que a minuta de Duarte, além de contarem com o lastro de uma abundante documentação obtida em avaliações feitas *in situ*. Castro Faria afirmou ser o autor do anteprojeto que resultou na Lei n. 3924, de proteção ao patrimônio pré-histórico e arqueológico, e os pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, concordando ou não com a forma que ele lhe deu, encontraram sólidas evidências que corroboram esta afirmação. (SILVA, 1996; SILVA, 2007; SIMÃO, 2009; LIMA, 2009).

Isto considerado, poder-se-ia concluir que, com a publicação de *O problema da proteção aos sambaquis*, Castro Faria queria não apenas ampliar o debate sobre a conservação destes sítios arqueológicos, mais ou menos paralisado desde que o projeto de lei havia sido encaminhado pelo Presidente Kubitschek ao Congresso Nacional, mas obter com seu artigo o

um grupo para formar um anteprojeto de lei.” (LIMA, 2009 – cf. DUARTE, 1968: 74-75). Parece-me improvável que Castro Faria – que Pe. Schmitz definiu como sendo *o mais bem informado dos cientistas de seu tempo* (comunicação pessoal) – não soubesse deste trabalho de bastidores empreendido por Paulo Duarte.

reconhecimento por seu esforço pessoal, reconhecimento que não lhe havia sido dado quando não foi nomeado para a comissão encarregada de elaborar esta legislação. Tal hipótese ganha maior verossimilhança quando se constata que o projeto de criar uma legislação federal a respeito da proteção dos sítios arqueológicos situados em território brasileiro cujo principal modelo de referência eram os sambaquis, era confirmar juridicamente aquilo que Castro Faria vinha argumentando em seus escritos sobre o assunto elaborados na década de 1950: que os sambaquis eram testemunhos da atividade culturalmente orientada dos paleoameríndios e, portanto, patrimônio a ser preservado por seus remotíssimos descendentes.⁴⁰ Não se deve menosprezar, contudo, a indicação de que a publicação de *O problema da proteção aos sambaquis* também tinha o objetivo de *sofrear, ao menos em parte, as arrogâncias do diletantismo pedante e a falta de escrúpulos dos falsos salvadores de preciosidades pré-históricas*. De fato, ela conduz a pensar este artigo de 1959 como cavalo de batalha de Castro Faria contra aqueles “protecionistas mais ortodoxos e ufanistas” que defendiam que os sítios arqueológicos brasileiros deveriam “ser objeto de um tombamento geral” – coisa que, na prática, “representaria a exclusão dos arqueólogos de toda possibilidade de exercer a sua profissão, isto é, de praticá-la, e, conseqüentemente, contribuir com as suas pesquisas para o esclarecimento de questões fundamentais referentes ao povoamento pré-histórico do nosso território por parte de populações e culturais tribais diferentes.” (CASTRO FARIA, 1998-2: 164).

Após breve *contextualização* de suas declarações, Castro Faria afirma não lhe parecer mais necessária uma apreciação das diversas hipóteses sobre a origem dos sambaquis, “assunto já totalmente superado desde longa data em todos os centros de pesquisa, mas que no Brasil encontrava ainda, até bem pouco tempo, exegetas ingênuos e ardorosos.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 239). Ato contínuo, afirma serem os sambaquis brasileiros análogos aos *kjoekkenmoedding* escandinavos, aos *shellmounds* norte-americanos e a outros sítios

⁴⁰ Deve-se lembrar que o *patrimônio cultural* não é algo naturalmente dado. Os sambaquis não eram patrimônio cultural a ser protegido por lei nem para aqueles empresários e trabalhadores envolvidos no seu desmonte para a produção da cal de mariscos, nem para aqueles paleoameríndios que os ergueram como subproduto de determinado sistema cultural que ainda não nos é de todo conhecido. Tampouco as suntuosas igrejas do barroco mineiro ou os museus são patrimônio cultural *naturalmente*. A *patrimonialidade* de um objeto não é uma característica ontológica, que lhe é intrínseca, mas sim algo culturalmente atribuído. Durante sua existência física, uma materialidade pode ser culturalmente constituída como muitas coisas, inclusive como patrimônio cultural, ou seja, como objetificação de certa memória e identidade. Atenha-se ao caso concreto em análise. O objeto sambaqui pôde ser considerado local de morada, de enterramento, de celebração de banquetes rituais, e de extração de matéria-prima para a indústria da cal de mariscos, assim como pôde ser considerado objeto de estudos científicos de diversos tipos e patrimônio cultural. (GONÇALVES, 1996; KOPYTOFF, 2008).

espalhados por praticamente todos os continentes. Ressalta o quanto esta identificação é antiga: estando já registrada *sem nenhuma dúvida ou restrição* no *Dictionnaire des sciences anthropologiques* editado pela Sociedade Antropológica de Paris nos anos de 1877 a 1879. E constata que também os geólogos e geomorfologistas que vinham se dedicando a estudar os concheiros do litoral brasileiro em período mais recente – Othon Henry Leonardos (1938), João José Bigarella (1949-1951) e Antônio Teixeira Guerra (1950) – eram unânimes em afirmar o caráter dos sambaquis como intervenção humana no meio natural. A isto, segue-se uma definição do que seria um sambaqui:

“(...) um monte artificial de conchas, resultante da utilização regular de moluscos como fonte principal de alimento. Como em todas as jazidas até hoje exploradas, foram sempre encontrados também grandes quantidades de restos de peixe e mais raramente ossos de aves e de mamíferos, além de carvão vegetal e de cinzas, o sambaqui deve ser considerado como um testemunho importante da atividade econômica de populações que viviam sobretudo da pesca, da coleta e da caça em geral.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 239).

Note-se que desta definição estão excluídas não apenas as hipóteses naturalistas a respeito da formação dos sambaquis, mas, igualmente, as considerações sobre o caráter antropofísico do chamado *Homem dos Sambaquis*, sequer mencionadas. A pesquisa com estas *jazidas arqueológicas ou paleoetnográficas* já é considerada como um domínio de pleno direito dos estudiosos interessados na reconstrução da história sociocultural de grupos humanos desaparecidos muito antes da contemporaneidade. A abordagem nada tem em comum nem com as medições de ossos praticadas pelos antropólogos desde o século XX, nem com a reflexão de Roquette-Pinto sobre os problemas de aclimação e miscigenação racial. No empreendimento de tomar os sambaquis como vestígios de um regime particular de *adaptação e manejo* dos recursos naturais por certos grupos humanos, Castro Faria dialoga de forma próxima na sua ênfase tanto com o *Antropogeografia*, livro-síntese de Raimundo Lopes publicado postumamente em 1956, quanto com o *Nordeste*, de Gilberto Freyre, publicado em 1937.⁴¹ Mais ainda: ao afirmar categoricamente este conjunto de sítios arqueológicos como

⁴¹ LOPES, 2007, p. 252: “(...) os sambaquis, jazidas de vários aspectos e tipos, mas sempre ligadas, pela natural correlação de *habitat* e alimento, aos bancos naturais de moluscos”. (Fragmento de capítulo do *Antropogeografia* que é republicação, muito pouco modificada de LOPES, 1937. O trecho citado encontra-se neste à pp. 86-87). FREYRE, 1937-2, pp. 9-10, n.: “(...) O estudo ecológico é aquele que se ocupa da planta, do animal e do homem em relação ao ambiente. Completado pelo estudo cultural, poderá dar à sociologia e à filosofia social [*sic*] a sua visão mais larga.” Castro Faria reconheceu explicitamente a existência de vínculo entre sua compreensão do estudo antropológico e “o espírito das pesquisas realizadas entre nós, entre outros, pelo admirável Gilberto

produtos de uma ação culturalmente orientada – as atividades de subsistência de alguns dos antigos habitantes do litoral brasileiro – *O problema da proteção aos sambaquis* repropõe o seu estatuto enquanto questão científica e enquanto problema político a exigir a atenção das agências do governo:

“(...) Se de um lado geólogos e geomorfologistas, com um acervo apreciável de observações de campo, negavam a possibilidade de uma origem natural para esses jazimentos, faltava, de outro lado, uma documentação arqueológica sistematizada, que colocasse definitivamente o problema no seu devido lugar e fizesse convergir para ele, como se faz mister, toda a atenção dos especialistas interessados nas questões de paleoantropologia do Brasil e das autoridades públicas responsáveis pela salvaguarda do nosso patrimônio arqueológico.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 240).⁴²

Castro Faria destaca que, embora os sambaquis talvez fossem então o mais discutido dos temas da arqueologia brasileira, era muito provável que também fosse pesquisado de maneira menos criteriosa e sistemática. Há um século se tinha voltado para ele a atenção do mundo científico dos dois lados do Atlântico, mas só muito recentemente começaram a se realizar escavações nas quais se registrou de forma cuidadosa os imprescindíveis níveis estratigráficos. O exame da numerosa bibliografia versando sobre o sambaquis, reitera o autor, é desalentador, pois revela que a maior parte dos informes de pesquisa *in situ* foram ignorados por aqueles que se propuseram a traçar um histórico das pesquisas nestes sítios arqueológicos. Por outra parte, muitos dos trabalhos antigos citados que se baseavam em escavações mais ou menos cuidadosas, são referenciados e citados, mas não foram efetivamente lidos por seus sucessores, pois “as indicações neles contidas não foram até aqui apreciadas de modo conveniente.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 240-241). O juízo de Castro Faria era o de que “(...) Quem manusear a volumosa bibliografia existente sobre o assunto não terá dificuldade em reconhecer como traços mais característicos [dela] a falta de continuidade

Freyre.” CASTRO FARIA, Luiz de. “Ecologia das comunidades indígenas do Chapadão Matogrossense”. Junho de 1946. CFDA 11.06.045. Acervo CF. AHC-MAST/MCT. Anexo I, p. 1/2.

⁴² Uma comparação rápida talvez nos permita dimensionar de forma mais adequada parte do quê significava eleger os sambaquis como patrimônio nacional, a ser protegido pelas autoridades públicas responsáveis. De 1937 a 1982 o IPHAN designou como patrimônio nacional através do procedimento jurídico do *tombamento* 216 igrejas católicas coloniais, a maior parte das quais localizadas em Minas Gerais. (GONÇALVES, 1996: 72). Desmontar os sambaquis para a produção da cal de mariscos, a partir do momento em que se lhes designa como patrimônio cultural, passa a ser tão ilegal e tão *imoral* quanto seria retirar os douramentos, placas, sinos e relicários destas igrejas para cunhar moedas – algo que parece agora abominável mesmo do ponto de vista de pessoas indiferentes ou mesmo críticas ao catolicismo romano, mas que, entretanto, foi feito por mais de uma vez na história contemporânea (p. ex. cf. WRIGHT, 2006: 221).

no tratamento do tema, a falta de especialização da maioria dos autores e a mas completa ausência de uma sistemática do problema.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 241).

Após novo esboço do problema histórico da descontinuidade e do diletantismo das investigações até então realizadas a respeito dos sambaquis brasileiros, Castro Faria parece amenizar o deslocamento que propôs deste objeto de um campo a outro de estudos, afirmando que “(...) Tanto o aspecto cultural, ou paleoetnológico, quanto o antropológico, ou, melhor, paleoantropológico, continuam à espera de pesquisas mais numerosas e melhor conduzidas.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 241-242). E apenas *parece amenizar* porque a tal consideração, que poderia seguir um plano comum de trabalho, seguem observações quanto à limitação crassa do material utilizado nos estudos antropométricos acerca do *Homem dos Sambaquis* e uma nova ênfase naquilo que Castro Fria considerava importante pesquisar da maneira mais rigorosa possível: “(...) O material lítico – machados de pedra, pontas de flecha, almofarizes, bolsas, peças zoomorfas – toda sorte, enfim, de utensílios que representam o equipamento material dessas culturas indígenas extintas, cujo traço mais característico foi, entretanto, a construção de tais jazidas [i.e. os sambaquis]”. (CASTRO FARIA, 1999-2: 242). Desta forma, pretende resolver

“(...) o problema mais elementar, que era e ainda é, o de reivindicar para esses sambaquis a condição de jazidas arqueológicas [i.e. resultado da ação humana no meio ambiente]. § Essa tarefa, que nos pareceu fundamento indispensável a qualquer ação menos sentimental, em favor da proteção definitiva desses jazimentos, contra a vandálica destruição de que são vítimas desde os primeiros anos da colonização do nosso litoral, foi incluída ao nosso plano de pesquisas.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 242).

Além da reconstrução de uma cultura extinta através dos vestígios remanescentes encontrados nos sambaquis - e dos quais ele mesmo é o mais significativo – cabe, como exigência profissional e imperativo ético, ao estudioso envolvido na realização deste trabalho científico a tarefa de reunir e apresentar documentos que tornem evidente que tais sítios são produtos de uma ação deliberada de sociedades ainda pouco conhecidas, e não montes de conchas disponíveis à gratuita exploração econômica. Neste ponto o *problema dos sambaquis* – objeto reivindicado pelos estudos culturais, definido em uma perspectiva histórica e cuja solução encontrar-se-ia em escavações novas e metodologicamente controladas – desdobra-se explicitamente no *problema da proteção aos sambaquis*.

No exercício de sua pesquisa de campo, o antropólogo envolvido com a pesquisa do passado pré-histórico por seus restos materiais depara-se com o incômodo fato de que “(...) a escavação arqueológica implica necessariamente a destruição, ao menos parcial, da jazida [na qual se realiza]” (CASTRO FARIA, 1999-2: 263). Em outros termos, o cientista é um involuntário catalisador da deteriorização e destruição dos mesmos sítios sobre os quais se detém. Empreendendo uma prática de destruição controlada destes sítios e dos vestígios nele encerrados, deve transformar esta destruição em coleta de informações, interpretando-as por *um ato de leitura*. A partir desta, “todos os dados fatuais (...) devem ser transmutados em textos explicativos de fatos ocorridos a milhares de anos.” (CASTRO FARIA, 1998-2: 164).

Já que o desmonte dos sítios arqueológicos é a condição necessária para a produção do conhecimento sobre a pré-história do território brasileiro, não é em vão que Castro Faria viria a destacar a importância que tem a fotografia neste tipo de investigação. Apenas ela permanece como um registro imagético – imprescindível na medida em que é um complemento necessário às descrições e desenhos do pesquisador, por mais minuciosos que sejam estes – da evidência que será destruída em favor do novo conhecimento. Da consciência de que, “(...) Do sítio arqueológico na sua forma original, só ficam as fotos e os cadernos de campo”, de que é “preciso destruir para erigir um saber novo” (CASTRO FARIA, 1998-2: 165), é que se impõe o imperativo de uma ética da responsabilidade e do cuidado do arqueólogo em relação à base material que possibilita sua pesquisa. A destruição dos sítios arqueológicos, sendo inevitável, também pela contínua e desagregadora ação os fatores naturais, deve, na medida do possível, ser tornada *proveitosa* por um controle cuidadoso, orientado apenas pela atividade rigorosamente científica de investigação. Foi esta compreensão que levou Castro Faria a reunir uma documentação sobre os sambaquis, “quer do ponto de vista estritamente científico, quer simplesmente documental, para o fim específico de proteção” (CASTRO FARIA, 1999-2: 243).

Após esta justificativa, Castro Faria esboça uma história dos sambaquis do ponto de vista de sua exploração econômica, realizada desde os tempos coloniais. Desde a chegada dos europeus ao litoral do território brasileiro, a argamassa de cal foi utilizada nas construções por eles erguidas – casas, engenhos e, principalmente, igrejas. Boa parte desta cal era *de mariscos*

e provinha quase inteiramente dos sambaquis.⁴³ Tal fato encontra-se documentado nos escritos de José de Anchieta, de Gabriel Soares de Souza, de Fernão Cardim e, de modo especial, de Gaspar da Madre de Deus, padre franciscano que escreveu uma história da Capitania de São Vicente. Com o reconhecimento, em meados do século XIX, do interesse científico dos sambaquis, praticamente todos os estudiosos que se detiveram no assunto protestaram de forma veemente contra a destruição indiscriminada destes jazimentos para a utilização de seu substrato como matéria-prima para a fabricação de cal ou para a pavimentação de ruas e estradas. Esta *atividade destruidora*, longe de diminuir com o adentrar do século XX, fez apenas intensificar-se em consequência do aperfeiçoamento dos meios mecânicos de exploração e de uma expansão do mercado. “No século XVI utilizamos ‘cal de mariscos’ das jazidas acumuladas em muitas centenas ou muitos milhares de anos pelo primitivo habitante do nosso litoral para edificar as primeiras casas de alvenaria; em 1953 [*sic*] ainda utilizamos conchas de outras tantas jazidas arqueológicas do mesmo tipo para pavimentar campos de aviação.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 249).⁴⁴

Quando organizou em 1947 um plano de estudos sobre os sambaquis, Castro Faria considerou como *tarefa preliminar e básica* a necessidade de proceder a um estudo naquelas zonas mais ricas em sambaquis com vistas a avaliar o real vulto da exploração econômica destes sítios arqueológicos e a dimensão dos interesses em jogo. Esta tarefa pareceu-lhe então indispensável porque, sem uma séria apreciação deste tema, “qualquer solução proposta

⁴³ Este uso ibérico da cal de mariscos encontra-se ligado a outros que tiveram o filo *Mollusca* no processo colonizatório da América Portuguesa – em especial como fonte de proteína e gordura de origem animal para complementação alimentar. Ver a este respeito, CONCEIÇÃO & SANTOS, 2011.

⁴⁴ Em texto posterior, Paulo Duarte registrou outros dois usos para a cal feita a partir das conchas retiradas dos sambaquis: preparação de adubos e corretores de solos e implementos para a ração de animais domésticos, principalmente aves. “O suplemento mais comumente usado, quando o cálcio vem a ser o único elemento que falta [nos adubos e rações], é a pedra de cal moída, geralmente barata e de fácil aquisição. A pedra de cal ou pedra calcítica, muito rica em cálcio, tornou-se o suplemento preferido, pois possui cerca de 38,5% de cálcio. As conchas moídas, de ostras ou mariscos, são também excelentes suplementos calcários, porque possuem as mesmas ou maiores porcentagens de cálcio que a pedra calcítica. § Daí o interesse especial que oferecem os sambaquis, depósitos que contêm centenas ou milhares de metros cúbicos desse material procuradíssimo hoje, quando os processos agrícolas e de criação de aves e outros animais começaram, entre nós, a ser intensivos, orientados por métodos racionais e científicos.” (DUARTE, 1968: 58-59).

Mais adiante no mesmo texto, este pesquisador paulista acrescenta ainda uma circunstância que parece ter escapado a Castro Faria em *O problema da proteção aos sambaquis*: “(...) O aspecto mais lastimável do arrasamento dos nossos casqueiros está no fato do seu aproveitamento científico poder ser feito sem nenhum prejuízo do interesse industrial. Isso não foi ainda compreendido, inconsciente ou propositalmente, nem pelos que os exploram, nem pelos poderes públicos que jamais os vigiaram. A pesquisa científica é lenta, não há dúvida, mas o que esta retira do sambaqui não representa nem 3% do seu conteúdo, cujo material calcário pode ser integralmente aproveitado para a indústria ou para o comércio.” (DUARTE, 1968: 59-60).

poderia parecer improfícua, ou por demasiado complacente ou por excessivamente drástica.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 249).

Por este motivo, em *O problema da proteção aos sambaquis* constam descrições sumárias a respeito da exploração econômica realizada em alguns dos sítios arqueológicos deste tipo que Castro Faria pôde avaliar pessoalmente desde 1947:

- Sambaqui do Rio Ribeira: localizado em Joinville / SC, em terreno de propriedade particular. O proprietário do terreno possuía então outras duas manufaturas análogas, no mesmo município, perto de sítios arqueológicos localizados às margens um do Rio Velho e outro da Lagoa de Saguassu. A produção da cal de mariscos feita a partir do material retirado do Sambaqui do Rio Ribeira datava de época antiga: o dono atual herdou a caieira dos pais, e, quando estes a adquiriram, ela já estava em funcionamento há tempos. Ela contava com dois fornos, mas um foi abandonado. “Parece que todas as fábricas mais antigas trabalhavam sempre com dois fornos de tipo intermitente, pois a matéria-prima era abundante e a alternância do trabalho assegurava uma produção quase contínua. (...) O trabalho de exploração não é intensivo, antes persistente e contínuo – não há pressa, também não há intervalo.” (CASTRO FARIA, 1998-5: 250-251). Em 1947 a cal fina de mariscos era vendida a Cr\$ 400,00 a tonelada; o resíduo apurado em segunda peneirada valia Cr\$ 80,00 pelo mesmo peso, e, o extraído em terceira, Cr\$ 60,00. Restava da jazida apenas uma pequena parte, quase inexpressiva do ponto de vista dos estudos arqueológicos. Já não se podia observar aí estratificação regular. Os responsáveis por sua exploração econômica concordavam que o Sambaqui do Rio Ribeira estava no fim, dando serviço, quando muito, para *mais dez ou quinze anos*. No chão, atirado ao acaso, Castro Faria encontrou um machado de pedra, “mas a indiferença dos trabalhadores é total. Exibida a peça aos trabalhadores, não a reconheceram como utensílio; declararam, entretanto, que sempre encontram muitas pedras. § O feitor, interrogado sobre o aparecimento eventual de esqueletos, afirmou que ‘esse sambaqui não deu muito osso’, mas, acrescenta ele, existem outros ‘que é só ossada.’” (CASTRO FARIA, 1999-2: 252). (IMAGENS 1, 2 e 3).
- Sambaqui do Areias Pequenas: localizado em Araquari / SC, em terreno de propriedade particular. Segundo se afirmava, já vinha sendo explorado para a produção da cal de mariscos desde a metade do século XIX, ininterruptamente. No fim dos anos 1940, a manufatura trabalhava simultaneamente com dois fornos e já havia consumido a maior parte do sítio. O que sobrava ainda, calculava-se que daria para muitos anos mais de extração em idêntico ritmo. Na encosta do sambaqui voltada para o rio homônimo à cidade, sobre a camada de sedimentos que, no passar dos séculos, cobriu o substrato de conchas, estava sendo preparado uma plantação de feijão. Quando Castro Faria o visitou, era impossível avaliar o primitivo perímetro do sítio; seu topo ainda media uns 10 m de diâmetro. Sua impressão foi a de que a área então quase plana na qual se ergueu a casa do proprietário e boa parte do terreno circundante foram anteriormente ocupados pelo sambaqui. Em tal caso, o perímetro primitivo deste

devia ter sido o de algumas centenas de metros, restando então menos de um décimo de seu volume original. Após rápido exame, Castro Faria encontrou no chão algumas vértebras humanas, visivelmente antigas, e vários fragmentos de ossos de crânios, totalmente cobertos por uma substância de cor vermelho-tijolo que os locais chamadas de *giz de índio*. “Interrogado sobre o aparecimento de esqueletos humanos, respondeu o feitor da ‘fábrica’ de cal de mariscos do Sambaqui do Areias Pequenas, com absoluta superioridade: ‘Aparecer, aparecem muitos, mas nós não ligamos para isso.’” (CASTRO FARIA, 1999-2: 253). (IMAGEM 4).

- Sambaquis do Cubatãozinho: localizados nas proximidades de Joinville / SC, nas margens do Rio Cubatãozinho. O primeiro encontrava-se em propriedade particular e o segundo em terras devolutas. Este também era conhecido como Sambaqui do Campo de Aviação, devido ao fato dele ter sido retirado o material para a primitiva pavimentação do aeroporto de Joinville. O Sambaqui do Cubatãozinho I encontrava-se praticamente intacto quando o examinou Castro Faria em 1947, mas o segundo, nesta mesma ocasião, estava em grande parte já destruído, talvez nada restando dele dez anos depois. O material usado na pavimentação do campo de aviação, que em certa fase foi retirado do sambaqui com o auxílio de uma escavadeira mecânica, deve ter atingido o volume de muitas centenas de metros cúbicos. O eixo da jazida deve ter atingido originalmente 100 por 60 m de diâmetro, e sua altura deveria ser da ordem de 10 a 12 m. Impressionava a Castro Faria o fato de que ele havia sido desmontado em poucos meses, no ano de 1946. Aí haviam sido encontrados, “entre centenas de peças de indústria humana, magníficos exemplares de esculturas zoomórfica em diabásio, que tivemos ocasião de apreciar mais tarde no escritório do proprietário de uma fábrica da cidade, e, durante certo tempo, empreiteiro das obras de pavimentação do campo [de aviação].” (CASTRO FARIA, 1998-2: 254).⁴⁵ (IMAGEM 5).
- Sambaqui do Morro do Ouro: localizado no interior do perímetro urbano de Joinville / SC. Tratava-se de enorme jazida, rica em vestígios do povoamento antigo do território brasileiro, que estava sendo destruída por meio de força hidráulica, visando à ampliação de alguns metros quadrados a uma área em que uma companhia de comércio pretendia construir um trapiche. “No barracão de madeira que serve de escritório para o encarregado das obras de desmonte encontrava-se, por ocasião de nossa visita ao local, dezenas de utensílios de pedra, de crânios e de outras partes do esqueleto, retirados ao acaso por operários curiosos, que aproveitavam os momentos em que o possante jato d’água era interrompido por qualquer circunstância e coincidia ficarem expostos nas paredes da jazida aquelas peças. Muitas outras peças já tinham sido dispersadas nas mãos de pessoas que por simples curiosidade ou puro acaso chegavam ao local. § Nada se aproveitou dessa jazida, que uma indiferença monstruosa condenou ao desaparecimento.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 255-256). (IMAGEM 6).

⁴⁵ Após descrever a destruição do Sambaqui do Cubatãozinho II, Castro Faria registrou que “(...) Destruir sambaquis para pavimentar campos de aviação vai-se tornando, de resto, uma prática rotineira. Em Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, localidade distante apenas três horas de automóvel da capital, dois enormes sambaquis foram totalmente destruídos para fornecer material para pavimentação do campo de pouso de emergência ali construído. E isso no ano da graça de 1949.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 255).

- Sambaqui do Forte: localizado em São Francisco / SC, no interior do perímetro do Forte Marechal Luz. A fortificação está situada junto ao Morro de João Dias, na extremidade norte da Ilha de São Francisco, ao morro de João Dias, e encontra-se ligada ao centro histórico da cidade homônima por uma estrada de rodagem de 18 km de extensão. O sambaqui repousava sobre o substrato granítico do Morro João Dias, encaixado entre grandes matacões, ou seja, entre grandes blocos arredondados de rocha, produzidos por processos de intemperismo químico. Era difícil a Castro Faria avaliar com rigor a altura do sítio propriamente dito, porque as conchas foram depositadas sobre a encosta do monte; no topo da jazida, tinha-se a impressão de estar a pelo menos 30 m de altura sobre o nível do mar. As provas de que não se trata de concheiro natural se exibiam ali com uma facilidade extraordinária. “Em poucos instantes de prospecção descobrimos um esqueleto humano, e praticamente em todos os níveis se encontram fragmentos de carvão, ossos de peixe e conchas calcinadas. Apesar disso, não se manifestou até agora nenhum interesse das autoridades militares pela proteção da jazida, da qual continuam a retirar conchas toda vez que necessitam obter, sem esforço, material para aterro. Os ossos encontrados são olhados um instante com curiosidade e em seguida atirados fora.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 256).⁴⁶ (IMAGEM 7).
- Sambaquis de Laguna: eram numerosos os sambaquis localizados no território da cidade de Laguna / SC, estando alguns poucos praticamente intactos e a maior parte seriamente atingida pela exploração de cal. Boa parte destes sítios arqueológicos já haviam sido destruídos, como os sambaquis de Magalhães e o da Roseta, dos quais o Museu Nacional possui coleções recolhidas de fins do século XIX. O mais expressivo e valioso destes talvez fosse o Sambaqui da Cabeçuda, na qual, conforme já se viu acima, Castro Faria realizou escavações. Em 1928 Silvio Froés de Abreu publicou no trabalho *Sambaquis de Imbituba e Laguna (Santa Catarina)*, saído na Revista da Sociedade de Geografia, uma fotografia deste sítio. Ele se apresentava então como uma pequena colina de contorno regular, semiesférico, com cerca de 20 m de altura e coberta de vegetação. (IMAGEM 8). Quando de seu estudo no começo da década de 1950, Castro Faria registrou a destruição que se havia feito nesta jazida arqueológica em período de menos de vinte e cinco anos. (IMAGENS 9 e 10). Procedeu-se a seu desmonte com ajuda de pesado maquinário para a obtenção de material de aterro para a construção da ponte da Laranjeira, da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, entre as lagoas dos Anjos e de Imaruí. Seguindo o depoimento de um trabalhador que participou deste empreendimento, “era tal a quantidade de esqueletos que os crânios inteiros eram reunidos e depois espetados, por divertimento, nos fueiros dos vagões, que levavam o aterro até as pontas dos trilhos, e em seguida atirados n’água. Essa obra vandálica foi realizada por um engenheiro, funcionário do governo federal.” (CASTRO FARIA, 1998-5: 258). (IMAGENS 11 a 19). Concluída a obra do aterro, prosseguiu, entretanto, a exploração econômica deste sítio. Situado à margem da estrada de ferro, ele apresentava vantagens excepcionais para a coleta e transporte de seu

⁴⁶ Na mesma cidade de São Francisco, Castro Faria documentou a destruição dos sambaquis do Bezerra, da Enseada e do Rocio Pequeno. Obteve também informações de que no território do município havia ainda outros sítios análogos, estando alguns intactos e outros, ao contrário, já *rasos* ou quase nivelados ao chão. (CASTRO FARIA, 1999-5: 257).

substrato, aproveitadas sobejamente por seu proprietário. Para Castro Faria, representava o Sambaqui da Cabeçada “o testemunho severo e incontrastável da atitude, digamos, do Brasil, para evitar imputações mais precisas, em face de uma parcela não pequena do seu patrimônio”. (CASTRO FARIA, 1999-2: 258).

Após apresentar estes dados, Castro Faria propõe-se a discutir a atitude do Estado brasileiro com relação às jazidas arqueológicas existentes em seu território. Ao fazê-lo, recorda-se, antes do mais, que o órgão público encarregado da proteção ao patrimônio histórico e artístico brasileiro mostrou-se atento à questão dos sítios arqueológicos desde o primeiro momento de sua existência. Registra o autor que, no primeiro volume da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, publicado em 1937, foram solicitados dois trabalhos sobre este tema, escritos por solicitação do diretor desta agência governamental. O primeiro, de Heloisa Alberto Torres, foi o *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico* – que já foi citado acima. O segundo, de Raimundo Lopes, foi o *A natureza e os monumentos culturais*. De acordo com Castro Faria, estes teriam sido os primeiros ensaios no sentido de uma *avaliação real* dos aspectos gerais envolvidos na proteção dos sítios pré-históricos brasileiros enquanto patrimônio nacional. Neles “(...) os aspectos gerais do problema da proteção das jazidas arqueológicas são objeto de uma análise percuciente e, para cada caso, foram apontadas algumas sugestões.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 259).

Raimundo Lopes propôs então que se restringisse severamente a exploração dos concheiros situados em terras de marinha, até que se procedesse neles à adequada avaliação científica, e que os terrenos particulares nos quais se situassem sambaquis fossem expropriados ou submetidos, conforme o caso, a regimes especiais de semiexpropriação, condomínio ou enfiteuse. (Cit. CASTRO FARIA, 1999-2: 259; LOPES, 1937: 87; LOPES, 2007: 253). Em nenhum destes dois artigos publicado no 1º número da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, entretanto, sugeriu-se concretamente a elaboração de uma legislação especial para se dar conta desta problemática, nem foi apresentado qualquer anteprojeto neste sentido. As medidas práticas neles sugeridas, tanto as de ordem administrativa, quanto as de ordem educativa, infelizmente não haviam sido *ao menos ensaiadas* até 1959.

Castro Faria recorda, entretanto, que antes destes dois textos *fundadores*, a questão crucial a respeito da proteção dos sítios arqueológicos situados em território brasileiro, que seria a de uma legislação e uma política governamental especificamente voltadas para este fim, acompanhada da regulamentação das escavações científicas a serem neles realizados, já havia sido enfrentada por Alberto Childe. Em 1920 Childe, então *Conservador das antiguidades clássicas do Museu Nacional*, chegou a elaborar um anteprojeto de lei de caráter formal neste sentido, atendendo à solicitação de Bruno Álvares da Silva Lobo, diretor desta instituição de 1915 a 1923 e membro da Sociedade Brasileira de Belas Artes (SBBA). Neste documento, Childe considera como *riquezas nacionais*, de propriedade natural e exclusiva da União, todos os sítios que evidenciam o povoamento indígena antigo do território brasileiro, tais como “ruínas, edifícios, jazidas, grutas, cemitérios, sambaquis, pedras levantadas, poços, etc, contendo ou não fósseis de natureza paleontológica ou arqueológica histórica, etc, sejam eles encontrados na superfície ou debaixo da terra, em florestas, campo aberto ou propriedades particulares.” (Cit. CASTRO FARIA, 1999-2: 260-261). Ele distingue os achados arqueológicos resultantes de escavações realizadas por *missões oficiais ou autorizadas*, tanto nacionais, quanto estrangeiras, e os resultantes do acaso fortuito, realizadas *por indivíduos isolados, ou por proprietários, concessionários, ou inquilinos do lugar onde tiveram lugar*. Para ambos, determina a obrigação de declarar o achado e protegê-lo até que se tomassem providência oficiais. Childe também veta qualquer trabalho de escavação ou reconstituição arqueológica a qualquer instituição científica regional sem prévia autorização e licença do governo federal. As pessoas dos ministros e presidentes, entretanto, não possuiriam a propriedade dos sítios ou objetos de interesse arqueológico, mas apenas seus protetores autorizados, na medida em que responsáveis legais por estes inalienáveis bens da Nação Brasileira.

O projeto de Childe não representou a seu tempo interesses que lhe conferissem efetividade política. De fato, para ser implementado, ou ele implicaria impensável dispêndio de recursos públicos, ou teria de alterar os princípios constitucionais então vigentes, que asseguravam a plenitude do direito de propriedade.⁴⁷ Apenas com a Constituição de 1943

⁴⁷ De acordo com a Seção II, §70 da Constituição então vigente, “O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salvas a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante autorização prévia.” O inciso deste parágrafo, por sua vez, determina que “As minas pertencem aos proprietários do solo, salvas as limitações que forem estabelecidas por lei a bem da exploração deste ramo da indústria.” Como se pode ver, tal legislação autoriza de pleno direito a extração dos sambaquis se são estes definidos como depósitos calcários.

haveria possibilidade jurídica de o Estado vir elaborar uma política oficial em favor dos sítios e objetos elencados como patrimônio nacional.⁴⁸ (LIMA, 1988: 22; CHUVA, 2009: 155).

Para Castro Faria

“(...) Alberto Childe, especialista em arqueologia clássica e de formação europeia, conhecia provavelmente muito bem o espírito da legislação adotada naqueles países, e o seu anteprojeto, que certamente terá parecido uma extravagância de arqueólogo apaixonado, nada mais é que uma réplica da legislação europeia sobre a matéria, ainda hoje em uso e talvez modificada apenas no seu caráter, que se tornou cada vez mais rígido e inflexível, e de sábia inspiração.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 260).⁴⁹

BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891*. Citada de acordo com o constante no *website* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em dezembro de 2012.

⁴⁸ Sobre o direito à propriedade, registra a Constituição de 1934 no seu Cap. II, art. 113, §17, que, sendo garantido, ele não poderia, entretanto, “ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização posterior.” No art. 199, *caput* e §§1-2 e 3-4, estabelece-se que “(...) As minas e demais riquezas do subsolo (...) constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial. § As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou empresas organizadas no Brasil, ressalvada ao proprietário preferência na exploração ou coparticipação nos lucros. (...) Satisfeitas as condições estabelecidas em lei, entre as quais a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer, dentro dos respectivos territórios, a atribuição constante deste artigo. § A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d’água ou outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do país.”

Sobre a temática da cultura e da proteção patrimonial, esta carta magna determinava no Cap. II, art. 148 que “(...) Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.” Ele também estabelecia no seu art. 113, §38 que “(...) Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos do patrimônio da União, dos Estados ou dos Municípios.” BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 16 de julho de 1934*. Citada de acordo com o constante no *website* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em dezembro de 2012.

⁴⁹ Para uma interpretação bastante favorável de Castro Faria a respeito da vida e obra de Alberto Childe (cujo nome de batismo era Dmitri Vonizin), ver CASTRO FARIA, 1998-6. V. p. ex. pp. 174-175: “(...) Lembro-me bem de sua figura; muito menos em termos de características físicas, que de uma imagem global, marcada pelo que poderíamos chamar de superioridade. Era um problema de dimensão, realmente. Até no comedimento dos seus gestos, na benevolência da sua atenção, na gentileza mais comezinha, aparecia essa marca. § Para os jovens que começavam a frequentar o Museu Nacional, ou mais precisamente, a sua divisão de Antropologia e Etnografia [como o próprio Castro Faria], Alberto Childe não era apenas uma pessoa – era, sobretudo, um símbolo. O que ele representava era o sabor ilimitado, a intimidade com os mais diversos campos do conhecimento, a dedicação total de uma existência à tarefa humilde de descobrir e comunicar.”

Deve-se lembrar de que ainda durante a década de 1920 surgiram outros projetos de definição e proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro, marcados por um cunho fortemente regionalista. Três deles chegaram a ser encaminhados ao Congresso Nacional: em 1923, o do pernambucano Luiz Cedro, que propunha a organização de um serviço governamental de defesa dos monumentos históricos e artísticos do Brasil; em 1924, o do mineiro Augusto de Lima Júnior, visando à proibição de saída do país de obras de arte tradicional; e, em 1930, o do baiano José Wanderley de Araújo, propondo a criação obrigatória de Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais. O projeto de Araújo foi reproposto em 1935, mas não chegou a ser votado em nenhuma

Após tratar da proposta de Childe, Castro Faria passa a tratar da legislação de defesa do patrimônio nacional então vigente no Brasil. De acordo com o decreto-lei que o criou, destaca o cientista, o SPHAN só poderia exercer ação protetora sobre o conjunto de bens inscritos nos Livros do Tombo. É a partir desta inscrição que um bem passa a constituir patrimônio histórico e artístico nacional. Sua ação no referente aos sítios arqueológicos, portanto, só poderia se exercer sobre aqueles que estivessem devidamente inscritos no *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*. Para Castro Faria, era “evidente que tal legislação jamais poderá corresponder satisfatoriamente aos propósitos visados”. (CASTRO FARIA, 1998-2: 262). Sua argumentação neste sentido possui duas dimensões. Por um lado, cria ele que não seria viável inscrever todos os locais e objetos de interesse arqueológico no *Livro do Tombo*. Isto se devia ao fato de que muitos destes ainda eram *desconhecidos*, ou sobre eles os especialistas não possuíam dados suficientes para satisfazer o formalismo do processo normal de tombamento.

Por outro lado, Castro Faria defende ser de todo inadequado o processo de tombamento para se lidar com a preservação dos sítios arqueológicos. Implicando a conservação inalterável da coisa tombada, tal forma de proteção lhe parecia de todo inadequada ao patrimônio arqueológico.⁵⁰ Isto se dava pela constatação de que, implicando a escavação arqueológica necessariamente na destruição, ao menos parcial, do sítio na qual se realiza, ela iria sempre e de modo necessário de encontro à determinação governamental a respeito dos bens históricos, artísticos e arqueológicos do país. Parecia claro a Castro Faria que a lei de tombamento só se faria aplicável em raros casos, nos quais os especialistas em arqueologia concordassem com a preservação integral de certos sítios. Assim sendo, estes assumiriam “o caráter de verdadeiros monumentos, e desse modo ficariam inevitavelmente

das ocasiões. Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais haviam sido criadas na Bahia, em 1927, e em Pernambuco, em 1928. (CHUVA, 2009: 154 e nota correspondente, 189, n. 19).

⁵⁰ O Decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937 estabelece textualmente no seu art. 17 que “(...) As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas, mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.” BRASIL. Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Citado de acordo com o constante no *website* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em dezembro de 2012.

excluídas quaisquer possibilidades de pesquisa, pois esta acarreta quase sempre desfigurações acentuadas.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 263).⁵¹

Especificamente com relação ao problema dos sambaquis, destaca Castro Faria que, até o fim da década de 1950, nada havia sido feito em matéria de ação governamental sistemática. A exceção havia sido o tombamento do Sambaqui do Pindaí, situado entre os quilômetros 22 e 23 da estrada de rodagem que liga São Luís do Maranhão a São José do Ribamar, naquele mesmo estado. Raimundo Lopes havia realizado escavações neste sítio arqueológico em 1927, quando encontrou abundantes fragmentos de cerâmica no local. Em 1939, retornando ao mesmo local ficou impressionado com a devastação causada no sambaqui pela retirada de conchas para a pavimentação das estradas, e escreveu ao SPHAN solicitando o tombamento da jazida. Seis dias depois Rodrigo Mello Franco de Andrade comunicou ao prefeito de São Luís o tombamento do sambaqui. De acordo com Castro Faria, tratava-se, contudo, de “fato praticamente sem significação, não somente pela sua singularidade e pela sua situação fora da área mais característica desses jazimentos, como pela ausência de documentação satisfatória sobre o valor arqueológico da jazida.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 265).

Não teriam faltado, entretanto, reivindicações para que o governo implementasse medidas para salvaguardar estes sítios arqueológicos. Numerosas foram as moções ou recomendações de assembleias e instituições científicas que, formuladas neste sentido, foram enviadas às autoridades estaduais e federais. Em 1947 o deputado Plínio Barreto apresentou à Câmara Federal um projeto de lei sobre o assunto, propondo que se procedesse “ao imediato tombamento, voluntário ou compulsório, dos sambaquis existentes em território nacional.” (Cit. CASTRO FARIA, 1999-2: 61). Para tal proposta, o deputado Aureliano Leite propôs um substitutivo, acompanhado de longo parecer sobre a matéria. Em seu texto, Leite acrescentou outras categorias de sítios arqueológicos aos sambaquis – *grutas e lapas contendo vestígios paleontológicos* – e estabeleceu a possibilidade de o SPHAN solicitar a ajuda das autoridades civis e militares para protegê-los da exploração econômica. Tal inserção dos sítios arqueológicos na categoria *paleontologia* se justificou pela existência prévia do Decreto-lei n. 4.616, ainda hoje em vigor, que dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos, tornando a

⁵¹ A arqueóloga Regina Coeli, do Setor de Arqueologia do IPHAN, tece em SILVA, 2007, pp. 60-61 e notas correspondentes, p. 72, nn. 3-6, uma crítica severa à linha de argumentação sustentada por Castro Faria em sua rejeição ao processo de tombamento dos bens arqueológicos.

emissão de autorizações de prospecção e lavra para a exploração industrial dos depósitos de conchas de calcário atribuição exclusiva do Governo Federal.⁵² (SILVA, 2007: 61). Este vínculo, contudo, já havia sido descartado por Castro Faria e outros pesquisadores de mesma perspectiva analítica, para os quais estava bem estabelecido serem os vestígios do povoamento pré-histórico do território brasileiro resultado de atividades culturais de sociedades extintas – mais afins, portanto, às igrejas barrocas do setecentos mineiro do que às reservas de petróleo.

Para Castro Faria, as proposições de Barreto e Leite “consubstanciavam a aspiração, pela sua finalidade, de quantos se preocupavam com o destino dos nossos sambaquis, alvos preferidos de uma destruição irracional e até aqui irreprimida, que faz desaparecer sob os nossos olhos jazidas arqueológicas de valor inestimável.” (CASTRO FARIA, 1999-: 265). O projeto de Leite chegou a ser aprovado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal no mesmo ano de 1947, sem, entretanto, ser determinada a sua regulamentação. *Felizmente*, acrescenta Castro Faria, cunhando paradoxo só aparente. “Embora elaborado por força de um elevado idealismo e sustentado por nobres intenções, certamente não teria, caso aprovado, nenhuma probabilidade de se tornar um instrumento útil e eficaz.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 266). Isso se devia ao fato de ambas as propostas de legislação vincularem a proteção dos sambaquis ao instrumento jurídico do tombamento, coisa que, conforme já defendido por Castro Faria, inviabilizaria de todo os estudos arqueológicos neste tipo de sítio. Ainda que as melhores das intenções animassem os deputados, “(...) Não lhes ocorrera a possibilidade de uma solução diferente, e como já procuramos demonstrar anteriormente, o tombamento de jazidas arqueológicas só pode ser admitido como *medida de exceção* e jamais poderá satisfazer o objetivo precípuo, que é o da preservação dessas jazidas para fins de pesquisa científica.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 266). Aproveitando o ensejo desta observação, Castro Faria reafirma sua posição de que

⁵² O art. 1 do Decreto-lei n. 4.146 determina que “(...) Os depósitos fossilíferos [existentes em território brasileiro] são propriedade da Nação, e, como tais, a extração de espécimes fósseis depende de autorização prévia e fiscalização do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.” Em parágrafo único seguinte, estabelece que “(...) Independem dessa autorização e fiscalização as explorações de depósitos fossilíferos feitas por museus nacionais e estaduais, e estabelecimentos oficiais congêneres [i.e. pesquisas de fins não industriais, mas científicos], devendo, nesse caso, [ainda assim] haver prévia comunicação ao Departamento Nacional de Produção Mineral.” BRASIL. Decreto-lei n. 4.146, de 4 de março de 1942. Dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos. Citado de acordo com o constante no *website* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14146.htm>. Acesso em dezembro de 2012.

“(…) Exigindo o processo de tombamento elementos formais bastante complexos e claramente expostos em lei, não seria absolutamente possível fornecer esses elementos senão numa base insignificante, talvez inferior a 10% em relação ao total das jazidas conhecidas. § O tombamento sistemático e indiscriminado ‘dos sambaquis existentes em território nacional’, por outro, vedaria completamente a possibilidade de se proceder às escavações arqueológicas, uma vez que estas acarretam de modo inexorável a destruição, ainda que parcial e para fins científicos, da coisa tombada.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 266).

E acrescenta:

“(…) Como se vê, a única tentativa formal até aqui realizada, no plano federal, no sentido da elaboração de um instrumento legal capaz de assegurar a proteção constante e eficiente das jazidas arqueológicas e em particular dos sambaquis, apresentava uma falha de plano, que atingia a sua própria finalidade.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 266).

Em nível estadual, entretanto, até a publicação de *O problema da proteção aos sambaquis*, algumas iniciativas concretas e relativamente eficientes já se tinham tomado no sentido de impedir a destruição indiscriminada destes sítios arqueológicos. No Paraná, em 1951, o governador Munhoz da Rocha assinou decreto reservando para fins de pesquisa todos os sambaquis localizados no litoral do estado. Não se tratava do melhor cenário possível, mas já era algo digno de real louvor. Neste mesmo ano de 1951 uma comissão especial e permanente foi incumbida do cuidado dos bens de interesse histórico, artístico e científico situados em território paranaense. Para Castro Faria, assumia o estado por este expediente “a iniciativa de preservar convenientemente o seu patrimônio arqueológico.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 268).

O Estado de São Paulo, por outra parte, também promoveu iniciativas no sentido de promover tanto o estudo sistemático quando a proteção dos sambaquis encontrados em seu perímetro. Em 15 de abril de 1947 o Diretório Regional de Geografia e Estatística do Estado de São Paulo dirigiu um apelo para que o executivo e o legislativo estaduais se empenhassem no sentido de que fossem “preservados os elementos cientificamente úteis dos sambaquis” paulistas. (Cit. CASTRO FARIA, 1999-2: 288). Respondendo a este, em 31 de julho daquele ano, José Carlos de Macedo Soares, feito governador por intervenção federal, instituiu uma comissão de seis membros “para estudar a forma e os meios de preservar os elementos científicos úteis dos sambaquis do estado de São Paulo, bem como de resguardar convenientemente os restos pré-históricos (fósseis) subsistentes e de interesse científico.”

(Cit. CASTRO FARIA, 1999-2: 289). Tal comissão deveria ser formada por representantes do Diretório Regional de Geografia e Estatística, do Instituto Geográfico do Estado, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, do Museu Paulista, do Departamento Estadual de Zoologia e da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado.

Para Castro Faria, contudo, esta medida era bastante inadequada – e não apenas por pretender limitar a proteção dos sambaquis aos fósseis neles subsistentes, considerados como seus únicos *elementos científicos úteis*, sem preocupação alguma com elementos de caracterização cultural, como material lítico e restos de fornos subterrâneos, que aí se encontram. Mais nefasto ainda teria sido o fato de que se impôs à comissão nomeada a observância do princípio de que “os sambaquis têm uma finalidade econômica, que diz respeito à alimentação de animais, no que se refere à parte de fornecimento de minerais”, de modo que, por isso, “respeitados os interesses de pesquisa”, dever-se-ia, “de outro lado, atender ao aspecto econômico, reduzindo o tempo de pesquisas ou interdições dos sambaquis ao mínimo possível.” (Cit. CASTRO FARIA, 1999-2: 289). De acordo com Castro Faria, tratava-se de uma subordinação *esdrúxula e absurda* dos interesses científicos aos econômicos, que provocou justa reação dos paulistas interessados no assunto. De fato, parecia-lhe que “nada de positivo foi realizado nessa ocasião.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 269).

Em 19 de dezembro de 1952, Ademar Pereira de Barros, governador eleito de São Paulo, instituiu uma Comissão da Pré-História de caráter estadual. Procedendo de tal maneira, oficializava e dava relevo à iniciativa de Paulo Duarte, que criara em 1945, ao retornar de exílio passado na França e nos EUA, um Instituto de Pré-História em São Paulo. (MENDES, 1994: 190). O decreto que instituía a comissão paulista de pré-história determinava que ela se incumbisse da “proteção do interesse científico dos sambaquis, grutas e lapas” situadas no território do estado. (Cit. CASTRO FARIA, 1999-2: 293). Entre seus membros, todos nomeados por ato do governador, deveria haver pesquisadores especialmente interessados no estudo da pré-história brasileira, vinculados a diversos campos de investigação (etnológico, antropológico, paleontológico e geológico), assim como representantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, do Museu Paulista, do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo e da Assessoria Técnico-Científica do Governo do Estado. Seu encargo seria o de 1. proceder ao tombamento voluntário ou compulsório dos

sambaquis, lapas e grutas de interesse arqueológico existentes em território paulista, promovendo sua exploração científica e conservando o material encontrado nestes locais; 2. obter do Departamento de Produção Mineral do Ministério da Agricultura que as autorizações para pesquisa e lavra dos sambaquis e outras jazidas minerais de origem pré-histórica, realizadas com vistas à exploração econômica destes sítios, só fossem concedidas depois de neles empreendidas as devidas investigações científicas, promovidas por entidades federais e estaduais competentes; 3. entender-se com o SPHAN no sentido de que os sambaquis, grutas e lapas de interesse arqueológico localizados no estado de São Paulo fossem reconhecidos como patrimônio nacional e protegidos pela União como tal.

Castro Faria, destaca que, entretanto, a Comissão de Pré-História também recebeu a imprecisa função de regulamentar o aproveitamento econômico destes *depósitos fossilíferos*, “fazendo a devida comunicação ao Departamento Nacional de Produção Mineral e impedir as explorações que não tenham a autorização do mesmo Departamento, solicitando auxílio das autoridades locais, se necessário, para o cumprimento destas atribuições.” (Cit. CASTRO FARIA, 1999-2: 294). No decreto de Ademar de Barros, portanto, instaurava-se uma insuperável ambiguidade ao serem os sambaquis definidos simultaneamente como patrimônio cultural e como depósitos fossilíferos. Ambiguidade esta que certamente seria explorada por aqueles interessados no aproveitamento industrial do substrato destes sítios arqueológicos. Superava esta deficiência, contudo, a possibilidade de a Comissão poder propor desapropriações de terrenos de interesse para pesquisa arqueológica, reivindicando para isso a *utilidade pública* destes. Para Castro Faria, tratava-se esta “de uma lei de largo alcance, que se poderá tornar um instrumento extraordinariamente eficaz, caso se possa desenvolver naquele dinâmico Estado da União uma atividade de pesquisa em correspondência com os propósitos um pouco ambiciosos da legislação.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 270).

De acordo com o naturalista do Museu Nacional, por novo decreto, de 4 de agosto de 1953, São Paulo assumiria “finalmente uma atitude decisiva com relação ao problema particular, reservando ‘para fins de pesquisa de Pré-História, Paleontologia, Arqueologia e Antropologia, os sambaquis existentes no território paulista.’” (CASTRO FARIA, 1999-2: 271). Esta lei inspirava-se em legislação análoga já vigente no Paraná. De acordo com ela, a Comissão de Pré-História poderia solicitar a colaboração dos institutos universitários e outras entidades culturais e científicas para a realização de seus encargos. Permanecia, contudo, a ambiguidade de os sambaquis estarem definidos a um só tempo como patrimônio cultural e

depósitos fossilíferos, o que poderia servir de *brecha* para tentativas de respaldar juridicamente a sua exploração econômica em detrimento dos interesses científicos. E uma subordinação da legislação sobre a conservação dos sítios arqueológicos às normas do código de minas, destaca Castro Faria, “jamais se poderá fazer sem um grave e injustificável desvirtuamento do problema.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 271).

A respeito desta legislação, Castro Faria argumenta que se deve considerar, antes do mais, que um sambaqui não é *depósito*, no sentido usual do termo, mas apenas em significado lato, que considere as especificidades de uma atividade culturalmente orientada das antigas sociedades indígenas que habitaram o litoral brasileiro. Um sambaqui tampouco é *fossilífero*, seja por sua origem, por sua natureza ou pelo significado que lhe cabe nessa designação. Para tal autor, os propósitos da legislação paulista podiam ser os mais elevados,

“(...) mas não será através de um sofisma evidente, ou melhor, de uma quase mistificação, que se há de atingir a finalidade almejada. Sustentar, mesmo para fins de uma vaga possibilidade de proteção – que de fato nunca se verificou, pois o decreto-lei é ambíguo tanto pela linguagem quanto pela conceituação – que os sambaquis são *depósitos fossilíferos*, seria assumir deliberadamente uma atitude de indefensável tibieza, diante da dificuldade de obter uma legislação específica adequada ou, o que é mais grave, diante do próprio significado do problema.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 271).

Tudo isto considerado, Castro Faria conclui que as iniciativas paranaense e paulista, louváveis sob muitos aspectos, não eram, contudo, de todo satisfatórias. E tão menos eficazes eram na medida em que não encontravam “na legislação federal nem apoio adequado, nem diretiva correta.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 272). A questão que se impunha, portanto, era preparar uma legislação federal adequada no sentido de proteger os sítios arqueológicos localizados em território brasileiro. Antes de oferecer a sua própria contribuição a este debate na forma de um anteprojeto concreto – que, conforme se mencionou acima, foi à base da lei de defesa ao patrimônio pré-histórico e arqueológico aprovada em 1961 – Castro Faria propõe-se no seu *O problema da proteção aos sambaquis* proceder ainda a uma análise da recente legislação francesa sobre o assunto. Desta forma, pretendia dimensionar o descaso das autoridades brasileiras frente ao assunto com a gravidade que o encaram os seus pares de França.

A lei francesa em foco havia sido promulgada em setembro de 1941 e tinha como escopo específico a regulamentação das escavações arqueológicas realizadas no território

daquele país europeu. Já no seu primeiro artigo, ela estabelece inflexivelmente que nenhum cidadão poderia se estabelecer, para quaisquer fins, em terrenos de interesse dos estudos históricos, pré-históricos, artísticos ou arqueológicos, sem ter obtido explícita autorização governamental para fazê-lo. Normas rígidas são estabelecidas para a obtenção da citada autorização, e é regulamentado de modo bastante claro o direito de intervenção do Estado no sentido suspendê-la a qualquer momento. Do mesmo modo, só de forma excepcional se poderiam conduzir pesquisas particulares nestes locais, e se reservava ao Estado o direito de interrompê-las caso se julgasse, em face da importância das descobertas realizadas, haver a necessidade de o próprio aparato governamental assumir a condução dos estudos ali empreendidos. (Cit. CASTRO FARIA, 1999-2: 273).

Se os resultados de qualquer tipo de trabalho fortuitamente trouxessem à luz ruínas, mosaicos, elementos de tubulações antigas, restos de habitações, enterramentos e inscrições funerárias, ou quaisquer tipos de objetos de interesse para as pesquisas em história, em pré-história, em arte, em arqueologia ou em numismática, o responsável pelo achamento ou o proprietário do terreno onde eles foram descobertos estava obrigado a notificar de imediato o prefeito da cidade. Este, por sua vez, deveria encaminhar notificação formal a respeito à Secretária Geral de Belas-Artes da França ou a algum de seus representantes locais. (Cit. CASTRO FARIA, 1999-2: 274).

Previa-se também formas de tombamento emergencial de quaisquer bens imobiliários ou objetos encontrados, assim como o direito de as instituições científicas públicas, em função do interesse coletivo, reivindicarem a posse imediata de peças recolhidas em quaisquer escavações arqueológicas. O Estado podia promover prospecções de interesse científico em qualquer terreno situado em território francês, possuído por pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira, salvo o caso de terras ocupadas por edifícios de moradia e equivalentes. Na falta de acordo amigável entre as partes interessadas, o Estado possuía o direito de reivindicar para si a posse temporária do terreno no qual se encontrasse o sítio arqueológico, declarando-o de utilidade pública. (Cit. CASTRO FARIA, 1999-2: 273 e 275).

Os cidadãos que não notificassem o achamento fortuito de bens de interesse histórico e arqueológico seriam punidos com multa no valor de 1.000 a 20.000 francos franceses. Qualquer um que estivesse envolvido no roubo de peças de interesse histórico e arqueológico, ou que realizasse escavações fora da legislação vigente seria punido com prisão pelo período

de seis meses a um ano e multa de 2.000 a 20.000 francos. Se as peças roubadas ou ilegalmente exumadas fossem vendidas, à multa prevista deveria se acrescentar o valor do dobro da peça do objeto. Qualquer um que intencionalmente destruísse, mutilasse ou deteriorasse um sítio de interesse histórico ou arqueológico, ou as peças nele localizadas, antes, durante ou depois de eles terem passado pela devida investigação científica, deveria ser punido pelo crime de dano ao patrimônio nacional, nas formas previstas pelo Código Penal vigente. (Cit. CASTRO FARIA, 1999-2: 275).

Segundo Castro Faria, o essencial desta legislação era a regulamentação das escavações arqueológicas e o estabelecimento inequívoco do direito do Estado sobre todos os bens, mobiliários ou imobiliários, resultantes tanto de pesquisas científicas em arqueologia quanto de achados fortuitos. Ele destaca que, para a aplicação de tais normativas, a França metropolitana foi dividida em doze circunscrições de antiguidades pré-históricas, dirigidas cada uma por um *especialista* em arqueologia. A estes diretores de antiguidades pré-históricas, entre outros encargos, cabia encaminhar as notificações de novas descobertas feitas em sua circunscrição, assim como os pedidos de autorização para as escavações empreendidas por instituições científicas ou por particulares, à Secretaria Geral de Belas Artes; mediar os pedidos de subvenção ao Estado para a realização de prospecções e escavações científicas; assessorar e supervisionar as escavações devidamente autorizadas; e tomar todas as medidas de proteção que julgasse conveniente com relação aos achados fortuitos. (CASTRO FARIA, 1999-2: 276).

De acordo com Castro Faria, era evidente que esta legislação referente aos sítios de interesse histórico e arqueológico era “uma solução bastante diversa daquela que se tem ensaiado no Brasil, e que encontra apoio na organização da pesquisa arqueológica, altamente estruturada e desenvolvida na França.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 276). O vínculo entre a pressão feita pelos arqueólogos, organizados em comitês e institutos, e a aprovação e implementação de uma política pública severa de proteção aos sítios pré-históricos era bastante evidente para Castro Faria – que elogiava seus resultados, considerando-os uma situação ideal, muito diversa das iniciativas díspares que haviam proposto os políticos brasileiros, medidas que chegavam a ir *de* encontro dos interesses da pesquisa arqueológica.

No encerramento de *O problema da proteção aos sambaquis*, Castro Faria retoma alguns pontos da análise que fez para formular, “com indiscutível segurança” algumas conclusões:

1. Que as pesquisas de geólogos, geomorfologistas e arqueólogos atestavam que os montes de conchas conhecidos como *sambaquis* resultavam de uma atividade humana e, como tais, são sítios de grande valor para o conhecimento da pré-história do território brasileiro;
2. Que, sendo os sambaquis parte do patrimônio científico e cultural do Brasil, não se justificava de forma alguma a indiferença ou tibieza a seu respeito por parte das autoridades públicas com responsabilidades definidas nos setores de estímulo ao desenvolvimento das pesquisas e de proteção ao patrimônio nacional;
3. Que, apesar de todos os reclamos, de todas as evidências de boas intenções e de algumas tentativas de salvaguarda mais ou menos aleatórias, os sambaquis continuavam a ser destruídos de maneira regular e sistemática para a produção da cal de mariscos;
4. Que os governos dos estados do Paraná e de São Paulo, assumindo uma atitude corajosa em relação a este problema, ao reservarem a posse de todos os sítios arqueológicos e, de modo especial, dos sambaquis para fins de pesquisa científica, não só se antecipavam ao governo federal, como ofereciam a este um modelo de atuação;
5. Que as leis federais até então existentes, referentes à proteção do patrimônio nacional e à proteção dos depósitos fossilíferos localizados em território brasileiro, não satisfaziam as exigências da ampla, coordenada e eficaz ação que deveria se desenvolver simultaneamente sobre os dois termos fundamentais do problema – a proteção dos sambaquis da exploração econômica e a regulamentação das pesquisas científicas neles realizadas;
6. Que cabia à União “dever indeclinável com relação ao grave problema, fazendo elaborar por órgão competente uma lei básica, de estrutura simples, mas inflexível, e de conceituação clara e insofismável.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 276-277).

Estabelecidas tais conclusões, Castro Faria propõe que esta *lei básica* seja preparada com base na análise dos vários aspectos do problema dos sambaquis e em uma apreciação crítica tanto da legislação existente no Brasil a este respeito, quanto das leis vigentes em outros países. Propõe, portanto, que a legislação brasileira sobre a proteção do patrimônio pré-histórico e arqueológico seja, de fato, baseada em um estudo como o que deu a público em seu *O problema da proteção aos sambaquis*. Assim sendo, coerentemente, apresenta ele mesmo um anteprojeto de lei, ressaltando que ele não pretendia “ser, na realidade, mais que

um esquema, mas inegavelmente construído de maneira objetiva, com elementos resultantes, de um lado, de uma experiência de legislação adotada noutros países com o mesmo objetivo.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 276). Desta forma, mais uma vez Castro Faria contrapõe a autoridade do cientista, do especialista em pesquisa arqueológica, aquele que possui o conhecimento *objetivo* das questões envolvidas, com a dos políticos feitos preservacionistas por ufanismo nacionalista, com *as arrogâncias do diletantismo pedante e a falta de escrúpulos dos falsos salvadores das preciosidades pré-históricas*.

O esboço de lei de Castro Faria, procurava resolver aquilo que ele destacou como sendo os *termos fundamentais* do problema dos sambaquis: sua proteção da exploração econômica e a regulamentação das pesquisas científicas que neles se deveriam realizar. Tratava-se, portanto, não de tornar estes sítios intocáveis pelo instrumento jurídico do tombamento, mas de garantir que sua destruição, inevitável com o passar dos séculos, pela atuação de fatores naturais, se fizesse com proveito do conhecimento da remota antiguidade da qual elas eram testemunho. Para este fim, ele propunha que se reforçasse a distinção, já presente no código de minas então vigente, entre a propriedade ordinária do solo por pessoa física ou jurídica e a propriedade das substâncias minerais ou fósseis que ele contivesse. Sendo que a exploração destas só se podia fazer por expressa autorização governamental, com muito mais razão se deveria estender este mesmo princípio aos sítios arqueológicos e ao material humano neles contido. A destruição indiscriminada dos sambaquis passaria, assim, a ser crime contra uma propriedade do Estado brasileiro. Coerentemente, estabelecia que todos os atos que direta e indiretamente pudessem afetar o patrimônio constituído por estes sítios arqueológicos teria de estar sob estrita supervisão governamental. Também procurava assegurar ao Estado e a seus representantes, “quando no exercício de atividades técnicas e nos superiores interesses da pesquisa científica”, as garantias para que pudessem ser executadas as tarefas de mapeamento e prospecção dos sítios arqueológicos, “sem que contra elas se levantem os obstáculos gerados por um falso e intolerante conceito de propriedade, ou por ambições mesquinhas e frequentemente agressivas.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 285).

A obrigatoriedade de comunicação ao DPHAN de todas as iniciativas de pesquisa arqueológica realizadas em território brasileiro são defendidas por Castro Faria como sendo um “um primeiro passo para a sistematização de dados sobre Arqueologia Brasileira e ponto de partida para os primeiros ensaios de caracterização das áreas de pesquisa e para a indispensável formulação de problemas.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 285). Para este mesmo

fim, dever-se-ia criar um Cadastro das Jazidas Arqueológicas do Brasil, similar aos Livros do Tombo já mantidos pelo DPHAN. Sendo a posse a salvaguarda dos bens de interesse arqueológico direito imanente ao Estado, o proprietário ou ocupante do terreno onde se tiver verificado um achado fortuito fica responsável perante a lei pela conservação provisória da coisa descoberta, até deliberação e pronunciamento do órgão público competente. Em face do significado excepcional de certos sítios arqueológicos, o DPHAN poderia promover a desapropriação dos terrenos nos quais eles se encontram por motivo de utilidade pública, nas formas previstas na legislação vigente. Da mesma forma, o Estado poderia interromper ou assumir a direção de pesquisas arqueológicas, assim como reivindicar a posse de certos objetos exumados em escavações científicas conduzidas por particulares ou achados fortuitamente. A respeito disto, Castro Faria fez questão de destacar que

“(...) Trata-se, mais uma vez, de realçar o princípio de que a posse dos bens de natureza arqueológica, que pela sua origem, essência e significado independem da propriedade comum, é regulada pelo direito especial, imanente ao Estado. § Apesar de ser esse princípio consagrado, o Estado utiliza-o geralmente não para reivindicar a posse material das coisas, mas apenas para assegurar a sua proteção e conservação. Só em casos excepcionais é que o Estado exerce plenamente o seu direito, até a alienação dos bens, mas nesse caso procede de acordo com o princípio já consagrado da utilidade pública.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 286).

O anteprojeto de lei apresentado por Castro Faria em *O problema da proteção aos sambaquis* também procura atender “de um modo bastante razoável” os interesses industriais dos “antigos exploradores de sambaquis”, dando-lhe o direito de precedência para exame dos concheiros e possível liberação de seu substrato para uso econômico, caso não se tratem estes de sítios arqueológicos. (CASTRO FARIA, 1999-2: 285). Ele reforçava todos os dispositivos legais já vigentes que se destinavam a coibir qualquer forma de destruição dos sambaquis, mas, por outra parte, deixava claro que, depois de ultimadas as escavações arqueológicas e estudos completos, seu substrato poderia ser aproveitado para fins econômicos, da mesma forma que vinha sendo feito antes em prejuízo da pesquisa científica. (CASTRO FARIA, 1999-2: 286). De todas estas jazidas arqueológicas, contudo, deveria ser preservada, sempre que possível, uma parte significativa, a ser protegida pelos meios convenientes como *blocos-testemunhos*. (CASTRO FARIA, 1999-2: 283).

Castro Faria também estabelece que nenhuma autorização para exploração e lavra de concheiro com finalidade econômica poderia ser concedida pelo DNPM sem exame prévio da

jazida por especialista designado pelo DPHAN, responsável por dizer se esta é ou não de interesse arqueológico. Tentava-se evitar por toda forma que uma licença de emprego na indústria da cal de mariscos de conchas de depósitos minerais ou fossilíferos fosse usada como pretexto para se destruir um sambaqui sem a intervenção de um pesquisador capacitado em arqueologia. O anteprojeto também tentava estabelecer a cooperação obrigatória entre as diferentes agências governamentais que, além do DPHAN e do DNPM, poderiam se envolver na solução do problema dos sambaquis, pois parecia a Castro Faria

“(...) fora de dúvida que sem uma convergência dos esforços, poucos resultados práticos serão obtidos. A lei representa um instrumento indispensável da ação, mas deve necessariamente ser completada por uma obra educativa, esclarecedora e policiadora. § O Ministério da Marinha, por meio da ação direta dos capitães de portos; o Ministério da Viação, por intermédio dos funcionários da Diretoria dos Portos, Rios e Canais; o Ministério da Guerra, por meio da oficialidade dos Fortes e de outros estabelecimentos situados na orla marítima; o Ministério da Agricultura, através do Departamento da Produção Mineral e dos seus delegados nos postos regionais; finalmente, o Ministério da Educação e Cultura poderão, mediante uma atividade conjugada e esclarecida, cooperar no empreendimento dessa tarefa grave e inadiável, que é a salvaguarda do que resta do patrimônio arqueológico do país.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 286-287).

O anteprojeto de Castro Faria chegava a determinar as punições para os responsáveis pela destruição deste patrimônio. Toda pessoa física ou jurídica que, na data da promulgação da lei proposta, já estivesse procedendo, para quaisquer fins à escavação de um sambaqui deveria comunicar interrompê-la de imediato e comunicar sua ocorrência dentro de sessenta dias aos DPHAN, para que fossem tomadas “as necessárias providências de registro, exame e salvaguarda dos interesses científicos.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 279); não fazê-lo implicaria em multa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 50.000,00, além de constituir dano contra a fazenda pública, a ser punido de acordo com o determinado pelo Código Penal vigente. Qualquer ato que importasse na mutilação ou destruição de quaisquer sítios arqueológicos, devidamente registrados ou ainda não conhecidos pela comunidade científica, passaria a constituir dano igual, a ser punido da mesma forma. A realização de prospecções ou escavações que não tivessem sido devidamente autorizadas e sem a supervisão do DPHAN implicaria em multa aos responsáveis de Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 50.000,00, assim como na sumária apreensão e consequente perda para a Fazenda Nacional de todo o material recolhido. (CASTRO FARIA, 1999-2: 279 e 282).

Segundo Lima, este *esboço* apresentado por Castro Faria “é, em suas linhas gerais, o texto da Lei n. 3.924 com alguns ajustes e alterações”, que, certamente, foram realizados no âmbito da comissão designada pelo Ministério da Agricultura, e, sobretudo, pelo assessor jurídico deste ministério, Benjamin Campos, assim como pelas diferentes instâncias e diversas comissões do Congresso Nacional por onde esta legislação transitou antes de ser aprovada. (LIMA, 2009).

Ainda demoraria um par de anos depois da publicação de *O problema da proteção aos sambaquis* para a lei federal de proteção aos sítios arqueológicos situados em território brasileiro ser promulgada. Mas já na década de 1950 começaram a surtir efeito as movimentações em direção à criação de dispositivos legais que viabilizassem a proteção sistemática dos sítios arqueológicos brasileiros, em especial os sambaquis. Conforme constatou Lima, estas *movimentações* deveram-se, sobretudo, à indignação de três pesquisadores que, trabalhando com sambaquis em diferentes locais do território nacional, assistiam a sua acelerada destruição pela indústria da cal de mariscos sem possuir instrumentos para contê-la. Tratava-se de Loureiro Fernandes, no Paraná, de Paulo Duarte, em São Paulo, e de Castro Faria, no eixo Rio de Janeiro / Santa Catarina. “Cada um deles, com seus talentos particulares e a sua própria maneira”, contribuiu para a aprovação da Lei n. 3924, que até os dias de hoje é o mais poderoso instrumento jurídico de se dispõe para a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro:

“(...) Loureiro Fernandes, como pioneiro na proteção legal em nível estadual, fomentando no Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná investigações em sambaquis conduzidas por pesquisadores estrangeiros e brasileiros; Paulo Duarte, como o combativo articulado e ponta de lança das ações políticas em São Paulo e no plano federal; e Castro Faria, como o pesquisador vigilante que imprimiu rigor científico ao estudo dos sambaquis e que elaborou o texto-base da lei que se tornou o instrumento-chave para salvar da destruição implacável não apenas os sambaquis, como originalmente se desejava, mas todos os sítios arqueológicos brasileiros.” (LIMA, 2009).

Como os brasileiros não se identificavam etnicamente com as sociedades paleoameríndias, e os seus restos materiais raramente suscitavam admiração geral, o estudo e a preservação do passado pré-histórico do país, desfeitas as ilusões alimentadas no século XIX, não despertaram a concupiscência dos poderes dominantes. (LIMA, 1988: 22 e 27). A proteção aos monumentos arqueológicas no Brasil, neste sentido, é, portanto, muito distinta daquela promovida em casos como o do México, da Inglaterra e da China. (LIMA, 1988: 20-

21). No caso brasileiro ela foi obra principalmente de uma coalizão de cientistas que, articulados entre si, valeram-se de seu prestígio como homens de ciência para pressionar politicamente o Estado no sentido da aprovação de uma lei federal de proteção aos sítios pré-históricos. A publicação de *O problema da proteção dos sambaquis*, por exemplo, foi parte muito consciente desta estratégia.

CAPÍTULO 2

A TRAMA DA COLABORAÇÃO

Además, leemos textos escritos significativos no solo porque son compensatorios sino también porque son complementarios: agregan a la vida corriente algo que, de hecho (un hecho tal vez desafortunado), podría no existir sin ellos. (LA CAPRA, 1998: 257).

De 8 a 12 de julho de 1963 realizou-se na cidade de São Paulo a VI Reunião Brasileira de Antropologia.¹ Havia uma década que se tinha realizado a primeira, no Rio de Janeiro. Durante o encontro em São Paulo, Castro Faria proferiu uma conferência, publicada naquele mesmo ano na *Revista do Museu Paulista* (e posteriormente republicada no v. 1 de seus *Escritos exumados*). Nesta fala ele pretendeu apresentar um esboço do que tinha se feito em arqueologia, etnologia, linguística e antropologia biológica no país no intervalo entre 1953 e 1963, “anos decisivos para o destino da antropologia brasileira.” (CASTRO FARIA, 1998-1: 28). Conforme reconhece o próprio autor, não se trata de análise isenta do campo intelectual da antropologia no período, mas imagem impressionista e engajada, “muito mais o diagnóstico de algumas situações – e somente daquelas situações que considero merecedoras de reflexão crítica. (...) Trata-se apenas do resultado de reflexão demorada – ainda que estéril – sobre alguns problemas de antropologia brasileira, tal como pessoalmente os vejo e como entendo que devam ser encarados.” (CASTRO FARIA, 1998-1: 29). Diante de tais declarações, pode-se validamente levantar objeções ao caráter documental deste texto para se traçar um quadro histórico da produção antropológica no Brasil no período referido. Como o que se quer saber aqui é justamente como Castro Faria compreendia um ângulo deste campo e, portanto, concebia sua inserção e movimentação dentro dele, contudo, trata-se de documento muito adequado.

A primeira das quatro áreas de pesquisa da *antropologia em sentido amplo* que Castro Faria aborda em sua fala na VI Reunião Brasileira de Antropologia é a arqueologia. Isto não implica o necessário estabelecimento de uma hierarquia entre estas as diversas frentes de trabalho que para Castro Faria constituem a antropologia, e, de fato, tal ordenamento parece

¹ Sobre as Reuniões Brasileiras de Antropologia, ver CORRÊA, 2003.

ter sido sugerido ao autor por razões de ordem estritamente cronológica: “(...) O interesse pelas peças de cerâmica ou pelos machados de pedra é tão antigo quanto o interesse pelos ossos de índios. Os primeiros trabalhos brasileiros de antropologia são, por isso mesmo, trabalhos arqueológicos ou trabalhos craniométricos.” (CASTRO FARIA, 1998-1: 29).

Castro Faria comenta que se faziam poucos estudos arqueológicos cientificamente orientados em 1953. Nos anos de 1948 e 1949, o baixo Amazonas havia sido explorado pelos norte-americanos Betty J. Meggers e Clifford Evans, mas nesta pesquisa, cujos resultados só foram dados a público em 1957, não houve participação de cientistas brasileiros. Já se pensava seriamente, entretanto, na planificação de pesquisas sistemáticas a nível nacional e no aparelhamento de alguns núcleos que as coordenassem e formassem profissionais que as pudessem empreender. Havia trabalhos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros ligados a museus no Rio de Janeiro, em Belém e em Curitiba, mas estes “representavam ainda esforços pessoais, intermitentes; faltavam equipes, programas assentados para execução progressiva e recursos.” (CASTRO FARIA, 1998-1: 29). Castro Faria reconheceu que o quadro que traçaria nesta fala era *naturalmente delimitado*, mas nos parece significativo que tenha se esquecido de mencionar também as pesquisas que se realizavam em São Paulo, sediadas no Instituto de Pré-História, “precipuamente devotado ao estudo dos sambaquis” (MENDES, 1994: 10). Significativo e algo *estranho*, pois o referido Instituto, criado em 1945 por Paulo Duarte, sob a inspiração de Paul Rivet, encontrava-se então ligado ao mesmo Museu Paulista onde Castro Faria proferiu o *Dez anos após a I Reunião Brasileira de Antropologia*. Pode-se ver neste *esquecimento* o indício de uma discordância ou divergência qualquer, mas por hora não há documentação que nos permita avançar em tal hipótese.

Na II Reunião Brasileira de Antropologia, rememora Castro Faria, as pesquisas arqueológicas praticamente não foram mencionadas. Naquela ocasião sabia-se, contudo, que o Museu Goeldi, o Departamento de Antropologia da Universidade da Faculdade de Filosofia do Paraná e o Museu Nacional realizavam “um trabalho intensivo de preparação de pesquisadores, [que] várias jazidas eram exploradas e uma problemática segura começava a ser firmemente estabelecida.” (CASTRO FARIA, 1998-1: 30). Na IV Reunião, realizada em Curitiba em 1959, “o panorama começou a oferecer perspectivas promissoras” (CASTRO FARIA, 1998-1: 30), com a constatação de que se havia estabelecido uma infraestrutura para as pesquisas arqueológicas devidamente integrada ao sistema universitário – o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná (CEPA/UFPR), obra de

Loureiro Fernandes. Na V Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Belo Horizonte em 1961,

“(…) a Arqueologia já estava em condições de ombrear com outros setores e foi o que aconteceu, realmente. Desde aquele momento ficou provado, a meu ver, que a pesquisa arqueológica no Brasil já havia vencido a etapa inicial decisiva e alcançara finalmente o estágio de maturidade construtiva. § Esse estágio está ainda em início e deve necessariamente produzir um número cada vez maior de trabalhos descritivos, isto é, bons relatórios de escavação de jazidas. Enquanto não for possível contar, para cada área ou subárea, com um número apreciável destes trabalhos, qualquer tentativa de elaboração de um quadro mais amplo de desenvolvimento cultural será de validade muito duvidosa. § É esse, entretanto, o objetivo final e a cada momento será necessário considerar finalmente a possibilidade de integrar os dados disponíveis na reconstituição da história cultural de área, de região ou mesmo de grupos.” (CASTRO FARIA, 1998-1: 30).

Castro Faria, coerente com as opiniões anteriormente defendidas sobre o assunto, insistia na necessidade de escavações originais e minuciosas antes da formulação das grandes hipóteses gerais. Hipóteses que até então tinham mais atrapalhado, pela deformação, do que ajudado no trabalho de conhecer algo do povoamento indígena antigo do território brasileiro. Insistia na necessidade de se partir do particular para o geral, da observação *in situ*, metodologicamente controlada, e da solução de problemas específicos para a reconstituição de sequências culturais já extintas. Isto se deveria fazer não apenas por uma questão de respeito à lógica formal, mas porque um quadro relativo à pré-história brasileira só poderia ser naquele momento reconstituído com elementos demasiado esparsos, muito desconexos. Por outro lado, se deveria investir mais na pesquisa bibliográfica e na criação de fóruns através dos quais pudessem se comunicar os pesquisadores engajados em pesquisas arqueológicas no país, já que as sínteses existentes, mesmo as mais cuidadosas, ainda não incorporavam todos os dados disponíveis, reduzindo o passado pré-histórico brasileiro a escalonamentos cronológicos assentados em esquemas dicotômicos pouco elucidativos.

Era preciso também ter em conta “que os dados arqueológicos, sobretudo quando utilizados para a reconstrução do desenvolvimento progressivo, não podem dispensar uma boa fundamentação ecológica.” (CASTRO FARIA, 1998-1: 31). Castro Faria saudava as pesquisas em curso que forneciam aos interessados na pré-história brasileira uma série de dados importantes de paleoecologia, paleogeografia e paleoclimatologia, assim como regozijava com as informações já acumuladas sobre as variações climáticas e sobre as mudanças de flora e fauna com as quais os paleoameríndios tiveram de lidar. Ainda se fazia

necessário, entretanto, “fazer um reexame dos dados arqueológicos, mesmo daqueles que não permitam a identificação com contextos mais amplos, à luz destes conhecimentos.” (CASTRO FARIA, 1998-1: 31).

Para Castro Faria, outras coisas estavam a ser negligenciadas pelos pesquisadores do povoamento antigo do Brasil. Faltava estudar nas coleções antigas dos museus as “evidências tecnológicas de adaptação de certas culturas a formas particulares de ambiente e a sistemas econômicos altamente especializados.” (CASTRO FARIA, 1998-1: 31). Faltava também, usando os mesmos acervos dos museus, “estudar com minúcia e de maneira sistemática todo o equipamento para caça, pesca, agricultura, preparo e conservação de alimentos das nossas coleções etnográficas.” (CASTRO FARIA, 1998-1: 31-32). Para este pesquisador,

“(…) O método inferencial tem tido um uso muito limitado entre nós e para a Arqueologia Brasileira, que não oferece perspectiva de verificação de transformações substanciais, em termos de sistemas econômicos e adaptativos, pode ser extremamente útil. No Museu Nacional fazemos seguir, também, essa linha de trabalho, que abre por sua vez um caminho largo para a investigação no domínio da etno-história.” (CASTRO FARIA, 1998-1: 32).

O diagnóstico de Castro Faria em relação às pesquisas arqueológicas desenvolvidas em território brasileiro no decênio de 1953 a 1963 era o de que elas teriam dado

“(…) uma nova dimensão à antropologia brasileira. Não se trata mais de arqueologia de basbaques em busca de peças bonitas ou de objetos raros para monta de exposição. Nem de passatempo para fins de semana. Há um grupo profissional de antropólogos prática e teoricamente preparados para desfazer o atraso que distanciava a arqueologia dos demais setores [da antropologia].” (CASTRO FARIA, 1998-1: 32).

A última frase acima citada pode bem ser lida mais como projeção de um desejo de Castro Faria do que a constatação de uma situação de fato. Ainda se fazia necessário, como no período imediatamente posterior à aprovação da Lei 3.924, estimular e capacitar àqueles que estavam trabalhando de forma séria com os sítios arqueológicos brasileiros, muito mais do que se podia escolher para este trabalho pessoas profissionalmente capacitadas. O caso de Pe. Rohr parece-me exemplar neste sentido, e considerá-lo implica pensar através de quais meios se formava este *grupo antropólogos prática e teoricamente preparados para desfazer o*

atraso que distanciava a arqueologia dos demais setores, assim como de que formas ele realizava concretamente o seu trabalho de pesquisa.

De acordo com Castro Faria em seu *Dez anos após a I Reunião Brasileira de Antropologia* o principal fator a limitar o pleno desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no Brasil em 1963 era a circunstância de ser este tipo de investigação inevitavelmente cara, em um cenário em que os recursos financeiros para a ciência lhe pareciam ser cada dia mais reduzidos. Para ele, era preciso que as universidades, através de seus órgãos de decisão, fornecessem os meios necessários para o que já foi iniciado em matéria de pesquisa arqueológica não apenas fosse mantido, mas também ampliado. Agências governamentais como o CNPq financiaram as iniciativas pioneiras e continuaram a subsidiar os trabalhos mais fundamentais. Tais trabalhos, segundo Castro Faria, eram não os apressados e ambiciosos projetos de síntese que até então se haviam realizado, mas escavações minuciosas de áreas ecológicas e culturais específicas que, futuramente, deveriam fundamentar quadros sinópticos de dimensão científica sobre a pré-história brasileira. Escavações justamente como as empreendidas por ele mesmo e por Pe. Rohr em Santa Catarina.

2.1. Sob o império da lei

Além destes elementos internos ao campo da pesquisa arqueológica no Brasil, concorreu para o estabelecimento de uma colaboração nos assuntos de arqueologia pré-histórica entre Castro Faria e Pe. Rohr o estado que havia assumido naquele começo da década de 1960 o aparato jurídico e a política governamental em relação à preservação e ao estudo dos sambaquis.

O projeto de lei sobre a proteção dos sítios arqueológicos localizados em território brasileiro que Kubitschek encaminhou ao Congresso Nacional, com uma exposição de motivos, em 1957 tramitou penosamente nesta casa. Aí ele teve de enfrentar o *lobby* dos grupos interessados na exploração econômica dos sambaquis e das grutas calcárias. A adesão combativa à causa da conservação dos sítios arqueológicos brasileiros dos deputados Lauro Gomes, Munhoz da Rocha, Pereira Lima e Ranieri Mazzilli, dotados de importantes conexões

políticas, possibilitou que este projeto fosse aprovado em 1960.² Daí ele seguiu para o Senado, onde foi aprovado no ano seguinte. (DUARTE, 1968: 74-75).

Paralelamente, uma considerável pressão política era exercida sobre a Presidência da República para que se acelerasse o processo de aprovação de uma lei federal que servisse de instrumento para a conservação dos sítios arqueológicos localizados em território brasileiro diante dos interesses econômicos. As eleições presidenciais de outubro de 1960 foram vencidas por Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, que se opunha ao Mal. Henrique Lott, apoiado por Kubitschek. Em 22 de julho de 1961, dois dias antes da aprovação pelo

² Lauro Gomes de Almeida foi deputado federal pelo Estado de São Paulo por um mandato, de 1955 a 1959, elegendo-se na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi também deputado estadual em 1963, e prefeito dos municípios paulistas de São Bernardo do Campo, de 1952 a 1954, e de Santo André, em 1964, ano de seu falecimento. Era de origem mineira, fez estudos no Seminário de Mariana e ocupou diversos postos em empresas frigoríficas e indústrias eletroeletrônicas.

Bento Munhoz da Rocha Netto foi deputado federal pelo Estado do Paraná por dois mandatos, de 1946 a 1951 (constituente), pela UDN, e de 1959 a 1963, pelo Partido Republicano (PR). De 1951 a 1954 ele foi Governador do Estado do Paraná; renunciou a este cargo para candidatar-se à Vice-Presidência da República em outubro de 1955, mas acabou por desistir deste intento. Foi Ministro da Agricultura nos anos de 1954 e 1955, durante a presidência de Café Filho. Era engenheiro civil de formação e foi um dos fundadores, em 1938, da Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Artes do Paraná, na qual foi Catedrático de História da América e Professor Substituto de Sociologia. Também foi lecionou Economia Política na Faculdade de Engenharia do Paraná e Sociologia na Universidade Católica do Paraná. Foi membro e presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, da Academia Paranaense de Letras, do Sindicato dos Engenheiros do Paraná e do Instituto de Engenharia do Paraná. Até ingressar na Faculdade de Engenharia, sua educação fez-se toda aos cuidados de religiosos católicos; fiel a esta raiz, foi representante da Câmara dos Deputados no VII Congresso Eucarístico Nacional, realizado em Curitiba em 1960.

Ilacir Pereira Lima foi deputado federal pelo Estado de Minas Gerais por um mandato, de 1955 a 1959, elegendo-se pelo PTB, do qual foi um dos fundadores e primeiro presidente. Trabalhou na indústria têxtil e, ligado ao movimento sindical de sua categoria, foi eleito em 1942 o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Minas Gerais, cargo que ocuparia por dez anos. Nesta condição, participou em 1950 da Conferência Têxtil de Lyon. Foi deputado estadual em Minas Gerais por dois mandatos, de 1947 a 1951 (constituente) e de 1951 a 1955, sempre pelo PTB. Após querela com a presidência de seu partido, filiou-se, em 1955, ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR) de Fernando Ferrari. Mais tarde vinculou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), mas não conseguiria voltar ao Congresso Nacional.

Paschoal Ranieri Mazzilli foi deputado federal pelo Estado de São Paulo por quatro mandatos, de 1951 a 1955, de 1955 a 1959, de 1959 a 1963 e de 1963 a 1967. Foi líder da bancada paulista do Partido Social Democrático (PSD) na Câmara dos Deputados, e aí integrou as Comissões Permanentes de Finanças e do Orçamento. Presidiu esta casa de março de 1958 a fevereiro de 1965, e, nesta condição foi Presidente da República Interino por duas vezes: a primeira, por quatorze dias, após a renúncia de Jânio Quadros e durante a ausência do vice-presidente João Goulart, que se encontrava em visita oficial à República Popular da China; a segunda de 2 a 15 de abril de 1964. Os dois períodos se caracterizaram por sua pouca influência nas decisões políticas. O fato de ter facilitado a fundamentação política (em sentido estrito) do golpe de 1964 não impediu que o regime autoritário patrocinasse sua saída da presidência da Câmara dos Deputados em favor de Olavo Bilac Pinto. Mazzilli foi membro da Comissão Nacional do Petróleo e presidente da 47ª Conferência da União Interparlamentar Brasil-Italiana, realizada no Rio de Janeiro em 1959. Era jurista de formação, especializado em direito bancário e tributário, e fez carreira no serviço público, ocupando diversos cargos administrativos na burocracia governamental antes de ser eleito para o Legislativo. (Informações colhidas no *website* da Câmara dos Deputados, a partir de <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>, e na versão *online* do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* do CPDOC/FGV, consultado desde <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acessos em fevereiro de 2013).

Senado da lei de proteção aos sítios arqueológicos brasileiros, Quadros enviou aos Ministros da Justiça e Negócios Interiores e da Educação um ofício com carimbo de *urgente*, solicitando que se preparasse uma “legislação específica sobre a proteção de nossas jazidas arqueológicas, incluindo [nela a] regulamentação das escavações para fins científicos.” (Cit. SILVA, 2007: 62 e 70). Nele recomendava que, para este fim, se consultasse o SPHAN – àquela altura já promovido de Serviço à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) – e a Divisão de Antropologia do Museu Nacional – ou seja, a Castro Faria. Em 26 de julho, Quadros sancionou a Lei n. 3.924, aprovada pelo Senado.

Sua preocupação com o assunto, entretanto, não diminuiu. Em 22 de agosto, Quadros encaminhou ao Ministro da Educação um bilhete determinando que se elaborasse a regulamentação da Lei n. 3.924 e que se protegessem os sambaquis, se for o caso de forma expressa. Deste bilhete pode-se concluir que o então Presidente da República e sua assessoria não tinham precisa ideia dos termos da lei de proteção dos sítios arqueológicos que havia sido sancionada menos de um mês antes. (SILVA, 2007: 63). A preocupação que ela expressa, de outra parte, é tanto expressão da concepção de nacionalismo marcadamente anticolonialista que marcou seu governo, quanto da pressão que sofria para que se tomassem medidas emergenciais para frear a exploração econômica dos sambaquis. (LIMA, 1988: 25; LIMA, 2009).

Com a aprovação da Lei n. 3.924, iniciou-se, na expressão de Paulo Duarte, “uma fase de ventos propícios.” (DUARTE, 1968: 75). Em princípios de 1963, Antônio Barros de Ulhôa Cintra, então reitor da USP, visitou o canteiro de pesquisas do Mar Casado, no município paulista do Guarujá, onde o Instituto de Pré-História da USP e a Comissão de Pré-História do Estado de São Paulo realizavam pesquisas arqueológicas.³ O jornal *Folha de São Paulo* inaugurou um curso livre de pré-história em suas dependências, ministrado por Paulo Duarte, e publicou uma série de artigos sobre o assunto. Entusiasmado com o que viu no sítio arqueológico do Mar Casado e com o que estava sendo realizado pela *Folha*, Ulhôa Cintra introduziu o estudo da pré-história nos cursos regulares de História e Geografia da USP. Essa iniciativa foi felizmente mantida mesmo com a eleição e posse, ainda mesmo ano de 1963, de

³ Sobre as pesquisas arqueológicas no sambaqui do Mar Casado, ver ALVES, 2010: 61-65 e anexo correspondente, 112, Anexo A.

Luís Antônio da Gama, desafeto tanto de Ulhôa Cintra como de Paulo Duarte, como reitor desta universidade.⁴

Em dezembro de 1963, Paulo Duarte, diretor do Instituto de Pré-História da USP e presidente da Comissão de Pré-História do Estado de São Paulo, enviou um memorando ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República, solicitando a adoção de medidas efetivas do patrimônio pré-histórico e arqueológico brasileiro, pois, apesar da aprovação da Lei n. 3.924, prosseguia a destruição dos sambaquis. (LIMA, 2009). Cinco anos depois, escreveria este intelectual paulista que

“(…) Era de esperar que, com a lei [n. 3.924], as jazidas [arqueológicas] ficassem em paz. *Mas a lei, ora a lei!* – já dizia um estadista famoso. A violação dos sambaquis prossegue em quase todo o Brasil. (...) A última batalha de agora é para que a lei se cumpra em todo o Brasil. Contra isso aí estão ainda numerosíssimos políticos. Aliados a numerosíssimos homens de negócio. Todos com muita sensibilidade financeira, mas sem nenhuma sensibilidade cultural... (...) Nos países cultos, quando se abre uma via de comunicação, é o progresso e a civilização que vão primeiro a penetrar por ela. Em países como o nosso, a gente teme os riscos prestes a desencadearem-se: o primeiro automóvel ou o primeiro avião trazem os grileiros, trazem o caçador, trazem os derrubadores das matas e os incendiários da floresta; trazem os fabricantes de carvão e os assassinos dos índios, e trazem também os destruidores dos sambaquis. § Mas que são riquezas culturais em face da outra, a única que vale nestes dias?” (DUARTE, 1968: 75-76).

Fica claro com este tipo de declaração que, com a aprovação da Lei n. 3.924, a rede de intelectuais que pressionou o governo a aprová-la não podia se desarticular. Ao contrário, precisava ampliar-se para fazê-la passar do papel à prática. Era necessário ainda dar conta das novas demandas colocadas em pauta por esta legislação federal, como, por exemplo, a realização de um amplo trabalho de inventário dos sítios arqueológicos brasileiros e o julgamento dos pedidos de pesquisa e lavra de sítios arqueológicos realizados por particulares. (SILVA, 1987: 211; SILVA, 2007: 63-64).

Foi o DPHAN a agência governamental que recebeu o maior encargo da preservação dos sítios arqueológicos brasileiros, tendo que se organizar internamente para atender a essas necessidades. Um primeiro passo do DPHAN para a adequação à Lei n. 3.924 foi a criação de um Setor de Arqueologia, sob a responsabilidade de Alfredo Teodoro Rusins, que antes fora

⁴ As desavenças, já existentes, entre Antônio da Gama e Ulhôa Cintra e Paulo Duarte foram brutalmente aprofundadas com o novo enquadramento do regime autoritário instaurado em 1964. Cf. VIANA *et alli*, 1979: 9-32.

conservador do Museu Histórico Nacional.⁵ Esse setor foi mais tarde oficializado dentro do DPHAN, com a criação, por mudança de regimento, da Divisão de Arqueologia, também posta sob a responsabilidade de Rusins. (SILVA, 1987: 211).

Outra via, mais imediata, para o cumprimento das novas funções que se atribuiu o DPHAN foi o aprofundamento da verdadeira aliança existente desde sua criação entre este órgão e o Museu Nacional. (LIMA, 2009). A demanda por uma definição como política governamental do âmbito do patrimônio histórico e artístico nacional e, de modo especial, de seu patrimônio pré-histórico e arqueológico, encontrava, de fato, no Museu Nacional um de seus lugares de ancoragem. (SIMÃO, 2009: 427-428, 430 e 432-434; DIAS & LIMA, 2011: 202). De outra parte, segundo um jornalista anônimo do jornal *O Globo*, tal acerto já era concebido por Rodrigo de Mello Franco de Andrade em 1936:

“(...) O departamento [sob a direção de Franco de Andrade] pretende levar longe as suas atribuições. Quer contar, um dia, como já se pôde fazer na França, as nascentes distantes da raça. E para isto recolherá o material que se refira à existência das antigas gentes que estiveram em nosso país antes que o mundo o conhecesse. E destes tempos existem dispersos pelo país amostras que justificam até as hipotéticas migrações defendidas pelos que não acreditam na autoctonia dos americanos. O Sr. Rodrigo M. F. de Andrade tem oportunidade de ressaltar o que já realizaram, neste setor, os professores [Edgar] Roquette-Pinto, Heloísa Alberto Torres, Raimundo Lopes e outros [do Museu Nacional].” (Cit. ANDRADE, 1987: 26).

Assim sendo, coerentemente, o Museu Nacional recebeu uma cadeira cativa no Conselho Consultivo do SPHAN / DPHAN, instância que tinha a função de analisar as propostas de tombamento e dar solução àquelas que causassem algum tipo de conflito entre elementos da sociedade civil e o *interesse público* condensado nas ações protecionistas determinadas pelo Estado brasileiro. (CHUVA, 2009: 221-227 e notas correspondentes, 243, nn. 27-36). Mais do que isso, o Museu Nacional virtualmente recebeu o direito de *nomear de forma oficial* o que era (e não era) o patrimônio etnográfico, pré-histórico e arqueológico brasileiro. (DIAS & LIMA, 2011: 207).⁶ Esse direito, conforme já se mencionou, foi exercido ao menos desde a publicação da *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico do Brasil*, de Heloísa Alberto Torres, então diretora desta

⁵ Infelizmente não consegui localizar nenhum estudo biobibliográfico satisfatório a respeito de Rusins.

⁶ Segundo Bourdieu, *nomear de forma oficial* é executar um “ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima.” (BOURDIEU, 1989: 146).

instituição, no primeiro número da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937. De acordo com Dias e Lima, tal configuração se contrapunha ao anteprojeto de Mário de Andrade para uma política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Segundo este pensador, “o controle e a gestão” do patrimônio etnográfico e arqueológico brasileiro deveria ficar “a cargo de uma instituição específica, que encampasse o próprio acervo etnográfico e arqueológico do Museu [Nacional], o qual ficaria limitado à história natural, então por ele já percebida como destituída dos conteúdos voltados para as populações humanas.” (DIAS & LIMA, 2011: 207 e notas correspondente, n. 12).⁷

Castro Faria participou ativamente desta aliança entre o Museu Nacional e o DPHAN, tanto ajudando a determinar o que era o patrimônio arqueológico brasileiro através de seus trabalhos sobre os sambaquis, quanto colaborando com o órgão governamental de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional depois da aprovação da Lei n. 3.924 – atividades intrinsecamente relacionadas. (LIMA, 2009; SIMÃO, 2009). Sua ligação com o DPHAN vinha de décadas antes. Como já se mencionou, desde a primeira metade da década de 1940, Castro Faria fez viagens de pesquisa que eram financiadas tanto pelo SPHAN quanto pelo Museu Nacional. (SIMÃO, 2009: 428). Ainda antes disto, Castro Faria já possuía uma *proximidade pessoal* com os problemas da proteção do patrimônio etnográfico e arqueológico brasileiro. De fato, ele era um daqueles *jovens promissores* que compunham o círculo de Rodrigo Mello Franco de Andrade desde o momento imediatamente anterior à criação do SPHAN. Deste articulador-mor da política de criação e preservação governamental do patrimônio cultural brasileiro durante boa parte do século XX, Castro Faria havia recebido

“(…) um livro de literatura, de sua autoria, que pouca gente conhece, chamado *Velórios*. É um livro muito revelador, pois Rodrigo era um homem de uma timidez realmente excepcional: ele o distribuía quase com pudor, constrangido de presentear os amigos ou de colocar à venda um volume literário. Tenho um exemplar desses, com dedicatória do próprio Rodrigo, com quem eu convivi muito intensamente, sobretudo porque o escritório dele era um ponto de encontro de intelectuais e eu, muito jovem na época, o frequentava como ouvinte, com presença muito discreta. (...) Íamos todas as tardes para o escritório do Rodrigo – um trabalhador infatigável – e eu tinha pena dele, porque estávamos sempre lá. Eu não era ninguém face aos outros frequentadores, pois iam para lá José Lins do Rêgo; Gastão Cruls – também infatigável; Drummond, um funcionário muito discreto; Afonso Arinos, de Minas e primo de Rodrigo; e vários outros intelectuais.” (CASTRO FARIA, 1995: 28).

⁷ Ver também a este respeito: BOMENY, 1995; VILHENA, 1997; CHUVA, 2009: 159-165 e notas correspondentes, 190, nn. 29-32.

O vínculo pessoal a este círculo – objetificado por Castro Faria no livro na dedicatória com o qual Rodrigo Mello Franco de Andrade o presenteou – significou para o naturalista do Museu Nacional não só oportunidades extras de trabalho e financiamento, mas também um espaço através do qual pôde dar efetividade política a algumas de suas ideias. Testemunha esta afirmação uma parte da documentação constante em seu acervo pessoal.

Em 23 de outubro de 1947, Castro Faria, em viagem para pesquisas arqueológicas ao Estado de Santa Catarina, escreveu a Franco de Andrade que esperava “poder contribuir, embora modestamente, para a solução do problema [da proteção aos sambaquis].”⁸ Fazia tal afirmação sob o profundo impacto que lhe causou a observação *in situ* da plena atividade da indústria da cal de mariscos: “(...) O pouco que sabia dos livros está muito aquém da realidade, e o pouco que havia apreendido por observação direta nada representa em face da gravidade e extensão do problema.”⁹ Em 4 de março de 1949, Castro Faria voltou a escrever a Franco de Andrade, dando-lhe notícia da participação que, representando o Museu Nacional, teve no 1º Congresso de História Catarinense, realizado em Florianópolis no ano anterior. De acordo com Castro Faria, ele teria aproveitado esta ocasião para despertar em âmbito estadual o interesse pelo problema da proteção aos sambaquis, chamando a atenção para o fato de que se tratavam estes sítios arqueológicos de patrimônio científico e cultural do Brasil. Ele também destacou na comunicação a Franco de Andrade a ênfase que deu no referido congresso à necessidade de uma maior cooperação das autoridades catarinenses e dos intelectuais locais com as tarefas do SPHAN.¹⁰

Na citada correspondência, Castro Faria ainda transcreveu as duas moções que apresentou no evento na capital catarinense. Uma delas foi um pedido de cooperação dos acadêmicos de Florianópolis com o SPHAN na criação do Museu Vitor Meirelles, a ter lugar nesta cidade. Outra foi a respeito da proteção aos sambaquis. Nesta declaração, Castro Faria reafirmava que os sambaquis são jazidas arqueológicas de valor inestimável não só para o estudo dos primitivos habitantes do litoral brasileiro, mas também para o definitivo esclarecimento da questão do povoamento da América do Sul. Ele argumentava que apenas as pesquisas realizadas por *pessoas devidamente instruídas e aparelhadas para tal gênero de*

⁸ Carta de Luiz de Castro Faria a Rodrigo de Mello Franco de Andrade, de 23 de outubro de 1947. CFDA 06.10.086. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁹ Id.

¹⁰ Carta de Luiz de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 4 de março de 1949. CFDA 11.07.255. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

estudo podiam estabelecer resultados científicos, constituindo as explorações de amadores um dano inestimável para o conhecimento da pré-história do território brasileiro. Também que configurava evidente absurdo o fato dos sambaquis estarem sendo destruídos para a fabricação de cal e a pavimentação de rodovias. Castro Faria propunha que a Comissão Organizadora do 1º Congresso de História Catarinense tomasse a iniciativa de manifestar-se publicamente diante das autoridades legislativas e executivas, estaduais e municipais, a respeito da necessidade inadiável de proteção destas jazidas. Ambas as moções foram aprovadas por unanimidade em sessão plenária dos estudiosos reunidos neste evento.¹¹

Os laços de Castro Faria com a DPHAN estreitaram-se gradativamente, sobretudo após a saída de Heloísa Alberto Torres da direção do Museu Nacional. (LIMA, 2009). Em 1964, com sua eleição ao cargo de Diretor desta instituição, Castro Faria veio a fazer parte do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ele já participava das reuniões deste conselho desde 1958, na condição de diretor substituto do Museu Nacional. (SIMÃO, 2009: 425 e nota correspondente, n. 6). Nele permaneceria até meados de 1967, quando deixou o cargo de dirigente daquela instituição. Sua intervenção na política do DPHAN para as questões do patrimônio arqueológico brasileiro, depois da aprovação da Lei n. 3.924, não foram, entretanto, limitadas por esta participação, mas muito mais recorrentes e capilarizadas.¹²

Para compreender porque e como isto se deu, devem-se sumariar alguns aspectos esta legislação. A Lei n. 3.924 determinava que “(...) Nenhuma autorização de pesquisa ou lavra para jazidas, de calcáreo de concha, que possua as características de monumentos arqueológicos ou pré-históricos poderá ser concedida sem audiência prévia da DPHAN.”¹³ Estabelecia também que toda pessoa física ou jurídica que estivesse procedendo, para fins econômicos, à exploração de um concheiro tinha um prazo para comunicar esta atividade do DPHAN, sob pena de multa se não o fizesse. Feita esta comunicação, seria estabelecido por profissional indicado por esta agência governamental se o concheiro em questão se tratava de

¹¹ Id. O texto da moção sobre o estudo e a conservação dos sambaquis que Castro Faria apresentou aos participantes do 1º Congresso de História Catarinense também se encontra, em separado, com data de 12 de outubro de 1948, no acervo pessoal deste antropólogo. CFDA 06.10.084. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

¹² Sobre a participação de Castro Faria no Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ver SIMÃO, 2009: 425-426 e notas correspondentes, nn. 7-8.

¹³ BRASIL. Lei n. 3.924, de 26 de Julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Art. 24. Citado de acordo com o constante no *website* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em janeiro de 2013.

um depósito fossilífero, formado por uma remota aglomeração de moluscos societário, ou se constituía um sambaqui, sítio de interesse arqueológico e parte integrante do patrimônio cultural brasileiro.¹⁴ Além das instituições públicas de pesquisa científica, institutos particulares e cidadãos quaisquer também podiam realizar escavações arqueológicas em sítios localizados em terras de domínio público ou particular, desde que obtivessem expressa autorização do governo federal, através do DPHAN, para a realização de tal empreendimento.¹⁵ Este pedido de permissão deveria ser encaminhado ao DPHAN “acompanhado de indicação exata do local, do vulto e da duração aproximada dos trabalhos a serem executados, [assim como] da prova de idoneidade técnico-científica e financeira do requerente e do nome responsável pelo realização dos trabalhos.”¹⁶ Uma vez concluídas as escavações científicas em um sítio arqueológico, e garantindo-se, sempre que possível ou conveniente, a proteção de uma sua parte significativa como blocos-testemunhos, o aproveitamento econômico de seu substrato poderia ser realizada nas formas e condições prescritas pelo Código de Minas. Deveria determinar o caráter satisfatório de certa pesquisa arqueológica um especialista designado pelo DPHAN, e somente este órgão poderia dar parecer favorável ao uso econômico dos restos de um sítio pré-histórico.¹⁷ Quaisquer intervenções em sítios arqueológicos que não estivessem devidamente autorizadas seriam consideradas, para todos os fins, crime contra o patrimônio nacional e, como tais, sujeitas à pena de multa e detenção.¹⁸

Castro Faria foi solicitado por Franco de Andrade, com recorrência, a fornecer pareceres sobre as pesquisas nos sambaquis para o DPHAN, ou seja, foi solicitado por ele a emitir os juízos que, determinados pela legislação federal, enquadravam as possibilidades de estudo científico e exploração econômica de tais sítios arqueológicos. De acordo com Lima, de fato, “(...) Ao longo da década de 1960, Rodrigo Mello Franco de Andrade apoiou-se fortemente em Castro Faria para os assuntos de Arqueologia. (...) Todas as diretrizes para a área emanavam dele, que orientava seguidamente o Presidente [*sic*] do DPHAN quanto à

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid.

interpretação e aplicação da Lei n. 3.924, não obstante ocupando a direção do Museu Nacional entre 1964 e 1967.” (LIMA, 2009).

Da documentação constante Acervo Castro Faria, podem-se destacar alguns casos a partir dos quais se podem dimensionar adequadamente os termos nos quais se dava o relacionamento entre este antropólogo e o DPHAN no período considerado.

Em 12 de setembro de 1962, Castro Faria, então diretor da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, escreveu a Franco de Andrade, Diretor do DPHAN, comunicando-lhe *para conhecimento e providências* que o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), do Rio de Janeiro, estava “violando de maneira flagrante a abusiva a Lei n. 3.924, com irreparável prejuízo para o patrimônio arqueológico do país.”¹⁹ Castro Faria não mencionou especificamente qual das atividades de pesquisa do IAB consistia no motivo de sua denúncia, limitando-se a sugerir que a diretoria deste instituto deveria ser “advertida severamente a respeito da infração cometida e, ao mesmo tempo, prevenida de que a DPHAN fará cumprir o disposto no Art. 25 da Lei n. 3.924.”²⁰ O citado artigo estabelece que “(...) A realização de escavações arqueológicas ou pré-históricas, com infringência de qualquer dos dispositivos desta lei, dará lugar à multa de Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 50.000,00, sem prejuízo de sumária apreensão e consequente perda, para o Patrimônio Nacional, de todo o material e equipamento existentes no local.”²¹

Em 4 de dezembro de 1962, Castro Faria escreveu a Franco de Andrade comunicando-lhe que a área indicada ao DPHAN pela empresa Industrial Extrativa Araruama havia sido devidamente vistoriada por arqueóloga da Divisão de Antropologia do Museu Nacional que ele havia designado. Por meio desta vistoria, havia sido constatado que na região referida não se verificava a presença de jazidas arqueológicas; o concheiro aí encontrado era “de origem natural e decorrente, com toda probabilidade, de alterações ocorridas no sistema de equilíbrio ecológico, que permitiram a formação e o desenvolvimento regular de grandes populações de

¹⁹ Carta de Luiz de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 12 de setembro de 1962. CFDA 06.07.040. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

²⁰ Id.

²¹ BRASIL. Lei n. 3.924, de 26 de Julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Art. 25. Citado de acordo com o constante no *website* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em janeiro de 2013.

moluscos naquele local, em tempos passados.”²² Sua exploração econômica nos termos estabelecidos pelo Código de Minas vigente, portanto, poderia ser autorizada sem maiores problemas.

Em carta daquele mesmo ano de 1962, de data não precisada, Castro Faria transmitiu a Franco de Andrade juízo contrário em caso diverso, dando parecer negativo a um requerimento de pesquisa feito ao DPHAN pela empresa Concha Ltda. De acordo com Castro Faria, este requerimento representava “uma tentativa evidente e bem caracterizada de *burlar* a Lei n. 3.924” (grifo no original).²³ O antropólogo observou que a escritura que atesta a posse do terreno “compreendendo todo o casqueiro existente no mesmo, inclusive seus adjacentes”²⁴ era nula, pois violava de maneira explícita a Lei n. 3.924, que estabelecia claramente que “(...) Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que nele se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público”, e que “(...) A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporados.”²⁵ Ressaltou ainda que a escritura apresentada pela Concha Ltda. ao DPHAN, datada de 3 de maio de 1962, era posterior à aprovação da Lei n. 3.924, o que colocava o caso fora de qualquer discussão. A exploração econômica do *casqueiro* cuja posse era reivindicada por esta empresa, na forma prevista por esta legislação federal, só poderia ser realizada *após* sua exploração científica e mediante parecer favorável do DPHAN.²⁶ De qualquer forma, parecia-lhe que deveria estar claro que “(...) Aproveitar para fins econômicos o substrato de uma jazida, mesmo *depois* de ultimada a exploração científica, não constitui, em nenhum caso um direito, mas apenas uma possibilidade.”²⁷

²² Carta de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 4 de dezembro de 1962. CFDA 06.07.051. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

²³ Carta de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 1962. CFDA 06.07.043. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

²⁴ Id.

²⁵ BRASIL. Lei n. 3.924, de 26 de Julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Art. 1 e parágrafo único. Citado de acordo com o constante no *website* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em janeiro de 2013.

²⁶ O artigo 22 da Lei n. 3.924 estabelece que “(...) O aproveitamento econômico das jazidas, objeto desta lei, poderá ser realizado na forma e nas condições prescritas pelo Código de Minas, uma vez concluída a sua exploração científica, mediante parecer favorável da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou do órgão oficial autorizado.” Ibid.

²⁷ Carta de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 1962. CFDA 06.07.043. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

Um pouco mais tarde, em data não precisada do ano de 1963, Castro Faria comunicou a Franco de Andrade novo parecer negativo a requerimento de exploração comercial de um *concheiro*. Para o diretor da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, a firma requerente, Industrial Catarinense de Adubos Ltda., incorria em abuso análogo ao da empresa Concha Ltda., também de Santa Catarina, perpetrando “uma tentativa de burla da Lei n. 3.924, que deve ser repelida com rigor.”²⁸ O amontoado de conchas que se pretendia utilizar para a produção de implementos agrícolas não era mera fossilização de antiga aglomeração de moluscos, mas vestígio do antigo povoamento indígena no litoral meridional do Brasil; era, portanto, absurdo reivindicar a sua posse e o direito de explorá-lo economicamente, na medida em que era caracterizado pela opinião dos especialistas e pela legislação federal pertinente como patrimônio cultural do país e, como tal, propriedade do Estado brasileiro. Neste informe a Franco de Andrade, Castro Faria recomendou que “(...) Além de negada a autorização [pretendida pela Industrial Catarinense de Adubos Ltda.] com arrazoado veemente, devem ser tomadas medidas cuidadosas e permanentes de vigilância, a fim de que a exploração [do sambaqui por ela indicado] não se faça de maneira clandestina.”²⁹

Em parecer a um segundo requerimento de exploração de um sambaqui feito pela Industrial Catarinense de Adubos Ltda., enviado ao DPHAN em 14 de maio de 1970, Castro Faria argumentou que não se poderia de nenhuma forma “admitir a hipótese da pesquisa científica ficar subordinada, no sentido mais amplo que se possa dar a esta expressão, a interesses de natureza econômica, que são de outra ordem.”³⁰ O cientista destacou que a Lei n. 3.924 jamais “poderia conferir a uma *empresa comercial* a iniciativa de pesquisa científica, para o fim último da utilização econômica do substrato do sítio arqueológico, pois foi elaborada exatamente *para impedir isto*” (grifo no original).³¹ E também que “(...) Mesmo que se admita a participação total ou parcial da empresa privada comercial no financiamento da pesquisa científica arqueológica – e isto seria altamente desejável uma vez assegurada a prevalência absoluta dos interesses culturais do país – não seria de nenhum modo admissível qualquer vínculo pessoal e direto entre o pesquisador responsável e a empresa comercial com

²⁸ Carta de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 1963. CFDA 06.07.052. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

²⁹ Id.

³⁰ Parecer de Luiz de Castro Faria a requerimento de exploração de concheiro feito ao DPHAN pela Industrial Catarinense de Adubos Ltda., de 14 de maio de 1970. CFDA 06.07.053. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

³¹ Id.

interesses diretos e imediatos no empreendimento considerado em termos financeiros.”³² Por fim, constatava que, então, “(...) Lamentavelmente o Estado de Santa Catarina, que possuiu o mais importante acervo de monumentos arqueológicos do país, continua pouco sensível aos reclamos de uma ação drástica, no sentido de coibir as destruições monstruosas já consumadas.”³³

Constituído Castro Faria juiz deste tipo de questão pelo DPHAN, era necessário receber o seu aval para se desenvolver de forma legal qualquer tipo de escavação nos sítios arqueológicos conhecidos como sambaquis. Em uma tentativa de acelerar o processo de avaliação dos requerimentos para intervenções nestas jazidas arqueológicas, alguns interessados tentaram dirigir-se diretamente a Castro Faria. Em pelo menos um caso, estes expedientes que procuravam driblar a burocracia governamental caracterizou uma curiosa ajuda à causa da conservação dos sambaquis. Em 12 de novembro de 1963, por exemplo, Mário de Lima Beck, advogado da empresa Adubos Orgânicos e Químicos S. A., de Porto Alegre, comunicou ao antropólogo do Museu Nacional que a empresa por ele representada possuía a concessão de terrenos nos quais existiam casqueiros, dos quais requeria o direito de exploração. Entre estes, estava o de Garopaba, localizado no município catarinense de Jaguaruna, no qual ainda não haviam realizado nenhuma retirada de material. Havia indícios de que se tratava não de um aglomerado natural de conchas fossilizadas, mas de um autêntico sambaqui, e, de toda forma, o sítio ainda não havia sido devidamente avaliado por um especialista autorizado pela DPHAN. Junto dele estava, entretanto, certo cidadão de nome Hans André, que, dispondo “de uma escritura evidentemente fraudada ou simulada”, estava “desmontando e explorando esse casqueiro.”³⁴ De acordo com Beck, tratar-se-ia “de um casqueiro de suma importância por todos os seus aspectos e nos parece que urge a intervenção do governo para regularizar o caso.”³⁵ O advogado informava ainda já ter entregado ao Diretor do DPHAN, em janeiro daquele ano de 1963, outros “elementos que esclarecem o

³² Id.

³³ Id.

³⁴ Carta de Mário de Lima Beck a Luiz de Castro Faria, de 12 de novembro de 1963. CFDA 11.11.761. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

³⁵ Id.

assunto”, e que aguardava, “com justificado interesse”, um comunicado ou visita de Castro Faria “para definição de direitos e obrigações.”³⁶

A conscienciosa atuação de Castro Faria junto ao DPHAN nas questões referentes aos sambaquis após a aprovação da Lei n. 3.924, por mais que contasse com algumas colaborações fortuitas (como a de Mário Lima Beck), não era, entretanto, suficiente para dar conta das demandas colocadas em pauta por esta legislação federal. O mais grave de tudo era que Castro Faria não podia estar lá onde se localizava *o mais importante acervo de monumentos arqueológicos do país*, e onde ainda se continuava *pouco sensível aos reclamos de uma ação drástica, no sentido de coibir as destruições monstruosas já consumadas* contra o patrimônio arqueológico brasileiro. Nem ele, nem nenhum funcionário do DPHAN: até 1989, Santa Catarina esteve subordinada administrativamente à 10^a Diretoria Regional desta agência do governo, com sede em Porto Alegre.³⁷ Persistia o problema “da impossibilidade de contratação de técnicos para a formulação de uma equipe que pudesse desempenhar as atividades de preservação, a fim de fazer face à enorme demanda da área.” (SILVA, 1987: 211; SILVA, 2007: 63-64).

A solução que se encontrou a esta altura, foi a nomeação de *representantes da DPHAN para assuntos de arqueologia*. Tratavam-se estes de intelectuais que, sem vínculo institucional, recebiam regularmente uma verba que lhes permitia desenvolver, em nome do DPHAN, atividades de inventário e preservação de bens arqueológicos em seu estado ou área. (SILVA, 1987: 211).³⁸ O outro lado desta política foi o fato de que “(...) Pesquisadores experientes, que já vinham fazendo seus trabalhos há algum tempo, se viram na obrigação de submeter seus projetos e relatórios de atividades a uma instituição com atuação fora da área acadêmica.” (SILVA, 2007: 64).

Dentro desta rede de relações e questões é que se situa a segunda correspondência, constante no Acervo Castro Faria, que registra o relacionamento entre este pesquisador e Pe. Rohr. Trata-se de uma carta na qual Pe. Rohr não é o destinatário, nem o remetente, mas o

³⁶ Id.

³⁷ Informação citada a partir do *website* do IPHAN: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12745&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em fevereiro de 2013.

³⁸ Regina Coeli qualifica tal solução como sendo, então, *a mais acertada*, e destaca, entre estes representantes do DPHAN para assuntos de arqueologia, o “nome do Prof. João Alfredo Rohr e sua excepcional atuação na luta pela preservação dos sítios arqueológicos de Santa Catarina.” (SILVA, 1987: 211).

assunto. Em 23 de maio de 1962, Castro Faria emitiu a Franco de Andrade o parecer de que, na sua opinião “o requerimento do Pe. João Alfredo Rohr, S. J., de Florianópolis, St.^a Catarina, deve ser atendido.”³⁹ Não se tratava de algo trivial, pois o jesuíta gaúcho já possuía alguns trabalhos desenvolvidos em arqueologia brasileira, mas nenhuma formação específica na área, e a necessidade de uma especialização profissional como pré-requisito para se desenvolver uma escavação arqueológica realmente científica era, como se pôde verificar, um tema constante da reflexão de Castro Faria. Os pesquisadores que, no juízo de Castro Faria, não possuíam capacitação para realizar escavações de *maneira adequada* seriam agentes de *um irreparável prejuízo para o patrimônio arqueológico do país*, devendo ser advertidos e punidos por intermédio da DPHAN tal como os envolvidos na produção da cal de mariscos a partir do substrato de sítios não investigados.

O favorável parecer de Castro Faria sobre o requerimento de Pe. Rohr ao DPHAN não menciona a qual sítio arqueológico este se referia. O cotejo com outros documentos, entretanto, indica que se trata do sítio arqueológico da Praia da Tapera, que ocuparia Pe. Rohr de meados de 1962 até 1967. Em 23 de maio de 1962, Castro Faria envia a Franco de Andrade parecer favorável ao requerimento de pesquisas feito por Pe. Rohr; em 3 de julho do mesmo ano foi concedida a Pe. Rohr, “na forma da lei vigente, autorização para a exploração científica do sítio.” (ROHR, 1966-1: 5).⁴⁰ O contraste com o tratamento dado por Castro Faria às pesquisas desenvolvidas pelo IAB no mesmo período é muito marcante.⁴¹

Pode conjecturar de maneira fundamentada os motivos que levaram Castro Faria a confiar na capacidade profissional de Pe. Rohr. Neste julgamento favorável sobre a capacidade de Pe. Rohr desenvolver uma escavação arqueológica de dimensões científicas na Praia da Tapera certamente entrou em jogo a leitura feita pelo jesuíta gaúcho de seu *O problema da proteção aos sambaquis*, leitura que lhe havia sido comunicada pelo próprio na carta enviada em 21 de agosto de 1960:

³⁹ Carta de Luiz de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 23 de maio de 1962. CFDA 06.07.041. 2 fls. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁴⁰ Tratar-se-á da escavação deste sítio arqueológico, de forma suficientemente minuciosa, no capítulo seguinte deste trabalho.

⁴¹ Carta de Luiz de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 12 de setembro de 1962. CFDA 06.07.040. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

“(...) Emocionaram-me, particularmente, aqueles esqueletos em sua posição acocorada, tal qual existem também aqui na Ilha de S. Catarina. Admiro o trabalho tanto mais porque conheço, por experiência, as horas de trabalho paciente e minucioso que se requerem para deixar um esqueleto frágil de sambaqui em condições de fornecer motivos tão expressivos para a fotografia e a clichéria. Tanto mais chocante é a vandálica destruição destas jazidas, da qual V. S. apresenta documentos tão eloquentes, Infelizmente, esta destruição continua ainda nos nossos dias, em ritmo verdadeiramente alarmante, como tivemos ensejo de testemunhar...”⁴²

Pe. Rohr indica nesta carta conhecer e concordar com a reflexão de Castro Faria sobre o estudo e a conservação dos sambaquis, conforme esta havia sido exposta em *O problema da proteção aos sambaquis*. Isto significa estabelecer que ele também considerava os sambaquis como produto de uma deliberada ação dos antigos habitantes do litoral brasileiro, e, como tais, que os tomava como objeto de estudos culturais e da caracterização como patrimônio cultural a ser especialmente protegido pelo Estado. Ele conhecia os procedimentos técnicos de escavação de um sambaqui e de preservação das sequências de informação que tal esforço podia trazer à luz. Ele havia testemunhado a destruição *vandálica* destas jazidas arqueológicas, que prosseguia, *em ritmo verdadeiramente alarmante*, no Estado de Santa Catarina; estava em território catarinense e não concebia como natural ou aceitável a indústria da cal de mariscos – ao contrário, o empreendimento desta lhe parecia sobretudo *chocante*. Sob muitos aspectos, Pe. Rohr apresentava-se diante de Castro Faria como um aliado a ser recrutado e estimulado em suas pesquisas e atuação pela defesa dos sambaquis. Como representante da DPHAN para assuntos de arqueologia em Santa Catarina, ele poderia desenvolver o trabalho de inventariar os sítios arqueológicos localizados no território daquele estado e, através de vigilância constante e denúncias às autoridades locais, fazer valer naquela região a Lei n. 3.924.

O próprio fato de Alfredo Rohr ser um sacerdote católico depunha neste momento a favor de sua incorporação à rede de intelectuais engajados na pesquisa e proteção do patrimônio pré-histórico brasileiro. Isso se dava em um sentido geral e em um sentido específico. Em sentido geral, há de se considerar o quadro de *boas relações* que – com poucas e notáveis exceções – historicamente havia se estabelecido entre o DPHAN e a Igreja Católica. (CHUVA, 2009: 301-305 e notas correspondentes, 314, nn. 51-59).⁴³ Em sentido específico, deve-se seguir um rastro um pouco mais tênue. Como Castro Faria deixou claro, a

⁴² Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 21 de agosto de 1960. CFDA 11.10.629. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁴³ Sobre as referidas exceções, ver CHUVA, 2009: 228-233 e notas correspondentes, 243-244, nn. 37-51.

base para seu *O problema da proteção aos sambaquis*, que fundamentou a militância de conservação aos sambaquis ao caracterizá-los como patrimônio cultural a ser protegido por legislação federal específica, era a *Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico do Brasil*, de Heloísa Alberto Torres. (CASTRO FARIA, 1999-8: 318). Neste escrito de 1937, a então diretora do Museu Nacional estabeleceu a noção – depois retomada por Castro Faria (CASTRO FARIA, 1999-5: 286) – de que a preservação dos sítios arqueológicos brasileiros só se faria com a orgânica colaboração de diversas instâncias de poder:

“(...) Autoridades, com jurisdição sobre territórios relativamente restritos, deverão ser interessadas nesse trabalho como elementos primaciais para seu resultado feliz. *E não somente autoridades leigas como também religiosas*. Os funcionários itinerantes de certos serviços como, no Ministério da Agricultura (geólogos em excursão, agrônomos e veterinários), no da Educação (os que realizam trabalhos de saneamento), no de Viação (os das obras contra as secas), etc, poderão, com um pouco de boa vontade, representar uma ajuda de valor inestimável nessa campanha...” (TORRES, 1937: 15.Grifo meu).

Ainda que Castro Faria não tenha mencionado esta colaboração com as autoridades religiosas em seu texto de 1959, é plausível imaginar que ele tinha esta indicação de sua antiga orientadora em mente quando avaliou o requerimento de Pe. Rohr. Para fazer valer a Lei n. 3.924, toda ajuda fortuita era bem-vinda e *altamente desejável*, desde que *assegurada a prevalência absoluta dos interesses culturais do país*. Dada a manifesta indignação de Pe. Rohr diante da destruição dos sambaquis e sua concordância com os pontos de vista do próprio Castro Faria a respeito do estudo destes sítios, esta prevalência parecia não estar em questão em suas pesquisas arqueológicas.

Estabelecido seu parecer favorável ao requerimento que lhe havia sido apresentado, Castro Faria sugeriu a Franco de Andrade que fossem estabelecidas algumas condições para a realização do trabalho de pesquisa de Pe. Rohr. Constituem estas um verdadeiro decálogo de procedimentos e circunstâncias que Castro Faria considerava como ideais para a realização de uma pesquisa nos sambaquis que estivesse plenamente de acordo com as determinações da Lei n. 3.924. O então diretor da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional recomendava que fosse determinado a Pe. Rohr:

1. Que enviasse com o primeiro relatório à DPHAN também um “levantamento topográfico minucioso da área em exploração.”
2. Que constasse no mesmo relatório: a localização das trincheiras ou cortes feitas no sítio; seu perfil estratigráfico; detalhes sobre a ordenação e composição das diferentes camadas que o compunham; dados sobre o contato do depósito arqueológico com o terreno sobre o qual se assenta.
3. Que fizesse um registro fotográfico do sítio arqueológico e de suas circunvizinhanças antes de iniciados os trabalhos de escavação, assim como de todas as fases da pesquisa.
4. Que colhesse amostras de matéria orgânica “dos diferentes estratos com significação especial para o estabelecimento de seqüências culturais”, para futuras datações pelo C-14.
5. Que colhesse amostras de solo de todos os níveis estratigráficos para a realização de análises polínicas.
6. Que fizesse “um desenho singelo” de todos os enterramentos que eventualmente se encontrasse, “para registro da posição e da orientação do esqueleto”, e que, além de uma relação numérica destes, também elaborasse “uma sùmula das observações sobre orientação e posição dos esqueletos, por níveis estratigráficos, e a indicação de todos os anteriores fatos e outros elementos de qualquer forma associados aos enterramentos.”
7. Que enviasse no mesmo relatório uma relação completa de todos os artefatos e outros elementos de indústria humana exumados na pesquisa, com indicação das associações observadas, sua distribuição horizontal e estratigráfica “e qualquer particularidade que aconselhe um assessoramento de pesquisa por parte de especialista indicado pela DPHAN.”
8. Que todo o material que coletasse em decorrência da pesquisa autorizada fosse “integralmente depositado no Museu do Homem Americano, sociedade cultural com sede e foro na cidade de Florianópolis”, e que ele fosse relacionado com minúcia, para formação de inventário a ser registrado na DPHAN.
9. Que ele remetesse à DPHAN ao final da pesquisa um relatório conclusivo sobre os resultados desta, no qual deveriam constar sugestões e informações acerca da conveniente preservação de parte do sítio arqueológico estudado como bloco-testemunho.
10. Que a autorização que lhe era concedida tinha a validade de dois anos, a contar a partir do dia de sua comunicação ao requerente; que ele tivesse clareza que todos os bens arqueológicos localizados em território brasileiro eram propriedade do governo federal; e que, caso violasse alguma das normativas da Lei n. 3.924, isto significaria a caducidade automática da autorização concedida.⁴⁴

⁴⁴ Carta de Luiz de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 23 de maio de 1962. CFDA 06.07.041. 2 fls. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

Nestas indicações estão expressas a preocupação de Castro Faria com a precisão e a contextualização da coleta dos dados arqueológicos. As fotografias, os desenhos e as análises laboratoriais são elementos que dimensionam os artefatos e esqueletos exumados, e, juntamente com os quadros ecológicos e cronológicos de sua deposição, reconstituídos através das análises geológicas, do estudo da topografia, dos níveis estratigráficos e dos restos polínicos, conferem significado científico ao material exumado. Há nestas prescrições de Castro Faria todo um esforço para que nenhum dado encontrado na escavação ficasse *solto*, sujeito a especulação; daí a importância de não apenas se inventariar o que for retirado das trincheiras abertas, mas também de, ao lado disto, documentar cada passo da investigação. Em outros termos, há uma tentativa de assegurar que o patrimônio arqueológico do país não seria consumido em vão.

Por estas instruções poder-se-ia deduzir certa dose de ambiguidade na percepção que Castro Faria tinha em relação a Pe. Rohr ao dar parecer favorável à sua pesquisa no sítio arqueológico da Praia da Tapera. Por um lado, Pe. Rohr parecia ser o homem certo no lugar certo, e, não menos importante, com a perspectiva certa, segundo Castro Faria, para realizar uma escavação arqueológica científica. Por outro lado, sua falta de formação específica em arqueologia poderia ser um problema – e daí a necessidade de instruções tão minuciosas, encerradas com uma tão veemente advertência. As necessidades impostas pela Lei n. 3.924, entretanto, suplantaram qualquer ambiguidade que houvesse; era preciso confiar em um homem que havia demonstrado zelo e talento para lidar com o estudo e conservação dos sambaquis. E era melhor ainda contar com um aliado estabelecido lá onde o problema era mais grave, gente que pudesse influenciar os catarinenses a prezar o patrimônio arqueológico localizado – às vezes literalmente – em seus quintais.

2.2. Tecendo uma colaboração

A carta que Castro Faria enviou a Pe. Rohr em 26 de julho de 1963 indica o reconhecimento deste como um interlocutor *pessoal* do antropólogo, e não como mais um pesquisador ao qual se era preciso emitir um parecer. Castro Faria era um prolífico autor de cartas, havendo em seu Acervo centenas destas, trocadas com diversos personagens de ciência no Brasil e no estrangeiro. Algumas delas são tingidas por certo matiz de intimidade, como

aquelas que enviou a Loureiro Fernandes, arqueólogo da Universidade Federal do Paraná com quem colaborou por longo período. A citada correspondência a Pe. Rohr também possui algo deste tom. Trata-se de uma alteração significativa em relação a epistola anteriormente considerada, quando Pe. Rohr era o assunto e podia-se perceber uma série de reticências quanto à competência profissional deste jesuíta como arqueólogo. Pode-se validamente afirmar que a epístola de julho de 1963 foi escrita para um colaborador, não para um estranho. Permite-nos supor com alguma segurança a pré-existência de um encontro pessoal anterior a esta data, uma aproximação mediada por outro agente social ou algum tipo de outro contato decisivo na convergência de propósitos de Castro Faria e Pe. Rohr – contato este que, infelizmente, como tantos outros fatos históricos significativos, escapam-nos por não ter deixado nenhum vestígio documental direto.

“Meu caro Pe. Rohr”, escreveu Castro Faria; “(...) Infelizmente o meu plano de aproveitar pelo menos quinze dias das férias de julho para trabalhar em sua companhia foi por água abaixo.”⁴⁵ Não fica claro neste documento *em quê* Castro Faria trabalharia com Pe. Rohr, mas apenas que tinha a intenção de prosseguir viagem para Santa Catarina uma vez que se encerrada a 6ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em São Paulo, na qual havia participado. “Acontece, porém, que um simples dente decidiu que isso não seria feito.”⁴⁶ Castro Faria havia pensado que a dor que lhe acometia se devia ao frio da capital paulista; por via das dúvidas, regressou ao Rio de Janeiro e, aí estando, descobriu que se tratava de problema odontológico que lhe demandava “tratamento sério e prolongado. Ainda não fiquei livre do dentista e julho já se foi.”⁴⁷ Trata-se de comentário bastante pessoal, mas mais importante é ao que ele conduz: “(...) Antes de iniciadas as aulas do 2º período nada poderei decidir quanto à possibilidade de retornar ao sul mas é certo que não deixarei escapulir nenhuma oportunidade que se apresente. Assim que puder decidir alguma coisa escreverei imediatamente e espero que isso não tarde muito.”⁴⁸

Ao escrever *retornar ao sul*, Castro Faria muito possivelmente não se referia a voltar a trabalhar em alguma escavação arqueológica com Pe. Rohr; não há nenhuma documentação

⁴⁵ Carta de Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr, de 26 de julho de 1963. CFDA 11.11.742. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁴⁶ Id.

⁴⁷ Id.

⁴⁸ Id.

que registre que tenha feito isto até o momento considerado. Estava fazendo menção talvez às suas pesquisas anteriores nos estados do Brasil meridional, ou até, mais especificamente, na Santa Catarina de Pe. Rohr, aonde desde 1947 vinha estudando os sambaquis e nos anos de 1950-1951 realizou a escavação do Sambaqui de Cabeçuda, seu mais relevante trabalho em arqueologia. Neste, Castro Faria recuperou “inúmeros artefatos e os restos ósseos de mais de duas centenas de indivíduos, uma amostra de dimensões sem precedentes na arqueologia brasileira.” (LIMA, 2009). Neste *retorno* projeta-se o contorno da confiança no trabalho de Pe. Rohr; tratava-se de alguém que Castro Faria considerava proveitoso colaborador, alguém a quem ele pessoalmente atestava a capacidade profissional como arqueólogo. Com um sujeito destes, a quem *não deixaria escapulir nenhuma oportunidade que se apresente* de trabalhar, Castro Faria é notavelmente cortês: “(...) Queira ter a bondade de transmitir as minhas saudações a todos os amigos e aceitar as minhas desculpas, se acaso provoquei, ainda que involuntariamente, qualquer transtorno na execução dos seus planos.”⁴⁹

Em 31 do mesmo mês, Pe. Rohr remete uma resposta à “atenciosa carta”⁵⁰ de Castro Faria. Nesta, Pe. Rohr conta que havia conseguido alugar para o mês de julho “uma boa casa na Praia da Tapera, distante, apenas, cem metros da Jazida.”⁵¹ Descobrimos então a qual trabalho conjunto Castro Faria se referia. Mesmo com sua ausência, entretanto, a pesquisa se deu e Pe. Rohr e seus assistentes passaram “três bonitas semanas, prosseguindo nas escavações.”⁵² Na avaliação do jesuíta gaúcho os resultados desta, foram bastante satisfatórios:

“(...) Cimentei dois esqueletos para trazê-los ao museu junto com um bloco de terra, mostrando a estratigrafia, ainda, imperturbada. O primeiro é de uma criança de, aproximadamente, um ano de idade, que leva ao pescoço todo um colar de dentes largos de cação e de conchinha. Outro é de um rapazinho de uns seis anos de idade, que traz no peito um tembetá de quartzito leitoso, muito bem trabalhado. O número de sepultamentos da Tapera já se eleva a setenta e nove. Acabo de receber, também, os meus primeiros slides coloridos da Tapera. Saíram bastante bons.”⁵³

⁴⁹ Id.

⁵⁰ Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 31 de julho de 1963. CFDA 11.11.777. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁵¹ Id.

⁵² Id.

⁵³ Id.

Mesmo com tais apresentáveis resultados, Pe. Rohr escreveu que lastimou muito a ausência do colega do Museu Nacional, “porque desejava trocar ideias e consultá-lo a respeito de uma porção de coisas, referentes à jazida, que ainda ficam por esclarecer.”⁵⁴ De fato, o sítio arqueológico da Praia da Tapera, que ocupou Pe. Rohr de 1962 a 1966, colocava-lhe problemas interessantes acerca das continuidades e descontinuidades existentes entre os modos de vida dos diversos povos que habitaram o litoral do Brasil meridional. Ali havia existido, por volta do século V d.C. uma aldeia cujos vestígios indicam ter pertencido a “uma cultura de transição da cultura dos grandes sambaquis para a cultura, mais recente, dos guaranis e outros indígenas da conquista.” (ROHR, 1996-1: 4).

Sem deter-se naquilo que ainda ficava por esclarecer, Pe. Rohr aproveita o ensejo ao tratar de seu trabalho na Praia da Tapera para reiterar o convite feito a Castro Faria. Comunicando a este que seria melhor que aparecesse durante as férias de fim de ano, mas que, caso possa ir até Santa Catarina apenas durante o período letivo, dará um jeito de desvencilhar-se das aulas por uma semana. Faria isto de bom grado porque espera “ter ainda o prazer de poder escavar uma temporada em sua companhia e aproveitar-me de sua experiência.”⁵⁵

Uma demonstração da influência de Castro Faria é pedida no parágrafo seguinte, o último da epístola: “(...) Caso pudesse dar uma cotucada [*sic*] no Dr. Frota Moreira, para ele despachar a minha bolsa, ficar-lhe-ia muito grato; porque o jeep e o material fotográfico estão a comer-me muito dinheiro e a ordem de cima é: ‘A pesquisa deve sustentar-se a si mesma’.”⁵⁶ O referido *Dr. Frota Moreira* era Manoel da Frota Moreira, então Diretor Geral da Divisão Técnico-Científica do CNPq.⁵⁷ Pe. Rohr sabia muito bem o quê estava pedindo a Castro Faria, antigo e bem situado bolsista deste órgão.⁵⁸

⁵⁴ Id.

⁵⁵ Id.

⁵⁶ Id.

⁵⁷ Informação extraída do *website* do Centro de Memória do CNPq, <<http://centrodememoria.cnpq.br/Dirigente63.html>>. (Acesso em maio de 2013).

⁵⁸ Não sabemos, por outra parte, a quem Pe. Rohr fazia menção quando reconhecia um *cima* ao qual estava submetido; poder-se-ia tratar da Direção do Colégio Catarinense, no qual estava sediado e organizava o seu Museu do Homem do Sambaqui, do Provincial da Companhia de Jesus, ao qual se encontrava submetido, ou de algum outro personagem ou instância menos evidente, mas ainda assim importante naquele contexto.

Diante da não ida de Castro Faria a Santa Catarina, Pe. Rohr não esconde sua decepção e aproveita o ensejo para contar ao colega um *causo*, que pode ser evidência de sua proximidade ou desejo de proximidade:

“(...) Realmente eu tomara a sua vinda como certa e fizera um grande farol em torno disto. Até os meus dois operários estavam aguardando ansiosos a vinda do Doutor do Rio, de vez que eu lhes havia comunicado que ele, numa conferência, dissera que este negócio de raças inferiores e superiores era pura besteira, que todos eram iguais. Como ambos foram contemplados pela natureza com cores um tanto carregadas, o cartaz do Doutor junto deles estava feito.”⁵⁹

Pe. Rohr não indica a qual conferência de Castro Faria se refere, nem como teve conhecimento desta fala – se pessoalmente, assistindo-a, ou se por escrito. Isto, sem dúvida, limita as considerações que podemos fazer a respeito desta menção.

2.3. Compartilhar o trabalho e produzir registros

O documento seguinte sobre a colaboração entre Pe. Rohr e Castro Faria constante no Acervo Castro Faria é outra carta do jesuíta, com data de 3 de novembro do mesmo ano de 1963. Entre meados de agosto e fins de outubro, Pe. Rohr havia recebido “a auspiciosa notícia” de que lhe havia sido concedida uma bolsa de pesquisador do CNPq, e, ao escrever, tinha clareza de quem era o responsável pela obtenção desta: “(...) Aproveito o ensejo de agradecer a V. S. os passos que tem dado com o fim de conseguirmos esta ajuda financeira substancial.”⁶⁰

Nesta carta de 3 de novembro, Pe. Rohr comunica a Castro Faria que prosseguiria suas escavações na Praia da Tapera assim que terminasse o ano letivo, e reitera o convite para que o antropólogo do Museu Nacional o acompanhe neste trabalho, “seja neste primeiro período de dezembro, ou em outra temporada qualquer das férias maiores (...) que fica à sua escolha.”⁶¹ Pe. Rohr lembra Castro Faria dos “compromissos assumidos” por este, de sua

⁵⁹ Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 31 de julho de 1963. CFDA 11.11.777. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁶⁰ Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 3 de novembro de 1963. CFDA 11.11.778. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁶¹ Id.

promessa de retornar ao sul assim que lhe fosse possível, e apresenta seu convite de maneira muito insinuante: “(...) Temos casa alugada, praia boa, cozinha boa, jazida ótima; enfim, tudo o que o coração de um arqueólogo pode desejar.”⁶² Pode-se perceber nos elementos com que se constrói este convite a tessitura do cotidiano da pesquisa científica em arqueologia nos sambaquis catarinenses naquela primeira metade dos anos 1960, período no qual Pe. Rohr era, sem sombra de dúvidas, o seu maior expoente.⁶³

A carta seguinte que documenta e constrói o relacionamento entre Pe. Rohr e Castro Faria é uma carta datada de meados de julho de 1964. Nela Castro Faria faz referência a uma estada em Florianópolis, no qual teria travado contato com Pe. Rohr e conversando com este sobre o financiamento de suas pesquisas. Em nenhum outro ponto da documentação que mencionamos aqui fica tão evidente que, à sua produção e circulação, foi simultânea uma colaboração silenciosa, que não deixou registros escritos que tenham sido recolhidos pelo antropólogo do Museu Nacional ao seu acervo particular. Estes documentos, que podem ser de natureza vária, e não apenas cartas, podem estar guardados em outra parte, à qual não consegui acesso; podem ainda estar perdidos ou não terem sido produzidos. O que consta no Acervo Castro Faria testificando essa colaboração silenciosa e redimensionando as cartas que analisamos é um conjunto de fotografias em que o antropólogo registrou um período de trabalho comum com Pe. Rohr.⁶⁴

Tal conjunto é constituído por quarenta e seis fotografias de pequeno formato (aproximadamente 30 cm de superfície), que Castro Faria incorporou ao seu acervo pessoal reunindo-as em um envelope no qual escreveu com caneta esferográfica vermelha “Laguna, St.^a Catarina. Jun. 1964”.⁶⁵ (IMAGEM 20). Tal série, para fins de análise, pode ser dividida em subgrupos temáticos.

O primeiro, composto por duas fotos, registra uma casa antiga de estilo luso-colonial. O estudo das formas de habitação, conforme se mencionou acima, era um dos principais temas de estudo de Castro Faria nos anos iniciais de sua trajetória profissional; tratava-se, de

⁶² Id.

⁶³ Por seu trabalho intensivo neste período e na década seguinte, Pe. Rohr foi justamente designado de *pai da arqueologia catarinense*. Cf. p. ex. REITZ, 1985: 21; NUNES, 2000: 48; FOSSARI, 2001: 174-176; FOSSARI & REIS, 2009: 266 e 268.

⁶⁴ Sobre as fotografias produzidas por Castro Faria em seus trabalhos de campo, ver CASTRO FARIA, 1998-11 e MONTE-MÓR, 2001.

⁶⁵ CFDN 19.01.006F001-046. 46 fotos e um envelope anexo. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

fato, de assunto estratégico dentro do seu projeto de investigar as relações culturalmente mediadas que as sociedades estabelecem com o meio natural no qual subsistem. O segundo subgrupo, composto por seis fotos, registra a cidade de Laguna a partir de uma mirada alta, panorâmica, quase que de sobrevoos; parecem ter sido feitas de uma encosta de montanha situada nas proximidades daquele centro urbano. O terceiro, com duas fotos, parece ter sido tirado de outro ângulo da mesma montanha e retrata um trecho de água com uma ilha ao fundo; no primeiro plano, no canto esquerdo, uma espécie de cacto. O quarto subgrupo, com cinco fotos, retrata uma área de solo arenoso com manchas claras e escuras. A elevação que aparece ao fundo delas, conforme se olha com mais atenção, parece ser constituída de substrato diverso do chão circundante; trata-se de um sambaqui, já marcado por um profundo corte transversal no qual se evidenciam os níveis estratigráficos de suas camadas superpostas, progressivamente inclinadas do centro para as beiradas de seu topo arredondado. A quarta foto deste grupo de imagens é particularmente interessante, pois retrata, além de um sambaqui ao fundo, dois homens, vestidos de maneira simples, mas digna. (IMAGEM 21). A consideração, com auxílio de uma boa lupa, de pequenos detalhes como as tonalidades e os cortes de cabelo dos homens fotografados, seguido do cotejo com outras fotografias do mesmo conjunto de fotografias e de outros, do mesmo período, constantes no Acervo Castro Faria, permite afirmar de forma inequívoca tratar-se de Pe. Rohr (voltado de costas para a câmera, ao centro da imagem) e de Castro Faria (voltado com o perfil esquerdo para a câmera, no lado direito da imagem).

O quinto subgrupo de fotografias, composto por duas fotos, registra um trecho de vegetação de restinga. (IMAGEM 23). Nestas imagens mais uma vez emerge tanto a formação de Castro Faria como naturalista como a sua preocupação em mapear os dados ecológicos que lhe permitissem reconstituir de maneira mais verossímil a vida dos grupos pré-históricos que ergueram os sambaquis catarinenses. O sexto subgrupo, com dez fotos, registra a indústria da cal de mariscos em pleno funcionamento. As cinco primeiras fotos deste subgrupo registram a alimentação de uma pequena caeira com material retirado de um sambaqui. (IMAGENS 22 e 23). Trata-se de trabalho modesto, feito de maneira rudimentar por três homens e um menino que empregam como instrumento apenas um carrinho de mão comum. Nas duas fotos seguintes registram-se os cortes realizados na lateral de um sambaqui para a coleta de seu substrato para a produção de cal. Tais cortes são indícios inequívocos de que o desmonte da jazida arqueológica fotografada seguia aquela técnica que Pe. Rohr

descrevia como “muito simples e prática sob o ponto de vista econômico e industrial”, ao mesmo tempo, “infelizmente a menos indicada sob o ponto de vista científico.” (ROHR, 1961: 16-17). Consistia esta forma de proceder em

“(…) retirar o material conchífero, relativamente solto na base do sambaqui, provocando desta maneira desmoronamentos sucessivos e corridas de conchas no monte. Todas as camadas do sambaqui são baralhadas e qualquer esqueleto ou artefato ósseo se fratura e espalha, durante o desmoronamento, resistindo apenas o material lítico. Tem acontecido até que operários fossem soterrados pelas conchas, em desmoronamentos imprevistos, conseguindo-se a custo salvar-lhes a vida.” (ROHR, 1961: 17).

Nas duas últimas fotografias deste subgrupo sexto subgrupo de imagens, registra-se uma grande caieira, semelhante a uma usina, com um par de chaminés que indicam a presença de grandes fornos industriais. Umhas poucas pessoas aparecem nestas imagens, mas nenhuma delas trabalhando. Ao observá-las com mais minúcia, vemos que elas conversam; na primeira parece figurar Castro Faria e dois indivíduos desconhecidos; na segunda, Pe. Rohr e um sujeito igualmente não identificado. (IMAGENS 24 e 25). É possível apenas conjecturar o que diziam; talvez se tratasse de tentativa de dissuadi-los de continuar a alimentar os fornos com conchas acumuladas nas redondezas por homens que viveram milhares de anos atrás. Tanto Castro Faria quanto Pe. Rohr mencionam ter tido conversas deste tipo. (P. ex. ROHR, 1959: 204-205; CASTRO FARIA, 2006-1: 32). Diante desta caieira, estão grandes amontoados de pó branco, que muito possivelmente é cal de mariscos pronta para ser recolhida para o transporte e o comércio. Não é possível saber se se trata de outro ângulo do local onde trabalham aqueles três homens e o menino ou de outro sítio.

No sétimo subgrupo, formado por vinte fotos, registra-se uma escavação arqueológica da qual participa Pe. Rohr – identificado por traços como o formato do cabelo, os óculos e o traje negro característico – e alguns trabalhadores. (IMAGEM 26). A preocupação nestas imagens parece ter sido registrar não apenas o que se encontrou nesta pesquisa, mas, talvez até principalmente, como se chegou a encontrar alguma coisa aí. Algumas das fotos registram os níveis estratigráficos de uma trincheira escavada pelo arqueólogo com seus ajudantes; há um zoom que mostra as conchas acumuladas que formam uma camada de solo descoberto; também um esqueleto recém-desenterrado, flexionado em posição fetal, deitado sobre seu lado esquerdo, ao lado de outro, voltado para cima e com as mãos e pernas estendidas verticalmente. (IMAGEM 27). Mais atenção, entretanto, desperta o registro dos fazeres do

arqueólogo em campo: Pe. Rohr e seus ajudantes realizando a peneiração de um solo de cor muito escura (IMAGEM 26); Pe. Rohr empregando, no esqueleto em posição fetal, a técnica de cimentação por ele desenvolvida. (IMAGENS 28 e 29).

O registro, bastante minucioso, que Castro Faria fez dos estágios iniciais da técnica de cimentação desenvolvida por Pe. Rohr, quando cotejado com a descrição que o próprio jesuíta gaúcho fez da criação deste procedimento, coloca em questão o local em que tais fotografias foram produzidas. Se da indicação “Laguna, St.^a Catarina. Jun. 1964” com a qual Castro Faria as reuniu em seu acervo pessoal está praticamente fora de dúvida a correção de sua data, não se pode, em vista de testemunho externo ao registro imagético, ter certeza absoluta a respeito do local onde foram feitas. É, portanto, necessário examinar este testemunho externo que reposiciona tal série de fotografias no espaço, de Laguna para os arredores de Florianópolis. Talvez o citado testemunho permita que se subdivida o conjunto de fotografias considerado em duas séries espacialmente distintas, ainda que contíguas no tempo – uma referente a uma viagem de Castro Faria e Pe. Rohr a Laguna, e outra referente a uma observação feita por Castro Faria das escavações de Pe. Rohr na Praia da Tapera.

Em 1966, no n. 15 da revista *Pesquisas* do Instituto Anchietano (Seção Antropologia), Pe. Rohr deu a público “a primeira notícia (...) referente aos resultados obtidos na escavação sistemática de um grande sítio arqueológico, localizado na Praia da Tapera, Subdistrito do Ribeirão, Município de Florianópolis, Ilha de Santa Catarina.” (ROHR, 1966-1: 3). A história desta pesquisa havia se iniciado seis anos antes, quando um grupo de sítiantes escavou uma praia situada em uma pequena enseada, distante, ao sul, vinte quilômetros do centro de Florianópolis, para obter material para a construção de suas humildes residências. Um esqueleto humano foi encontrado neste empreendimento, e Pe. Rohr, que havia realizado em 1958 o estudo de vestígios pré-históricos na Base Aérea de Florianópolis, distante apenas dois quilômetros ao norte, foi chamado para examinar o sítio. Constatou então o jesuíta que havia naquele local, chamado Tapera, “a presença de uma camada arqueológica de cinquenta a cem centímetros de espessura, que assentava sobre areia pura e estéril da praia.” (ROHR, 1966-1: 5). Em face disso, requereu autorização do DPHAN para ali realizar escavações científicas, sendo-lhe esta concedida, por portaria ministerial, em julho de 1962.

Em 20 de agosto daquele mesmo ano, realizou-se na Praia da Tapera um levantamento topográfico do sítio por Carlos Krebs Francisco e José Bessa, engenheiros ligados ao diretório

catarinense do Departamento Nacional de Saneamento. Àquela altura, Pe. Rohr havia observado como o local possuía condições ecológicas propícias para o estabelecimento de uma comunidade de paleoameríndios: havia um curso de água potável próximo, acesso fácil a peixes de água doce e salgada, a possibilidade da caça de mamíferos aquáticos (lontras e focas), e suprimento abundante de crustáceos, ostras e mariscos. O terreno do sítio arqueológico foi dividido por estacas e barbantes em setores identificados por combinações de letras e números, à maneira de um tabuleiro de xadrez. “O material rolado desta área foi todo peneirado, trazendo à luz material lítico, ósseo, conchífero e cerâmica indígena.” (ROHR, 1966-1: 6). Depois que a área imediatamente adjacente às águas, coberta de grama, foi devassada com minúcia, as escavações ampliaram-se para uma faixa de terra mais ao interior, coberta de macega e mato alto. Cobriu-se ao todo uma extensão de dois mil metros quadrados. Pe. Rohr e seus assistentes peneiraram durante a investigação deste perímetro mais de mil metros cúbicos de terra. Deste volume, retiveram amplo material de interesse arqueológico: oito toneladas de conchas; dois mil metros quadrados de ossadas de peixes, aves e mamíferos; meio metro cúbico de artefatos de pedra; setecentas pontas de flechas feitas de osso; trezentos e cinquenta objetos de adorno como tembetás, dentes de cação ou de mamífero perfurados, vértebras de peixe com friso circunferente, conchas perfuradas, e outros; vinte e quatro mil fragmentos de cerâmica indígena; alguns milhares de dentes de cação, porco do mato, macacos, gatos do mato, jaguatiricas, pacas, cotias, lobos marinhos, lontras e focas; cinto e cinquenta machados líticos inteiros e cento e noventa fragmentos de peças similares. (ROHR, 1966-1: 4).

O sítio da Praia da Tapera possuía características bastante similares ao de Caicanga-Mirim. Pe. Rohr distinguiu nele áreas com nível de conchas e áreas sem nível de conchas. Nas áreas com nível de conchas, a camada arqueológica apresentava três estratos superpostos. O primeiro, mais recente, era composto de húmus preto e areia, e tinha de 5 a 25 cm de profundidade. Apresentava-se “duro e compacto devido ao entrançamento das raízes finas das gramíneas, que o interpenetram e ao pisoteio, que, durante decênios, vem sofrendo da parte da garotada pebolista.” (ROHR, 1966-1: 7). Nele se podiam distinguir restos da cultura material contemporânea, como cacos de vidro, porcelana, cerâmica industrial, cartuchos e balas de armas de fogo, pesos de rede feitos de chumbo ou terracota, anéis de latão, moedas, pregos, ossos e dentes de ruminantes, suínos e galináceos, misturados a restos de cultura material

indígena, como cerâmicas de diversos tipos, pobremente decorada, alguns raros instrumentos líticos, pontas de flechas e objetos de adorno feitos de osso, dentes de animais ou pedra.

O segundo estrato, que oscilava em espessura de 5 a 40 cm, era composto de conchas misturadas com ossos, inteiros e pulverizados, e bastante terra preta, na qual se encontrava grande quantidade de carvão vegetal granulado e em pó. Era este o estrato “que mais tipicamente manifesta a natureza de *kitchenmidden*, i.e. restos de cozinha, e que fornece material arqueológico mais abundante.” (ROHR, 1966-1: 7). Dele se desenterrou centenas de metros cúbicos de ossadas de peixes, aves e mamíferos, assim como apenas pouco menos de lascas muito cortantes de diabásio e quartzito; também seixos rolados pelas águas e seixos submetidos à ação do fogo, machados líticos, batedores, amoladores e alisadores feitos de diabásio, quebra-coquinhos feitos de granito ou diabásio, pontas de flechas ósseas, dentes de cação e de mamíferos, pedras corantes e outras coisas mais. Este estrato de conchas revelou-se, de área em área, ora muito rico, ora muito pobre em fragmentos de cerâmica antiga. Nele não se constatou a presença de nenhum vestígio de cultura material contemporânea. Encontraram-se alguns restos ósseos humanos, mas sempre em mau estado de conservação. (ROHR, 1966-1: 7-8).

O terceiro estrato, intermediário entre as conchas e a areia pura que serviu de embasamento ao sítio, apresentava uma espessura regular de 10 a 20 cm, alcançando, entretanto, 1 m de profundidade nas zonas de sepultamento. Era composto de terra escura, misturada com muita areia, conchas trituradas e, eventualmente, alguma inteira. A porcentagem de areia em sua composição aumentava gradualmente de cima para baixo, o que alterava também a cor do solo, do amarelo-escuro de sua superfície ao amarelo-claro do substrato. Tratava-se de estrato muito pobre tanto em fragmentos cerâmicos quanto em material lítico utilitário ou de adorno. O material ósseo era algo mais abundante, mas não chegava a atingir a frequência das seções mais superficiais. Encontraram-se aí pedras corantes vermelhas, de hematita decomposta, além de aprofundamentos cônicos, com 10 a 20 cm de diâmetro e até 90 cm de profundidade, que Pe. Rohr tomou por restos postes e estacas decompostas. Nas proximidades destas estacas localizou-se grande quantidade de sepultamentos, dos quais se exumou os restos de noventa e três indivíduos adultos e de setenta e nove crianças. A maior parte das inumações havia sido realizada em cova rasa, aberta na areia que serve de base ao sítio da Tapera; quase todos os corpos foram cobertos com areia e terra preta, misturada com conchas, cinzas e carvão vegetal. Identificou-se que foram feitas

perturbações nos sepultamentos ao tempo da formação da jazida, para a realização de novos enterros.⁶⁶ A orientação dos corpos oscilava ao redor de norte e sul, estando os pés dos defuntos normalmente voltados para a praia, enquanto suas cabeças apontavam em sentido oposto às águas. (ROHR, 1966-1: 8-9).

Nas áreas deste sítio arqueológico sem nível de conchas, não existia estratificação nítida, misturando-se restos da presença de sítiantes contemporâneos com fragmentos de cerâmica indígena e sepultamentos pré-históricos. A camada arqueológica localizava-se aí um pouco mais profunda do que na área onde havia nível de conchas bem definido, e, de cima para baixo, ia adquirindo uma cor cada vez menos escura, até repentinamente tomar a cor amarelo claro da areia pura. (ROHR, 1966-1: 9).

Por duzentos e dez dias, espalhados, em concentrações de duração diversa, do ano de 1962 e ao de 1966, Pe. Rohr trabalhou na escavação da Praia da Tapera. Contava então com uma autorização do DPHAN, com o auxílio financeiro do Governo do Estado de Santa Catarina (de 1962 a 1963) e do CNPq (de 1963 a 1966), e com a assistência de dois ou três operários braçais, a cada estágio de pesquisa. No momento inicial deste estudo, Pe. Rohr foi ajudado por Oberdan Adriani, acadêmico da Faculdade de Odontologia da Universidade de Santa Catarina. Com afastamento deste do trabalho de campo, passou ao auxílio do jesuíta gaúcho um seu confrade, Pe. Beno José Lermen. Nesse período em que o sítio arqueológico da Praia da Tapera era submetido a rigoroso escrutínio, ele foi visitado “por grande número de professores e alunos, procedentes de diversos Estados da União; por repórteres da revista *O Cruzeiro*; por um número grande de curiosos e também por cientistas de renome, como os Drs. Clifford Evans e Betty Meggers, arqueólogos do Museu Nacional dos U.S.A., Washington.” (ROHR, 1966-1: 4).

Pe. Rohr fez questão de destacar no seu relato das escavações na Praia da Tapera, que, durante a execução destas, foi *periodicamente orientado* “por eminentes professores de nível universitário.” (ROHR, 1966-1: 3). O jesuíta aprendeu a ser arqueólogo sendo arqueólogo, fosse recortando as habilidades que lhe seriam úteis neste ofício da formação enciclopédica e

⁶⁶ ROHR, 1966-1, p. 13: “(...) Exemplo típico destas perturbações temos nos sepultamentos [dos corpos designados com os] ns. 33, 34 e 35. § Os coveiros pré-históricos, ao abrirem a sepultura para o esqueleto n. 34, toparam com as extremidades inferiores do esqueleto n. 33, anteriormente sepultado. § Não se perturbaram com isto; mas, retirando os membros inferiores do esqueleto n. 33, no lugar deles sepultaram o recém-falecido n. 34. § Mais tarde ainda, morre a criança n. 35. Abrem uma sepultura e topam com o esqueleto n. 34 na região dos fêmures. § Não hesitam, mas retiram o fêmur, que lhes fica no caminho e, em seu lugar, sepultam o infante n. 35, depositando-lhe ao lado o fêmur do sepultamento n. 34.”

humanística que recebeu enquanto se preparava para o serviço clerical na Companhia de Jesus, quanto desenvolvendo uma racionalidade prática, um *saber-fazer*, através do acúmulo da experiência advinda do enfrentamento cotidiano dos problemas que uma escavação arqueológica impõe ao homem de ciência. Enquanto empreendia tal artesanato de si, ele aproveitou todas as oportunidades possíveis “(...) Para melhorar seu desempenho” como arqueólogo, buscando mostrar seu trabalho a todos os interessados e trabalhar com pesquisadores estrangeiros e nacionais com os quais tivesse temas afinidade; “se fez amigos deles na busca de conhecimentos e recursos financeiros.” (SCHMITZ, 2009: 19). Incidentalmente, obteve assim também o reconhecimento da cientificidade de seu trabalho, incrementos técnicos a ele (como as datações por C-14), e prestígio junto a estruturas governamentais como o DPHAN e o CNPq.

Entre os *eminentes professores de nível universitário* que o teriam orientado nas escavações na Praia da Tapera, Pe. Rohr cita “com orgulho os nomes do Dr. Luiz de Castro Faria, diretor do Museu Nacional e Prof. de Antropologia da Universidade do Brasil; o Prof. Igor Chmyz, do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná; [e] o Prof. Pedro Ignácio Schmitz, S. J., Prof. de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Sul.” (ROHR, 1966-1: 3). Note-se que a ordem de apresentação destes nomes não implica necessariamente uma referência cronológica ao acompanhamento de tais pesquisadores no estudo que Pe. Rohr desenvolveu na Praia da Tapera; parece antes ter sido ditada por razões de deferência. De fato, por primeiro figura o antropólogo diretor do Museu Nacional, que havia realizado pesquisas arqueológicas na mesma região explorada por Pe. Rohr e era o titular do centro da estrutura institucional que continuava a ocupar a posição mais prestigiosa no campo dos debates sobre a arqueologia pré-histórica do território brasileiro.⁶⁷ Associar-se a

⁶⁷ A menção de Pe. Rohr a Castro Faria como *professor (catedrático?) de antropologia da Universidade do Brasil* em 1966 deve-se, certamente, a uma confusão da parte do jesuíta. Desde a década de 1940, Castro Faria ofereceu cursos de introdução à etnografia, à arqueologia e à antropologia biológica no Museu Nacional e em outros centros de estudos ligados à Universidade do Brasil, mas o fez de maneira assistemática e – mais relevante do que isso – na condição de *naturalista da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional*. O primeiro destes cursos, uma apresentação da etnologia, foi ministrado em 1944, na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, do Rio de Janeiro. A sistematização do trabalho docente de Castro Faria no Museu Nacional, integrado em 1946 à Universidade do Brasil, deu-se apenas quando aí se fundou, em 1968, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-MN/UFRJ). Desde o ano anterior à publicação do artigo de Pe. Rohr no qual há a referência a Castro Faria como professor de antropologia da Universidade do Brasil, aliás, esta instituição havia mudado de nome, passando a chamar-se Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Por outro lado, Castro Faria foi *responsável pela Cátedra de Antropologia da Universidade Federal Fluminense* de 1948 a 1961; nesta posição, exerceu a docência nos cursos de História e Geografia aí oferecidos. Ele também colaborou com a fundação do curso de Ciências Sociais desta universidade, em 1964, e, trinta anos depois, com a

um nome de tamanho *peso* implicava uma mudança da posição relativa do próprio Pe. Rohr no interior deste campo cultural, mudança capaz de conferir legitimidade científica ao seu trabalho na Praia da Tapera.⁶⁸

O nome de Castro Faria, figurando na primeira página do artigo de Pe. Rohr, volta a aparecer quando ele trata da técnica que havia desenvolvido de cimentação e encaixotamento de sepultamentos. Este procedimento era uma melhoria na forma de documentar os achamentos arqueológicos *in situ*, convergente com o defendido por Castro Faria quando de suas sucessivas ênfases na necessidade de registrar por desenhos e fotografias todas as etapas da escavação de uma jazida pré-histórica.

Trabalhando no sítio arqueológico da Base Aérea de Florianópolis, Pe. Rohr tentou “engessar sepultamentos, segundo o método usual de sacos, alternados com camada de gesso” (ROHR, 1966-1: 18), mas foi mal sucedido neste intento de preservar alguns daqueles conjuntos de ossos, que se fragmentavam ao menor movimento. Em vista deste fracasso, resolveu recorrer a expediente de sua invenção, com o fim de retirar da Praia da Tapera alguns esqueletos inteiros na posição em que eles se achavam quando de sua descoberta. Tratava-se de *cimentar* os sepultamentos, transformando-os em blocos-testemunha. Experiências foram feitas com cadáveres sepultados na areia, envolvidos com húmus misturado com conchas trituradas. De acordo com Pe. Rohr, “(...) Nestes sepultamentos o método tem aprovado perfeitamente. § Esqueletos, os mais friáveis, que certamente se desmanchariam por completo, caso se tentasse retirá-los sem tratamento especial, uma vez cimentados, têm sido encaixotados e transportados, com grande segurança, chegando ao seu destino, tais como foram encontrados.” (ROHR, 1966-1: 18).

criação de sua Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política. Castro Faria recebeu a honra da emergência tanto na UFRJ quanto na UFF, e permaneceu participando das atividades de docência nesta segunda instituição até o fim de sua vida. No primeiro semestre de 2004, aí ofereceu com Alfredo Wagner Berno de Almeida o curso *Coalizões intelectuais e formas de intervenção pública. Transformações, impasses e concorrência pela legitimação no campo da produção antropológica no Brasil*; em 16 de agosto do mesmo ano, veio a falecer. Sobre a atuação de Castro Faria na UFF, ver KANT DE LIMA, 2006.

⁶⁸ Recorde-se que não é possível dissociar o que, na competência científica, seria pura representação social, poder simbólico, e o que seria pura capacidade técnica. Todo o aparato de reconhecimento da capacidade científica – becas rubras e arminho, capelos, títulos escolares, distinções científicas, posições institucionais, citações e agradecimentos – “nada tem de socialmente fictício, [pois] modifica a percepção social da capacidade propriamente técnica. Assim, os julgamentos sobre a capacidade científica de um estudante ou de um pesquisador estão *sempre contaminados*, no transcurso de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias instituídas.” (BOURDIEU, 1983: 124). Que ele ocupa diretamente e que ocupam aqueles que o estimam e reconhecem seu trabalho, por uma difusão hipostática, concretamente construída em trocas de correspondências, agradecimentos em artigos científicos, períodos de trabalho em projetos comuns, e outros meios similares.

Pe. Rohr, “(...) A bem da arqueologia”, descreveu detalhadamente este seu “método de salvar esqueletos pré-históricos.” (ROHR, 1966-1: 18). Encontrado o esqueleto a ser conservado, deveria ser cuidadosamente limpo, até que sobressaísse do substrato de forma conveniente. Por meio de tábuas, enterradas ao seu redor, demarca-se a largura e o comprimento do bloco a ser cimentado para o seu transporte seguro. Dentro desta caixa provisória, espalha-se abundante cimento, com o cuidado de evitar o mais possível sujar os ossos com este material. A terra areenta, o húmus e as conchas são então misturadas com o cimento, ao redor e por baixo da ossada, tomando-se grande precaução para não deslocá-la. Depois de cobrir toda a mistura com fina camada de pó de cimento, deve-se umedecê-la com água suficiente para a formação de sólida liga. “É preciso não poupar cimento, misturar bem, chegar por baixo do esqueleto, sem prejudicá-lo. E não ter pressa! (...) Calcando e socando cuidadosamente a mistura ao redor dos ossos, obtemos boa liga entre o cimento e o substrato. O esqueleto como que descansará sobre o bloco.” (ROHR, 1966-1: 19). Passadas seis a oito horas, é aconselhado molhar de tempos em tempos a mistura, já endurecida, com bastante água. O bloco deve ficar em repouso pelo menos durante dois dias, mas o melhor é deixá-lo repousar por uma semana inteira. Para isto, pode-se cobri-lo com uma caixa adequada e, novamente, com terra. Passado este período, o bloco cimentado deve ser encaixotado, o que se faz montando, com tábuas especialmente preparadas, parafusos, destreza e paciência, um caixote que o limite pelos lados e por baixo.

“(...) Terminada esta tarefa, veremos o bloco com o esqueleto, colocado sobre o fundo da caixa, sem tê-lo movido um centímetro do lugar e sem ter mexido osso algum. § Basta aparafusar os lados da caixa e teremos o nosso esqueleto encaixotado, em perfeito estado. Tendo sido bem feita a liga, o bloco pode ser tão pouco espesso que duas pessoas levantam facilmente a caixa e, contudo, tão resistente que o transporte pode ser feito por qualquer veículo, como seja: barco, caminhão, etc.” (ROHR, 1966-1: 20).

Com o desenvolvimento da técnica de cimentação de sepultamentos, Pe. Rohr propôs uma solução original para a questão da necessidade de se remeter os achados arqueológicos sempre ao contexto de seu achamento, à sua posição em relação a outros achados naquele mesmo local e aos dados ambientais circundantes. Algumas das fotografias que mencionamos acima registram justamente as primeiras fases da montagem de um bloco-testemunho: o umedecimento da superfície cimentada, o espalhar do pó de cimento, a mistura do solo com

este material, a limpeza da ossada até que ele se sobressaía suficientemente do chão onde se apoia. (IMAGENS 37 a 43).

Tratando deste primeiro procedimento, é que Pe Rohr volta a mencionar Castro Faria, sua titulação, a associação com sua pessoa, e sua participação na pesquisa arqueológica na Praia da Tapera. “Servindo-nos de uma espatulazinha ou faquinha, feita de bambu, e de um pincel, preliminarmente limpamos cuidadosamente o esqueleto, até sobressair suficientemente a ossada do substrato.” (ROHR, 1966-1: 18). A especificidade da recomendação – *espatulazinha ou faquinha, feita de bambu* – chama a atenção, e Pe. Rohr a esclarece em nota de rodapé: “(...) O uso da faquinha de bambu (em vez de faca metálica), foi-nos ensinado pelo eminente Prof. de Antropologia da Universidade do Brasil e Diretor do Museu Nacional, Dr. Luiz de Castro Faria. Faca metálica facilmente arranha os ossos, o que não acontece com faca de madeira que possui a dureza dos ossos.” (ROHR, 1966-1: 18, n.). A menção a Castro Faria nesta descrição legitima o método de conservação de achados *in situ* proposto do Pe. Rohr, não se verificando hiato algum entre a efetividade prática deste e seu reconhecimento e incremento por parte de uma *eminente* autoridade científica.

O cotejo deste texto com as fotografias nas quais Pe. Rohr figura realizando os primeiros passos da cimentação de um esqueleto recém-exumado, deslocam a produção destas de Laguna para a Praia da Tapera. Assim sendo, em sentido inverso, tais imagens atestam a presença de Castro Faria na escavação empreendida pelo jesuíta nesse sítio arqueológico em meados de 1964, e, de modo específico, no aperfeiçoamento de sua técnica de cimentação e encaixotamento de esqueletos em blocos-testemunho. Em agosto de 1966, enquanto participava do *Seminário de Ensino e Pesquisas em Sítios Pré-Cerâmicos*, organizado pelo CEPA/UFPR e orientado pela pesquisadora francesa Anette Laming-Emperaire, da Escola Prática de Altos Estudos da Universidade de Paris-Sorbonne, Pe. Rohr teve a oportunidade de demonstrar sua habilidade como arqueólogo diante de seus pares, cimentando um esqueleto encontrado em um sambaqui da Ilha das Rosas, na Baía de Antonina / PR. A tarefa foi realizada com sucesso e a ossada foi enviada para ser exposta no Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá. (ROHR, 1966-1: 18. ROHR, 1971-1: 10, n. 2).

A descrição de tal procedimento, já presente no relatório das escavações na Praia da Tapera publicado na revista do Instituto Anchieta em 1966, foi novamente veiculada, com poucas modificações e o acréscimo de material fotográfico, em 1970. (IMAGENS 30 a 37).

Sob o título de *Normas para a cimentação de enterramentos arqueológicos e montagem de blocos-testemunha*, foi o terceiro volume da série *Manuais de Arqueologia*, editada pelo mesmo CEPA/UFPR. Desapareceu então a menção a Castro Faria no trecho referente ao uso de um instrumento de madeira – nunca um de metal – nas primeiras fases de preparação do esqueleto a ser cimentado.⁶⁹

No Acervo Castro Faria há ainda duas outras evidências iconográficas que atestam a participação deste antropólogo nas escavações feitas por Pe. Rohr na Praia da Tapera. A primeira é a fotografia de uma vértebra transpassada por uma lasca de material não identificado, no verso da qual está registrado por anotação manuscrita de Castro Faria “Santa Catarina. Escavação Pe. Rohr – Praia da Tapera”. (IMAGENS 38 e 39). De acordo com Nunes, trata-se do registro da peça arqueológica que Pe. Rohr “mais se orgulhava” de ter exumado: “(...) Uma vértebra humana, atravessada no centro da medula espinhal por uma flecha, deixando visível a ambas as pontas.” (NUNES, 2000: 46). No seu relatório dos trabalhos na Tapera publicado na revista do Instituto Anchietano, o jesuíta gaúcho considerava esta a evidência mais impressionante de *barbarismo* presente naquele sítio: “(...) Alvejado [o esqueleto] pelas costas, na região lombar, a ponta de flecha, feita de osso longo de algum pássaro, atravessou o centro da medula espinhal e ficou cravada na vértebra lombar, com ambas as pontas de fora.” (ROHR, 1966-1: 14). Outros esqueletos associados a pontas de flechas também foram localizados no mesmo local, sendo que um deles foi cimentado por Pe. Rohr e transportado ao museu do Colégio Catarinense. Segundo a interpretação deste pesquisador, entretanto, parecia claro que “apesar destes sinais evidentes de lutas e violências”, não era a Praia da Tapera o local de um antigo campo de batalha: “(...) Isto se deduz com segurança, dos múltiplos e sucessivos sepultamentos, levados a efeito com grande cuidado; bem como do elevado número de sepultamentos infantis [aí existentes], que não teriam cabimento em um campo de batalha.” (ROHR, 1966-1: 14).

⁶⁹ ROHR, 1971-1, p. 7: “(...) Servindo-nos de uma faquinha de madeira e de um pincel, que não ofendem os ossos, retiramos, preliminarmente, a areia, as conchas e a terra de cima do esqueleto, até deixarmos sobressair a ossada, suficientemente, do substrato. § Por meio de tábuas colocadas ao redor do esqueleto, demarcamos a seguir a largura e o comprimento do bloco a ser cimentado. Depois espalhamos, dentro desta caixa provisória, grande quantidade de cimento. Com a faquinha de bambu misturamos, cuidadosamente, o substrato com o cimento ao redor dos ossos e por baixo do esqueleto, tomando o máximo cuidado em não deslocar os ossos.” A esta frase, Pe. Rohr acrescenta simplesmente o comentário de que “(...) Esta faquinha pode ser confeccionada facilmente com uma lasca de bambu, apontada e polida.” (ROHR, 1971-1: 7, n.).

Outra evidência que atesta a presença de Castro Faria nas escavações da Praia da Tapera é uma fotografia na qual este pesquisador figura agachado diante de uma ossada ainda depositada no solo, dedicado a destacá-la do substrato no qual se assenta com a ajuda de um pincel. (IMAGEM 40). Diante de seus pés há uma placa que registra “Praia da Tapera, 1964”. (IMAGEM 41). O verso da fotografia encontra-se bastante danificado, tendo ela sido colada em um papel e depois destacada deste, pelo próprio Castro Faria, sem maiores cuidados; ainda assim, nele pode-se ler, manuscrito a lápis, com a caligrafia do antropólogo: “Santa Catarina. Florianópolis. Sítio arqueológico da Praia da Tapera. Escavação Pe. Rohr – jun. 1964”. Esta imagem foi disposta por Castro Faria em um conjunto reunido sob o título de *O campo da etnologia no Brasil*.⁷⁰

2.4. Fluxos e encruzilhadas

Estabeleceu-se acima, por meio da consideração das fotografias pertinentes constantes no Acervo Castro Faria, que este pesquisador visitou Laguna na companhia de Pe. Rohr em junho de 1964 e, no mesmo período, esteve também nas escavações que o jesuíta empreendia no sítio arqueológico da Praia da Tapera, município de Florianópolis. Em 14 de julho de 1964, de retorno ao Rio de Janeiro, ou pouco depois, Castro Faria escreveu a Pe. Rohr, remetendo-lhe o “dinheiro para as pesquisas arqueológicas, programadas por ocasião de

⁷⁰ Juntamente com o registro deste procedimento realizado na pesquisa de um sítio arqueológico, ele colocou fotografias diversas de antropólogos, em situações bastante prosaicas: Charles Wagley na Universidade de Colúmbia, em 1947; Heloisa Alberto Torres assistindo à exposição sobre linguística de Curt Nimuendajú, na companhia de Pedro Lima, Rubens Miranda, Alfredo Azevedo e do próprio Castro Faria; Eduardo Galvão na companhia de Né Moefn, uma criança indígena; Dinah e Claude Lévy-Strauss na companhia de peões durante a Expedição à Serra do Norte, em 1938; Gilberto Freyre e Melville J. Herskovits visitando o Museu Nacional na companhia de Heloisa Alberto Torres; os participantes da Iª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em 1953; Darcy Ribeiro abraçado a um indígena ornamentado com botoque; entre outras.

Uma evidência externa colocada junto ao referido conjunto de fotografias nos permite supor com bom fundamento a data em que Castro Faria reuniu estas imagens – a mais antiga de 1902 e a mais recente de 1968. Junto desta série documental há um envelope com um fragmento de negativo. No envelope está impresso “Museu Nacional. Serviço de Fotografias e Reproduções” e há uma data manuscrita a lápis por Castro Faria: “Mar. 1981”. No negativo guardado neste invólucro figura a imagem de Gilberto Freyre e Melville J. Herskovits visitando o Museu Nacional na companhia de Heloisa Alberto Torres. Desta fotografia consta o original e uma duplicata no conjunto reunido sob o título *O campo da etnologia no Brasil* (CFDN 14.14.150F015 e CFDN 14.14.150F015-2).

minha última estada em Florianópolis.”⁷¹ Lamenta a demora em fazê-lo, mas afirma estar certo de que tais recursos ainda chegariam “a tempo de fazer um bom trabalho.”⁷² Tratava-se de montante no valor de Cr\$ 300.000,00, que lhe seria repassado por intermédio do Banco do Brasil. O dinheiro poderia ser gasto até dezembro do ano em curso, mas ao recebê-lo, Pe. Rohr deveria emitir um recibo, de acordo como modelo determinado, ao Museu Nacional. Este recibo – juntamente com os comprovantes de despesas tirados em nome de Pe. Rohr – seria integrado àquela prestação de contas que Castro Faria, na condição de Chefe da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, deveria fazer ao DPHAN, fonte de onde provinham tais recursos. Castro Faria atuava então como *fiador* das pesquisas arqueológicas de Pe. Rohr, também no aspecto mais literal possuído por este termo; a este, assegurava estar seguro de que realizaria “um trabalho proveitoso e de alta significação para a arqueologia de Santa Catarina.”⁷³

Na versão desta carta preservada no Acervo Castro Faria, há na margem esquerda de seu cabeçalho a seguinte anotação manuscrita do antropólogo: “Cópia. Dr. Rodrigo – em mãos. Castro Faria – Urgente.”⁷⁴ Juntamente com ela, encontram-se os cópias dos outros papéis que, na mesma ocasião, foram enviados para Pe. Rohr: um modelo de recibo a ser preenchido em três vias, um trecho do projeto de aplicação de verbas submetido ao DPHAN, e um documento indicando em quais coisas poderiam ser empregados os recursos disponíveis. O recibo que Pe. Rohr deveria emitir quando do recebimento deste montante deveria ser redigido nos seguintes termos:

“(...) Recebi do Prof. Luiz de Castro Faria, Antropólogo Nível 18- do Q. P. do M. E. C., lotado no Museu Nacional, a quantia de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para execução de serviços de inventário, documentação e registro de monumentos arqueológicos e pré-históricos no país, nos termos da Lei n.º 3.924, de 26/7/61.”⁷⁵

⁷¹ Carta de Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr, de 14 de julho de 1964. CFDA 07.04.056. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁷² Id.

⁷³ Id.

⁷⁴ Id.

⁷⁵ Modelo de recibo enviado por Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr em 14 de julho de 1964. CFDA 07.04.056-1. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

Tais recursos poderiam ser empregados por Pe. Rohr com passagens de ônibus, trem ou barco; com o abastecimento ou manutenção de uma viatura; com a alimentação e hospedagem sua e de seus auxiliares; com material para escavações; com o acondicionamento e transporte de achados arqueológicos; com a produção e reprodução de fotografias, negativos, mapas e textos pertinentes, assim como com a remessa de cópias destes ao Arquivo Central do DPHAN; com o pagamento de trabalhadores auxiliares, tais como escavadores, motoristas, datilógrafos ou técnicos laboratoriais.⁷⁶

A cópia do projeto de aplicação de verbas que Castro Faria submeteu ao DPHAN enviada a Pe. Rohr encontra-se bastante mutilada. Registra-se nela apenas proposição do antropólogo do Museu Nacional de que sejam realizadas excursões na Ilha de Santa Catarina com o fim de que: 1. verifique-se a situação em que se encontravam naquele momento as jazidas arqueológicas já cadastradas que ali se situassem; 2. organize-se um cadastro sistemático dos sambaquis com e sem a presença de indícios cerâmicos, assim como dos sítios arqueológicos, com ou sem cerâmica, que possam corresponder a aldeias de transição entre a cultura evidenciada nos sambaquis e a dos indígenas do tempo da conquista ibérica. Para tal intento, deveriam ser “exploradas de maneira intensiva e rigorosa as vizinhanças de todas as possíveis fontes de provisão de água potável”⁷⁷, junto das quais, outrora, pudesse ter se estabelecido de modo estável grupos de paleoameríndios. O responsável por empreender esta tarefa, para a qual se empenha a verba de Cr\$ 300.000,00, seria o Pe. Rohr, “respeitados no geral os dispositivos legais vigentes e no particular as limitações do estabelecido no presente Projeto.”⁷⁸

No Acervo Castro Faria há também uma cópia da versão completa deste projeto de aplicação de verbas. Nela registra-se que o antropólogo a enviou a Rodrigo Mello Franco de Andrade, diretor do DPHAN, em 22 de junho de 1964, talvez logo após sua viagem a Santa Catarina. Trata-se de proposta de aplicação de uma verba de Cr\$ 700000,00 “em serviços de inventário, documentação e registro de monumentos arqueológicos e pré-históricos do país, de

⁷⁶ Discriminação de possíveis usos de verba para inventário, documentação e registro de monumentos arqueológicos, enviado por Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr em 14 de julho de 1964. CFDA 07.04.056-3. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁷⁷ Carta de Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr, de 14 de julho de 1964. CFDA 07.04.056. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁷⁸ Projeto de aplicação de verba enviado por Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr em 14 de julho de 1964. CFDA 07.04.056-2. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

acordo com o que dispõe a Lei n.º 3.924, de 26/7/61.”⁷⁹ Neste documento, encontra-se a justificativa que Castro Faria apresentou ao diretor do DPHAN para que tal montante fosse empregado da forma que ele lhe propunha:

“(...) Em vista da necessidade de dar prosseguimento a trabalhos de inventário em fase já avançada de execução [realizados em considerável parte pelo próprio Castro Faria], proponho que a verba mencionada [Cr\$ 700000,00] tenha aplicação no Estado de Santa Catarina. § A concentração de recursos nesse Estado obedece a dois imperativos – em primeiro lugar, trata-se de área com número avultado de jazimentos de natureza variada e de grande significação científica; em segundo lugar, porque o volume de conchas acumuladas em jazimentos do tipo Sambaqui constitui uma imensa reserva de calcáreo, para a qual se voltam insistentemente várias empresas comerciais, em geral inescrupulosas, rebeldes e protegidas por forças políticas locais. § Acresce que a DPHAN pode felizmente contar, no Estado referido, com pessoas idôneas para a execução dos encargos previstos no presente documento.”⁸⁰

Estas *peessoas idôneas* às quais deveriam ser entregues os recursos do DPHAN e a responsabilidade de executar as tarefas para as quais se propunha que eles fossem empregados eram justamente o Pe. Rohr (a quem se concederia Cr\$ 300.000,00) e Walter Piazza (a quem se concederia Cr\$ 400.000,00). Este deveria realizar excursões ao vale do Rio Canoas e, de um modo geral, às áreas basálticas do Planalto Meridional no Estado de Santa Catarina, identificando e cadastrando quaisquer jazidas arqueológicas que pudesse localizar, mas, de forma especial, abrigos-sob-rocha pré-colombianos.⁸¹ Pe. Rohr, por sua vez, deveria centrar seu estudo na Ilha de Santa Catarina, nos sambaquis e nos sítios arqueológicos que lhe eram *aparentados*. A recomendação de Castro Faria de que, para encontrar mesmo os menos evidentes entre estes sítios, deveriam ser exploradas as vizinhanças das fontes de água potável vincula-se de modo inequívoco à sua preocupação de estudar os grupos humanos a partir de suas relações com o meio natural no qual subsistiam. Ela seria seguida à risca por Pe. Rohr em suas pesquisas arqueológicas no território catarinense. De fato, o trabalho do jesuíta

⁷⁹ Projeto de aplicação de verba encaminhado por Luiz de Castro Faria, Chefe da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, a Rodrigo Mello Franco de Andrade, Diretor do DPHAN, em 22 de junho de 1964. 2 fls. CFDA 06.04.051. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁸⁰ Projeto de aplicação de verba encaminhado por Luiz de Castro Faria, Chefe da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, a Rodrigo Mello Franco de Andrade, Diretor do DPHAN, em 22 de junho de 1964. CFDA 06.04.051. Acervo CF. AHC-MAST/MCT. Fl. 1.

⁸¹ No Acervo Castro Faria há um conjunto de oito correspondências trocadas por este antropólogo com Walter Piazza. A mais antiga, de 10 de fevereiro de 1962, é uma carta na qual Piazza dá notícia a Castro Faria de seu projeto de elaborar um inventário dos sítios arqueológicas localizadas em território catarinense. (CFDA 11.10.726). A mais recente, de 19 de abril de 1965, é um ofício no qual Piazza encaminha a Castro Faria seu relatório do levantamento de sítios arqueológicos patrocinado pelo DPHAN. (CFDA 07.03.035). Cf. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

gaúcho viria a confirmar a clarividência desta orientação, chegando Pe. Rohr a afirmar mais tarde que

“(…) Onde quer que, atualmente, se encontre [na Ilha de Santa Catarina] uma praia particularmente amena e piscosa, com toda a certeza encontraremos também vestígios inequívocos da passagem do homem pré-histórico. Inclusive temos a impressão nítida de que as praias [catarinenses], em tempos idos, eram mais densamente povoadas que as atuais.” (ROHR, 1967: 721).

A resposta de Pe. Rohr à carta e outros papéis que lhe enviou Castro Faria em 14 de julho de 1964 tarda duas semanas. Em 29 de julho, enfim, escreveu-lhe o jesuíta arqueólogo, ainda neste tom de interseção entre o público e o privado. Comunica a Castro Faria que já fazia alguns dias que havia recebido os recursos que ele lhe havia afiançado, e que tardou a informar-lhe disso porque estava “apuradíssimo de serviços, durante todo o mês, com a instalação do nosso museu.”⁸² Tratava-se do Museu do Homem do Sambaqui, organizado por Pe. Rohr no Colégio Catarinense a partir das peças arqueológicas e etnológicas já constantes nos gabinetes desta instituição e por aquelas que ele mesmo recolheu em suas escavações. Antes de maio de 1962, este museu recebeu a designação de Museu do Homem Americano, talvez inspirada pelo Museu do Homem, fundado por Paul Rivet em Paris no ano de 1937.⁸³ Desde o começo de 1964, o museu do Colégio Catarinense passou por uma reorganização e se pretendia dar-lhe o nome de Museu do Homem do Sambaqui. De acordo com Pe. Rohr, os trabalhos de conservação e disposição museológica da coleção nele custodiada estavam sendo orientadas por Alfredo Teodoro Rusins, representante do DPHAN.⁸⁴

No que Pe. Rohr escreveu a seguir para Castro Faria, fica claro qual o heterogêneo conjunto de instituições que estavam sendo orquestradas para que se realizasse a organização e abertura deste museu, e, como condição *sine qua non* disto, para a pesquisa arqueológica conduzida pelo próprio Pe. Rohr.

⁸² Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 29 de julho de 1964. CFDA 07.04.062. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁸³ Em parecer favorável a um requerimento de pesquisa feito por Pe. Rohr ao DPHAN, emitido em 23 de maio de 1962, Castro Faria não menciona o Colégio Catarinense, nem o Museu do Homem do Sambaqui, mas recomenda que fique estabelecido que todo o material coletado pelo jesuíta arqueólogo na pesquisa então autorizada deveria ser “integralmente depositado no Museu do Homem Americano, sociedade cultural com sede e foro na cidade de Florianópolis.” Carta de Luiz de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 23 de maio de 1962. CFDA 06.07.041. 2 fls. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁸⁴ Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 29 de julho de 1964. CFDA 07.04.062. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

“(…) A inauguração devia ter lugar, dia 31/7, festa de Santo Inácio de Loiola, fundador da Companhia de Jesus. O Governo do Estado patrocinaria a solenidade e os convites seriam distribuídos pelo próprio Palácio. Aconteceu, porém, o imprevisto. Ontem a tarde, após breve mal estar, faleceu de infarto cardíaco o Pe. Bertoldo Braun, S. J., diretor do Colégio. Em consequência disto, vimo-nos forçados a adiar, sine die, a inauguração do museu”.⁸⁵

É interessante notar que a única universidade de alguma forma envolvida neste empreendimento, mas não diretamente citada, é a Universidade do Brasil, do Rio de Janeiro, à qual o Museu Nacional, local institucional representado por Castro Faria, estava vinculado. A pesquisa arqueológica de Pe. Rohr se faz neste momento com recursos do DPHAN e do CNPq, afiançados por Castro Faria, em nome do Museu Nacional; o local de guarda e exposição das coleções obtidas nestas escavações é o Colégio Catarinense, administrado pela Companhia de Jesus em convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina. Os recursos que chegam a Pe. Rohr, por intermédio de Castro Faria, fluindo por estas conexões institucionais, são reconhecidos como “auxílio substancial à arqueologia de Santa Catarina.”⁸⁶ Conhecimento científico sobre o passado estava a ser produzido, portanto, não apenas virtualmente fora das instituições de ensino superior existentes no país, mas também em uma interseção entre o interesse público representado pelo Estado e o cotidiano de uma congregação religiosa.

Tal proximidade não era, em absoluto, um caso isolado, devido apenas à extraordinária tenacidade e capacidade de articulação de Pe. Rohr. De fato, a aliança – não oficial e jamais incontestada – entre a Igreja Católica e o Estado Brasileiro no período

⁸⁵ Id.

⁸⁶ Id. Outras pessoas e instituições não citadas nesta correspondência compuseram de diferentes formas a rede social que viabilizou e influenciou na pesquisa de Pe. Rohr. Cite-se um único exemplo, do qual já se tratou acima. Na publicação de 1966 sobre a escavação na Praia da Tapera, o jesuíta arqueólogo menciona a participação no trabalho que fez aí da Faculdade de Odontologia de Santa Catarina (de onde provinha um dos acadêmicos que o auxiliou nesta pesquisa), do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná (na pessoa de Igor Chmyz), da Cátedra de Antropologia da Universidade do Rio Grande do Sul (na pessoa do Prof. Pe. Pedro Ignácio Schmitz, S. J.), do Museu Nacional de Washington (nas pessoas de Clifford Evans e Betty Meggers, que levaram para os EUA amostras de carvão recolhidos neste sítio para a datação por C-14), do Instituto Osvaldo Cruz do Rio de Janeiro (na pessoa do Prof. Hugo de Souza Lopes, que identificou as espécies de conchas encontradas nas escavações), do Museu do Homem do Sambaqui (que foi para onde Pe. Rohr levou o material recolhido nesta escavação) e, indiretamente, mas de forma a mais relevante, do Instituto Anchieta de Pesquisas (que publicou em sua revista *Pesquisas*, seção *Antropologia*, esse texto de Pe. Rohr sobre a exploração arqueológica da Praia da Tapera). (ROHR, 1996-1). Tais conexões não podem ser desconsideradas de forma alguma, pois compunham o campo social em que se dava a produção de conhecimento científico feita por este agente. Como elas não aparecem diretamente mencionadas na documentação primária com a qual estamos lidando aqui, entretanto, elas se encontram para nós em uma zona de névoa. Em outros termos, deve-se ter claro que estamos tratando aqui de *um ângulo* de um cenário intelectual, e fazendo-o a partir de uma documentação que é, necessariamente, parcial, contingente e *perspectivista*.

considerado não era meramente política, mas incluía também interesses econômicos concretos. As injeções financeiras do Estado contribuíram para importantes atividades religiosas, como a administração dos seminários, a realização de grandes eventos (como os congressos eucarísticos) e a criação e sustento das universidades católicas, no contexto histórico de uma época (de 1930 a 1964) em que se pode constatar uma crescente dependência financeira da estrutura eclesial em relação às verbas do governo republicano (SERBIN, 1991). Estas contribuíram também para a promoção de atividades voltadas para fins que não eram especificamente religiosos, mas que, entretanto, eram conduzidas por pessoas vinculadas à Igreja Católica em tempo integral. Tratavam-se de iniciativas de interesse público, como a gestão de hospitais, asilos e orfanatos, assim como outras menos evidentes, a exemplo da pesquisa científica desenvolvida por Pe. Rohr. O que pode parecer a nós algo estranho em um primeiro momento, revela-se, sob análise mais detalhada, não propriamente como um caso isolado. De fato, entre o pedido de Pe. Rohr de que Castro Faria intercedesse por ele junto à Direção Técnico-Científica do CNPq e o agradecimento que evidencia que esta intervenção do antropólogo do Museu Nacional foi feita com sucesso, foram concedidas por este órgão de fomento outras sete bolsas de pesquisa e auxílios a sacerdotes católicos, padres que produziam conhecimento científico em laboratórios e institutos financiados em grande parte por recursos eclesiais.⁸⁷

⁸⁷ Além de Pe. João Alfredo Rohr (bolsa de pesquisador, concedida por processo aprovado em 25 de setembro de 1963), os outros sacerdotes católicos que receberam recursos do CNPq entre junho e novembro de 1963 foram: o Pe. Jesus Moure (renovação de bolsa de iniciação científica, concedida por processo aprovado em 25 de junho); Pe. José Tsé Hero (bolsa de aperfeiçoamento, concedida por processo aprovado em 26 de junho); Pe. Leopoldo Heinberger (bolsa para aperfeiçoamento no estrangeiro, concedida por processo aprovado em 31 de julho); Pe. João Oscar Nedel (bolsa de pesquisador-assistente, concedida por processo aprovado em 31 de julho); Pe. Aloysio Sehnem (auxílio para pesquisa, concedido por processo aprovado em 31 de julho); Pe. Francisco Silvério Pereira (auxílio para pesquisa, concedido por processo aprovado em 31 de julho de 1963); e Pe. Raulino Reitz (auxílio para a manutenção do Herbário Barbosa Rodrigues, de Itajaí / SC, concedido por processo aprovado em 27 de novembro de 1963).

Este grupo de padres era extremamente coeso. Dele, apenas Moure e Reitz não eram membros da Companhia de Jesus (o primeiro era claretiano e o segundo agostiniano), mas Reitz foi formado pelos jesuítas e colega de turma de Rohr no seminário maior. Rohr, Nedel e Sehnem (também colega de turma de Rohr no seminário maior) pertenciam à Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus, enquanto Hero, Heinberger e Pereira estavam vinculados à Província do Brasil Central.

O relacionamento entre o CNPq e a Companhia de Jesus em meados de 1963 também se deu em outros dois assuntos. Na 685ª Sessão do Conselho Deliberativo do CNPq (realizada em 21 de agosto) discutiu-se a possibilidade de estabelecimento de convênio e de intercâmbio de alunos e professores entre a Universidade do Brasil (UB) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Na 689ª Sessão do mesmo conselho determinou-se que o Pe. Francisco Xavier integraria, como representante da PUC-Rio, o Comitê Nacional para os trabalhos do Ano Internacional do Sol Calmo (processo aprovado em 21 de agosto). Estas informações foram extraídas do livro de Atas do CNPq do ano de 1963 (v. 1), custodiado no AHC-MAST/MCT, ps. 91, 96, 110, 117, 127, 138-139, 151 e 188.

Ainda que tal circunstância não seja abordada como uma questão na documentação aqui referenciada, a este respeito é importante considerar que Pe. Rohr parecia estar consciente do estranhamento que poderia ser projetado sobre ele em função de contar com recursos públicos em sua condição particular de homem situado em dois campos – o religioso e o científico – que estavam a divergir nos últimos séculos da história do ocidente.⁸⁸ Assim sendo, crê necessário escrever a Castro Faria sobre sua intenção de fazer o melhor serviço que lhe fosse possível enquanto pesquisador contratado pelo governo:

“(…) Teria ainda um pedido a fazer. Por ensejo de sua visita a Florianópolis em fevereiro último, V. S. me falou em formulários referentes a registros de jazidas arqueológicas, que iria remeter. Como desejo fazer um serviço bom e aproveitável sob todos os aspectos com o dinheiro empatado, tenho grande interesse em receber estes formulários, com o fim de orientar melhor o trabalho de levantamento das jazidas.”⁸⁹

Não há registro de que Castro Faria tenha enviado a Pe. Rohr os citados formulários, e infelizmente não se encontrou nenhuma cópia destes no Acervo do antropólogo. Do mesmo modo, não se encontrou cópia de uma resposta dele a esta carta de Pe. Rohr.

2.5. Vias de intercâmbio

O documento cronologicamente seguinte que atesta a colaboração científica entre Castro Faria e Pe. Rohr é uma carta enviada por este àquele em 31 de dezembro do mesmo ano de 1964. Nesta correspondência, Pe. Rohr avisa a Castro Faria que lhe remeteu, em separado, a prestação de contas e o relatório referentes à quantia que lhe havia sido destinada em julho anterior sob sua responsabilidade. Infelizmente não consta cópia no Acervo Castro Faria destes dois documentos relacionados aos serviços de “inventário, documentação e

⁸⁸ Nesta afirmação, refiro-me ao caso específico do catolicismo romano, seguindo a argumento apresentando por Georges Minois em *L'Église et la science: histoire d'un malentendu*. Este autor, que não ignora a composição entre catolicismo e ciência que se verificou (e às vezes se verificou de forma recorrente, como no notável caso da Companhia de Jesus), elabora um *tipo ideal* para dar conta das *escaramuças* de origem *estrutural* ocorridas em diversos níveis entre expoentes do pensamento científico e do pensamento religioso modernos, já pelo menos desde o século XVII. (MINOIS, 1991). Para um tratamento muito bem feito da orgânica relação anterior entre ciência e religião, que discute em profundidade os fundamentos metafísicos cristãos da dita revolução científica, ver FUNKENSTEIN, 1986.

⁸⁹ Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 29 de julho de 1964. CFDA 07.04.062. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

registro de monumentos arqueológicos e pré-históricos”⁹⁰ prestados ao DPHAN por Pe. Rohr graças ao empenho de Castro Faria, documentos que são o assunto desta carta de 31 de dezembro.

Pe. Rohr informa a Castro Faria, no referente à prestação de contas e aos papéis comprobatórios que a deveriam acompanhar, que pôde observar ser “bem mais fácil gastar dinheiro que arranjar recibos das despesas feitas”⁹¹, e que era virtualmente impossível conseguir um recibo dos gastos em campo, por exemplo, com embarcações e alimentação. Quanto ao relatório, Pe. Rohr lamenta que a falta de tempo não lhe tenha permitido realizar um trabalho exaustivo. Destaca que não estava plenamente satisfeito com os resultados que lhe foi possível obter e que se considerava em débito com o DPHAN, que, aliás, havia lhe destinado verbas ainda mais importantes para seus serviços de exploração do passado pré-histórico de Santa Catarina. A exposição de sua insatisfação com o relatório enviado a Castro Faria é um vislumbre do que era o cotidiano e das condições em que se desenvolvia o trabalho arqueológico de Pe. Rohr na segunda metade daquele ano de 1964.

“(…) O mês de outubro passei quase todo fora de Florianópolis, assistindo na Universidade do Paraná um Seminário de Arqueologia, orientado por especialistas do Museu Nacional de Washington. Com isso atingi pelo menos um objetivo muito importante para nós, a saber, que fosse levado aos USA carvão das jazidas da Tapera e de Caiacanga-Mirim, com o fim de determinar, por meio da análise radioativa, a idade daqueles sítios. Não poderia, tão pouco, abandonar, por completo, os trabalhos da Tapera, onde acabamos de registrar o 150º sepultamento. De mais a mais, os meses de novembro e dezembro, devido ao calor excessivo, prestam-se menos, para excursões e pesquisas de campo, do que os meses de temperatura mais amena, de abril até dezembro.”⁹²

Já tivemos a ocasião de tratar neste trabalho, ainda que brevemente, das escavações em Caicanga-Mirim e na Tapera, de modo que o quê se destaca no trecho citado é o seminário assistido por Pe. Rohr na Universidade do Paraná. Castro Faria sabia perfeitamente o que era este curso. Em primeiro lugar, porque ele era um antigo correspondente, colaborador e amigo de Loureiro Fernandes, o grande responsável pelo desenvolvimento dos estudos arqueológicos nesta instituição. Em segundo lugar, porque Castro Faria havia ministrado,

⁹⁰ Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 31 de dezembro de 1964. CFDA 11.11.820. Acervo CF. AHC-MAST/MCT. Cf. Projeto de aplicação de verba enviado por Castro Faria a João Alfredo Rohr em 14 de julho de 1964. CFDA 07.04.056-1. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁹¹ Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 31 de dezembro de 1964. CFDA 11.11.820. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁹² Id.

entre 11 e 16 de maio de 1959, aulas de teoria e método em arqueologia em evento similar realizado no mesmo Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná. (CECCON, 2011: 113-118). E em terceiro lugar, porque havia sido Castro Faria quem, em 1957, após viagem aos EUA, havia instruído Loureiro Fernandes a entrar em contato com uma série de centros de estudos arqueológicos norte-americanos que havia visitado e que estariam dispostos a colaborar com o desenvolvimento deste campo de pesquisas no Brasil. Entre estes estava o Museu de Washington, onde tal área estava sob os cuidados do casal Clifford Evans e Betty Meggers. (CECCON, 2011: 66-67).⁹³ No mais, as reflexões desenvolvidas nos cursos promovidos pelo CEPA/UFPR nas décadas de 1950 e 1960 estavam completamente de acordo com aquela arqueologia praticada e defendida por Castro Faria, dentro da qual o importante não são apenas os objetos encontrados na escavação de um sítio *per se*, mas o seu uso para a caracterização das formas culturais de grupos desaparecidos, e, de forma especial, da relação destes com o ambiente, com um dado meio natural. (CECCON, 2011: 116).

Apenas em outubro de 1964, com a cooperação da Comissão Fulbright, do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Instituto Smithsonian, foi instalado no CEPA/UFPR, sob a coordenação do casal Evans e Meggers “um intenso seminário de ensino em teoria arqueológica, metodologia, classificação e interpretação de cerâmica.” (EVANS, 1967: 8).

⁹³ O casal Evans e Meggers iniciou seu estudo de culturas cerâmicas na região amazônica na década de 1940. Nos anos de 1948 e 1949, eles realizaram trabalhos de campo no Pará, onde procuraram verificar a validade da hipótese de Julian Steward, seu professor, que afirmara que o ambiente amazônico não permitiria o desenvolvimento autóctone de civilizações elaboradas. (PROUS, 1999: 28). Ingressaram em 1950 no Departamento de Antropologia do Museu Nacional de História Natural de Washington, e em algum tempo Clifford Evans assumiu a direção da Divisão de Arqueologia desta instituição. Realizaram o estudo das coleções amazônicas aí custodiadas e tinham o projeto de completá-lo com uma série de viagens à América do Sul, em especial às regiões do Equador e Venezuela. Como já mencionado, Castro Faria entrou em contato com estes pesquisadores quando de sua viagem de estudos aos EUA, e, logo após sua recomendação, Loureiro Fernandes fez-lhes o convite de vir ao Brasil ministrar cursos e realizar pesquisas de campo no Paraná. Tanto Loureiro Fernandes como Castro Faria, entretanto, já conheciam o casal Evans e Meggers pessoalmente pelo menos desde 1954, quando todos eles haviam apresentado alguns resultados seus estudos arqueológicos no 31º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em São Paulo. Loureiro Fernandes insistiu durante anos que estes arqueólogos americanos viessem ao Brasil e, com isto, muito provavelmente o professor paranaense pretendia entrar em contato com as técnicas de análise e interpretação do material cerâmico pré-colombiano que vinham sendo desenvolvidos por eles. (CECCON, 2011: 120).

No Acervo Castro Faria há um conjunto de dezoito correspondências trocadas por este antropólogo com o casal Clifford Evans e Betty Meggers. A mais antiga, de 20 de janeiro de 1956, é uma carta na qual Castro Faria solicita a estes pesquisadores norte-americanos artigos para o Boletim do Museu Nacional. (CFDA 11.08.357). Na mais recente, de 9 de outubro de 1968, Evans e Meggers enviam a Castro Faria notícias de seus mais recentes projetos de investigação sobre arqueologia sul-americana. (CFDA 11.12.895). Cf. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

Intenso é, de fato, um qualificativo adequado para este seminário. O curso, com quatro semanas de duração, ocorria das 9:00 às 21:00 hs, com pausas apenas para o almoço e o jantar. Eram abordados aspectos teóricos sobre a arqueologia das Américas, classificação de cerâmicas, análise, seriação, descrição normatizada e métodos laboratoriais de estudo de artefatos pré-colombianos, e planejamento de trabalhos de campo. (MEGGERS, 2007: 33). Dos alunos – que não deveriam passar de quinze e não estavam restritos ao quadro discente da Universidade do Paraná – esperava-se não apenas que acompanhassem as lições, mas que fossem os mais qualificados e com a melhor base teórica em antropologia. (CECCON, 2011: 124). Pe. Rohr foi um dos que conseguiram se escrever e assistir às aulas, contando para isso com bolsa da CAPES assim como os demais. O método de trabalho de cada um dos participantes do curso foi submetido a uma padronização rigorosa, que tinha como objetivo sistematizar os métodos de escavação e o registro das informações obtidas em campo, assim como os métodos de análise e classificação dos objetos encontrados e de suas condições de descoberta, a fim de se estabelecer uma linguagem comum que posteriormente permitisse a comparação de achamentos realizados em diferentes regiões do país e da América do Sul. (EVANS, 1967: 9-11).

Apesar de ter participado do seminal curso do casal Evans e Meggers na Universidade do Paraná, Pe. Rohr não participou da expressão do desenvolvimentismo nas pesquisas arqueológicas brasileiras que se seguiu a esta iniciativa.⁹⁴ O jesuíta continuou trabalhando com seus antigos colaboradores e contando com suas costumeiras fontes de recursos, e, contrariando a tendência do momento, que privilegiava as abordagens verticais, as

⁹⁴ Em prosseguimento ao seminário no Paraná, o casal Evans e Meggers percorreu durante o mês de 1964 diversos estados brasileiros para verificar as condições locais em que cada cursista teria de trabalhar, assim como para entrar em contato com outros brasileiros interessados nos estudos arqueológicos que por algum motivo não puderam participar do evento. (EVANS, 1967: 8). É muito provável, entretanto, que Pe. Rohr, participante do seminário, não tenha sido contemplado por uma destas visitas. Pode-se afirmar isso não apenas porque a documentação não o atesta – dificilmente um informante tão cômico iria deixar de mencionar tal coisa na correspondência a Castro Faria – mas também porque os interesses de Evans e Meggers, voltados para o estudo das culturas cerâmicas, não estavam particularmente próximos das pesquisas desenvolvidas por Pe. Rohr, que se dedicara até então quase que exclusivamente ao estudo de sambaquis e de culturas de transição entre os povos que os construíram e os povos da época da conquista europeia, sociedades cujos recursos de manufatura cerâmica eram consideravelmente mais restritos do que os dos guaranis e seus contemporâneos.

Das normativas firmadas no seminário de outubro de 1964 e dos contatos realizados por Evans e Meggers no Brasil, *grosso modo*, surgiu o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), que um conjunto de pesquisadores que, preferencialmente através de prospecções intensas e sondagens rápidas estabeleceu uma vista sintética da pré-história dos estados costeiros do país. Os *pronapistas*, como vieram a ser chamados, desenvolveram estudos arqueológicos em diferentes regiões brasileiras tendo como referência uma mesma perspectiva teórica e uma metodologia única. (PROUS, 1999: 29; CECCON, 2011: 118, 126-127)

prospecções voltadas para a coleta de dados a serem organizados em esquemas comparativos, Pe. Rohr realizou escavações de superfícies horizontais bastante amplas, que permitiram um conhecimento exaustivo dos sítios por ele pesquisados, com grande acréscimo aos estudos sobre a utilização do espaço – particularmente o funerário – feito pelas culturas pré-guaranis que habitaram o território catarinense. (LIMA, 1999-2000: 298).

A carta de Pe. Rohr a Castro Faria de 31 de dezembro de 1964 trata também da circulação dos achados arqueológicos do jesuíta gaúcho. Por um lado, carvão de dois dos sítios por ele estudados são enviados aos EUA para a datação por C-14, evidência tanto das conexões internacionais da arqueologia praticada no Brasil quanto da incapacidade dos laboratórios nacionais daquele período em resolverem certas questões técnicas. Por outro lado, um dos esqueletos cimentados por Pe. Rohr na Tapera é oferecido ao acervo do Museu Nacional. “(...) Caso estiver interessado (...) peço dar-me as devidas instruções e a autorização legal para o transporte”, escreve o padre arqueólogo a Castro Faria, que, por sua vez, marcou o *post scriptum* onde isto está posto com um *ótimo*.⁹⁵ Nesta oferta, Pe. Rohr procura estreitar suas relações enquanto pesquisador com o Museu Nacional; se o acervo desta reconhecida instituição contasse com um esqueleto por ele descoberto e preservado de acordo com método por ele desenvolvido, tratar-se-ia de reconhecimento a um só tempo da relevância de suas descobertas e de sua competência profissional. Apesar da acolhida favorável da proposta, constatada pelo qualificativo manuscrito a caneta por Castro Faria, entretanto, não achamos cópia de que este tenha enviado a Pe. Rohr as “devidas instruções e autorização legal” requeridas para que o citado esqueleto fosse enviado de Florianópolis ao Rio de Janeiro. Infelizmente não nos foi possível verificar se no acervo do Museu Nacional consta a referida peça, o que, entretanto, não esvazia a pertinência de considerarmos o seu *oferecimento* no âmbito da estreita relação de colaboração científica estabelecida entre Pe. Rohr e Castro Faria naquele ano de 1964.

⁹⁵ Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 31 de dezembro de 1964. CFDA 11.11.820. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

2.6. Carniça, Pompéia, Gesù

Neste ponto, a documentação referente a este relacionamento entre os pesquisadores torna-se mais esparsa. A próxima referência a ele é outra carta de Pe. Rohr a Castro Faria, muito curta, datada de 6 de outubro de 1966. Escreve nela o jesuíta arqueólogo:

“(...) Tenho a insatisfação de encaminhar às mãos do ilustre amigo um slide dos derradeiros restos do sambaqui da Carniça. § A fotografia, tirada em 14/9/66, lembra a destruição de Herculano e Pompeia e ilustra perfeitamente o estado das coisas arqueológicas em todo o sul do Estado de Santa Catarina.”⁹⁶

Conforme já foi mencionado, a ameaça de destruição dos sambaquis pela exploração econômica encontrava-se estreitamente vinculada à pesquisa realizada nestes sítios arqueológicos tanto por Castro Faria quanto por Pe. Rohr. Impunha-se a estes pesquisadores como tarefa urgente controlar o desmonte destes sítios, produzindo conhecimento sobre as populações que neles deixaram seus vestígios, reunindo e relacionando informações que corriam o risco iminente de, literalmente, tornar-se pó. (CASTRO FARIA, 1999-2: 258). Neste âmbito, desde há algum tempo Castro Faria e Pe. Rohr já haviam travado contato com a jazida arqueológica do lugar chamado Carniça, situado no município catarinense de Laguna.

Em julho de 1961 Pe. Rohr visitou a zona das grandes lagoas do litoral catarinense, passando pelas cidades de Jaguaruna, Laguna, Imaruí e Imbituba, onde observou “com profunda comoção aqueles imponentes monumentos arqueológicos, que pelo seu número e, particularmente, pelo seu tamanho, permitem aquilatar de alguma maneira o poderio humano que, em tempos idos, campeava naquelas paragens”. (ROHR, 1962: 12). Em Laguna esteve por primeiro no sambaqui da Cabeçuda, que qualificou como um dos maiores, dos mais atingidos pela exploração econômica da indústria da cal de mariscos e dos melhor estudados do Brasil. A seu respeito, observou Pe. Rohr que

“(...) O Dr. Castro Faria, do Museu Nacional, procedeu a escavações neste casqueiro, em 1950, retirando dele abundante material arqueológico. Os esqueletos nele encontrados apresentam-se em posição acocorada, flexionados e geralmente pintados de vermelho. O sambaqui inicialmente deveria possuir uns quatrocentos metros de comprimento, por trinta de altura. Atualmente, além da base, existe

⁹⁶ Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 6 de outubro de 1966. CFDA 11.12.869. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

dele ainda um ponto elevado, de uns dez a quinze metros quadrados de superfície. O desmonte total deste casqueiro fornecerá ainda muitos milhares de metros cúbicos de concha.” (ROHR, 1962: 13-14).

Tratava-se, portanto, de região de grande relevância para os estudos arqueológicos: os sambaquis de Laguna eram tão volumosos quanto as pirâmides do Egito e mais antigas do que estas, ainda que completamente desprovidos da aura de mistério e admiração geral que cerca tais construções. (ROHR, 1984: 79). Nesta área é que Pe. Rohr chegou ao local chamado de Carniça, onde localizou cinco sambaquis. Os dois maiores – Sambaqui da Carniça I e Sambaqui da Carniça II – tinham cada um aproximadamente trinta metros de altura e duzentos e cinquenta de comprimento, e encontravam-se em meados da década de 1960 ambos em exploração industrial da parte da Companhia Catarinense de Adubos. Antes disto eles haviam sido destruídos por particulares para a obtenção de matéria-prima para a produção de cal, e chegou mesmo a ocorrer um homicídio decorrente de desentendimento referente aos direitos de exploração do sambaqui. Os três sambaquis menores – Sambaqui da Carniça III, Sambaqui da Carniça IV e Sambaqui da Carniça V – eram amontoados menores de conchas, de superfície variável, que se elevavam de três a quatro metros acima do nível do solo. (ROHR, 1962: 14; ROHR, 1984: 105-106).

Apesar de Pe. Rohr anunciar a Castro Faria em 1966 a derradeira agonia do sambaqui da Carniça – e é muito provável que ele estivesse aqui se referindo ao grande sítio encontrado nesta região, o chamado Carniça I, que a exploração constante e estudos posteriores revelaram ter uma base de quatrocentos por setenta metros de diâmetro – ele ainda teria uma trajetória atribulada nos anos posteriores. Nas décadas de 1950 e 1960 diariamente se retiravam de vinte e cinco a trinta caminhões jamanta cheios de farinha de conchas deste sambaqui, material que era transportado para as arrozeiras do Rio Grande do Sul e para a realização de obras públicas em diversos municípios sul catarinenses. Essa extração diminuiria um pouco entre 1970 e 1972, chegando ainda, entretanto, à retirada de dez a quinze caminhões diários de conchas deste sítio arqueológico. Em meados de 1973, uma comissão composta de elementos da Polícia Federal, do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério de Minas e Energia e do IPHAN – comissão da qual fazia parte o próprio Pe. Rohr – encerrou essa exploração agressiva, recolhendo os caminhões e tratores que estavam sendo empregados nela à Capitania dos Portos da Laguna. Em 1975 restava do Sambaqui da Carniça I parte da base e uma elevação cônica de aproximadamente cinco metros de diâmetro. O Sambaqui da Carniça

II, que se situava diante do Sambaqui da Carniça I, do outro lado de uma estrada, encontrava-se em uma propriedade particular e continuou sendo sistematicamente explorado para a produção da cal pelos donos desta até 1977. Havia aí três caieiras, instaladas nas proximidades do sambaqui, e em texto publicado em 1984 Pe. Rohr assinalou que os processos contra os responsáveis por esta atividade ainda se encontravam em tramitação na justiça federal. (ROHR, 1984: 105-106).

Há no Acervo Castro Faria documentação fotográfica referente a este processo de destruição dos sambaquis da Carniça, ainda que não tenha sido possível localizar aí o slide encaminhado ao antropólogo por Pe. Rohr. Precedentes desta imagem que agora não se conhece são as fotografias da exploração econômica destes sítios arqueológicos que Castro Faria fez em 1957, quase dez anos antes da carta de Pe. Rohr anunciando a sua destruição. (IMAGEM 42). Não foi possível estabelecer com precisão se todas as imagens dos sambaquis da Carniça constantes do Acervo Castro Faria foram obtidas pelo próprio em seus trabalhos de campo em Santa Catarina, ou se alguma destas lhes foi encaminhada por Pe. Rohr ou por outro pesquisador então atuante naquela região. Trata-se, de toda forma, de documentos tristemente eloquentes do *estado das coisas arqueológicas em todo o sul do Estado de Santa Catarina* àquele momento – estado que já vinha sendo denunciado por Castro Faria desde pelo menos duas décadas antes de 1966; e denúncia que chamou a atenção de Pe. Rohr, motivando seu contato com o antropólogo do Museu Nacional.

Outro elemento que chama atenção na carta enviada por Pe. Rohr a Castro Faria em 6 de outubro de 1966 é a comparação dos derradeiros restos do grande sambaqui da Carniça com a destruição de Herculano e Pompéia. A exploração arqueológica de Herculano e Pompéia, cidades destruídas e preservadas pela erupção do Vesúvio em 79 d. C., realizada de forma sistemática a partir da primeira metade do século XVIII, tiveram importância fundamental no estabelecimento dos modernos estudos em arqueologia. (CHILDE, 1969: 46; FRANCH, 1998: 63-72; PROUS, 1999: 27; TRIGGER, 2004: 38). Pode-se validamente ler a analogia entre uma destruição e outra como prova de que para Pe. Rohr a arqueologia pré-histórica do litoral catarinense e a arqueologia da civilização greco-latina possuíam igual dignidade. De fato, não se trata de circunstância de todo surpreendente, e não apenas pela constante dedicação de Pe. Rohr ao estudo das antiguidades indígenas catarinenses. Há de se considerar também a particular linhagem intelectual na qual seus trabalhos se localizam.

Esta linhagem se compõe, por assim dizer, de âmbitos relacionados à maneira das cascas de uma cebola. Por um lado, há uma tradição arqueológica jesuíta plurissecular e, por assim dizer, global, que derivou dos estudos eclesiásticos em retórica e história eclesiástica e engendrou uma série de estudos que visavam abrir os *tesouros da arte litúrgica e eclesial* do passado aos estudiosos e fiéis do presente. (PFEIFFER, 2001: 240-241). Nestes estudos, como na arqueologia clássica de corte humanista de um modo geral, “o fluir do tempo transfigura-se em fruir do tempo, em desfrutar os enlevos de uma idade de ouro.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 29). Contra o pano de fundo deste interesse pelo passado evidenciado por documentos não escritos, entretanto, recorta-se um âmbito mais específico, composto pelo conjunto de estudos produzidos por alguns dos padres da Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus, estudos que estão ligados à outra tradição do pensamento ocidental que não o humanismo clássico. Trata-se de expressão de interesse pelo passado pré-histórico e autóctone, “passado de eventos menores, de coisas pequenas, das quais uma só palavra dá conta – restos.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 30). A estes *restos* se dedicaram jesuítas intelectuais sediados no sul do Brasil, entre os quais se destacaram Pe. João Alfredo Rohr, Pe. Pedro Ignácio Schmitz e Pe. Balduino Rambo – mais velho que os anteriores e incentivador de ambos. Em tais vestígios de povos nativos estes estudiosos reconheceram uma dignidade e uma importância digna da maior atenção. Pe. Rambo, por exemplo, encerrou o esboço intitulado *Arqueologia Rio-Grandense*, publicado em 1957 no segundo volume da coletânea *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*, organizado pela Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Sul, declarando que

“(...) uma auréola de mistério cerca estes mudos testemunhos de habilidade manual, da inteligência, do espírito artístico dos nossos índios, primeiros e genuínos rio-grandenses, cuja terra ocupamos sem os interrogar se podíamos; devemos a eles ao menos o preito de reverência, pois seu parco legado lítico, mais duradouro do que monumentos de bronze, no-los revela como seres humanos, fundamentalmente iguais a nós próprios.” (RAMBO, 1957: 44).

Um eco do *preito de reverência* que Pe. Rambo acreditava devido a estes antigos indígenas que legaram à posteridade algo de *mais duradouro do que monumentos de bronze* pode ser visto na insistente militância de Pe. Rohr em favor da proteção destes “sítios arqueológicos ou monumentos pré-históricos, isto é, [dos lugares] onde as populações primitivas deixaram sinais ou marcos de sua passagem.” (ROHR, 1984: 78).

Assumindo que há uma íntima afinidade entre o trabalho de Pe. Rohr e a citada declaração de Pe. Rambo, pode-se perguntar validamente – praticando uma arqueologia em sentido foucaultiano – quais os elementos concorreram para que esta fosse enunciada. Estes se encontram superpostos em pelo menos dois níveis discursivos, distintos, mas intrinsecamente relacionados. Em um *nível circunstancial*, há o mal-estar que se estabeleceu firmemente no interior do catolicismo romano em meados do século XX no que diz respeito às práticas missionárias junto aos nativos da América desde o período da conquista ibérica. O surgimento desta má consciência colonial é um processo histórico de complexas raízes e desenvolvimento, mas basta aqui assinalar que ele encontra sua plena expressão nas diretrizes oficiais da Igreja Católica para o trabalho missionário junto aos povos não cristãos conforme elas foram estabelecidas a partir do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965.⁹⁷

Em um *nível estrutural* – e, neste caso, de forma complementar – há o fato de que o *ethos* da Companhia de Jesus é marcado desde o primeiro momento de existência desta ordem religiosa por uma profunda ambiguidade em relação à civilização europeia. Conforme observou Ginzburg em passagem esclarecedora, o mesmo conjunto de religiosos que haviam dado um contributo decisivo à Contrarreforma e globalizado um estilo artístico suntuoso que tinha como arquétipo a igreja romana *del Gesù* foi capaz de exaltar os costumes nupciais de certos nativos do sudeste asiático e os templos certamente primitivos que os chineses haviam construído muitos séculos antes do surgimento do cristianismo. (GINZBURG, 2002: 88-91 e 95-96, e notas correspondentes, nn. 24-29 e 42-46, pp. 163-166). A disposição de considerar, tentar compreender e buscar preservar os restos de povos autóctones demonstrada por Pe. Rohr não é, portanto, nada aleatória. Ao contrário, sua disposição em envolver-se de maneira

⁹⁷ Cf. p. ex. o exposto em HUTTNER, 2007. Para bem avaliar o mal-estar que toma de assalto a hierarquia católica no que diz respeito à missão dos nativos americanos neste momento histórico, basta uma rápida comparação, por exemplo, entre as posições assumidas pelos missionários jesuítas no século XVI quanto às práticas religiosas dos indígenas (LEITE, 1954) e o trabalho das Irmãs de Jesus de Charles de Foucauld junto aos tapirapé no começo da década de 1950 (IRMÃZINHAS DE JESUS, 2002). Creio que seria muito proveitoso vincular com este quadro de relações entre missionários católicos e nativos americanos as imagens do cotidiano dos paleoameríndios do litoral catarinense produzidas pela pesquisa arqueológica de Pe. Rohr. Especialmente interessante seria cotejar as práticas discursivas deste sacerdote jesuíta com a atuação de seus confrades, da mesma província de sua ordem religiosa, junto aos indígenas contemporâneos com os quais tinham de lidar no âmbito da Missão Anchieta, atuante na Prelazia de Diamantino, noroeste do Mato Grosso, a partir de 1956. De acordo com Schmitz, o Instituto Anchietano, fundado naquele mesmo ano, e, de modo mais geral, a geração de jesuítas da Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus na qual se incluía Pe. Rohr (e, imagina-se, ao menos em parte, o próprio Pe. Schmitz), tinha como horizonte de referência justamente “os colégios, os seminários e a missão do Mato Grosso, onde jesuítas faziam pesquisa individual e autonomamente.” (SCHMITZ, 2009: 13). Sobre a atuação no século XX dos padres da Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus na missão entre os indígenas do Mato Grosso, ver CURVO, 1991, SILVA, 1999 e PACINI, 1999 (volume ao qual, infelizmente, só tive acesso no momento de revisão deste volume).

tão intensa com os vestígios de antigos indígenas que viveram no território catarinense “antes de Cabral, antes de Colombo, antes de Cristo” (ROHR, 1971-2) pôde florescer na medida em que lançava suas raízes em terreno propício.

Não é, portanto, nada absurdo considerar que a insatisfação e o escândalo com a destruição dos sambaquis que Pe. Rohr comunica a Castro Faria, assim como o conjunto da militância deste jesuíta em favor de sua conservação, seja uma reconversão para o campo científico de uma motivação de origem religiosa. Tal circunstância seria percebida e instrumentalizada por Castro Faria, como se terá a ocasião de ver adiante. Ela também não passaria despercebida aos colaboradores mais próximos de Pe. Rohr, mesmo aqueles menos interessados em assuntos científicos. Cite-se, por exemplo um fragmento de *O padre motoqueiro*, volume no qual Sebastião Manoel Nunes consignou as memórias que tinha de Pe. Rohr, seu mentor e amigo de mais de quarenta anos. (NUNES, 2000: 5). Acredito que elas representam um testemunho particularmente esclarecedor a corroborar o argumento acima apresentado.

“(…) Não foram poucas as vezes, em especial no sul do Estado [de Santa Catarina], que Padre Alfredo necessitou acionar a polícia, para impedir que prefeituras e empresas destruíssem Sambaquis. Seu caráter forte fazia com que ele decidisse com firmeza, jamais recuando quando estava com razão. § Entre seus princípios, um era levado muito a sério por ele: quem procura agradar a todos acaba não agradando a ninguém. § Em um domingo de verão, após a Santa Missa, num daqueles dias próprios para passear pela Ilha [de Santa Catarina], ele convidou-me para acompanhá-lo até o Rio Tavares. Quando estávamos próximos é que falou-me do verdadeiro motivo do passeio: uma pesquisa numa propriedade rural após a Pedrita (empresa de extração de pedras). Chegamos ao local, uma pastagem toda limpa, sem nenhum vestígio aparente de sambaqui. Pegou um pouco de barro na mão e olhou. Então eu perguntei ‘onde está o maxilar?’ Ele, procurando esfarelar aquele barro, mostrou-me um pequeno resto de osso. Após ter certeza do achado, cobriu novamente o local e voltamos. (...) Em sua luta pela defesa dos Sambaquis, enfrentou todo o tipo de pressão, tendo até que enfrentar a justiça e muitos poderosos. § A exemplo de Jesus, suas decisões eram sempre motivo de orgulho para uns e de revolta para outros, quase sempre para os que viam feridos seus mesquinhos interesses. § Esperamos que seu exemplo seja o fermento necessário para que os que o seguirem possam também utilizar-se de seu senso de justiça e de coragem para decidir, qualidades bem visíveis nas atitudes de Padre Alfredo. § Seu exemplo de vida nos lembra bem a frase do livro *Por um Mundo Melhor*, de autoria do Padre Antonio Loebmann, S. J., Reitor do Colégio Catarinense de 1958 a 1962, cuja obra tive o prazer de ler: ‘Se queres mudar o mundo, muda-te a ti mesmo.’ § Geralmente somos críticos, porém, por comodismo ou para não ferir interesses, cruzamos os braços. Ele [i.e. Pe. Rohr], apesar de alguns dissabores, jamais se omitiu.” (NUNES, 2000: 48-49).

2.7. À sombra das baionetas

Antes de passar ao capítulo seguinte, é interessante determo-nos em um pormenor que pode ter passado despercebido. Passou-se em revista a documentação constante no Acervo Castro Faria que registra o relacionamento entre ele e Pe. Rohr nos anos de 1963 e 1964, e, a um observador especialmente interessado em história política, salta aos olhos neste exercício o fato de que o golpe civil-militar de abril de 1964, a mais grave mudança institucional da história do Brasil na segunda metade do século XX, parece *não* modificar em coisa alguma os termos da prática de pesquisa e da colaboração estabelecida entre estes dois homens de ciência. Poder-se-ia atribuir este *silêncio* à prudência destes agentes sociais, mas seria temeroso fazê-lo sem maiores evidências documentais que corroborassem esta afirmação. O mais provável é que o golpe civil-militar de 1964 não tenha representado, de imediato, um assunto de especial preocupação para estes dois pesquisadores da pré-história brasileira *enquanto pesquisadores*.

Tendo o golpe introduzido consideráveis modificações na relação entre o Estado brasileiro e os diversos tipos de produtores culturais do país, entre os quais os cientistas, o estudo e a conservação dos sambaquis, nos quais estavam engajados Castro Faria e Pe. Rohr, também deve ter sofrido alguma espécie de *aclimatação* ao serem submetidos à estufa social muito particular de um regime bonapartista. Pode-se tentar esboçar uma reconstituição dos traços gerais deste processo, mas as evidências de que dispomos são tênues.

Em 15 de abril de 1964, Rodrigo Mello Franco de Andrade escreveu a Castro Faria comunicando que, por portaria do Ministério da Educação e da Cultura, ele havia sido nomeado para integrar uma comissão incumbida de elaborar o projeto de regulamentação da Lei n. 3.924.⁹⁸ Deveria esta comissão preocupar-se especialmente com a questão de esclarecer as normas e critérios envolvidos na exploração científica dos sítios arqueológicos situados em território brasileiro por instituições públicas especializadas. Também deveria elencar sugestões para o estabelecimento de uma política pública mais eficaz de proteção dos sítios arqueológicos, conforme o regime instituído pela legislação pertinente. Além de Castro Faria, deveriam compor esta comissão o próprio Franco de Andrade, Noel Nutels, Paulo Duarte,

⁹⁸ Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Luiz de Castro Faria, de 15 de abril de 1964. CFDA 06.07.054. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

Eduardo Galvão, Loureiro Fernandes, Benjamin Campos e Heloísa Alberto Torres, nomeada sua presidente.⁹⁹ Uma comissão análoga havia sido nomeada ainda em 1961, mas os documentos que ela elaborou nunca chegaram a ser utilizados. (SILVA, 2007: 63).

A portaria encaminhada a Castro Faria por Franco de Andrade a 15 de abril de 1964, entretanto, havia sido emitida em 21 de janeiro daquele ano, por Julio Furquim Sambaquy, ministro do governo João Goulart, deposto duas semanas antes. Em 9 de abril o governo adventício emitiu o seu primeiro Ato-Institucional (AI-1), iniciando o seu *processo revolucionário*. Dois dias depois, o Mal. Humberto Castelo Branco assumiu como primeiro presidente da nova ordem política instaurada no país. O regime autoritário inicialmente manteve a vigência da Constituição de 1946 e das Constituições Estaduais, mas o AI-1 conferiu ao Executivo o direito de intervir de forma incisiva na economia e na política nacional, inclusive cassando mandatos, exonerando funcionários públicos e suspendendo direitos políticos por até uma década. Franco de Andrade manteve-se como diretor do DPHAN, cargo no qual permaneceria até 1967. Enquanto exerceu esta função, a *linha de atuação* do órgão manteve-se mais ou menos a mesma das décadas anteriores. Não se sabe se ele possuía alguma garantia da parte das autoridades militares de que a regulamentação da Lei n. 3.924 iria ser implementada, ou se sua comunicação a Castro Faria e, muito possivelmente, aos outros escolhidos para constituírem a referida comissão, era uma forma de tentar manter a normalidade nos assuntos referentes ao patrimônio histórico e artístico nacional como se estes fossem *objetivos* e, portanto, indiferentes aos câmbios da política nacional.

Quase que certo por iniciativa do próprio Franco de Andrade, a comissão que deveria elaborar a regulamentação da Lei n. 3.924 chegou a se reunir e a encaminhar ao governo federal uma proposta de decreto referente a este assunto. De acordo com Lima, contudo, o golpe de 1964 desarticulou irreversivelmente “as forças políticas que favoreceram a aprovação da Lei, levando o país a um estado de exceção, e ela nunca chegou a ser regulamentada.” (LIMA, 2009). Em 1988 a então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) elaborou uma portaria clarificando alguns pontos da Lei n. 3.924, tendo por base a proposta de regulamentação redigida pela comissão reunida em 1964. (SILVA, 2007: 63 e nota correspondente, 72, n. 12). Mesmo não regulamentada, desde sua promulgação, esta legislação “vem sendo o suporte das ações preservacionistas na

⁹⁹ Portaria de Julio Furquim Sambaquy, Ministro da Educação e Cultura, de 21 de janeiro de 1964, nomeando comissão para a regulamentação da Lei n. 3.924. CFDA 06.07.054-1. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

Arqueologia, e, sem ela, uma parcela expressiva das evidências materiais do passado da nação brasileira já teria desaparecido.” (LIMA, 2009). Segundo Funari e Pelegrini, ela foi também um veículo para a intervenção popular na esfera da política cultural mesmo no período de mais intenso *amordaçamento* da sociedade civil pelo regime autoritário vigente de 1964 a 1985. (FUNARI & PELEGRINI, 2006: 47-48).

Depois do golpe, Castro Faria continuou como chefe da Divisão de Antropologia e Etnografia e diretor-substituto do Museu Nacional, cargo que exercia desde 1958. Não há indicações claras de quais eram seus posicionamentos políticos neste período, e, por seu *silêncio* no referente a isto, pode-se apenas observar que não era um entusiasta nem de João Goulart, nem dos militares. Um dos poucos testemunhos sobre sua situação política no momento da instalação do regime autoritário é uma carta que lhe enviou a 6 de abril de 1964, o cientista Juan Comas, do Museu de Antropologia do México. Nesta correspondência, Comas escreveu a Castro Faria que o perturbava muitíssimo os informes sobre os recentes acontecimentos no Brasil, e, em especial, os boatos sobre as detenções e desaparecimentos de milhares de pessoas *de esquerda*. Ele pedia notícias sobre Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, com os quais não havia conseguido estabelecer contato desde março anterior, e também de Herbert Baldus, de Egon Schaden, de Paulo Duarte, de Loureiro Fernandes e de Eduardo Galvão. Sua apreensão com a situação do próprio Castro Faria, a quem oferece emprego no museu sob sua responsabilidade, é evidente “(...) Usted e los amigos saben que en lo poco que yo pueda ayudar, cuentan *incondicionalmente* conmigo.”¹⁰⁰ (Grifo no original).

A situação de Castro Faria, contudo, era mais sólida do que imaginava Juan Comas.¹⁰¹ Os militares parecem não ter perturbado nem a ele, nem a Divisão à qual se encontrava vinculado durante as fases iniciais do estabelecimento do regime autoritário. Ainda no ano de 1964 a Congregação do Museu Nacional escolheu Castro Faria como diretor desta instituição, cargo que ocuparia até 1967. Durante estes anos, as pesquisas sobre a pré-história do território brasileiro que estavam direta ou indiretamente sob sua responsabilidade prosseguiram seu ritmo normal – como, por exemplo, o caso do estudo de Pe. Rohr na Praia da Tapera. Em 17 de maio de 1965, Franco de Andrade escreveu a Castro Faria solicitando que, em futuras

¹⁰⁰ Carta de Juan Comas a Luiz de Castro Faria, de 6 de abril de 1964. CFDA 11.11.802. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

¹⁰¹ Infelizmente não há no Acervo Castro Faria uma cópia da resposta – se é que houve – deste antropólogo à carta remetida por Juan Comas em 6 de abril de 1964.

visitas a Florianópolis, ele o representasse junto ao governo do Estado de Santa Catarina e às demais autoridades estaduais e municipais competentes, assim como à Reitoria e Diretoria da Faculdade de Filosofia local, “a fim de pleitear e ajustar as providências adequadas para a proteção e a exploração científica das jazidas de material pré-histórico e arqueológico situadas no território catarinense.”¹⁰² E ressaltou: “(...) Para os efeitos desejados, fica V. S.^a plenamente habilitado a deliberar e agir em nome desta Diretoria.”¹⁰³

O Acervo Castro Faria custodia pouca documentação sobre o período de 1964 a 1967, assim como o Arquivo Histórico do Museu Nacional. Por outro lado, não conheço até o momento nenhum estudo minucioso sobre as relações entre o DPHAN e o governo autoritário no intervalo entre a tomada do poder (31 de março de 1964) e a promulgação do Ato Institucional n. 5 (AI-5) (13 de dezembro de 1968), momento a partir do qual o regime de exceção é oficializado e a ditadura passa a se exhibir em toda a sua truculência. No atual estado da pesquisa sobre o tema aqui tratado, pode-se apenas concluir que a campanha pelo estudo e conservação dos sambaquis, na qual se encontravam vinculados Castro Faria e Pe. Rohr, prosseguiu na segunda metade da década de 1960 mesmo em meio a todas as adversidades e armadilhas que o regime autoritário *poderia* ter lhe interposto.

¹⁰² Carta de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Luiz de Castro Faria, de 17 de maio de 1965. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

¹⁰³ Id.

CAPÍTULO 3

O JARDIM DE CAMINHOS QUE SE BIFURCAM

Muitas vezes, pedia-me a opinião a respeito de algumas de suas decisões. Eu perguntava: “Quem sou eu para opinar nas suas decisões?” Respondeu-me: “O senhor é meu amigo”. (NUNES, 2000: 39).

A correspondência entre Pe. Rohr e Castro Faria no período de 1960 a 1966 registra a tentativa de aproximação daquele a este e o estabelecimento e progresso, em termos bastante cordiais, de uma colaboração profissional entre esses dois cientistas. Pode-se fazer um rápido balanço disto através da consideração dos modos através dos quais Pe. Rohr e Castro Faria nomeiam a si próprios e um ao outro em suas epístolas.¹

Pe. Rohr se dirige ao antropólogo do Museu Nacional em 21 de agosto de 1960 e 3 de novembro de 1963 chamando-o de *Ilmo. Sr. Dr.*; de *V.S.* em 21 de agosto de 1960 e 29 de julho de 1964; de *Prezado Senhor* em 21 de agosto de 1960; de *Prezado Dr. Castro Faria* em 31 de julho de 1963; de *Prezado Sr. Dr. Castro Faria* em 3 de novembro de 1963, 29 de julho e 31 de dezembro de 1964, e em 6 de outubro de 1966; de *Sr.* em 3 de novembro de 1963; e de *ilustre amigo* em 6 de outubro de 1966. De outra parte, ele designa a si mesmo como sendo *servo em Cristo* em 21 de agosto de 1960, 29 de julho e 31 de dezembro de 1964; o *amigo de sempre* em 6 de outubro de 1966; ou apenas *Pe. Rohr S. J.*, em 31 de julho de 1963, e *Pe. João Alfredo Rohr S. J.*, em 3 de novembro de 1963, 29 de julho e 31 de dezembro de 1964, e em 6 de outubro de 1966. Castro Faria, por sua vez, trata o arqueólogo gaúcho por *Pe. João Alfredo Rohr, S. J., de Florianópolis, Sr^a Catarina* em 23 de maio de 1962; de *Meu caro Pe. Rohr* em 26 de julho de 1963 e em 14 de julho de 1964; e de *Senhor* em 14 de julho de 1964. Enquanto isto, designa a si mesmo em 23 de maio de 1962 como *Luiz de Castro Faria, Antropólogo, Chefe da Divisão de Antropologia do Museu Nacional*, ou simplesmente assina como *Castro Faria*, em 26 de julho de 1963, e *L. de Castro Faria*, em 14 de julho de 1964. Esta titulação, marcada por recorrências e deferências mútuas, não apenas evidencia os estágios do relacionamento profissional entre Castro Faria e Pe. Rohr no período abrangido

¹ Tal exercício foi-me sugerido pela leitura de TAVEIRA, 2002: 55-63 e GONTIJO, 2004: 4.

pelas cartas na qual ela figura, mas é um dos elementos que o constitui em bases gradativamente mais pessoais.

É à luz desta cordialidade expressa, destes laços pessoais que margeiam a gestão de tempo, recursos e objetos abordada na correspondência entre Pe. Rohr e Castro Faria, que se pode compreender adequadamente a documentação posterior que dá testemunho de seu contato. Esta documentação aborda três temas, ainda que de modo evidentemente desigual: a atuação de ambos na luta pela preservação dos sambaquis enquanto patrimônio cultural, o relacionamento de Pe. Rohr com o Conselho de Cultura do Estado de Santa Catarina e o falecimento do jesuíta arqueólogo.

3.1. Jonas dentro da baleia

A carta remetida por Castro Faria a Pe. Rohr em 6 de dezembro de 1971 é o documento no qual o antropólogo se expressa de forma mais cordial e pessoalizada. “Meu caro Pe. Rohr”, escreve Castro Faria abrindo a epístola, encerrada com os desejos de “um Natal cheio de bênçãos, um Ano Novo de colheitas fartas, e aqui permaneço a seu dispor. Com um forte abraço, as congratulações mais sinceras do amigo e colega.”² Sem desconsiderar o quê nesta declaração há de protocolar e mesmo de compulsório, pode-se tomá-la como indício de que em algum momento a estima entre ele e Pe. Rohr ultrapassou o nível da colaboração profissional para ingressar no da amizade.³ Se lida aqui com o universo da interioridade subjetiva, diante da qual a pesquisa histórica tende a calar por prudência. A hipótese de que há uma espécie de progresso do afeto cordial entre Castro Faria e Pe. Rohr, entretanto, pode ser útil para bem dimensionar a diferença qualitativa existente entre as últimas cartas que abordamos e as precedentes. A estima mútua, a amizade mesmo, de Castro

² Carta de Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr, de 6 de dezembro de 1971. CFDA 11.12.929. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

³ Sobre os fenômenos de expressão obrigatória de determinados sentimentos, o texto a ser consultado por primeiro é MAUSS, 2009. De acordo com Agamben, o termo *amigo* pertence à classe de termos que os linguistas chamam de não predicativos, quer dizer, termos que não atribuem qualidade ao sujeito. Termos, por exemplo, como os indicativos de transcendência, palavras que significam simplesmente o ser. Baseado na análise da reflexão aristotélica sobre a amizade, este filósofo italiano observa que “(...) Os amigos não *condividem* algo (um nascimento, uma lei, um lugar, um gosto): eles são *com-divididos* pela experiência da amizade. A amizade é a divisão que precede toda divisão, porque aquilo que há para repartir é o próprio fato de existir, a própria vida. E é essa partilha sem objeto, esse *com-sentir* originário que constitui a política.” (AGAMBEN, 2009: 92).

Faria e Pe. Rohr não é mais agora unicamente função de uma colaboração profissional, assentada em um enredamento institucional e motivada pelo interesse comum. Ela passa das margens para o núcleo do relacionamento entre estes dois cientistas, e será o elemento de articulação que permitirá que Castro Faria aborde com Pe. Rohr um assunto que até então ainda não havia aparecido de modo explícito em sua correspondência, exortando-o a aprofundar ainda mais seu engajamento na causa da conservação dos sambaquis: “(...) Acabo de saber que você foi empossado na presidência do Conselho Estadual de Cultura, posto de honra, sem dúvida, mas sobretudo de sacrifício, que um sacerdote aceita, por última razão, como penitência... De qualquer forma, o Estado de Santa Catarina está de parabéns!”⁴

O Conselho de Cultura de Santa Catarina – cujo modelo evidente era o Conselho Federal de Cultura⁵ – foi instituído por lei estadual em 18 de dezembro de 1961, e, possuindo caráter consultivo e deliberativo, deveria estabelecer as políticas de desenvolvimento cultural do estado. Ele é constituído por vinte membros, sendo dez representativos das diversas regiões do Estado e dez representativos da sociedade civil organizada em setores culturais específicos, como músicos, literatos, restauradores, pedagogos, cineastas e outros. Eles são nomeados por ato do governador, que também deve ratificar a escolha do presidente, eleito por seus pares.⁶ Foi através de reportagem do *Jornal do Brasil*, com data de 30 de novembro de 1971, que Castro Faria soube da posse de Pe. Rohr como presidente deste órgão. Esta notícia foi recortada pelo antropólogo e, misturada a outros recortes de jornais com assuntos análogos, está também no seu acervo pessoal.⁷ Sua manchete é “Padre denuncia a extinção dos sambaquis catarinenses”. No alto do recorte de jornal há uma foto do arqueólogo com a legenda “Padre Rohr vai pedir ajuda militar em defesa do tesouro do sambaqui”. (IMAGEM 43). No texto da reportagem, constam considerações suas sobre a questão da destruição e da conservação destes sítios pré-históricos:

⁴ Carta de Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr, de 6 de dezembro de 1971. CFDA 11.12.929. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁵ Sobre o Conselho Federal de Cultura, ver CALABRE, 2006 e PAZ, 2011.

⁶ Informações extraídas do *website* da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina, <http://www.sol.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=662:conselho-estadual-de-cultura&catid=102:conselho-estadual-de-cultura&Itemid=153>. (Acesso em janeiro de 2013).

⁷ PADRE denuncia a extinção dos sambaquis catarinenses. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1971, 1º caderno, s. p. CFDA 08.09.050. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

“(...) A exploração industrial dos sambaquis é tão ostensiva que é muito comum as indústrias de cal instalarem seu equipamento de transformação ao lado da valiosa matéria-prima. § Esse sacrilégio tem sido presenciado e repudiado mesmo por leigos em arqueologia. Todos estranham a destruição dos sambaquis em Santa Catarina (...). Uma punição exemplar aos infratores [da Lei Federal n. 3924], mesmo que isolada, teria efeitos que, garanto, seriam mágicos junto aos demais exploradores gananciosos. § Se todos os esforços forem baldados, restará aos homens de ciência ver este tesouro arqueológico serem reduzidos a pó. Há milênios de civilização enterrados e toda uma cultura pré-histórica a ser estudada na profundidade dos seus mistérios. Como deixar tudo isto virar cal?”⁸

Tais observações são saudadas por Castro Faria, que havia testemunhado ele mesmo a destruição destas jazidas arqueológicas desde meados dos anos 1940. (CASTRO FARIA, 1999-2: 237-258). Escreve o antropólogo para Pe. Rohr que, com sua nomeação como presidente daquele Conselho de Cultura,

“(...) o velho problema da destruição brutal e irresponsável dos sambaquis do litoral catarinense será enfrentado mais uma vez e agora, provavelmente, com maior probabilidade de êxito. Faço votos calorosos no sentido de que as suas campanhas corajosas em benefício do patrimônio arqueológico catarinense se tornem afinal vitoriosas.”⁹

Castro Faria prossegue a carta dizendo que recebeu um convite da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para aí oferecer na primeira quinzena de maio de 1972 um curso de extensão, que era possível que aceitasse, e que, por ocasião desta ida a Florianópolis, gostaria de ter “a feliz oportunidade de abraçá-lo cordialmente.”¹⁰ O antropólogo omite o tema do pretendido curso, o que inviabiliza quaisquer inferências sobre o interesse objetivo que teria Pe. Rohr em acompanhá-lo ou não. De toda forma, trata-se de assunto relativamente marginal no âmbito da presente análise. O que mais chama a atenção na epístola de Castro Faria é o fato de ele pedir que Pe. Rohr assuma o cargo para o qual foi nomeado, *posto de honra, sem dúvida*, antes do mais como *sacrifício, que um sacerdote aceita, por última razão, como penitência*. Conforme já mencionado, em momento algum do relacionamento entre Castro Faria e Pe. Rohr este havia se dirigido tão diretamente ao *padre* que desenvolvia um relevante trabalho em favor da preservação do patrimônio arqueológico brasileiro. E não deixa de ser interessante o contexto no qual o antropólogo faz tal coisa: pedindo-o que assumira

⁸ ROHR, João Alfredo *apud* PADRE denuncia a extinção dos sambaquis catarinenses. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1971, 1º caderno, s. p. CFDA 08.09.050. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁹ Carta de Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr, de 6 de dezembro de 1971. CFDA 11.12.929. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

¹⁰ Id.

uma função que não apenas honra o cidadão e arqueólogo Alfredo Rohr, mas que este deve aceitar – e, implicitamente, gerir – *como se* de caráter estritamente religioso.¹¹

Em 16 daquele mesmo mês de dezembro, Pe. Rohr remeteu sua resposta a Castro Faria. “A sua atenciosa carta (...) foi para mim uma grata surpresa.”¹² O tom é muito pessoal, mesmo afetuoso, e Pe. Rohr faz questão de, em sua resposta, inverter a ordem das questões apresentadas a ele por Castro Faria. Por primeiro, demonstra entusiasmo com a possibilidade de Castro Faria vir a oferecer um curso na UFSC, registrando que estará, “naturalmente, presente para levar-lhe o meu cordial abraço e, principalmente, para aprender algo mais do exímio mestre.” No fim da carta, antes de dar a Castro Faria “os melhores votos de ‘Boas Festas’ de Natal e um Feliz Ano Novo, extensivos aos seus familiares e à sua equipe do Museu Nacional”, Pe. Rohr retorna a este “assunto importante”.¹³

O jesuíta menciona que pretende prosseguir na investigação de um sítio arqueológico na localidade de Cabeçuda, no município catarinense de Laguna, onde já havia trabalhado no começo de novembro daquele mesmo ano. Não se tratava de um sambaqui propriamente, mas de um sítio de transição no qual constatavam acúmulos de conchas à maneira dos sambaquis ao nível do solo, “muitíssimo interessante, semelhante à Tapera; apenas mais perturbado.”¹⁴ Em Cabeçuda se encontrava, como registraria Pe. Rohr mais tarde, “um dos sambaquis melhor estudados de Santa Catarina; porque o Prof. Dr. Luiz de Castro Faria, nos anos de 1952 e 1956, fez escavações arqueológicas no mesmo”. (ROHR, 1984: 106). Tal associação não passou despercebida quando da redação da carta de 16 de dezembro de 1971, e enseja o convite para que Castro Faria o acompanhe em um estágio de pesquisas no outro sítio no qual

¹¹ O que está implícito neste pedido talvez seja melhor esclarecido fazendo-se menção à distinção weberiana entre as formas de racionalidade, isto é, dos modos específicos de pensar e agir, implicados no comportamento político, no comportamento científico e no comportamento religioso no âmbito da matriz civilizacional do ocidente moderno. De acordo com Weber, político seria aquele que age baseado na expectativa de comportamentos e objetos da situação externa e de outros indivíduos, usando tal expectativa como condição ou meio para a consecução bem-sucedida de fins racionalmente escolhidos pelo próprio agente, tomando posição entre valores antagônicos. O religioso seria aquele que, aderindo fortemente a um conjunto de padrões que remetem a uma estrutura (supostamente) supra-histórica, é motivado a agir pelas exigências internas a este sistema de crença, independentemente de (ou mesmo contra) qualquer esperança quanto ao sucesso externo. Já o cientista seria o que renuncia emitir juízos morais de modo a poder objetivar a realidade que estuda em certas categorias metodologicamente controladas; ele não indica quais fins devem ser perseguidos, mas apenas dedica-se a compreender, dado um certo posicionamento, quais os fins lhe são consecutivos e quais as formas de atingi-los. (WEBER, 2005; SCHLUCHTER, 2000; BERLINCK, 2005: 11-13; GOMES & MAGALHÃES, 2008).

¹² Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 16 de dezembro de 1971. CFDA 11.12.937. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

¹³ Id.

¹⁴ Id.

vinha trabalhando: “(...) Que tal se o Dr. Castro Faria antecipasse o seu curso de extensão na Universidade para princípios de abril e depois passasse algumas semanas comigo em escavações arqueológicas no Balneário das Cabeçadas?”¹⁵

Pe. Rohr prossegue pedindo a Castro Faria uma resposta urgente a este respeito. “Eu pediria ao Conselho Nacional de Pesquisas uma bolsa para custear a sua estadia na Cabeçada.”¹⁶ Trata-se de uma situação nova, na qual Pe. Rohr já acumulou capital científico suficiente para obter por conta própria alguns recursos deste órgão de fomento, para reconvertê-lo em capital financeiro. É interessante observar que se propõe a fazer tal coisa sem estar ocupando nenhum cargo acadêmico e, mais ainda, que se dispõe a fazê-lo em favor daquele que antes o havia amparado nestes assuntos, atuando como fiador junto das principais fontes de recursos para a execução de trabalhos de pesquisa arqueológica, “inevitavelmente cara”, em um cenário onde “os recursos financeiros se tornam cada dia mais reduzidos.” (CASTRO FARIA, 1998-1: 32).

Ao nível da motivação íntima – que é para nós objeto de especulação – pode-se tomar tal declaração da parte de Pe. Rohr tanto como testemunho de sua gratidão para com Castro Faria, quanto como marca de uma cisão na qual o arqueólogo jesuíta afirma sua autonomia administrativa diante de seu antigo fiador. Acredito que, de uma forma ou de outra, ela reconstrói os laços existentes entre estes dois cientistas, redimensionando o explícito desejo de Pe. Rohr em aprender e escavar com Castro Faria:

“(...) Se consegui realizar alguma coisa no campo da arqueologia, devo-a a dois inestimáveis favores seus. Primeiramente, por ter-me auxiliado nas escavações da Tapera, desfazendo, depois, junto ao DPHAN, dúvidas referentes à minha capacidade profissional. Segundo, por ter-me ajudado a conseguir bolsa do Conselho Nacional de Pesquisas. Não fossem estas duas alavancas, que removeram pedras e abriram diques, provavelmente teria abandonado a arqueologia.”¹⁷

Tem-se nisto uma evidência acerca de como Castro Faria, bem estabelecido no Museu Nacional, estava muito bem inteirado do funcionamento nervoso dos principais órgãos financiadores das ações de estudo e conservação do patrimônio pré-histórico situado em território brasileiro. Também – e mais importante para o nosso âmbito – um testemunho de

¹⁵ Id.

¹⁶ Id.

¹⁷ Id.

como os laços pessoais eram importantes para a viabilidade e a legitimação do trabalho de pesquisa em arqueologia naquele tempo de desbravadores (SCHMITZ, 2009: 20).

Não temos notícia de que Castro Faria tenha aceitado a proposta de Pe. Rohr de um período de trabalho conjunto na Cabeçada, nem documentação que evidencie que eles tenham se encontrado por ocasião de alguma futura ida de Castro Faria a Florianópolis. De fato, a documentação constante do acervo pessoal deste antropólogo registra que ele retornou à capital catarinense apenas por ocasião da XVII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, realizada em abril de 1990, meia dúzia de anos após o falecimento de Pe. Rohr. O caso é que em 1971 o cenário das preocupações de Castro Faria já era bastante diverso daquele de 1964, quando pôde comparecer às escavações de Pe. Rohr na Praia da Tapera. Não é improvável que o antropólogo do Museu Nacional simplesmente não tivesse a possibilidade de se afastar do Rio de Janeiro em meados de abril ou começo de maio de 1972; tinha então a seu cargo não apenas as aulas na Universidade Federal Fluminense (UFF), mas também no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-MN/UFRJ), fundada quatro anos antes.

Pe. Rohr prossegue sua resposta de 16 de dezembro de 1971 à *atenciosa carta* de Castro Faria informando-o de que gostou “da sua referência ao sacerdote e à penitência” e de que, “(...) Para deixar as coisas em pratos limpos”, iria lhe fazer “uma espécie de confissão”:

“(...) Sempre fui um ‘cara’ independente. Não vou a cinema, nem ao futebol. Não gosto de televisão, que me parece um ‘troço’ infantil. Costumo recolher-me às 19:30 horas e levantar entre 2 e 3 da madrugada. Inicio a ‘agenda’ com uma corrida de 2.000 metros; a seguir: breviário, meditação e missa, que jamais falham. Nos domingos rezo missa numa igreja do interior da Ilha, na granja do Colégio, com sermão ao povo. Muitos dos meus ouvintes foram por mim batizados, de pais a filhos. Já assisto aquele povinho a quase 30 anos. São os meus amigos. Como vê, não abandonei o sacerdote, nem a penitência.”¹⁸

Nesta descrição de seu cotidiano, ensejada pela referência de Castro Faria a de que forma Pe. Rohr deveria assumir a presidência do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, temos uma das poucas referências explícitas que o jesuíta faz à sua condição de padre no corpo principal de suas cartas ao antropólogo do Museu Nacional. Com ela, Alfredo Rohr assinala que sua identificação como *servo em Cristo* não era apenas uma formalidade, um hábito de escrita, mas se assentava em sua experiência cotidiana, em práticas religiosas *que jamais falhavam*. Havia conseguido *realizar alguma coisa no campo da Arqueologia*

¹⁸ Id.

devido aos favores de Castro Faria, que se dispôs a desfazer as dúvidas referentes à sua capacidade profissional e atuar como seu fiador junto aos órgãos de financiamento deste tipo de trabalho, mas não havia deixado nunca de ser padre. De uma maneira tranquila, era sacerdote católico e cientista, sem ver contradição nisto, nem assumir um duplo regime de comportamento.¹⁹

Propriamente acerca de seu envolvimento com o Conselho Estadual de Cultura do Estado de Santa Catarina, Pe. Rohr considerava-o algo *simples*, narrando-o a Castro Faria em tom coerente com esta classificação:

“(...) Foi instituído em 1968, pelo Governador Ivo Silveira, e fui nomeado entre os membros fundadores. Em fins de 1970, os membros do Conselho, de comum acordo, colocaram os cargos à disposição do novo governador, com o fim de deixá-lo à vontade para formar um Conselho de Cultura pautado nos moldes da sua orientação. Depois disto não se falou mais em Conselho Estadual de Cultura. § Retornando a Florianópolis das escavações do Balneário da Cabeçuda, em princípios de novembro passado, recebi convite para tomar posse no novo Conselho e, na mesma sessão, com espanto meu, saí eleito presidente. E assim, vejo-me metido nestas botas. § Na qualidade de presidente do Conselho, indaguei ao Secretário do Governo como o Estado estava encarando o problema dos sambaquis, fazendo-lhe ver os meus pontos de vista. Dias depois o Secretário mandou um repórter entrevistar-me a respeito do assunto. Como o próprio governo do Estado achava-se interessado na divulgação, as minhas pobres declarações tiveram repercussão maior do que poderia esperar.”²⁰

Ao se lidar com um campo cultural tão singular como o dos debates sobre o estudo e a conservação dos sambaquis, deve-se evitar o ingênuo reducionismo que Bourdieu chamou de erro do curto-circuito, que opera reduzindo toda e qualquer produção cultural a uma função das condições sociopolíticas e econômicas do mundo no qual veio à luz, contente em estabelecer uma relação direta e falsamente explicativa entre contextos e textos (BOURDIEU, 2004: 20).²¹ Neste caso, entretanto, a consideração de alguns fatores externos ao estrito mundo da pesquisa e defesa do patrimônio arqueológico brasileiro torna bastante complexa a história que Pe. Rohr considerava como coisa simples.

¹⁹ Para um comovedor testemunho da atuação pastoral de Pe. Rohr na comunidade do interior da Ilha de Santa Catarina à qual ele se refere nesta carta a Castro Faria, ver o livro *O padre motoqueiro*, escrito por um seu paroquiano e amigo de longa data (NUNES, 2000). Em outro trabalho tive a ocasião de explorar em sentido algo diverso esta descrição de Pe. Rohr e a documentação que a ela se relaciona, enfatizando as relações entre o cotidiano deste jesuíta, sua peculiar prática de pesquisa arqueológica e a disciplina do clero romanizado no Brasil meridional. (CRUZ, 2012).

²⁰ Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 16 de dezembro de 1971. CFDA 11.12.937. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

²¹ Essa relação também é finamente problematizada em LA CAPRA, 1998.

Entre 1960 e 1970 houve não apenas o golpe-civil militar de 1964, mas também o endurecimento de 1968, espécie de golpe dentro do golpe que oficializou a violência contra os opositores do regime e amordaçou quase todas as vozes dissidentes que se pudessem fazer ouvir. A aliança que derrubou a ordem institucional estabelecida depois de 1945 não pretendia alterar a essência do desenvolvimento do capitalismo brasileiro conforme as feições que este assumira na década de 1930. Ao contrário, o regime autoritário acelerou a modernização do capitalismo nacional por recurso à *via prussiana*, ou seja, conjugando a supressão às liberdades democráticas com a intervenção estatal nos campos da economia e da produção cultural. O crescente poder de ordenação da sociedade civil pelo Estado assumiu a face ideológica do elogio do desenvolvimento econômico a todo custo e da instrumentalização do conhecimento posto a serviço deste propósito. No lugar da representatividade democrática, os critérios técnicos passaram a presidir a administração do aparato governamental, o planejamento econômico e as relações com o mundo da produção cultural, incluindo nestas o financiamento das atividades científicas, as políticas de preservação patrimonial e a regulação das publicações acadêmicas. Com o golpe de 1964 e seu aprofundamento em 1968, implantou-se uma tecnoburocracia pouco afeita aos intelectuais de formação humanista, pela volatilidade política que poderia vir a caracterizar a reflexão destes. *Tecnoburocracia*, conforme assinalou Bresser Pereira, “é o governo dos técnicos. É o sistema em que o poder está nas mãos dos técnicos, sejam eles economistas, engenheiros, administradores públicos e privados ou militares profissionais. Colocada nestes termos, tecnocracia seria um tipo de oligarquia: a oligarquia dos técnicos. Opõe-se, portanto, a outros sistemas políticos, particularmente à democracia.” (BRESSER PEREIRA, 1982: 86).

Isto considerado, pode-se supor de forma bastante verossímil os motivos pelos quais os membros do Conselho de Cultura do Estado de Santa Catarina colocaram em fins de 1970 seus cargos à disposição do novo governador, Colombo Machado Salles, um típico participante da tecnoburocracia estabelecida pelo regime autoritário. Salles era engenheiro civil, filiado à ARENA, partido governista; havia sido Secretário de Governo do Distrito Federal antes de ser investido à frente do governo catarinense mediante a ausência de sufrágio universal. Sua administração viria a ser lembrada por ter implantado milhares de postes elétricos e linhas telefônicas e por ter construído uma segunda ponte de ligação entre a Ilha de Santa Catarina e o continente. Sua proposta de trabalho era “erguer um novo estado de Santa Catarina”, aumentando a produtividade do campo, mecanizando a lavoura, acelerando a

construção civil e pondo em prática toda sorte de “ideias que só nascem em administrações modernas e agressivas, debruçadas sobre problemas, angustiadas com soluções.” (Cit. SILVA, 2011: 1). Trata-se, não por coincidência, da mesma matriz operacional manifesta pelos oficiais da Base Aérea de Florianópolis quando permitiram, talvez a contragosto, que Pe. Rohr interrompesse com sua pesquisa no sítio arqueológico de Caiacanga-Mirim a “marcha avassaladora do progresso e da civilização do século vinte”, detendo-se, com proveito que possivelmente consideravam limitado, sobre aquele *velho cemitério abandonado* que estava mesmo “condenado a desaparecer.” (ROHR, 1959: 210).

Os motivos que levaram especificamente Pe. Rohr, disposto ao escândalo e quase que ao martírio pela conservação do patrimônio pré-histórico catarinense, a renunciar a seu cargo no Conselho de Cultura do Estado de Santa Catarina em fins de 1970 podem ser deduzidos de maneira ainda mais segura. A urbanização e a modernização capitalista em Santa Catarina significaram uma ampliação e aceleração da destruição dos sambaquis. Em 1953, Castro Faria registrou em seu O problema da proteção aos sambaquis que esta “atividade destruidora iniciada nos primórdios da colonização (...) longe de ser interrompida vai-se intensificando dia a dia, em consequência do aperfeiçoamento dos meios mecânicos de exploração e do desenvolvimento do mercado.” (CASTRO FARIA, 1999-2: 249). Prefeituras e departamentos de trânsito de diversos municípios catarinenses, assim como órgãos da administração estadual, compactavam leitos de estradas com conchas de sambaquis, da mesma forma que se fez com a primeira estrada que levava à Base Aérea de Florianópolis, com a pista do Aeroporto de Joinville e com as antigas estradas de acesso e do interior da Ilha de São Francisco do Sul. (ROHR, 1984: 80). Como já se registrou, a cal de mariscos também era usada na produção de adubos, de corretivos para os solos e de rações animais. (DUARTE, 1968: 58-59).

Se havia uma divergência tão evidente no referente entre os possíveis efeitos colaterais da administração de Machado Salles e a causa do estudo e proteção dos sambaquis assumido por Pe. Rohr, tão evidente que o arqueólogo, ao constatá-la, renunciou ao seu posto no Conselho de Cultura do Estado e se afastou com discrição para suas escavações, porque as autoridades estaduais fizeram-no retornar a este Conselho e aprovar sua eleição como presidente dele? Porque o Secretário do Governo enviou um repórter do Jornal do Brasil, de circulação nacional, para lhe questionar sobre a questão da proteção dos sambaquis e haver o

mais ou menos explícito interesse oficial em fazer repercutir, mais do que Pe. Rohr podia esperar, suas *pobres declarações* a este respeito?²²

Sabe-se bem que nenhum regime político se mantém apenas pelo exercício da força bruta; o Estado se mantém decerto pelo monopólio da violência, mas de uma violência que se quer legítima. Daí o seu caráter similar ao centauro da mitologia: ele é ao mesmo tempo força e persuasão. Para que um regime político seja viável - e ainda mais na medida em que tenha a pretensão de transpassar as mais diversas dimensões da sociedade civil - são necessárias a propaganda e, em alguma medida, a adesão dos governados. (GRAMSCI, 2002: 243-244, §87, e 273, §45; WEBER, 2005: 56). Aplique-se esta consideração de ordem geral ao caso que se está aqui analisando, dentro da conjuntura social que Pe. Rohr estava inserido enquanto padre jesuíta e enquanto recém-empossado presidente do Conselho de Cultura do Estado de Santa Catarina.

A ordem emergente em 1964 correspondia aos desejos de uma poderosa facção do clero católico, e o concerto entre a Igreja e o Estado brasileiro funcionou bem pelo menos até a segunda metade do ano de 1967. Do golpe até ali, haviam acontecido “escaramuças, mas o regime conseguia conviver com a militância católica e a hierarquia [eclesiástica] tolerou pequenas provocações de militares.” (GASPARI, 2002-2: 248). Após a promulgação do Ato Institucional n. 5, entretanto, essa relação começou a se tornar cada vez mais problemática. Em dezembro de 1969 o primeiro relato do que acontecia nos porões do regime autoritário, assinado por quase quarenta padres atuantes em paróquias e institutos religiosos do Estado de Minas Gerais, foi publicado na revista católica francesa *Politique d'Aujourd'hui*, com um artigo anexo de autoria do jesuíta historiador Michel de Certeau; este inventário de horrores também foi publicado no número de janeiro-fevereiro de 1970 da revista *Mensaje*, órgão oficial da Companhia de Jesus no Chile. (GASPARI, 2002: 188 e nota correspondente, n. 38; 225 e nota correspondente, n. 1; 237 e nota correspondente, n. 7; 263, n. 60). De acordo com Serbin, mais ou menos a partir destas publicações,

²² Em 13 de dezembro de 1968, dia da promulgação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), a sede do Jornal do Brasil foi ocupada por militares. No dia seguinte, os jornalistas substituíram o material que havia sido aprovado para publicação por material que havia sido proibido. Em 15 de dezembro, cinco oficiais militares estabeleceram-se na redação do Jornal do Brasil, exercendo uma censura ostensiva sobre seus conteúdos durante três semanas. A partir de 6 de janeiro de 1969, a redação passou a submeter-se à autocensura, em conformidade com as instruções oficiais da Censura. Tratou-se de uma decisão empresarial, na qual o posicionamento político antiautoritário cedeu diante da pressão de considerações de ordem financeira. Esta situação perdurou até meados de 1972. (SOARES, 1989: 22 e nota correspondente, n. 2).

“(…) Padres, seminaristas e até bispos tornaram-se alvos da política de segurança nacional do Estado brasileiro. A mídia católica foi posta sob censura, e em todo país padres foram julgados em tribunais militares, presos, torturados e ameaçados de morte. Alguns clérigos estrangeiros foram deportados e sete padres foram mortos. Desgastada a histórica aliança entre Igreja e Estado, o regime burocrático-autoritário do Brasil prosseguiu em seus planos de desenvolvimento sem o costumeiro apoio moral, intelectual e político da Igreja. O Estado e a Igreja estavam abandonando suas cosmologias conjuntas de dominação social. Somente encontros secretos entre os bispos e os generais durante os piores anos do regime impediram a ruptura das relações.” (SERBIN, 2008: 187 e notas correspondentes, 346, nn. 161-162).²³

A Companhia de Jesus, por sua vez, estava inteiramente envolvida neste conturbado processo político. (GASPARI, 2002-2: 150, 156, 307 e 309).

Devolvidas a este cenário na qual foram enunciadas – mas não explicadas por elas – as declarações de Pe. Rohr ao Jornal do Brasil são redimensionadas. Diante das novas políticas de modernização induzida do governo catarinense, este buscou o apoio público justamente daquele que poderia emitir uma nota dissonante tão logo estas fossem de encontro à conservação do *tesouro arqueológico* constituído pelos sambaquis. Frente à tensão estabelecida entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro naquele momento, era uma excelente propaganda do governo que Alfredo Rohr – caracterizado na reportagem do Jornal do Brasil lida por Castro Faria sempre em função de seu título eclesiástico: *Padre Rohr* - tornasse pública uma opinião favorável, esperançosa em relação ao regime autoritário. Cite-se a notícia de jornal vista e recolhida por Castro Faria:

“(…) Como única forma válida, no momento, de coagir os infratores a observar a lei que proíbe a destruição dos monumentos pré-históricos, padre Rohr pensa em recorrer aos préstimos das Forças Armadas: ‘É uma ideia pessoal, não sei se viável, mas de qualquer maneira é a única que vejo como capaz de surtir bons resultados práticos. Uma punição exemplar [aos infratores das leis de proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro], mesmo que isolada, teria efeitos mágicos junto aos demais exploradores gananciosos.’²⁴

Talvez alheio ao significado político da sua *simples* história com o Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, assim como ao peso publicitário de suas *pobres declarações* ao Jornal do Brasil, Pe. Rohr comunicou a Castro Faria que, mesmo que fosse viável sua ideia de

²³ Sobre os citados encontros entre bispos e generais nos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira, e, de modo mais amplo, para uma excelente reconstituição das relações entre Igreja e Estado brasileiro durante o regime autoritário, ver SERBIN, 2001.

²⁴ ROHR, João Alfredo *apud* PADRE denuncia a extinção dos sambaquis catarinenses. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1971, 1º caderno, s. p. CFDA 08.09.050. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

uma intervenção militar em favor da defesa dos sambaquis, era de fato cético a respeito dos possíveis *efeitos mágicos* que esta pudesse resultar. Ao contrário, acalentava opinião diversa da de seu *exímio mestre* sobre a possibilidade de que suas *campanhas corajosas em benefício do patrimônio arqueológico catarinense* se tornassem, com a posse da presidência Conselho Estadual de Cultura, *afinal vitoriosas*: “(...) Na realidade, estou descrente que o governo possa salvar os sambaquis; tampouco consegue salvar da extinção os índios do Brasil. O progresso é uma coisa monstruosa e brutal.”²⁵

Tal declaração é significativa e tem que ser adequadamente condicionada. Para o seu entendimento, deve-se considerar que este pessimismo com relação à preservação do patrimônio nacional não é, neste momento, idiosincrasia de Pe. Rohr. Por um lado, ele é compreensível consequência de anos de testemunho do consumo dos sambaquis pela indústria da cal de mariscos, consumo que só fazia aumentar. (Pe. Rohr não viveu para testemunhar que seriam os grandes empreendimentos imobiliários nas regiões litorâneas, não a produção de implementos agrícolas e para a construção civil, que viriam a dar o derradeiro golpe nos grandes sambaquis catarinenses). Por outro lado, entretanto, este havia sido o tom dos pronunciamentos de Rodrigo Mello Franco de Andrade no seu último período à frente do SPHAN, desde a confusão política do começo da década de 1960. Em 1969, ano de sua morte, este intelectual empregou um tom igualmente sombrio ao diagnosticar aquilo que via como uma situação de grande decadência do patrimônio nacional:

“(...) cada dia mais – no sentido literal da expressão – o espólio cultural recebido de nossos antepassados fica sob ameaça maior. Contra ele conjugam-se diversos fatores: a carência de meios financeiros bastante para conservá-lo, empreendimentos de administração pública como o objetivo progressista errôneo ou mal entendido, a pressão generalizada da especulação imobiliária, a multiplicação do comércio de antiguidades – estendendo-se das grandes cidades até os mais remotos lugarejos de formação colonial – a indiferença, quando não a ação adversa, das autoridades eclesiásticas, responsáveis pela parcela mais valiosa do acervo da arte antiga brasileira (...).” (ANDRADE, 1987: 182).

Não passa despercebido como há ligações de continuidade entre este diagnóstico e o pessimismo de Pe. Rohr sobre a conservação dos sambaquis. Como este, também Franco de Andrade constatava os agudos limites da atual do governo em favor da preservação do patrimônio nacional; ele não hesita em reconhecer que as realizações do SPHAN, ainda que

²⁵ Id.

muitas, ficaram aquém do que deveria ser feito. (ANDRADE, 1987: 70-73). O enredo trágico que ele emprega para tratar do processo de progressiva destruição do patrimônio nacional implica que compreendia, se não a todo o aparato estatal, a si mesmo e ao SPHAN, como desprovidos do poder necessário para interromper ou, ao menos, amenizar esta *corrosão*.

Guardadas os âmbitos muito distintos e as devidas proporções entre as materialidades contra os quais se constroem estes pronunciamentos de Pe. Rohr e Franco de Andrade – os sambaquis para o primeiro, a *arte antiga brasileira* para o segundo – eles são praticamente intercambiáveis. No sucinto parecer de Pe. Rohr, entretanto, há uma nota trágica adicional pela vinculação que ele estabelece entre os sambaquis construídos por paleoíndios e as populações indígenas contemporâneas – coisa que fez desde o primeiro até o último dos trabalhos que publicou na área dos estudos arqueológicos. (ROHR, 1950: 5-12; ROHR, 1984: 79; REIS & FOSSARI, 2009: 286-287).²⁶ O governo não poderia *salvar da extinção* os indígenas contemporâneos; como se poderia pretender que efetivamente ele pudesse fazer algo de *vitorioso* pelos despojos de seus antepassados de centenas e milhares de anos atrás? Esta *coisa monstruosa e brutal* que Pe. Rohr afirma Castro Faria ser o progresso parecia possuir aos seus olhos um apetite sem limites: estava pronto a consumir a cultura dos indígenas contemporâneos tanto quanto as *páginas da pré-história* que permitem que a memória recue “centenas de milhares de anos, dentro da penumbra misteriosa do passado”. (ROHR, 1984: 77).

Uma década depois de suas declarações ao Jornal do Brasil como presidente recém-empossado do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, Pe. Rohr já não sustentava que eram (apenas) os “interesses econômicos muito poderosos em jogo” o que tornavam “ineficientes quaisquer iniciativas culturais no sentido de proteger os sambaquis.”²⁷ Neste momento posterior uma nova nuance seria acrescentada ao seu pessimismo a respeito da conservação destes sítios arqueológicos e de todas as *iniciativas culturais* a ela relacionadas. Em entrevista ao Jornal de Santa Catarina, publicada em 8 de novembro de 1982, Pe. Rohr

²⁶ Talvez nesta recorrente associação Pe. Rohr estivesse reiterando o debate sobre o patrimônio arqueológico e etnográfico brasileiro nos termos em que este foi colocado já no 1º número da Revista do SPHAN por Heloísa Alberto Torres e Raimundo Lopes. V. p. ex. LOPES, 1937, p. 88: “(...) A compreensão integral do ambiente e da cultura exige o zelo pelos produtos culturais indígenas atuais e a restauração dos seus aspectos históricos.” Trata-se, entretanto, apenas de conjectura, que, para tornar-se válida, teria de ser mais bem testada com base na documentação pertinente.

²⁷ PADRE denuncia a extinção dos sambaquis catarinenses. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1971, 1º caderno, s. p. CFDA 08.09.050. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

declarou a respeito do desinteresse dos catarinenses no Museu do Homem do Sambaqui que o caso era que este era

“(...) um troço, uma coisa para a qual o nosso interesse cultural não está desenvolvido. A história nos ensina que a cultura só desperta para um povo quando este povo tem os seus problemas materiais resolvidos. Um povo que tem fome, que não tem pão para comer, não pode pensar em cultura. O bem-estar material é necessário para que possamos pensar na cultura, nos dedicar à cultura. (...) A mentalidade cultural ainda não despertou porque não há tempo suficiente para podermos nos preocupar com cultura. Então, o museu é uma coisa que as pessoas não têm hábito [de visitar], porque precisam cuidar da fome. Os turistas que vêm de fora é que, às vezes, têm um espírito cultural mais desenvolvido. As pessoas do Rio e de São Paulo têm mais interesse na cultura do que o pessoal daqui [de Santa Catarina]. (...) Temos [no Museu do Homem do Sambaqui] materiais que datam de 8.600 anos, datados cientificamente através do carbono 14. Em Santa Catarina temos sítios [arqueológicos] que datam de 9.000 anos. Sabe o que isto significa? Significa um período anterior 18 vezes daquilo que afirmam ter sido a descoberta do Brasil. (...) São coisas de valor histórico, científico, cultural. O público não tem grande interesse porque isto não lhe dá pão.”²⁸

Raciocínio similar já havia sido manifesto pelo jesuíta arqueólogo em 1969, quando relatou o relacionamento que os atuais habitantes do município sul catarinense de Jaguaruna tinham com os vestígios de povoamento pré-histórico que abundavam em seus quintais:

“(...) Nas roças, capoeiras e brejos de Jaguaruna, existe, por certo, elevado número de sítios ainda não prospectados. Acontece que o povo da região, por demais absorvido pelos seus problemas financeiros e materiais e, em média, de muito pouca instrução, não dá a mínima atenção às coisas da arqueologia. As urnas funerárias [pré-colombianas], quando encontradas inteiras, muitas vezes eram displicentemente quebradas e abandonadas. Os sambaquis apenas despertam interesse enquanto as suas cascas podem servir para lastrear os caminhos nas dunas e terrenos paludosos ou fornecer algum dinheiro, pela exploração industrial, no fabrico de adubos e corretivos do solo.” (ROHR, 1969: 4).

Tais diagnósticos de Pe. Rohr certamente estão muito de acordo com a sensibilidade social assumida pela Companhia de Jesus na segunda metade do século XX, com sua condenação recorrente das mazelas *espirituais* – em sentido amplo – causadas pela pobreza material. (WRIGHT, 2006: 268-275). Pe. Rohr, entretanto, afirmou na citada entrevista ao Jornal de Santa Catarina não se preocupar muito com o desinteresse dos catarinenses em relação ao seu passado pré-histórico, ressaltando que, para ele, o museu que criou e

²⁸ ROHR, João Alfredo & FRANÇA, Renato. “Órgãos oficiais não apoiam o Museu do Homem do Sambaqui”. *Jornal de Santa Catarina*, a. 12, n. 3402, 8 de novembro de 1982, s. p. Recorte integrante do processo n. 1.129-T-84, v. 2, fl. 24, anexo III. Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ.

administrou até o fim da vida significava antes do mais “uma base de operação. O meu trabalho é de pesquisa, descoberta e manutenção de nossa arqueologia.”²⁹

Mesmo tomado de pessimismo, e de um pessimismo que só faria se aprofundar, em flagrante contraste com sua tenaz atividade de pesquisa, Pe. Rohr assumiu a presidência do Conselho de Cultura em 1971. E, precisamente porque consciente dos limites da eficácia de sua atuação política em favor do patrimônio pré-histórico catarinense, ao qual já vinha se dedicando há tanto tempo, o fez de acordo com a recomendação de Castro Faria: fiel às suas convicções mais vitais, como *sacrifício* e *penitência*, independentemente de qualquer esperança ou expectativa em relação a comportamentos e objetos da situação externa e de outros indivíduos.

3.2. Outonos

E a ilha não se curva às águas turvas deste mar.
(GESSINGER, 2011: 130).

A participação de Castro Faria na fundação e na docência do PPGAS-MN/UFRJ significou uma pronunciada inflexão em sua trajetória intelectual. Passou então a privilegiar o ensino na pós-graduação em antropologia como atividade permanente. De acordo com Almeida, “(...) Em decorrência [disto], não mais assina seus textos como *naturalista* do Museu Nacional e passa a se autorrepresentar como *antropólogo* e a ser representado principalmente como *professor*.” (ALMEIDA, 2006: 106. Grifo no original). Após isto, Castro Faria não voltaria a desenvolver mais nenhuma escavação arqueológica, assumindo neste campo científico um papel de referência e de observador em detrimento daquele de praticante.³⁰

De fato, justamente a partir de 1971 sucede-se na correspondência custodiada no Acervo Castro Faria uma série de recusas para participar de eventos e pesquisas em arqueologia. De forma pesarosa, por exemplo, declara-se demasiado atarefado com atividades

²⁹ Id.

³⁰ Das bibliografias constantes dos muitos programas de cursos oferecidos por Castro Faria no âmbito de sua docência no PPGAS-MN/UFRJ, as leituras sobre estudos arqueológicos praticamente só constam naquelas sobre *história da antropologia*. (CASTRO FARIA, 2006-2: 75-389).

burocráticas relacionadas à docência para poder ir ao Rio Grande do Sul verificar e discutir os materiais de pesquisa reunidos pelo confrade de Pe. Rohr, Pedro Ignácio Schmitz, que qualifica como “o melhor conhecedor da pré-história do sul do Brasil”.³¹ O mesmo afrouxamento de laços deu-se em relação ao DPHAN. Se mesmo com a aposentadoria de Rodrigo Mello Franco de Andrade amigo de longa data, em 1967, e com a sua saída do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1967, Castro Faria ainda se manteve uma referência central nos assuntos de arqueologia pré-histórica para este órgão³², depois de 1970 seria o museólogo Alfredo Teodoro Rusins aquele quem de fato iria responder por esta área.³³ Castro Faria passou então a dedicar-se de forma quase exclusiva ao ensino e à pesquisa do que chamou de pensamento social brasileiro; assim sendo, empenhou-se em um minucioso estudo das classificações intelectuais e dos refazimentos da antropologia como campo de conhecimento no Brasil, apropriando-se com competência dos instrumentos epistemológicos inovadores que haviam sido propostos pelas obras de Michel Foucault e Pierre Bourdieu.³⁴ Já havia passado sua intensa atuação como pesquisador da pré-história brasileira e militante em favor da conservação de seu patrimônio. De fato, seu trabalho nesta área acabaria algo ofuscado pela dimensão que ele viria a alcançar no âmbito da antropologia conforme ela passou a ser entendida no PPGAS-MN/UFRJ. (ALMEIDA, 2006: 105-107; LIMA, 2009; GARCIA JR., 2009).

Pe. Rohr, por outro lado, continuaria praticamente até o fim da vida suas escavações e sua militância em favor da conservação dos sambaquis, mesmo após ter se afastado com

³¹ Carta de Luiz de Castro Faria a Pedro Ignácio Schmitz, de 6 de dezembro de 1971. CFDA 11.12.928C. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

³² Em LIMA, 2009 está citado um ofício encaminhado pelo então diretor do DPHAN, Renato Soeiro, ao Centro Brasileiro de Arqueologia, em 22 de abril de 1969, no qual se afirma que, àquele momento, somente Castro Faria poderia realizar pesquisas arqueológicas em território brasileiro sem autorização expressa da parte do órgão federal de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. De acordo com SIMÃO, 2009, p. 434, Castro Faria “foi, sem dúvida, até meados da década de 1970, o principal gestor de projetos de pesquisa e de cadastramento dos sítios arqueológicos [na DPHAN] através da Divisão de Antropologia do Museu Nacional.”

³³ Mais ou menos a partir de então, os antropólogos e a antropologia que passariam a participar dos debates sobre o patrimônio histórico e artístico nacional compreenderiam o seu fazer profissional de uma forma bastante diversa daquela de Castro Faria (não obstante ele ter participado da formação de muitos destes, justamente na condição de professor do PPGAS/MN-UFRJ). V. p. ex. VELHO, 1984; VELHO, 2006.

³⁴ Trabalho emblemático desta fase da trajetória de Castro Faria, na qual três quartos de sua experiência profissional afastavam-se epistemológica e institucionalmente cada vez mais do programa de pesquisas dali por diante reconhecido como sendo o da antropologia, é o seu trabalho *Oliveira Vianna, de Saquarema à alameda São Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra*, finalmente publicado em 2002.

estardalhaço da presidência do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina.³⁵ A respeito deste afastamento, em 16 de abril de 1973 o Jornal *O Estado* de Florianópolis publicou artigo onde se apresentavam as críticas de Pe. Rohr ao Conselho Estadual de Cultura e os motivos de ele ter pedido demissão de seu cargo diretor deste em novembro do ano anterior. De acordo com o articulista anônimo, quando o Conselho Estadual de Cultura foi criado ficou estipulado que ele cuidaria, de maneira geral, de tudo o que se relacionasse com a cultura de Santa Catarina, bem como da elaboração de uma política cultural sistemática para o estado. Na opinião de Pe. Rohr, entretanto, até meados de 1972 este órgão nada tinha feito, especialmente por conta da aguda falta de verbas que lhe caracterizava. Chegou-se ao ponto de os membros do Conselho arcarem pessoalmente com os custos de seu funcionamento. O projeto do jesuíta de lançar ampla campanha de conscientização a respeito dos sambaquis e de criar um museu ou casa de cultura em cada cidade catarinense via-se, assim, de todo inviabilizado. De acordo com Pe. Rohr,

“(...) O Conselho Estadual de Cultura, criado por imposição do Conselho Federal de Cultura, é uma criança que já nasceu morta. Esta aí só para constar. (...) Já que o Governo criou o órgão, deveria ao menos ter dado condições de funcionamento. Nem sede o Conselho tem. Depois de muito tempo que estava lá, é que nomearam uma secretária. Nem de máquina de escrever eu dispunha. Havia muita burocracia e não tinha tempo para perder com isso. Com essa situação, não podia nem tinha condições de continuar. (...) a cultura é a meta superior dos povos, e só se adquire quando o problema financeiro está resolvido. Sem isso, pode-se apenas indicar os erros, mas corrigi-los é muito difícil.”³⁶

Os anos de 1973 e 1974 seriam para Pe. Rohr marcados por outras tristezas, ocasionadas pela experiência dos limites de sua militância. Em junho de 1972, Pe. Rohr foi nomeado por Renato Soeiro, então presidente do IPHAN, representante oficial deste órgão público em Santa Catarina. Com isto se dava uma recompensa a Pe. Rohr por uma década de bons serviços prestados e se pretendia declaradamente amparar e incrementar as suas iniciativas em defesa dos sambaquis. Havia então duas dezenas de sambaquis no território catarinense nos quais se verificava transgressões à Lei 3.924. As prefeituras e particulares interessados na exploração econômica destes sítios atuavam na clandestinidade, e contra eles

³⁵ Do qual, entretanto, permaneceria membro até junho de 1978. (RIETZ, 1985: 26). Tanto RIETZ, 1985, quanto SCHMITZ, 1985 e JAMANDUÁ, 1985 não registram as ásperas críticas de Pe. Rohr a este órgão, certamente em função do local institucional – o próprio Conselho Estadual de Cultura – onde apresentaram as citadas memórias a seu respeito.

³⁶ ROHR critica Conselho de Cultura e diz porque saiu. *O Estado*, Florianópolis, 16 de abril de 1973, 1º caderno, p. 8. Acervo da Biblioteca Pública de Florianópolis.

prontamente se lançou Pe. Rohr. A imprensa e algumas autoridades do governo o ajudaram a convencer os de boa vontade ao acatamento da lei de proteção ao patrimônio arqueológico, enquanto os recalcitrantes foram denunciados pelo jesuíta à Polícia Federal e levados à Justiça por crime contra a nação. Com a época das campanhas eleitorais – era ano de eleições diretas, realizadas em 15 de novembro – entretanto, refluíu de forma muito marcante o sucesso relativo que vinha alcançado na defesa dos sambaquis, graças a uma aliança entre os poderes políticos locais com os empresários e trabalhadores envolvidos na indústria da cal de mariscos. O jornalista, poeta e folclorista catarinense Theobaldo Costa Jamundá enquadrou esta infeliz virada em termos marcadamente religiosos:

“(...) Sendo homem de fé em Deus, [Pe. Rohr] sentiu que o demônio dominava toda criatividade da ignorância e fertilizava o conflito. Sentiu que estava situado e era alvo definido dos contraventores. (...) aí mediu a dimensão do compromisso assumido sendo um jesuíta. E bem exatamente, forte na humildade e forte também na abnegação, naquele ano de 1973 continuou fazendo as vistorias, as fotografias e as denúncias à Polícia e à Justiça Federais. Armado da fé em Deus, não perdeu a confiança nos homens investidos de autoridade, nem dispensou o valor dos órgãos oficiais: mandou relatórios ao IPHAN, ao Conselho Federal de Cultura e ao Ministério de Educação e Cultura.” (JAMANDUÁ, 1985: 37-38).³⁷

Nesta atividade consumiu-se o restante do ano de 1973. Ao findar deste, as prefeituras municipais de Imaruí, Jaguaruna e Laguna, algo a contragosto, retomaram o cadastro dos contraventores da Lei 3.924. Sendo elas mesmas violadoras da legislação protetora do patrimônio pré-histórico e arqueológico brasileiro, descobriram e aproveitaram uma brecha jurídica nela existente para destruir “em atividade febril (...) quantos sambaquis pudessem alcançar.”³⁸ (ROHR, 1973 *apud* JAMANDUÁ, 1985: 38).

³⁷ Note-se o espelhamento existente entre a exortação de Castro Faria a Pe. Rohr de que a presidência do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina era *posto de honra, sem dúvida, mas sobretudo de sacrifício, que um sacerdote aceita, por última razão, como penitência*, e a afirmação de Jamandú de que, diante da investida da indústria da cal de mariscos contra sua pessoa, Pe. Rohr *mediu a dimensão do compromisso assumido sendo um jesuíta*. Jamandú não tinha como conhecer a carta de Castro Faria – que até agora não havia sido trazida a público – assim como Castro Faria não poderia ter consciência do texto de Jamandú quando da redação desta – pelo fato de ter feito isto quatorze anos antes da publicação dele. O motivo da existência de um parentesco secreto, de ordem estrutural, entre estes enunciados – e que também se verifica em relação ao já citado texto de Nunes (2000) – deve ser procurado na reelaboração, em registros diversos, da observação comum na figura singular de Pe. Rohr.

³⁸ A referida *brecha* era a questão de a Lei n. 3.924/61 ainda não ter sido regulamentada àquele momento. No entendimento de alguns juristas, a ausência de uma regulamentação da lei de proteção aos sítios arqueológicos e pré-históricos fazia com que os sambaquis continuassem a ser legalmente equiparados aos depósitos fósseis de origem natural, devendo, portanto, sua pesquisa e exploração para fins econômicos ser regidas pelas mesmas normativas que se referiam a estes.

Confrontado com isto, Pe. Rohr denunciou a venda de conchas do sambaqui da Carniça I, em Laguna, realizado em leilão público determinado por ordem judicial. Já abalado por décadas de exploração sistemática, durante o ano de 1972 este sítio havia sido reduzido de uma montanha de mais de vinte metros de altura a um montículo de pouco mais de quatro metros. De fato, ele não foi de todo nivelado ao chão apenas porque em setembro de 1973 uma comissão formada por membros da Polícia Federal, do Departamento de Produção Mineral, do Ministério de Minas e Energia e do IPHAN - entre os quais se incluía o próprio Pe. Rohr - apreendeu todo o maquinário da firma que o explorava então, a Brasil Flúor Mineração Ltda. Na mesma ocasião, um caminhão com vinte e sete toneladas de conchas extraídas do sambaqui da Carniça por esta empresa, já vendidas à prefeitura de Jaguaruna, foi também interditado e obrigado a devolver seu conteúdo ao local de origem. Antes desta ação, nos anos de 1970 a 1973, saíam diariamente da localidade chamada Carniça uma dezena ou mais de caminhões carregados de conchas destinadas a outros municípios do sul catarinense e do Rio Grande do Sul; da década de 1950 até 1969 o número médio era de vinte e cinco a trinta caminhões diários carregados com o produto do desmonte desta jazida arqueológica. Os sambaquis da Carniça II e do Farol de Santa Marta, localizados no mesmo município continuavam a ser destruídos mais ou menos clandestinamente, enquanto a própria prefeitura de Laguna havia iniciado a retirada de conchas do sambaqui da Galheta para pavimentar uma estrada que deveria passar pelas dunas da região.³⁹

O juiz local, Erwin Peressoni Teixeira, responsável pelo leilão referido por Pe Rohr, obstou publicamente serem *levianas e mentirosas* as denúncias feitas contra esta realização. Segundo ele, o terreno onde se encontrava o sambaqui havia sido penhorado e levado à hasta pública em 1971, de modo que estava legalmente aprovada a extração da reserva calcária nele localizada. O jesuíta, por sua vez, retrucou que o magistrado ficava lhe devendo a prova de que suas afirmações eram mesmo levianas e mentirosas, recordando-o que o sambaqui era patrimônio nacional por força da Lei 3.924, e que tinha a impressão de “que a única saída honrosa para o Sr. Juiz de Laguna” seria “alegar ignorância da lei protetora das jazidas arqueológicas.”⁴⁰ Ressaltou ainda que não conhecia o magistrado pessoalmente, nem lhe era

³⁹ ROHR contesta declarações de juiz sobre os sambaquis. *O Estado*, Florianópolis, 24 de janeiro de 1973, 1º caderno, p. 6. Acervo da Biblioteca Pública de Florianópolis.

⁴⁰ Id.

um desafio político. Em 24 de janeiro de 1973, Pe. Rohr deixou claro em declaração ao jornal *O Estado* de Florianópolis que enquanto fosse

“(...) representante do IPHAN, todo aquele que mexer nos sambaquis terá muitos aborrecimentos pela frente; porque não assumirei, diante da história e da ciência, a responsabilidade pela destruição destes fabulosos monumentos milenares, sem, ao menos, levantar veementes vozes de protesto. (...) Confesso que não possuo grandes conhecimentos jurídicos, além dos 10 mandamentos de Deus, que são a minha especialidade. Mas, no tocante à legislação protetora das jazidas arqueológicas, tenho suficiente conhecimento de causa. De mais a mais, recebi instruções concretas do IPHAN, o qual possui ótimo assessoramento.”⁴¹

Verificava-se, de fato, um desencontro entre as versões, de um lado, de Pe. Rohr e do IPHAN e, do outro, dos magistrados catarinenses acerca de qual a natureza e propriedade dos sambaquis. A questão foi então conduzida às mãos do Procurador Geral da República, que, contrariando parecer do Juiz de Laguna, emitiu instrução para que se fizesse observar rigorosa e imediatamente a Lei 3.924. (JAMANDUÁ, 1985: 38).

Esta determinação, longe de apaziguar os ânimos, acirrou-os ainda mais. Quando em dezembro de 1974 realizou-se no campus da UFSC reunião da ABA presidida por Oswaldo Cabral Rodrigues, que havia muito estava envolvido na defesa do patrimônio cultural catarinense, aprovou-se por unanimidade uma moção de apoio a Pe. Rohr.⁴² Nesta declaração, o grupo formado por quase três centenas de pesquisadores então reunidos manifestou que

“(...) reconhece e aplaude o trabalho incessante, desinteressado, corajoso e digno que vem realizando o arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr, com risco, às vezes, da própria vida e da sua integridade física, na defesa dos monumentos arqueológicos existentes no Estado de Santa Catarina, quase todos em extinção pela exploração vandálica, que vem sendo realizada; trabalho nem sempre compreendido, muitas vezes combatido e contrariado e jamais premiado ou reconhecido, apesar de patriótico e exercido em prol da ciência.” (Cit. JAMUNDÁ, 1985: 38-39).

Logo em seguida à divulgação desta moção, Pe. Rohr foi processado por calúnia e difamação pelo Juiz de Laguna. O jesuíta recorreu então aos membros do Conselho Estadual de Cultura de Santa Catarina, solicitando à presidência deste órgão que um dos conselheiros se apresentasse como sua testemunha de defesa. O Gen. Paulo Gonçalves Weber Vieira da

⁴¹ Id.

⁴² Para uma boa apresentação da figura de Oswaldo Rodrigues Cabral e seu envolvimento com a proteção do patrimônio cultural catarinense, ver GONÇALVES, 2010.

Rosa, que havia sido prefeito interino de Florianópolis entre de 1964 a 1966 e secretário de segurança pública de Santa Catarina entre 1966 e 1971, apresentou-se para testemunhar em favor de Pe. Rohr. De acordo com Jamanduá, o militar “tomou para si tal incumbência com satisfação e dignidade” (JAMANDUÁ, 1985: 35). Levado à Justiça Federal em Santa Catarina, Pe. Rohr foi absolvido *in limine*, isto é, sumariamente, devido ao reconhecimento de que sua versão dos acontecimentos em litígio encontrava completo apoio em todos os indícios reunidos no processo judicial. (JAMANDUÁ, 1985: 39). Relata-se que este processo, mesmo sendo rapidamente engavetado, entretanto, o teria magoado profundamente, tornando-o gradativamente mais ensimesmado. (FOSSARI, 1984: 3-4; JAMANDUÁ, 1985: 39; FOSSARI, 2001: 176).

Magoado e ensimesmado, mas não menos dedicado ao trabalho de pesquisa com os sambaquis. Em 1975 Pe. Rohr escavou aproximadamente 300 m² em sambaquis da Praia do Pântano do Sul, trabalhando em uma área cujo povoamento data de algo entre 3.700 a 4.500 anos atrás. Neste sítio, além de sepultamentos muito bem caracterizados, encontrou também vários zoolitos, semelhantes àqueles que, recolhidos à coleção do Museu Nacional, haviam sido estudados por Castro Faria em texto de 1959. De 1977 a 1979, Pe. Rohr estudou os dois sítios arqueológicos da Praia das Laranjeiras. Daquela denominado Laranjeiras I, um sambaqui relativamente pequeno, Pe. Rohr escavou mais de 260 m², de mais ou menos 3.800 anos atrás, e recuperou os restos ósseos de mais de cinquenta indivíduos. O chamado de Laranjeiras II, do fim do primeiro milênio da era cristã, era uma grande aldeia de uma cultura cerâmica pré-guarani; aí Pe. Rohr escavou 500 m², recuperando os restos ósseos de mais de cento e dez indivíduos e de mais de cinco mil e quinhentos fragmentos cerâmicos (ROHR, 1984: 112 e 123; SCHMITZ, 2009: 15).

Castro Faria continuaria a acompanhar o amigo à distância. Certifica este interesse um pequeno recorte de nota do Jornal do Brasil, publicada a 9 de fevereiro de 1979, misturada entre os papéis do Acervo Castro Faria, contornada em caneta marca-texto e com data manuscrita pelo próprio antropólogo:

“(...) *Florianópolis* – O padre e arqueólogo João Alfredo Rohr, diretor do Museu do Homem do Sambaqui, anunciou ontem ter descoberto dois dos maiores sambaquis do Brasil e, possivelmente, do mundo, ambos no município de Laguna, no Sul de Santa Catarina. O primeiro e maior, localizado às margens do rio das Conchas, tem 15 metros de altura e 150 mil metros cúbicos de conchas. § O segundo sambaqui – formado por conchas, restos de cozinha, esqueletos humanos e equipamentos rudimentares

de caça, defesa e pesca de tribos selvagens no período pré-histórico – foi encontrado às margens da lagoa do Imaruí, no distrito de Pescaria Brava.”⁴³

Castro Faria estava a abandonar a pesquisa arqueológica, mas não podia deixar de ter um olhar afetuosamente sobre esta realização feita por Pe. Rohr. Vista a nota, marcou-a, recortou-a e reuniu-a à sua coleção de outros recortes similares; recortes de pequenos textos que achava pertinentes ou curiosos, através dos quais se pode reconstituir um panorama de seus interesses à hora da leitura matinal do jornal diário. Pode-se apenas imaginar-lhe o estado de espírito ao fazer tal coisa.

3.3. Depois de Rohr

Tratar-se-á nesta seção da documentação mais tardia que, custodiada no Acervo Castro Faria, testemunha o relacionamento entre este antropólogo e Pe. Rohr. Não se trata de correspondência propriamente, mas de, conforme os chamamos, *documentos de despedida*. Tais papéis (re) dimensionam a colaboração entre estes dois homens de ciência e dão alguma notícia acerca de como se desarticulou a rede social que haviam constituído pelo menos desde 1960.⁴⁴

Os últimos trabalhos de campo de Pe. Rohr consistiram no estudo de um conjunto de sambaquis distribuídos entre os municípios catarinenses de Imbituba e de Imaruí. Nestes sítios, construídos entre 2.300 a 3.700 anos atrás, a maioria dos quais até então pouco danificados, ele recuperou vinte e dois esqueletos humanos. Aí trabalhou algo às pressas, pois os sambaquis da Balsinha estavam ameaçados de serem submersos pela futura represa da Siderúrgica Sul Catarinense.⁴⁵ Enfrentou também contratempos devidos à intervenção dos

⁴³ ARQUEÓLOGO descobre sambaquis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1979, s. p. CFDA 08.09.050-1. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁴⁴ Para uma interessante exposição literária o tipo de (re) dimensionamento ao qual faço referência, ver o conto *Onde seu fogo jamais apaga*, de May Sinclair. Em determinado momento desta narrativa, um dos personagens formula a instigante questão (que me levou a considerar neste estudo a documentação sobre Pe. Rohr constante no Acervo Castro Faria também até o período posterior ao falecimento do jesuíta arqueólogo): “(...) Você acha que o passado afeta o futuro. Nunca passou pela sua cabeça que o futuro pode afetar o passado?” (SINCLAIR, 2005: 90).

⁴⁵ A Siderúrgica Sul Catarinense (Sidersul) foi um empreendimento do governo estadual criado em 1971, pela administração de Machado Salles. Inicialmente o projeto teve apoio do governo federal e do empresariado do Estado de Santa Catarina. Entre 1979 e 1981 houve grande empenho para que ele se realizasse, e em 1984 Pe.

populares em sua pesquisa. A respeito destes, declarou ao *Jornal de Santa Catarina* de 8 de novembro de 1982 que, então, já era

“(…) um homem de idade [i. e. setenta e quatro anos]. Então não posso ficar mais ao relento, ou dormir em barraco de pescador, como fazia antes. Preciso de uma série de cuidados que a minha idade exige, alimentação e outras coisas. Então, não podia ficar no local [das escavações] à noite. E nesta hora os pescadores da comunidade iam lá mexer [na trincheira aberta pelo arqueólogo], porque estavam curiosos em saber o que estávamos querendo por lá. Achavam que tinha ouro. E, mesmo de dia, chegavam falando com a gente, perguntando se nós estávamos procurando ouro, se lá tinha ouro. Isto prejudicou muito o trabalho, porque danificou grande parte do material existente naqueles sambaquis. Os esqueletos, logo que descobertos, são muito frágeis, precisam de um tempo expostos ao sol e ao ar para ficarem mais resistentes. Depois, existem maneiras de retirá-los. O pessoal não sabe destas coisas; então, estragou muita coisa. Isto é lamentável, mas eles não têm ideia do que estavam fazendo.”⁴⁶

Nos anos de 1980 a 1982, Pe. Rohr também mapeou e fez sondagens em quinze sítios arqueológicos situados em Urussanga, no interior do estado. (ROHR, 1984: 100-101 e 103-104; SCHMITZ, 2009: 15). Algo debilitado por esta fase de trabalho especialmente intenso e já se sabendo portador do câncer que o mataria, Pe. Rohr recolheu-se cada vez mais, tranquilamente convivendo com seus esqueletos e suas orquídeas mais do que com outras pessoas. A respeito deste período, escreveu seu amigo Sebastião Nunes: “(…) Preparado espiritualmente, podia dizer como São Paulo, combati e venci. As algemas que me prendiam à matéria foram quebradas.” (NUNES, 2000: 59). Pe. Rohr faleceu em 21 de julho de 1984.

Não se sabe por quais meios Castro Faria tomou consciência do falecimento de Pe. Rohr, e não há notícia ou motivo para supor que tenha comparecido ao seu sepultamento, ocorrido na mesma cidade de Florianópolis onde passou a maior parte de sua vida. Pode-se, entretanto, afirmar validamente que não tardou a ter conhecimento deste fatídico acontecimento e que ele o deve ter deixado bastante impressionado, triste mesmo. Evidencia isto a presença em seu acervo pessoal de um dos *santinhos* distribuídos no funeral de Pe.

Rohr acreditava com boas razões que uma série de sambaquis estavam na iminência de serem submersos pela construção da represa que deveria fornecer energia necessária para o funcionamento da Sidersul. Até então o Estado já havia gastado aproximadamente 24 milhões de dólares para a construção desta estrutura, ainda que nada tivesse sido feito. Com o acúmulo de evidências de desvio financeiro, o governo militar e o empresariado catarinense retiraram seu apoio ao projeto; a Sidersul transformou-se em escândalo com direito a Comissão Parlamentar de Inquérito nos níveis estadual e federal. Em 1985 o projeto de erguer a Sidersul foi completamente abandonado. (GOULARTI FILHO, 2004).

⁴⁶ ROHR, João Alfredo & FRANÇA, Renato. “Órgãos oficiais não apoiam o Museu do Homem do Sambaqui”. *Jornal de Santa Catarina*, a. 12, n. 3402, 8 de novembro de 1982, s. p. Recorte integrante do processo n. 1.129-T-84, v. 2, fl. 24, anexo III. Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ.

Rohr.⁴⁷ Não sabemos precisamente como este chegou até as mãos de Castro Faria, mas sua presença como único documento deste tipo em meio aos demais papéis do antropólogo do Museu Nacional é por si mesmo significativa.

Trata-se de um retângulo de papel, impresso em ambas as faces, como lados de uma moeda. Em uma das faces há uma reprodução de uma fotografia de Pe. Rohr no auge físico de sua idade adulta, ainda sem os óculos e os cabelos alvos que o acompanharam no último terço de sua vida, e usando a batina, abandonada desde o Concílio Vaticano II.⁴⁸ Abaixo desta imagem, há o nome e título eclesiástico do fotografado e as datas de seu nascimento e falecimento, elementos que concorrem para afastar ainda mais o rosto apresentado de sua historicidade particular. (IMAGEM 44). Na outra face do *santinho*, nova apresentação de nome e título eclesiástico – para que não se corra o risco de engano – e enumeração de dados biográficos, onde se marcam as etapas de sua formação como jesuíta e exercício pastoral (o que inclui o magistério no Colégio Catarinense). (IMAGEM 45). Seu trabalho como cientista é mencionado de forma sumária – “1957-1984 – Pesquisas Arqueológicas” – mas, em seguida, no lugar de uma oração ou coisa similar, encontram-se os seguintes esclarecimentos:

“(...) As *pesquisas* começadas pelo Pe. João Alfredo Rohr serão continuadas pelo Instituto Anchiitano de Pesquisas, do qual o pesquisador era membro. § As *coleções*, pertencentes à Sociedade Antônio Vieira, mantenedora do Museu do Homem do Sambaqui, como do Instituto Anchiitano de Pesquisas, serão administrados por este último. Por isso toda correspondência relativa às mesmas, deverá ser dirigida ao Instituto Anchiitano de Pesquisas, Praça Tiradentes, 35 – 93.000, São Leopoldo, RS. § O museu continuará no Colégio Catarinense, onde sempre esteve e onde poderá ser visitado, na Rua Estéves Júnior, 159 – 88.000, Florianópolis, SC. (Caixa Postal 135).”⁴⁹

⁴⁷ Chama-se aqui de *santinho* a este cartão funerário, compósito de texto e imagem, não apenas por falta de termo mais adequado, mas por suspeitar-se que o estudo dos santinhos em sentido estrito – isto é, documentos de virtualmente mesmo formato físico que tem em uma face uma imagem de santo (ou santa, ou santos), e, de outro, textos em que se agregam preces e prescrições para realizá-las de forma adequada, dados hagiográficos, esboços de agradecimentos piedosos, etc. – poderia esclarecer uma série de questões a serem trabalhadas a partir de uma análise aprofundada de tal tipo de documentação. Para uma apresentação do uso dos santinhos como material de pesquisa antropológica, ver MENEZES, 2011.

⁴⁸ Em pelo menos dois trechos de seu volume de memórias sobre Pe. Rohr, Nunes comete lapsos que podem revelar algo sobre o desconforto sentido pelo jesuíta arqueólogo com as mudanças na disciplina eclesiástica introduzidas pelo Concílio Vaticano II – de modo especial com o abandono da obrigatoriedade do uso da veste talar, que ele prontamente substitui por outro signo distintivo: “(...) Nos anos sessenta, quando juntamente com o Concílio Vaticano Segundo, acontecia toda uma mudança, não apenas na Igreja, mas em toda a sociedade, ele [Pe. Rohr] ficou muito preocupado. § Como humilde servo de Jesus e por obediência aos superiores, acatou todas as mudanças que manda a Igreja. Porém ficou triste ao ver que muito do que acontecia nada tinha a ver com as determinações do Concílio. (...) Aos domingos pela manhã [quando seguia para celebrar a missa na igreja paroquial de Córrego Grande] vestia por sobre a roupa um guarda-pó branco que, após a abolição da batina, passou a ser sua maneira de identificar-se como padre.” (NUNES, 2000: 20 e 52).

⁴⁹ CFDN 23.20.071. Verso. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

Em mais de uma ocasião, Pe. Pedro Ignácio Schmitz, também jesuíta e arqueólogo, que trabalhou com Pe. Rohr por diversas vezes, desde a primeira escavação sistemática realizada por este, no sítio de Caiacanga-Mirim, enfatizou que sua vida nada teve de extraordinário. Muito ao contrário, este confrade afirmou que “(...) Pe. Alfredo Rohr, S. J., pode ser mesmo tomado como paradigma desse desempenho como jesuíta e sacerdote a serviço da Igreja Católica.” (SCHMITZ, 1985: 11). De acordo com este autor, Pe Rohr desenvolveu suas pesquisas arqueológicas como função de seu trabalho no Colégio Catarinense e, mais tarde, de seu vínculo com o Instituto Anchietano, que reuniu os padres cientistas da Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus. (SCHMITZ, 1985; SCHMITZ, 2009). As consequências práticas disto estavam expressas no texto encontrado no verso do *santinho* distribuído no funeral de Pe. Rohr. Se, por um lado, “(...) Este jesuíta simples, contemplativo, disciplinado e trabalhador, que dedicou boa parte de sua vida à promoção do Homem e da Maior Glória de Deus, certamente alcançou o seu destino: a visão de Deus, na Companhia de Jesus e dos companheiros que o precederam na mesma carreira, com o mesmo espírito e o mesmo modo e vida” (SCHMITZ, 1985: 15); por outro, o *natural* seria que o principal produto de seu trabalho como arqueólogo, as coleções que reuniu, passassem à responsabilidade, se não à posse, do Anchietano e que os resultados das escavações de Pe. Rohr fossem retomados pelos pesquisadores desta casa – coisa que de fato aconteceu, sob a direção do próprio Pe. Schmitz, nas décadas de 1990 e 2000. (SCHMITZ, SILVA, ROGGE, MASI & JACOBUS, 1990; SCHMITZ, MASI, VERARDI, LAVINA & JACOBUS, 1993; SCHMITZ, VERARDI, MASI, ROGGE & JACOBUS, 1993; SCHMITZ, BITTENCOURT & VERARDI, 1996; SCHMITZ, HAUBERT, KREVER & PALMA, 2004).

Pe. Rohr faleceu a 21 de julho de 1984; os artefatos, restos ósseos e blocos-testemunho que havia recolhido em campo encontravam-se então distribuídas entre a exposição no Museu do Homem do Sambaqui, as dependências particulares do Colégio Catarinense, e duas exposições temporárias, uma no Museu de Balneário Camboriú e outra na Academia de Polícia Federal, em Brasília. A transmigração da responsabilidade da coleção arqueológica reunida por Pe. Rohr nas escavações que empreendeu para o Instituto Anchietano de Pesquisas não parecia tão *natural* a outros interessados em seu destino como parecia a Pe. Schmitz.

Em 8 de outubro de 1984 o arquiteto Júlio Nicolau Barros de Curtis, diretor da 10ª Seção Regional do IPHAN, sediada em Porto Alegre, encaminhou ofício a Regina Coeli

Pinheiro da Silva, então responsável pelo Núcleo de Arqueologia da Divisão Técnico-Científica do mesmo órgão, solicitando o “lógico, indispensável e urgente” tombamento da coleção arqueológica reunida por Pe. Rohr. Fazia este pedido “considerando a importância daquele conjunto de bens culturais para o conhecimento da pré-história brasileira”, “considerando as dificuldades de acesso ao referido acervo, interpostas pelo Colégio Catarinense – seu depositário – ao IPHAN” e “considerando que somente a proteção institucionalizada garantiria ao IPHAN o livre acesso para conhecimento, inventário, cadastramento e preservação daquele patrimônio histórico.”⁵⁰ Sua base era uma recomendação da arqueóloga Maria Lúcia Vidal para que se procedesse ao imediato tombamento deste acervo, feita a 3 de outubro de 1984.⁵¹ Vidal havia sido nomeada semanas antes substituta de Pe. Rohr como representante do IPHAN em Florianópolis, cidade na qual este instituto veio a possuir um escritório somente em 1989.

Antes de sua recomendação oficial em favor de um tombamento imediato do acervo arqueológico reunido por Pe. Rohr, em 25 de setembro de 1984, Vidal havia enviado um comunicado interno a Curtis, a respeito da “evolução dos acontecimentos que cercam o legado do Pe. João Alfredo Rohr, questão considerada prioritária no momento”. Neste, ela relata como realizou um primeiro contato com o Colégio Catarinense, objetivando o estabelecimento de um acordo que lhe permitisse verificar o material coletado por Pe. Rohr e iniciar o seu inventário. Esta visita realizou-se prontamente, com intervalo de apenas algumas horas em relação ao contato inicial por parte de Vidal; na ocasião, contudo, a arqueóloga mencionou ter podido “observar a resistência, embora velada, da parte do Colégio, ao desenvolvimento dos trabalhos necessários ao SPHAN.” Diante disto, Vidal procedeu a um exame da legislação em vigor sobre os bens arqueológicos, assim como uma consulta ao Procurador da República em Santa Catarina, com vistas a verificar a validade da reivindicação de propriedade da coleção arqueológica reunida por Pe. Rohr da parte da Sociedade Antônio Vieira, mantenedora do Museu do Homem do Sambaqui, do Colégio Catarinense, do Instituto Anchieta de Pesquisas e de uma série de outras instituições ligadas à Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus. De acordo com sugestão do Procurador, procurou-se marcar uma reunião de esclarecimento com a presença dele próprio, da direção do Colégio

⁵⁰ Ofício de Júlio Nicolau Barros de Curtis a Regina Coeli Pinheiro da Silva, de 8 de outubro de 1984. Documento integrante do processo n. 1.129-T-84, fl. 1. Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ.

⁵¹ Parecer de Maria Lúcia Vidal, de 3 de outubro de 1984. Documento integrante do processo n. 1.129-T-84, v. 1, fls. 17-18. Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ.

Catarinense e da representante do IPHAN em Florianópolis, com a esperança de se desfazer quaisquer mal-entendidos porventura surgidos e “colocar nos seus devidos termos a questão da posse do material [arqueológico] abrigado pelo Colégio, e reivindicada por ele, sem a necessidade de procedimento mais agressivo.”⁵²

Quando Vidal dirigiu-se ao Colégio Catarinense para apresentar a sugestão que lhe havia feito o magistrado, lá encontrou o Pe. Schmitz, que havia sido designado pela Sociedade Antônio Vieira para cuidar do material deixado pelo Pe. Rohr. A arqueóloga relata que travou com ele extensa conversa, explicando-lhe a necessidade de se proceder imediatamente ao inventário desta coleção, assim como de que havia o direito do IPHAN acompanhar e interferir em qualquer providência que se tomasse em relação a ela. De acordo com Vidal, “(...) Nada foi objetado. Mas não se conseguiu, efetivamente, o livre acesso ao material.” A reunião com o Procurador da República realizou-se em poucos dias, mas também se mostrou pouco frutífera. Enquanto isso, o Setor de Arqueologia do IPHAN, no Rio de Janeiro, comunicou a Vidal o recebimento de carta de Pe. Schmitz, em nome dos pesquisadores do Instituto Anchieta de Pesquisas, queixando-se da insistência da representante do IPHAN em Florianópolis e reivindicado claramente a posse do acervo em incipiente litígio. Com a posse deste “elemento concreto que evidencia objeção ao cumprimento das atribuições do IPHAN”, chamou-se o assessor jurídico do órgão para nova visita ao Colégio Catarinense.⁵³

Provavelmente muito pouco depois de receber o ofício de Curtis e o parecer de Vidal, Regina Coeli escreveu a Augusto Carlos da Silva Telles, chefe da Diretoria de Tombamento e Conservação do IPHAN, solicitando “(...) O tombamento da coleção arqueológica oriunda das pesquisas efetuadas pelo Professor João Alfredo Rohr no Estado de Santa Catarina”, não só pelo “reconhecimento de seu excepcional valor cultural pela comunidade ligada ao campo das Ciências Sociais, o que por si só já justifica o referido tombamento”, mas por se pretender “sua preservação enquanto coleção, mantendo também sua indivisibilidade e integridade, uma vez que sua fragmentação será extremamente danosa, podendo inclusive acarretar o extravio de peças.” Regina Coeli recordou nesta carta que, de acordo com o estabelecido nos artigos 1º e 7º da Lei 3.924, este acervo já se encontrava sob a proteção e posse do poder público federal, e ressaltou que, “(...) Por tratar-se de uma coleção de excepcional valor, tem sido

⁵² Comunicado de Maria Lúcia Vidal a Júlio Nicolau Barros de Curtis, de 25 de setembro de 1984. Documento integrante do processo n. 1.129-T-84, v. 1, fls. 9-10. Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ.

⁵³ Id.

crescente a preocupação da própria sociedade catarinense (...) a qual teme que, pelo desmembramento, a coleção possa ser removida do Estado de Santa Catarina, sem haver um compromisso formal quanto ao seu retorno.” Para a responsável pelo Núcleo de Arqueologia da Divisão Técnico-Científica do IPHAN, o tombamento deste acervo fazia-se urgente, em vista de seu “iminente risco de desagregação”.⁵⁴ Temia-se que o material reunido por Pe. Rohr fosse trasladado ao Instituto Anchietano de Pesquisas, no Rio Grande do Sul, reivindicado pela Companhia de Jesus como produto do trabalho de um de seus membros. O fato de Regina Coeli referir-se a Alfredo Rohr como *Professor Rohr* e não como *Padre Rohr* é sintomático – e tão mais significativo se não intencional. Tratava-se de lançar luz sobre o alto valor cultural e científico da coleção reunida por ele ao mesmo tempo em que se obscurecia o comprometimento deste personagem com a estrutura eclesiástica – vínculo que justamente era o ensejo para a reivindicação de propriedade do acervo coletado por este jesuíta arqueólogo por parte da ordem religiosa da qual foi membro.

A preocupação de considerável conjunto de arqueólogos e de representantes da sociedade catarinense com relação ao destino da coleção arqueológica reunida por Pe. Rohr foi comunicada ao IPHAN durante o fim de setembro e as primeiras semanas de outubro de 1984. Um sinal de alarme foi soado pela arqueóloga Marilandi Goulart, que então estava trabalhando em um grande projeto de arqueologia de salvamento em uma série de sítios cadastrados pelo Pe. Rohr na margem catarinense do Rio Uruguai durante a década de 1960. Em 8 de outubro ela escreveu a Hamilton Savi, Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão Universitária da UFSC, informando que no III Simpósio Sul-Rio-Grandense de Arqueologia, realizado nos dias 6 e 7 daquele mesmo mês na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em Porto Alegre, o Pe. Schmitz havia apresentado trabalho de título *Pesquisas e publicações do Pe. Rohr*. Neste, Pe. Schmitz haveria declarado a respeito do acervo reunido por Pe. Rohr que o Instituto Anchietano estava em entendimento com o IPHAN para transferi-lo do Colégio Catarinense para suas instalações, que se estavam providenciando caixas de madeira especiais para acondicionamento dos sepultamentos cimentados que lá se encontravam, e que ele iria novamente a Florianópolis nos próximos dias tratar do assunto. Hamilton Savi encaminhou esta carta para a representação do IPHAN em

⁵⁴ Carta de Regina Coeli Pinheiro da Silva a Augusto Carlos da Silva Telles. S. d. Documento integrante do processo n. 1.129-T-84, v. 1, fls. 2-4. Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ.

Florianópolis com notificação manuscrita de *urgente* em 10 de outubro.⁵⁵ No mesmo dia o deputado Salomão Ribas Júnior, do Partido Democrático Social (PDS), pediu a palavra no plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina para denunciar que o Museu do Homem do Sambaqui corria o risco de ser transferido para um instituto no Rio Grande do Sul onde estavam sediados outros pesquisadores em arqueologia ligados à Companhia de Jesus. Em 12 de outubro o mesmo deputado propôs que os deputados enviassem documento manifestando a preocupação da Assembleia Legislativa com o destino da coleção arqueológica reunida por Pe. Rohr. Aprovado por unanimidade, tal papel foi encaminhado a Espiridão Amin, Governador do Estado. Ribas Júnior também defendeu a participação das universidades de Santa Catarina, do Conselho Estadual de Cultura e demais entidades locais ligadas à área cultural no esforço para preservar o patrimônio científico reunido por Pe. Rohr. Para este deputado,

“(...) Tudo indica que o provincialato jesuíta não deseja a perda do acervo ou o esquecimento dos estudos e pesquisas do ilustre membro da congregação. Mas, ainda assim, o Governo do Estado, as nossas Universidades e o mundo cultural de nosso Estado não podem ficar alheios a este trabalho. Até mesmo porque há necessidade de apoio ao esforço que o Colégio Catarinense realiza no sentido de construir um prédio mais apropriado para o Museu do Homem do Sambaqui.”⁵⁶

Ponto pacífico era a necessidade da referida coleção permanecer integralmente no local de seu depósito inicial, na cidade de Florianópolis. Na fala do deputado, emergiu o nome de Pe. Schmitz, designado pelo provincial da Companhia de Jesus para tutelar o acervo reunido por Pe. Rohr, como responsável maior pela ideia de transferi-lo ao Rio Grande do Sul. À controvérsia concreta acrescentaram-se prontamente os elementos da identidade catarinense construída em contraste e complementaridade com a gaúcha e um difuso e rançoso odor de antijesuitismo.

Antes do zelo dos políticos catarinenses, antes mesmo das declarações ou insinuações feitas por Pe. Schmitz no III Simpósio Sul-Rio-Grandense de Arqueologia, começaram a ser enviadas ao IPHAN numerosas manifestações de apoio ao tombamento imediato da coleção

⁵⁵ Carta de Marilandi Goulart a Hamilton Savi, de 8 de outubro de 1984. Documento integrante do processo n. 1.129-T-84, v. 1, fl. 29. Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ. Infelizmente não consegui localizar em parte alguma o texto da referida comunicação de Pe. Schmitz no III Simpósio Sul-Rio-Grandense de Arqueologia.

⁵⁶ PREOCUPAÇÃO com a obra de Padre Rohr. *O Estado*, Florianópolis, 13 de outubro de 1984. Recorte integrante do processo n. 1.129-T-84, v. 1, fl. 19. Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ.

arqueológica reunida por Pe. Rohr. Vindas de todas as regiões do Brasil, todas ressaltavam o alto valor para o entendimento da pré-história sul-americana dos estudos de Alfredo Rohr, esquecendo-se, contudo, algumas de designá-lo como *padre*. Elas eram unânimes na reivindicação de que o material que este cientista coletou em suas numerosas escavações permanecesse reunido e em Florianópolis. As primeiras destas cartas foram enviadas ao Setor de Arqueologia do IPHAN em 21 de setembro de 1984: uma assinada por André Prous e Paulo Alvarenga Junqueira, em nome do Setor de Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); as outras duas assinadas por Dorath Pinto Uchôa, tanto como representante dos interesses dos arqueólogos no Conselho de Proteção ao Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT/SP) e pesquisadora integrante do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo (USP), quanto como vice-presidente da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB). Em 25 de setembro, foi enviado ao IPHAN um abaixo-assinado dos alunos da Faculdade de Arqueologia Estácio de Sá; no dia seguinte, carta de Paulo Roberto Seda, secretário-geral da SAB; dois dias depois, cartas de Ondemar Ferreira Dias Júnior, diretor de pesquisas do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), e de Igor Chmyz, do Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná (ICHLA/UFPR). Em 2 de outubro, foi remetida carta assinada por Yara Ataíde, Maria Hilda Paraíso e Pedro Agostinho da Silva, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA); no dia seguinte, carta de Hamilton Savi, Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão da UFSC; três dias depois, de Kabengele Munanga, diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE/USP); quatro dias mais tarde, de Rodolfo Joaquim da Luz, Reitor da UFSC. Em 10 de outubro, enviaram cartas Mário Ferreira Simões, arqueólogo da seção paraense da SAB, e Celso Perota, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); seis dias mais tarde, fê-lo também Miguel Gaissler, da Coordenadoria de Patrimônio Cultural do Museu Paranaense. Toda esta correspondência, testemunha de uma verdadeira mobilização nacional da parte de certo ângulo do campo científico, foi integrada, em ordem cronológica, ao processo de tombamento da coleção arqueológica reunida por Pe. Rohr, que se encontra no Arquivo Central do IPHAN, no Rio de Janeiro.⁵⁷

⁵⁷ Processo n. 1.129-T-84, v. 1, fls. 5-8, 11-16, 26-28 e 30-33. Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ.

No volume de documentos do processo, após estas cartas, encontra-se um *Manifesto do Setor de Arqueologia do Departamento de Antropologia do Museu Nacional / UFRJ*, assinado pela arqueóloga Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, que havia trabalhado durante certo período com Castro Faria. O referido manifesto exprime-se nos seguintes termos:

“(…) Num momento histórico em que se encontra latente uma política de proteção das raízes culturais do nosso país, todo esforço deve ser dirigido na preservação da memória incansável do patrimônio nacional. § O Setor de Arqueologia do Museu Nacional / UFRJ não poderia se omitir diante da vulnerabilidade de uma das mais importantes coleções arqueológicas brasileiras. § Gostaríamos de manifestar a nossa posição, junto ao IPHAN, para que o acervo resultante da luta contínua de nosso querido companheiro Padre João Alfredo Rohr deva ser conservado dentro de sua integridade no espaço que lhe foi concedido. Trata-se de uma herança da União, que deve permanecer no seu Estado de origem.”⁵⁸

No âmbito desta emaranhada discussão, Castro Faria entrevistou escrevendo não uma carta de apoio ao IPHAN ou à Companhia de Jesus, nem dando um parecer favorável à posse da coleção arqueológica reunida por Pe. Rohr a uma ou outra destas instituições. O antropólogo escreveu um pequeno necrológico do jesuíta arqueólogo, datado de 29 de outubro de 1984, e há cópias idênticas deste documento tanto em seu Acervo Pessoal quanto no processo de tombamento da referida coleção arqueológica, custodiado no arquivo central do IPHAN, no Rio de Janeiro.⁵⁹

Castro Faria encontrava-se então afastado praticamente por completo dos debates sobre a pré-história brasileira, mas continuava a se encontrar no centro do campo da antropologia brasileira. Esta não era mais a antropologia em sentido lato que havia praticado nas décadas iniciais de sua carreira, mas ele havia sabido se adaptar, participando da formação de gerações de novos profissionais da área. Em 1984 Castro Faria contava com dezesseis anos de docência no PPGAS-MN/UFRJ, e era uma figura icônica no seio da instituição dentro da

⁵⁸ MANIFESTO do Setor de Arqueologia do Departamento de Antropologia do Museu Nacional / UFRJ. S. d. Documento integrante do processo n. 1.129-T-84, v. 1, fl. 34. Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ.

⁵⁹ 1ª referência: CASTRO FARIA, Luiz de. “Pe. Rohr – a devoção arqueológica”. CFDA 09.06.094. Acervo CF. AHC-MAST/MCT. 2ª referência: CASTRO FARIA, Luiz de. “Pe. Rohr – a devoção arqueológica”. Texto integrante do processo n. 1.129-T-84, v. 1, fls. 37-38. Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ. A cópia do texto de Castro Faria integrante do processo de tombamento da coleção arqueológica reunida por Pe. Rohr parece ser a original, circunstância atestada pela assinatura do autor em caneta esferográfica azul. O texto análogo em seu acervo pessoal, apesar de aparentar maior antiguidade do que o outro, devido a estar mais danificado do que ele (manchas cor de ferrugem nas margens superior e direita de ambas as folhas), é uma cópia fotocopiada, feita muito possivelmente antes do envio do original ao IPHAN.

qual viveu a maior e mais significativa parte de sua trajetória profissional. Segundo Marília Alvim, que foi sua orientanda e, durante certo período, responsável pelo Setor de Antropologia Física do Museu Nacional, “Luiz de Castro Faria era nosso último Franz Boas”. (Cit. GARCIA JR., 2009: 421). Com tal declaração esta pesquisadora destacava que, durante as reuniões do Departamento de Antropologia do Museu Nacional nas décadas de 1970 e 1980, “ele era o único traço de união entre os membros do PPGAS e todos os demais setores do departamento de antropologia.” (GARCIA JR., 2009: 421).

Sua função de *fiel da balança*, entretanto, extrapolava os muros deste enquadramento institucional. No artigo *A ditadura e a antropologia brasileira*, Soares comenta que o regime autoritário instalado em 1964 praticamente aniquilou a capacidade de organização e mobilização da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da qual Castro Faria havia sido membro-fundador e primeiro presidente. A seguir, Soares identifica o ponto de viragem que marcou o ressurgimento desta Associação após uma sobrevivência apenas nominal e burocrática com a XI Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Recife em 1978. Nela,

“(…) Uma ampla aliança renovadora e democratizante, expressiva dos setores mais progressistas e academicamente produtivos [então vinculados à ABA], tomou o poder, elegendo Luís [*sic*] de Castro Faria para a presidência. Os estudantes se organizaram e lavaram à assembleia da entidade uma moção pela Anistia ampla, geral e irrestrita, além de reivindicações destinadas a inscrever a ABA no movimento cívico pela democratização do país. A partir daí, a dinâmica participativa, aberta e politizada não seria mais revertida.”⁶⁰

O prestígio científico de Castro Faria foi lastro para que durante esta sua presidência da ABA (de 1978 a 1980) esse organismo corporativo firmasse sua autonomia frente ao aparato repressivo do Estado. Cite-se um exemplo. Ainda no decorrer do ano de 1978, ocorreu o *desaparecimento* mediante perseguição policial do antropólogo Terri Valle de Aquino, que realizava trabalho de campo nas terras dos índios Kaxinawá do Rio Jordão, no Estado do Acre. Presidida por Castro Faria, que já fora testemunha de defesa de antropólogos politicamente perseguidos após 1964, a ABA pediu publicamente explicações a respeito da situação de Aquino, enviando ofícios às autoridades competentes, notas à imprensa e telegramas e telefonemas diretos para as mesmas autoridades. À estas solicitações, contrapôs-se a aspereza das respostas oficiais da FUNAI e da Secretaria de Segurança do Acre. O que

⁶⁰ SOARES, Luiz Eduardo. “A ditadura e a antropologia brasileira”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 de março de 1994, 1º caderno, s. p. CFDA 23.20.070. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

estava em jogo era a defesa da liberdade do exercício da atividade de antropólogo e a (re) construção do princípio de responsabilidade social deste tipo de cientista social. (ALMEIDA, 2006: 108 e nota correspondente, 127, n. 73).

3.4. O rastro de uma arqueologia devota

Mais do que isso: pelo fato de ter cessado a vida terrena, de tal forma que nada nela pode ser desenvolvido ou mudado, enquanto as paixões e tendências que a movimentaram continuam a persistir sem descarregar-se pela ação, ocorre como que uma tremenda concentração das mesmas; torna-se visível uma imagem muito exacerbada, fixada para a eternidade, numa medida tremenda da essência individual e cada um, tal como não poderia ter sido encontrada, com tanta pureza e nitidez, em nenhum momento da vida terrena de outrora. (AUERBACH, 2004: 167).

Nenhum poder se impõe se tiver apenas hipócritas como representantes; por mais elementos “mundanos” que possua a Igreja Católica, sua força está naquelas naturezas sacerdotais, ainda hoje numerosas, que tornam a vida difícil e profunda para si mesmas, e nas quais o olhar e o corpo consumido testemunham vigílias, jejuns, orações candentes, e talvez até flagelações. (...) Fala-se da astúcia e da arte infame dos jesuítas, mas não se vê a autossuperação a que todo jesuíta se obriga, e como o regime facilitado de vida, pregado nos manuais jesuíticos, deve beneficiar não a eles, mas aos leigos. E podemos indagar se, com tática e organização semelhante, nós, esclarecidos, seríamos instrumentos tão bons, tão dignos de admiração pela vitória sobre si mesmo, pela infatigabilidade, pela dedicação. (NIEZTSCHÉ, 2005: 54-55, §55).

A avaliação de Castro Faria a respeito da disputa sobre as peças arqueológicas reunidas por Pe. Rohr em suas escavações é, como praticamente todos os demais opinantes neste debate, que elas deveriam permanecer reunidas. Isto deveria ser feito não apenas para que não se perdesse a sequência de informações nela registradas, com danos irreparáveis

sobre o conhecimento do povoamento antigo do território catarinense, mas em memória da dedicação e esforço de Pe. Rohr:

“(...) Os materiais arqueológicos provenientes das escavações realizadas pelo Pe. Rohr constituem hoje um patrimônio científico que não pode deixar de ser preservado em sua totalidade. Trata-se de um dos conjuntos mais representativos de pré-história regional do país. § O Estado de Santa Catarina, em cujo litoral se *encontravam* os mais imponentes sítios arqueológicos (Sambaquis) do Brasil, não teve infelizmente condições de preservá-los. Impõe-se agora que as coleções reunidas sejam a qualquer preço preservadas *em condições de estudo*, pois se tal não acontecer a perda será total e irreparável. (...) O Pe. Rohr, que consumiu a sua vida evitando destruição e construindo ele próprio um imenso patrimônio, não pode deixar de ter integralmente preservado o seu legado.”⁶¹

Não se tratava, afinal, de um acervo reunido ao acaso, mas de um *legado*, de um conjunto de objetos cuja unidade derivava de sua identidade com uma construção biográfica. Para a correta apreciação da importância e do lugar desta coleção seria necessário, portanto, ter em vista a vida que se consumiu no esforço de formá-la. E é justamente uma compreensão deste esforço o que Castro Faria esboça nesse necrológio, que intitulou de forma significativa de *A devoção arqueológica*. Como em outros elogios fúnebres que o antropólogo escreveu, nele não há presença de arroubos hagiográficos, pois não se trata apenas de um documento criado ao sabor do influxo das lembranças e do afeto. Trata-se antes de uma tentativa de reconstituir de forma documentada as especificidades de uma trajetória intelectual, redimensionando-a em seus próprios termos *nativos* e recuperando suas contribuições ao campo dos estudos antropológicos em sentido lato.⁶²

Para Castro Faria, a pesquisa de Pe. Rohr do passado pré-histórico catarinense, assim como os seus resultados (a atenuação da destruição dos sambaquis, a coleta e exposição de material arqueológico, as publicações científicas), deveriam ser dimensionadas não pelo prisma do funcionamento comum do campo acadêmico. De acordo com ele, estas atividades encontrariam seu lugar sob o signo de um quadro propriamente religioso, de uma devoção, ou seja, de uma motivação íntima autoalimentada ou relacionamento com a transcendência que se converte em prática, em movimento. Segundo Castro Faria, de fato,

⁶¹ CASTRO FARIA, Luiz de. “Pe. Rohr – a devoção arqueológica”. CFDA 09.06.094. Acervo CF. AHC-MAST/MCT. Fl. 2. Grifo no original.

⁶² Como ressaltou Lima na apresentação do primeiro volume dos *escritos exumados* de Castro Faria, nestes textos escritos pelo antropólogo *in memoriam* tem-se também “(...) Mais uma maneira de fazer Antropologia, criticando implicitamente taxonomias do senso comum intelectual, confortáveis ‘mitos de origem’, dispositivos intelectuais a reforçarem o poder presente de instituições e grupos específicos.” (LIMA, 1998: 11).

“(...) Pe. Rohr não foi apenas um arqueólogo no sentido usual do termo. Não realizava pesquisas de campo para satisfazer obrigações acadêmicas; não trabalhava em arqueologia para manter o emprego ou assegurar promoções; não publicava para conquistar renome, ou assegurar presença em congressos; não organizava coleções para exibi-las com estardalhaço. § Devotou-se à arqueologia – e quase exclusivamente à arqueologia do litoral de Santa Catarina – por que a sua arqueologia foi sobretudo uma *prática da arqueologia*, um deslocamento intermitente, mas sempre repetido, por todos os lugares daquela área nos quais se apresentassem vestígios de ocupação indígena antiga.”⁶³

Esta *devoção*, caracterizada por tal *deslocamento intermitente*, é muito elusiva, e pode remeter a um padrão de comportamento mais geral, a um *ethos* incorporado por Pe. Rohr enquanto, mais do que sacerdote católico de formação contrarreformista, padre da Companhia de Jesus.⁶⁴ Castro Faria argumenta, entretanto, que este entusiasmo de origem religiosa, longe

⁶³ CASTRO FARIA, Luiz de. “Pe. Rohr – a devoção arqueológica”. CFDA 09.06.094. Acervo CF. AHC-MAST/MCT. Fl. 1. Grifo no original.

⁶⁴ Os jesuítas, de fato, são mestres de tais *deslocamentos* quando se trata de lidar com restos humanos. Em 1922 padres da Companhia de Jesus partiram de Roma a Moscou para negociar com os bolcheviques a posse de um corpo que havia sido recentemente retirado de uma capela na cidade de Polotsk, então território polonês (hoje, bielorrusso), e transferido para o Museu da Higiene do Comissariado para a Saúde do Povo, localizado na capital da URSS. Depois de conversações tensas e da garantia de autorização de passagem pela alfândega soviética, uma urna com ossos foi transportada pois dois jesuítas norte-americanos de Moscou a Odessa, pelo Mar Negro até Istambul, e daí, em um barco a vapor italiano, até Roma. Tratava-se dos restos de André Bobola, padre jesuíta que, em recompensa por sua pregação católica romana entre os rutenos, foi brutalmente torturado e morto por um grupo de cossacos. Em 17 de abril de 1938 Bobola foi canonizado pelo Papa Pio XI. Após isto, seu braço esquerdo permaneceu em um relicário exposto na Igreja de Gesù, em Roma, a capela-mãe da Companhia de Jesus, enquanto o restante de seus ossos foi transferido, via Budapeste e Cracóvia, até a catedral de Varsóvia. (WRIGHT, 2006: 255-256 e nota correspondente, n. 1, 275). Não se trata este de fenômeno isolado ou especialmente distante da trajetória particular de Pe. Rohr. Em 1978 seu confrade Pe. Arthur Rabuske, igualmente sócio do Instituto Anchieta de Pesquisas, publicou na Revista *Estudos Leopoldenses*, mantida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo, também administrada pela Companhia de Jesus, o artigo *Roque González de Santa Cruz, o missionário-mártir, e a autenticidade da relíquia do seu coração*. Neste texto está bem exposta a preocupação recorrente dos jesuítas em recolher certos *restos humanos* e produzir/apresentar a documentação que comprove a sua antiguidade e utilidade. (RABUSKE, 1978).

Poder-se-ia combinar a intuição registrada por Castro Faria no necrológio de Pe. Rohr e a original proposta de Sahlins em seu *Metáforas históricas e realidades míticas* (SAHLINS, 2008), de modo a se compreender a preocupação de Pe. Rohr com os restos ósseos e os vestígios culturais dos primeiros habitantes do território catarinense também como um equacionamento dialético entre sua trajetória pessoal e a estrutura cultural vinculada à carreira histórica da Companhia de Jesus, onde esta *se reproduz* ao mesmo tempo em que *se desloca e se transforma* na historicidade daquela.

Seguindo um curso de investigação, completamente diverso do percorrido neste trabalho, Noel Valis identificou uma matriz cultural católico-romana como elemento de estruturação de um conjunto de saberes seculares sobre o corpo que se constituiu no século XIX. De acordo com este autor, o espectro da visão de mundo sustentada pelo catolicismo romano pode ser discernido nas práticas completamente secularizadas da autópsia e da mumificação contemporâneas, assim como nos relatos que descrevem sua utilidade para a medicina diagnóstica e os estudos físicos de antropologia (o que incluía a realização de lições públicas de anatomia prática e a montagem de exposições em museus). O *fenômeno de transferência* identificado por Valis não me parece fundamentalmente diverso daquele que estou a apontar neste trabalho. (VALIS, 2011).

Observe-se, por fim, que esta atitude *ativa* de Pe. Rohr diante dos restos humanos, caso se reconheça nela um fator de origem especificamente religiosa, deve ser distinguida claramente daquele *recato* em relação aos

de ser uma interferência negativa, capaz de colocar em xeque a capacidade profissional de Pe. Rohr enquanto estudioso da pré-história do Brasil meridional, concorria para que ele atuasse enquanto cientista com um zelo ainda maior.⁶⁵ Como sua ligação com seu objeto de estudo não era apenas um expediente para arranjar para si mesmo uma posição social relativamente confortável, mas uma questão de relevância existencial, tornava-se ainda mais rigorosa sua forma de lidar com ele:

“(...) Em algumas dessas áreas [onde Pe. Rohr localizou vestígios de ocupação indígena antiga] demorava-se o suficiente para realizar escavações conclusivas, com técnica adequada, anotação cuidadosa de dados estratigráficos, e, sobretudo, coleta de material para as coleções do seu Museu. § Esta sua prática arqueológica convertia-se em aprendizado fecundo – com a sua simplicidade e pertinácia dos que se devotam honestamente ao saber, venciam dificuldades, fazendo descobertas, inovando. A descrição das experiências que o levaram a descobrir a técnica de cimentação de esqueletos e transporte de blocos-testemunho (v. *Normas para cimentação de enterramentos arqueológicos e montagem de blocos-testemunha*. Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Manuais de Arqueologia, n. 3, 1970, U. F. Paraná) é um exemplo comovente de tenacidade esclarecida. § Foi a partir de 1960 que a atividade arqueológica de Pe. Rohr se intensificou – Sambaquis da Ilha de Santa Catarina, da Ilha de São Francisco do Sul, do litoral sul catarinense... A sua bibliografia fornece o roteiro de todos os caminhos percorridos. As coleções que fez, inclusive nos casos de arqueologia de salvamento, com todos os seus percalços, revelam zelo extremado nos aspectos documentais.”⁶⁶

Já se teve a oportunidade de comentar neste trabalho a grande importância que Castro Faria atribuiu ao cuidado que o pesquisador engajado em uma escavação em sítio arqueológico devia ter, de forma necessária. De fato, do primitivo sítio só sobraria o material ali coletado pelo cientista e o seu relato de sua coleta, relato onde deveriam constar todos os dados contextuais referentes ao seu achamento; a interpretação daqueles vestígios de sociedades desaparecidas só seria dotada de cientificidade se minuciosamente enquadrada por esta descrição, devidamente documentada. O parecer de Castro Faria, portanto, é de Pe. Rohr realizou pesquisas arqueológicas da forma mais científica possível, sem ceder à pressa ou à imaginação, mesmo quando se encontrava pressionado e seu trabalho corria o risco de

cadáveres que caracteriza aquilo que Ariès identificou como sendo um culto contemporâneo dos mortos. (ARIÈS, 2003: 199-217).

⁶⁵ Diante desta avaliação de Castro Faria a respeito do trabalho arqueológico de Pe. Rohr, vem à lembrança um dos aforismos onde Nietzsche comentou tais *fenômenos de transferência*: “(...) Poderíamos renunciar à arte, mas não perderíamos a capacidade que com ela aprendemos; assim como pudemos renunciar à religião, mas não às intensidades e elevações de ânimo adquiridas por meio dela. Tal como as artes plásticas e a música são a medida da riqueza de sentimentos realmente adquirida e aumentada através da religião, depois que a arte desaparecesse a intensidade e multiplicidade da alegria de vida que ela semeou continuaria a exigir satisfação. O homem científico é a continuação do homem artístico.” (NIEZTSCHÉ, 2005: 141, §223).

⁶⁶ CASTRO FARIA, Luiz de. “Pe. Rohr – a devoção arqueológica”. CFDA 09.06.094. Acervo CF. AHC-MAST/MCT. Fl. 1.

iminente interrupção, como foram seus estudos na Base Aérea de Florianópolis e nos sambaquis da Balsinha. Daí a importância do patrimônio reunido por suas escavações, coleção de compósitos de objetos e textos a partir dos quais se podem deduzir importantes dados sobre a pré-história do sul do Brasil.

Observe-se que o ano que Castro Faria indica como sendo o marco cronológico da intensificação dos estudos arqueológicos de Pe. Rohr é justamente o ano em que este lhe escreveu; mesmo que este dado tenha passado despercebido de Castro Faria no momento de redação deste necrológio, ele não é por isso menos revelador para o âmbito do presente trabalho. Castro Faria decerto tinha consciência da importância que teve na trajetória de Pe. Rohr enquanto pesquisador do antigo povoamento indígena do litoral catarinense – se não mais, porque Pe. Rohr, como se viu antes, declarou isto explicitamente na última carta que lhe enviou.⁶⁷ De fato, foi também no âmbito desta relação que o ímpeto devocional de Pe. Rohr, com o movimento recorrente, a inquietude e risco de dispersão que ele acarreta, derivou, por meio de *aprendizado fecundo*, em *tenacidade esclarecida*. Assim sendo, é interessante mencionar de forma explícita as experiências que levaram ao desenvolvimento da técnica de cimentação de esqueletos e transporte de blocos-testemunho, procedimento que Castro Faria aponta como exemplo de como a *prática arqueológica* de Pe. Rohr transformou-se em *descoberta e inovação* no sentido de atender de maneira mais adequada seu *zelo extremado nos aspectos documentais*.

Enquanto escavava o sítio arqueológico de Caiacanga-Mirim, na Base Aérea de Florianópolis, Pe. Rohr tentou levar ao museu do Colégio Catarinense um esqueleto que encontrou inteiro e bem conservado na sua posição primitiva. Pretendeu fazê-lo porque acreditava que todo museu deveria ser educativo, que “uma única peça bem conservada, por si só, vale um museu (...) [e que] um esqueleto em perfeitas condições possui mais valor que muitos outros em estado precário de conservação.” (ROHR, 1971-1: 4). Tentou preservá-lo para a retirada do solo e transporte até o Colégio envolvendo-o em sacos plásticos e preenchendo as reentrâncias resultantes deste processo com gesso, à maneira de quem faz um molde. Infelizmente, entretanto, “(...) Os ossos friáveis do esqueleto milenar, não suportando a pressão do gesso, chegaram ao museu reduzidos a fragmentos.” (ROHR, 1971-1: 4).

⁶⁷ Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 16 de dezembro de 1971. CFDA 11.12.937. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

Em 1961, escavando um sambaqui na Praia Comprida, no norte da Ilha de Santa Catarina, Pe. Rohr encontrou o esqueleto de uma criança, sepultada em condições muito particulares, e pretendeu, pelos mesmos motivos, recolhê-lo íntegro daquele sítio arqueológico. Sua descrição do que então ocorreu, por precisa que seja, não deixa de transparecer a forte emoção que, dez anos depois, lhe vinha à memória ao lembrar-se daquela descoberta e seu destino:

“(…) O esqueleto descansava sobre o osso largo da omoplata de uma baleia. Lateralmente haviam sido levantadas lâminas ósseas, formando uma espécie de esquife. O esqueleto estava coberto de ocre vermelho, cor de sangue. Caindo do pescoço até a cintura, via-se um colar, feito de centenas de conchinhas perfuradas de pequeno gastrópode (*Olivella sp.*). O sepultamento estava rodeado de vasos de barro não queimado, de trinta a quarenta centímetros de altura. O primeiro deles, repleto de areia muito alva, tinha, no fundo, um machado de pedra, cuidadosamente polido. O segundo encerrava conchas grandes de um molusco, todas da mesma espécie (*Phacoides pectinatus Gmelin*). O terceiro era uma formação de barro, com muitos alvéolos, contendo carvão e cinza, de significado problemático. Era impressionante a soma de detalhes, que atestavam o carinho com que a pobre mãe pré-histórica sepultara o seu filhinho falecido. Levantando os olhos, vimos correr lágrimas pelas faces de circunstantes simples que, retornando de uma festa, passaram por aquela praia deserta e, casualmente, tornaram-se testemunhas silenciosas do nosso trabalho. Ocorreu-nos, de pronto, a ideia de montar no museu aquele conjunto raro e original de sepultamento com as suas vasilhas de barro associadas. No entanto, por maiores que fossem as nossas precauções, aquela omoplata milenar de baleia, à semelhança de espuma do mar, ia-se desmanchando nas nossas mãos e pouca coisa salvamos do esqueleto delicado e frágil de criança. Perdeu-se para sempre por desconhecermos, na época, um método para conservar aquela ossada friável.” (ROHR, 1971-1: 4).

Escavando no sítio arqueológico da Praia da Tapera, nos anos de 1962 a 1966, mais uma vez insistiu e tentou recolher ao seu museu alguns esqueletos no estado como foram encontrados. Para tanto recorreu ao expediente de cimentar alguns dos esqueletos descobertos, conforme técnica já descrita no presente volume. Finalmente Pe. Rohr obteve “resultado de todo satisfatórios” neste tipo de empreendimento, de modo que “(…) Esqueletos, os mais frágeis e friáveis, descansando sobre o bloco de cimento, chegaram ao museu, em estado absolutamente perfeito, como foram encontrados no sítio arqueológico.” (ROHR, 1971-1: 5).

Já se comentou aqui também como Castro Faria teve influência no aprimoramento deste procedimento – menos por sua indicação de pequeno refinamento na limpeza dos ossos pré-históricos do que por sua insistência na importância de Pe. Rohr documentar com precisão os dados encontrados nas escavações, de modo a fazer-lhes úteis no estabelecimento de sequências culturais passíveis de serem conhecidas apenas pelo registro arqueológico. Observou o jesuíta arqueólogo que “(…) Uma vez determinada a cimentação de um esqueleto,

convém não poupar tempo, nem gastos, nem esforços para levar a bom termo a empresa” (ROHR, 1971-1: 5). Trata-se de fato de declaração que testemunha a *devoção honesta* e a *tenacidade esclarecida* que Castro Faria lhe atribuiu. Cabe aqui registrar que estas características se desenvolveram enfeixadas nas relações sociais estabelecidas por Pe. Rohr no campo dos debates sobre a pesquisa da pré-história do Brasil meridional, no qual Castro Faria foi um seu interlocutor privilegiado. Tal constatação não pretende ser uma notícia extraordinária, nem diminuir em nada o mérito de Pe. Rohr; quer apenas marcar uma revisão, por outros caminhos de sua *prática arqueológica*.

Por fim, mas de forma não menos relevante, Castro Faria comenta em seu necrológio como o impulso devoto que marca o trabalho de pesquisa arqueológica de Pe. Rohr transferiu-se também, de modo muito marcante, para a militância que este exerceu em favor da conservação do patrimônio pré-histórico catarinense. De fato, considerava que

“(…) É preciso lembrar que o Pe. Rohr, que foi um homem sereno e delicado – além da sua solitária e mansa prática arqueológica foi um colecionador de orquídeas – tornava-se aguerrido e indômito quando se tratava de fazer respeitar a legislação protetora dos sítios arqueológicos. § Em Santa Catarina, e sobretudo no litoral sul, os interesses econômicos, irmanados a interesses políticos locais, tornavam a simples invocação da Lei 3.924 um risco não pequeno. A destruição de grandes sambaquis, considerados pelos seus *proprietários* como simples depósitos de calcário (Laguna, p. ex.) representa uma perda definitiva e sem qualquer possibilidade de reparação. Não fosse a corajosa vigilância do Pe. Rohr e essa destruição teria sido ainda maior.”⁶⁸

De acordo com Castro Faria, o *sereno e delicado* Pe. Rohr, *solitária e mansamente* dedicado aos seus estudos nos sambaquis e em sítios análogos, tornava-se *aguerrido e indômito* quando se tratava de defendê-los da exploração econômica causada pela indústria da cal de mariscos. Considerada esta declaração no quadro de sua enunciação, percebe-se como o antropólogo interpretou, de maneira completamente válida, este fenômeno como um *transbordamento* da relação devota estabelecida por Pe. Rohr com os antigos vestígios do povoamento indígena em território catarinense. Tratava-se de arroubo bem vindo, já que, não fosse a sua existência, a destruição dos sinais que permitem saber algo sobre a pré-história brasileira seria ainda mais grave. Arroubo que o punha em linha de colisão contra os interesses econômicos e políticos que concorriam para o desmonte apressado e descuidado,

⁶⁸ CASTRO FARIA, Luiz de. “Pe. Rohr – a devoção arqueológica”. CFDA 09.06.094. Acervo CF. AHC-MAST/MCT. Fl. 2.

não científico, dos sambaquis. Dados o escopo coberto pela capacidade de mobilização destes interesses e o quadro geral de violência que caracterizou as relações políticas no Brasil dos anos 1960 e 1970 – período em que Pe. Rohr se ergueu de maneira mais veemente na defesa do patrimônio arqueológico catarinense – com esta militância ruidosa, o jesuíta arqueólogo dispunha à hostilidade, à agressão mesmo, e, em última instância, em terminologia nativa, ao *martírio* pela causa dos sambaquis. Não por acaso a destruição dos sambaquis foi descrita por Pe. Rohr não apenas como *crime e vandalismo*, mas também como *sacrilégio*.⁶⁹ Sua denúncia da exploração econômica destes sítios arqueológicos havia sido elaborada a partir do estoque linguístico do profetismo judaico-cristão. Como bem observou Castro Faria, a ciência produzida por Pe. Rohr era tão *devota* quanto *esclarecida*, e seus ataques contra a indústria da cal de mariscos, animados por uma *sacra cólera*.⁷⁰

3.5. Ronda noturna

Resta ainda questão de saber *para quê* Pe. Rohr e Castro Faria dedicaram-se, de diferentes maneiras, mas com notável afinco, à pesquisa sobre o povoamento indígena antigo do território brasileiro e ao esforço de deter a destruição sem critério de alguns dos seus mais eloquentes testemunhos, os sambaquis do litoral catarinense. Pode-se ter algum encaminhamento para lidar com esta questão quando se detém nas definições destes cientistas acerca do que é a pesquisa arqueológica. Estas definições, evidentemente, não estão de forma alguma isentas de implicações políticas e cognitivas, afinal, “(...) Como um leque chinês, o passado apresenta diferentes figuras, dependendo de quem o manipula, embora este manipular nunca se dê de uma forma voluntariosa ou conspirativa.” (ALBURQUERQUE JR., 2007: 151).

⁶⁹ PADRE denuncia a extinção dos sambaquis catarinenses. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1971, 1º caderno, s. p. CFDA 08.09.050. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

⁷⁰ Também neste ponto, o quadro de referência desde o qual se projeta a atuação de Pe. Rohr contra a exploração econômica dos sambaquis é a tradição do profetismo judaico conforme este foi apropriado pelo movimento cristão. Cf. p. ex. BÍBLIA DE JERUSALÉM, ed. 2002 / 2006, Lucas 21, 12-3, p. 1741: “(...) Então Jesus entrou no Templo e expulsou todos os vendedores e compradores que lá estavam. Virou as mesas dos cambistas e as cadeiras dos que vendiam pombas. E disse-lhes: ‘Está escrito: *Minha casa será chamada casa de oração*. Vós, porém, fazeis dela um *covil de ladrões!*’” (Grifo na edição citada).

Em 1984, ano do falecimento de Pe. Rohr, o Museu de Antropologia da UFSC publicou em seus *Anais* um texto de sua lavra intitulado *Sítios arqueológicos de Santa Catarina*. Trata-se de uma síntese do trabalho que o jesuíta arqueólogo vinha realizando há décadas. Consta nela uma relação de todos os locais de interesse arqueológico encontrados por Pe. Rohr em território catarinense, espalhados por trinta e oito municípios. Consta também de notas introdutórias sobre a tipologia dos sítios arqueológicos encontrados no Brasil e de uma definição prévia acerca do que ele considerava a natureza e a tarefa da pesquisa arqueológica.

Dando início a esta definição, Pe. Rohr escreveu que

“(...) O primeiro tomo dos tratados modernos de História Geral é intitulado Pré-História. § A Pré-História, também chamada Arqueologia, é o estudo daquilo que se deu antes da História Escrita. § A história escrita remonta até uns cinco mil anos antes de Cristo. A Pré-História, porém, recua centenas de milhares de anos, dentro da penumbra misteriosa do passado, em busca do berço da humanidade. Procura desvendar o mistério mais sensacional da História do mundo, isto é, o aparecimento do primeiro *Homo sapiens* na face da Terra. § Se a História abrange um período de aproximadamente sete mil anos, a Pré-História estende-se sobre um período de uns dois milhões de anos, idade presumível do homem mais antigo conhecido até a presente data. Este *Homo habilis* foi descoberto por Leakei [*sic*] e sua esposa no Vale do Olduvai, na Tanganica, África Oriental. (...) A Pré-História acompanha os primeiros passos vacilantes do homem através dos milênios, desde a sua primitiva *Pebble Culture* de seixos rolados, até a sua maturidade, quando começa a perpetuar a sua História nos primeiros documentos de escrita cuneiforme. (...) E quais as fontes em que a Arqueologia busca o seu saber? São os Sítios Arqueológicos ou Monumentos Pré-Históricos, isto é, os lugares onde as populações primitivas deixaram sinais ou marcos de sua passagem. § No Brasil registramos grande variedade de sítios arqueológicos, que na legislação protetora são chamados jazidas arqueológicas: sambaquis, grutas, abrigos-sob-rocha, casas subterrâneas, galerias subterrâneas, sítios de sepultamentos, terreiros de antigas aldeias, parapeiros, estações líticas, tesos, ‘mounds’, estearias, sinalizações rupestres e outras mais.” (ROHR, 1984: 77-77).⁷¹

Duas *admissões tranquilas* que figuram neste trecho devem ser destacadas. A primeira diz respeito à ancianidade do homem. Talvez esta só chame a atenção devido a alguns mal-entendidos que são comuns quando se trata de dizer algo sobre as relações entre o

⁷¹ Com a expressão *Pebble Culture* designa-se a mais antiga atividade de intervenção técnica do ser humano sobre a natureza da qual se tem notícia, datada do princípio do período Quaternário (c. 1.598.050 a. C.). Ela não produziu nem polimentos autênticos, nem verdadeiras lascas ou lâminas, valendo-se de seixos de quartzo ou dolomita trabalhados em grande parte pela própria natureza, quase sem nenhum retoque. Seus indícios foram descobertos em 1954 na gruta de Makapansgat, situada no vale do rio homônimo, na província de Limpopo, África do Sul. É muito similar a peças localizadas desde 1934 nas margens do Rio Kafue, afluente do Zambeza, na Rodésia Setentrional, não distante da cidade de Broken Hill, e também, depois disso, em outros depósitos do Quaternário antigo em Uganda, Tanganica, Vaal, Marrocos, Índia e outros locais. O notável do descobrimento de Makapansgat é que estes artefatos estavam aí associados a fósseis de *Australopithecus*, que haviam sido encontrados na região desde o começo da década de 1920. (ZULUETA, 1957: 139-140).

evolucionismo e o catolicismo romano. Fica-se surpreso quando se constata que Pe. Rohr admite que o campo de estudos da *Pré-História estende-se sobre um período de uns dois milhões de anos, idade presumível do homem mais antigo conhecido até a presente data*, apenas graças à confusão estabelecida pela apologética darwinista entre as posições das confissões cristãs diante da questão da antiguidade do ser humano. Imagina-se que, como a Igreja da Inglaterra, que condenou a obra de Charles Darwin, a Igreja Católica Romana também sustentava como verdade de fé a relativa juventude da humanidade, mas a cronologia ampliada da história do mundo proposta pelas ciências dos séculos XIX e XX era, de fato, um assunto a ser negociado em Roma. (GLICK, 2009: 21). Pe. Rohr podia admitir que o ser humano havia surgido aproximadamente dois milhões de anos atrás porque concordava com a argumentação científica neste sentido e porque, enquanto padre católico romano, não havia nenhum artigo de fé que, *a priori*, lhe impedisse de fazer tal coisa.

A segunda das admissões de Pe. Rohr no trecho mencionado é a de que o primata do gênero *Homo* que viveu no que hoje é a África Oriental durante o Pleistoceno inferior (c. 998.050-779.050 a. C.), cujos vestígios foram encontrados por Louis S. B. Leakey e seus associados da década de 1930 a de 1960, é um *ser humano*. O encaminhamento da tentativa de desvendar o mistério do aparecimento do *Homo sapiens* estrutura-se sobre a percepção de uma continuidade evolutiva entre estas duas espécies de primatas superiores. Esta percepção, diga-se de partida, era também a de Leakey. Em sua enunciação, aliás, Pe. Rohr está literalmente muito próximo deste paleontólogo, que escreveu que

“(...) não cabe dúvida que o *Homo habilis* [cujos restos se encontraram no Vale do Olduvai], pelo menos no que diz respeito à abóboda craniana, está muito mais próximo do *Homo sapiens* do que os fósseis do *Homo erectus*, hominídeo desaparecido cujos fósseis foram encontrados em Java e na China e depois na África, em camadas do Pleistoceno médio [c. 779.050-124.050 a. C.]. § Nas gargantas do Olduvai encontramos muitos outros testemunhos sobre as origens do gênero *Homo* e consequentemente sobre as do homem moderno: elas nos levam a quase dois milhões de anos atrás. (...) Parece difícil duvidar que o *Homo habilis* esteja na linha direta do *Homo sapiens*. Com toda probabilidade o ramo que devia dar o *Homo erectus* se separou desse grupo o mais tardar no Pleistoceno inferior. No Pleistoceno medo ele se tornou uma espécie completamente distinta e ultraespecializada.” (LEAKEY, 1975: 66).

Esta postura intelectual de Pe. Rohr não era autoevidente ou natural. A explícita associação entre os hominídeos não humanos e os seres humanos foi durante considerável período escamoteada, evitada ou mesmo rejeitada pelos pensadores católicos mais refinados, possivelmente em função das implicações éticas e dos problemas teológicos que esta ligação

coloca em pauta. Gilbert Keith Chesterton, importante polemista católico inglês das primeiras décadas do século XX, por exemplo, argumentou contra ela de maneira veemente. Segundo este autor, o relevante a se considerar sobre o surgimento do ser humano seria o hiato existente entre ele e os demais seres vivos. A transição da animalidade à humanidade seria essencial, qualitativa e não histórica. A respeito dela, só poderia se dizer que ela ocorreu; os historiadores, ou melhor, os pré-historiadores e os biólogos, entre os quais os paleontólogos, não teriam condições de, seguindo *trilhas interrompidas de pedras e ossos*, dar com a solução do *mistério mais sensacional da História do mundo*. (CHESTERTON, 2010).

De outra parte, contudo, esta não era a solução de Pe. Rohr para este problema. Para ele, o homem de ciência tem, sim, algo a dizer a respeito de questões como o surgimento do ser humano, que séculos antes haviam sido reivindicadas como um domínio exclusivo da especulação metafísica. Como religioso, sentia-se impelido a dizer algo sobre o assunto, mas algo que não fosse apenas um elogio da racionalidade contemplativa. E o estudo arqueológico lhe fornecia elementos para lidar com este *mistério*, na medida em que “a Pré-História, longe de ser simples diletantismo de aventureiros incultos e inescrupulosos, à cata de objetos antigos e de tesouros escondidos, é ciência muito séria de especialistas, que buscam documentos do passado para estudá-los, ordená-los e depois transmiti-los à posteridade, escrevendo, desta maneira, a Pré-História.” (ROHR, 1984: 77).

A analogia do trabalho de Pe. Rohr com o de seus confrades Pe. Teilhard Chardin e Pe. Balduino Rambo é tentadora, mas me parece pouco proveitoso cotejar aqui os sistemas de conciliação entre a ciência moderna e o catolicismo romano elaborados por estes pensadores e a *prática de pesquisa* de Pe. Rohr, na qual esta questão não aparece em momento algum de forma explícita. Uma referência que melhor parece enriquecer a nossa compreensão do trabalho em arqueologia deste jesuíta gaúcho deve ser ao fato de que em 12 de agosto de 1950, no momento em que Pe. Rohr começava a demonstrar um interesse mais agudo pela pré-história do território brasileiro, o Papa Pio XII, *oficialmente como chefe* (maestro) *da Igreja, concede liberdade aos sábios para investigar o problema da origem do homem* na Encíclica *Humani Generis*.” (ZULUETA, 1957: 185-186). É bom que fique claro que não se trata aqui de indicar nenhum tipo relação de causa e consequência, mas de apontar os contornos de quadro histórico onde fatores de diversas ordens convergem em um mesmo sentido.

De acordo com Castro Faria, a *Humani Generis* havia sido preparada desde o começo da década de 1940, quando o Papa se pronunciou sobre o mesmo assunto diante da Pontifícia Academia de Ciências. Segundo o antropólogo do Museu Nacional, através desta encíclica, “(...) As velhas contendas evolucionistas estavam superadas.” (CASTRO FARIA, 1998-8: 135). Para ele,

“(...) O sentido que esse documento assume como lição e exemplo de atitude, em face de todo esforço honesto de pesquisa é tão surpreendente e tão grande na magnanimidade da sua tolerância. que talvez por isso certos espíritos teimosamente intransigentes ainda relutem em lhe conhecer o alcance. (...) O que isso significa é fácil demonstrar. Nas *Nociones de Antropología*, livro do padre jesuíta Adrian Zulueta, professor da Universidade Pontifícia de Comillas, destinado a seminaristas *como preparação para seus estudos de Filosofia e Teologia* podemos ler que a Igreja Católica oficialmente não repudia o evolucionismo, [mas] ao contrário, deseja maiores investigações de sábios e teólogos sobre a cooperação das espécies inferiores na formação do corpo do homem.” (CASTRO FARIA, 1999-8: 135-136. Grifo no original).

Não foi possível verificar se Pe. Rohr leu o livro de seu confrade espanhol, mas isso é efetivamente irrelevante para o argumento aqui sustentado. Tendo direto contato com este manual ou não, em todo caso, pode-se validamente considerar estes dois homens, enquanto jesuítas de uma mesma *geração*, como beneficiários de um mesmo clima favorável à participação dos sacerdotes católicos no debate *científico*, tanto biológico quanto arqueológico, sobre o *mistério* do surgimento do ser humano. Esta ambiência foi consagrada pela *Humani Generis*, mas surge antes, da atitude de *deixar estar* que as autoridades católicas, via de regra, mantiveram em relação às pesquisas científicas sobre a origem da humanidade no século anterior. (ARTIGAS, GLICK & MARTÍNEZ, 2006; KAPUSTA, 2009: 27-30 e notas correspondentes, 36-38, nn. 1-23).

Há ainda mais um ponto a considerar a respeito do reconhecimento de Pe. Rohr da existência de um vínculo efetivo entre os fósseis humanos encontrados por Leakey em Tanganica e os paleoameríndios que ele mesmo, estudioso da pré-história, havia exumado no litoral catarinense. A afirmação do parentesco dos seres humanos de diferentes latitudes e formas de estar no mundo não é apenas a vulgata científica corrente desde a década de 1950 – expressa, por exemplo, nas declarações da UNESCO sobre o assunto. (ZULUETA, 1957: 224-225 e nota correspondente, n. 2). Ela também é um tema jesuítico recorrente, concomitante aos debates quanto à natureza dos nativos americanos, ou seja, ao tempo de criação da Companhia de Jesus. Em 1590, o Pe. José de Acosta, a quem Inácio de Loyola

instruiu a adotar a língua e os costumes dos povos do Novo Mundo para melhor poder evangelizá-los, argumentou em sua *História natural e moral das Índias* que os nativos americanos descendiam de antigos povos do Velho Mundo, e que deviam ter chegado à América através de alguma passagem terrestre ainda ignorada. Treinados na erudição clássica e professando o monogenismo da espécie humana como artigo de fé, os jesuítas buscaram corroborar este *a priori*, e já no século XVI elaboraram as primeiras teorias comparatistas e difusionistas. (POLIAKOV, 1974: 112-115; GINZBURG, 2007-2: 99-104 e notas correspondentes, 370-373, nn. 11-31).⁷²

Esta doutrina da unidade do gênero humano, que havia sido contestada desde os tempos pré-cristãos por razões cabalísticas ou filosóficas, foi combatida a partir do século XVIII em nome de considerações que se apresentavam como científicas. (POLIAKOV, 1974: 106-109, 117-119 e 152-159).⁷³ Pe. Rohr tinha um motivo muito pragmático para voltar a enfatizá-la: a exploração econômica dos sambaquis fazia-se não obstante estarem depositados nestes uma grande quantidade de esqueletos principalmente pelo fato de os envolvidos em tal operação não reconhecerem naquelas ossadas restos *humanos*. Cite-se o exemplo do sambaqui da Passagem do Rio d’Una, no município catarinense de Imaruí. Quando Pe. Rohr visitou este sítio arqueológico em julho de 1961, ele havia sido recentemente arrasado pela retirada de conchas autorizada pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Santa Catarina; meia dúzia de operários ainda alimentavam, ininterruptamente, dois grandes fornos de cal com a matéria de seu substrato. Apesar de

“(...) já terem sido destruídos centenas, talvez até milhares de esqueletos humanos, durante o desmonte daquele imenso concheiro, nenhum dos operários, nem sequer o dono do concheiro, jamais haviam visto um esqueleto humano inteiro. Ficaram verdadeiramente perplexos e até chocados, com o aspecto dos dois homens pré-históricos adormecidos naquele monte de conchas.” (ROHR, 1961: 19).

⁷² Em palestra proferida no MAST em agosto de 2000, Antônio Carlos de Souza Lima observou que a discussão sobre a procedência e a natureza dos povos indígenas “é uma forma transformada da discussão sobre a dispersão dos povos bíblicos.” Na mesma ocasião, este antropólogo afirmou que quando “se pensa como a antropologia considerou as populações nativas de diversas regiões do mundo, estabelece-se com facilidade a ponte entre cronistas, viajantes e missionários, pensadas como pré-história [da antropologia como disciplina].” (LIMA, 2008: 73).

⁷³ O poligenismo foi oficial e definitivamente rejeitado pela Igreja Católica pela Encíclica *Humani Generis*. Neste documento o Papa Pio XII declarou que, ainda que fossem desejáveis as investigações sobre a origem e o surgimento da diferenciação dos seres humanos, os católicos não gozavam de liberdade para aderirem ao poligenismo sem se excluírem da comunhão eclesial. (ZULUETA, 1957: 229 e nota correspondente, n. 6).

Como o próprio Pe. Rohr havia declarado no parágrafo anterior do mesmo relatório de sua visita a esta jazida que lhe haviam sido “entregues, pelos operários, alguns fragmentos de outros esqueletos, procedentes do mesmo sambaqui” (ROHR, 1961: 18), não se pode assumir como procedente a sua afirmação de que os envolvidos com a destruição do Sambaqui da Passagem do Rio d’Una não haviam visto naquele local nenhum esqueleto humano inteiro antes de sua passagem por ali. O certo é que os tenham visto, abundantemente, mas não o tenham reconhecido como sendo humanos.

Em sua definição do que é arqueologia, à qual voltamos mais uma vez, Pe. Rohr ainda destaca que ela,

“(...) que estuda as coisas mais antigas, é ciência relativamente nova e, muitas vezes, mal interpretada. Apenas a Paleontologia, ciência que estuda a fauna e a flora fósseis, isto é, animais e plantas petrificadas, recua milhões de anos mais, descobrindo o mundo estupendo dos sáurios do tamanho de arranha-céus e de selvas inteiras transformadas em pedra e carvão. (...) longe de ser simples diletantismo de aventureiros incultos e inescrupulosos, à cata de objetos antigos e de tesouros escondidos, é ciência muito séria de especialistas, que buscam documentos do passado para estudá-los, ordená-los e depois transmiti-los à posteridade, escrevendo, desta maneira, a Pré-História. § Como ciência, a Arqueologia está em íntima conexão com a Antropologia, a Geologia, a Zoologia, a Física, a Química, a Botânica e outras mais. Para fazer uma pesquisa rigorosa e exaustiva, por exemplo, de um sambaqui, requer-se a colaboração de especialistas em todos estes ramos do saber.” (ROHR, 1984: 77).

Para Pe. Rohr, portanto, a arqueologia é *ciência*, em íntima conexão com outras ciências, que abrangem diferentes campos do conhecimento. A associação entre Arqueologia e Antropologia não é mais colocada como intrínseca, ainda que permaneça como desejável e mesmo imprescindível. Trata-se de detalhe nada banal. A capacitação e a seriedade do pesquisador profissional, do especialista em arqueologia são contrastadas pelo jesuíta com o modelo dos catadores de objetos antigos e os caçadores de tesouros.

E Pe. Rohr sabia bem o quanto estes podiam causar danos aos sítios arqueológicos em sua avidez; supostamente interessados na pré-história, não passavam de cúmplices secretos da indústria da cal de mariscos, movidos pelo mesmo impulso que mantinha esta em funcionamento. Nos anos de 1980 e 1982, enquanto realizava seu último trabalho de campo, Pe. Rohr testemunhou alguns dos esqueletos e restos de cerâmicas pré-históricas serem destruídos pelos pescadores que remexiam, à noite, em busca de ouro, as trincheiras que ele

havia aberto nos sambaquis de Imbituba e Imaruí.⁷⁴ Muitas vezes, principalmente entre os caboclos do litoral catarinense, as escavações precipitadas dos populares, animados por “vagas suspeitas e mitos, referentes a tesouros jesuíticos” (ROHR, 1966-2: 28), precediam os estudos dos especialistas, causando irreparáveis perdas de dados.⁷⁵ As grutas de interesse arqueológico não possuíam melhor destino que os sambaquis no referente a isto: “(...) Como, a par da ignorância generalizada, grassa no interior do país imensa curiosidade pelo desconhecido”, a maioria delas era “depredada e devastada, antes de terem sido visitadas por um arqueólogo, que pudesse estudá-las cientificamente.” (ROHR, 1984: 80). Também os abrigos-sob-rocha, ricos em vestígios de povoamento indígena antigo, sofriam o mesmo tipo de intervenção, “sendo criminosamente devastados e depredados por pessoas ignorantes e inescrupulosas em busca de tesouros lendários.” (ROHR, 1984: 81). Nem mesmo os restos humanos escapavam destas violações, e registrou Pe. Rohr que “(...) Em um abrigo de Uribici os primeiros visitantes encontraram acima de sessenta esqueletos. Por ocasião de nossa visita, em 1970, já não havia crânio algum, mas apenas um amontoado confuso de ossadas humanas, fragmentadas e muitas vezes remexidas.” (ROHR, 1984: 81). Para o jesuíta gaúcho, desta forma, “as páginas da Pré-História vão sendo criminosamente arrancadas, perdendo-se irremediavelmente para a ciência.” (ROHR, 1984: 80).

De acordo com Pe. Rohr, o trabalho do arqueólogo consistiria justamente na adequada recuperação e leitura destas *páginas* que a indústria da cal de mariscos, a busca por tesouros antigos, a curiosidade não orientada pelo desconhecido e as próprias forças naturais, com o passar do tempo, tornavam ininteligíveis. Retomando as considerações que Castro Faria havia levantado em seu *O problema da proteção aos sambaquis*, Pe. Rohr reconhece que a pesquisa arqueológica também causa destruição nos locais em que é realizada, mas uma destruição de qualidade diferente, pois controlada e geradora de conhecimento:

“(...) Cada sítio arqueológico é uma página da Pré-História. O arqueólogo, escavando, deve ler e interpretar este livro da Pré-História para depois publicá-lo. Toda a escavação deve ser seguida da publicação dos resultados obtidos. Sem isto a escavação não teria nenhum sentido. § Enquanto escava, o arqueólogo destrói o livro da Pré-História e caso não souber lê-lo e interpretá-lo corretamente, ninguém jamais poderá fazê-lo no futuro e ficará para sempre uma lacuna na Pré-História. Por isto a escavação arqueológica somente poderá ser feita por pessoas capacitadas, que tenham perfeito conhecimento de

⁷⁴ ROHR, João Alfredo & FRANÇA, Renato. “Órgãos oficiais não apoiam o Museu do Homem do Sambaqui”. *Jornal de Santa Catarina*, a. 12, n. 3402, 8 de novembro de 1982, s. p. Recorte integrante do processo n. 1.129-T-84, v. 2, fl. 24, anexo III. Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ.

⁷⁵ Sobre esta busca dos (supostos) tesouros que os jesuítas teriam abandonado no Brasil quando da supressão da Companhia em 1767, ver KESSEL, 1997 e (mais afim ao problema catarinense) SANTOS, 2004. V. também a lenda gaúcha da *Lagoa Vermelha*, registrada em FAGUNDES, 1996.

causa e curso especializado de arqueologia. A destruição leviana dos sítios arqueológicos é crime contra o Patrimônio Histórico Nacional.” (ROHR, 1984: 78).

Para Pe. Rohr, portanto, a pesquisa arqueológica serve para esclarecer o passado, estendendo o conhecimento da trajetória histórica do homem até as suas misteriosas origens e ampliando sua memória para abarcar tempos e povos muito anteriores à *maturidade da humanidade*, ou seja, para antes do surgimento da escrita. Isso seria um fim em si mesmo, autoevidente. Pela pesquisa do povoamento indígena antigo do Brasil, seria possível redimensionar e, portanto, *corrigir* a história do Brasil. A este respeito, por exemplo, o jesuíta declarou em 1982 ao *Jornal de Santa Catarina*, que os sambaquis são

“(…) verdadeiros tesouros arqueológicos. A importância deles é indiscutível, eles encerram a autêntica história do Brasil, aquela que ainda não foi escrita. Temos [no Museu do Homem do Sambaqui] materiais que datam de 8.600 anos, datados cientificamente através do carbono 14. Em Santa Catarina, temos sítios que datam de 9.000 anos. Sabe o que isto significa? Significa um período anterior 18 vezes daquilo que afirmam ter sido a descoberta do Brasil. *Esta é a verdadeira história.*” (Grifo meu).⁷⁶

Sabe-se agora, contudo, que as formas que os objetos históricos adquirem só podem ser explicadas pela própria história, que eles são “como arrecifes, nascidos do paciente trabalho de aglutinação dos detritos, da dispersão das práticas e discursos que vão se cristalizando e delineando o relevo do passado”; que se pode “apreender o movimento de seu aparecimento, aproximarmo-nos do momento em que foi ganhando consistência, visibilidade e dizibilidade, foi emergindo como as duras conchas emergem do trabalho lento de petrificação do lamaçal do mangue.” (ALBUQUERQUE JR., 2007-1: 151; FOUCAULT, 1972-2: 62-63). Pode-se, portanto, validamente se perguntar a partir de quais e contra quais percepções pôde ser recortada a noção de que o passado pré-histórico *pode e deve* ser estudado, como forma de esclarecer um passado ainda não documentado, retificando a memória histórica.

O surgimento de uma concepção do tempo que o define como uma linha em movimento contínuo para frente, em direção ao futuro, parece ser aqui a referência basilar a ser recuperada. Ela implica um abandono do modelo clássico de história, encarado durante um

⁷⁶ ROHR, João Alfredo & FRANÇA, Renato. “Órgãos oficiais não apoiam o Museu do Homem do Sambaqui”. *Jornal de Santa Catarina*, a. 12, n. 3402, 8 de novembro de 1982, s. p. Recorte integrante do processo n. 1.129-T-84, v. 2, fl. 24, anexo III. Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ.

largo período como fornecedora de uma coleção de exemplos a serem seguidos ou evitados, e introduz uma desconfiança permanente em relação à memória, às narrativas estabelecidas sobre o passado. Estas precisam ser constantemente retificadas pelo cotejo com novos documentos, pois se considera que padeçam de uma espécie de corrosão interna, que só faz se agravar com a passagem do tempo. A emergência desta definição de tempo, assimilado ao progresso – nem sempre desejável ou benfazejo, mas, de toda forma, supostamente inevitável – vai introduzir um hiato crescente entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa do homem moderno. (ARAÚJO, 1988: 40; TRIGGER, 2004: 55-60; KOSELLECK, 2006-2).⁷⁷ Inteiramente excluída a possibilidade da repetição ou mesmo da similaridade histórica, este horizonte fixou-se unicamente no imprevisível futuro, que, justamente por sua imprevisibilidade, parece dispensar os ensinamentos antes veiculados pela tradição. Este processo,

“(...) tende a transformar, dessa maneira, a tradição em um monte de ruínas, restos inúteis de uma caminhada que sempre encontra o seu sentido mais à frente, além de desativar progressivamente a memória e, o que me parece crucial para a investigação da crítica histórica, tornar o passado um lugar sombrio, misterioso, presidido pelo esquecimento, onde praticamente qualquer coisa pode ter acontecido.” (ARAÚJO, 1988: 40).

Não é de fato casual, portanto, que tenha sido em meados do século XVIII, com a emergência desta concepção de tempo que apareceu a literatura de terror moderna, com os romances *góticos* de Horace Walpole e Ann Radcliffe, nem que as histórias que eles contavam se desenrolassem em cenários medievais, *lúgubres* igrejas e fortalezas feudais – locais que ainda poucos anos antes conservavam parte de seu antigo esplendor. (LOVECRAFT, 1987: 11-20; ARAÚJO, 1988: 40-41). Parece, de fato, haver uma estreita conexão entre o predomínio de uma noção linear e progressiva do tempo histórico, o rápido e profundo desprestígio da memória estabelecida e da concepção clássica da história como *mestra da vida*, e a conversão do passado em matéria de terror. O quadro esboçado por esta conexão ajuda a entender o surgimento da concepção moderna de uma forma *científica* de se lidar com o passado e do aparato crítico que a acompanha. (ARAÚJO, 1988: 40-41). Esta concepção recebeu

⁷⁷ Sobre as categorias analíticas de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, ver KOSELLECK, 2006-3.

“(...) a incumbência de dirigir-se na direção do passado, deste novo passado, obscuro e esquecido, quase assustador, e nele procurar, através da aplicação de seu método aos escombros da tradição, agora convertidos em *documentos*, as evidências que permitiriam a reconstrução do seu *verdadeiro* rosto. Assim, ao contrário do restante da civilização, que olhava para adiante, a história deslocava-se para trás, procurando expurgar o caos, a desordem e o terror que ali pudessem ser encontrados.” (ARAÚJO, 1988: 41. Grifos meus).

Pela definição de Pe. Rohr do trabalho da arqueologia, pode-se compreender que sua tentativa de descobrir e desvendar os *documentos* que testemunham um passado anterior a escrita se inclui neste esforço, essencial ao *imaginário ocidental*, de tornar o passado inteligível ao presente, de extirpar o trágico que ali possa brotar. (ARAÚJO, 1988: 41). Afinal de contas, o acúmulo de dados provindos da paleontologia e da arqueologia pré-histórica, longe de minimizar a imagem do passado como um lugar ameaçador, ao indicar a existência de eras inteiras que ainda eram desconhecidas, aumenta e aprofunda a angústia associada a esta imagem. Testemunham este aprofundamento, por exemplo, as histórias compostas por Arthur Machen e Howard Phillips Lovecraft, assim como por seus discípulos e imitadores, que urdiram seus universos de medo cósmico a partir das insinuações de peças *estranhas* trazidas à luz pela pesquisa arqueológica no Velho e no Novo Mundo, da exumação muito recente de sociedades há pouco completamente desconhecidas e do temor difuso de quais tipos de homens e coisas vagamente humanas pudessem ter existido sobre a face da Terra antes da história conhecida pelos historiadores. (LOVECRAFT, 1987: 85-93; BEAL, 2002: 179-191; FRIGOLI, 2010).⁷⁸

⁷⁸ Dois exemplos arquetípicos desta classe de histórias são a *Novela da chancela negra*, de Machen, e o conto *O chamado de Cthulhu*, de Lovecraft. A *Novela da chancela negra* conta a história de um professor que, tendo descoberto uma singular identidade entre certos caracteres inscritos em rochas calcárias do País de Gales e os existentes num sinete pré-histórico da Babilônia, se empenha em uma série de pesquisas que o conduzem a coisas ignoradas e a um destino terrível. (MACHEN, 2007). *O chamado de Cthulhu* narra a fragmentada investigação a respeito de uma conspiração de extensão mundial e tão antiga quanto o surgimento do ser humano, onde são conectados os estudos de um especialista em antigas inscrições semíticas, os sonhos extraordinários de um artista psicologicamente sensível da Nova Inglaterra, a captura de um culto satânico em Nova Orleans, uma ídolo pré-histórico de forma vagamente antropóide, uma tribo degenerada de esquimós e o testemunho traumatizado de um marinheiro sobre os incidentes ocorridos em uma ilha não cartografada no Pacífico. (LOVECRAFT, 2013).

3.6. Desassossegar a História

O espírito da fortaleza é a ponte levadiça. (Cit. BOURDIEU, 2004: 9).

Em um artigo no qual trata do uso da fotografia na pesquisa antropológica, publicado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1998, Castro Faria usa a mesma imagem empregada por Pe. Rohr em 1984 para descrever o trabalho de produção do conhecimento realizado em uma escavação arqueológica (e a partir dela). Da mesma forma que o jesuíta gaúcho, ele também enfatiza a necessidade de uma competência específica da parte de quem empreende o estudo de um sítio arqueológico, para que não se percam informações sobre o passado pré-histórico que aí possam ser obtidas.

“(…) Não é possível descobrir o que um sítio pré-histórico esconde a não ser desmontando-o lentamente, até encontrar o solo natural, sobre o qual repousam as camadas artificiais, vestígios da atividade humana. Essa desconstrução é, na verdade, um ato de leitura – cada camada é uma página, que só o profissional competente sabe ler. Num perfil estratigráfico estão presentes todos os dados fatuais, que devem ser transmutados em textos explicativos de fatos ocorridos há milhares de anos. A pesquisa arqueológica não pode ser reduzida a uma simples coleta de objetos e de esqueletos. As paredes do corte, na medida em que ele é efetuado, e as superfícies dos planos de escavação, quando afloram os sinais de ocupação humana, representam o *texto* a ser lido e interpretado. O conjunto de todos os dados recolhidos – artefatos, esqueletos e qualquer outra evidência de atividade humana – constituem o *contexto*, de utilização indispensável para a apresentação de resultados científicos de uma escavação.” (CASTRO FARIA, 1998-11: 164-165).

A coincidência de imagens e de noções entre os textos citados de Pe. Rohr e de Castro Faria não parece ser, de modo algum, aleatória. Não se insinua, por outra parte, que o texto e Castro Faria *dependa* daquele de Pe. Rohr. Em primeiro lugar, porque não há indício de que o antropólogo tenha tido conhecimento desse escrito. Em segundo, porque o próprio Pe. Rohr fez questão de deixar claro a sua posição dependente em relação a Castro Faria, na última carta que enviou a este.⁷⁹

O uso por ambos os autores da analogia da escavação arqueológica com a pesquisa histórica em documentos escritos parece, portanto, provir da dependência de ambos os autores a um modelo comum, que se poderia reconhecer, por exemplo, já nas pesquisas em

⁷⁹ Carta de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 16 de dezembro de 1971. CFDA 11.12.937. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

arqueologia do território brasileiro desenvolvidas em meados do século XIX. Peter W. Lund, debruçado sobre o problema da coexistência ou não de seres humanos com a megafauna hoje extinta, definia as grutas calcárias brasileiras onde seus vestígios se encontravam misturados como “os *arquivos* onde essa pesquisa deveria ser executada.” (Cit. HOLTEN & GUIMARÃES, 1997: 42. Grifo meu). Décadas depois, Charles Wiener escreveu no primeiro número dos *Arquivos do Museu Nacional*, que “(...) Nos sambaquis, como talvez na base de muitas árvores seculares das florestas brasileiras, no fundo de alguma gruta ou nos desmoronamentos de alguma montanha encontrar-se-ão, sem dúvida, muitas *páginas* instrutivas da história do gênero humano.” (WIENER, 1876: 20. Grifo meu). Nestes autores encontram-se não apenas estas mesmas imagens, como também a mesma concepção do passado como um lugar misterioso, que precisa ser incorporado à memória, domesticado por seu entendimento através empreendimentos de pesquisa que, de um ponto de vista *prático*, preocupado com o progresso tecnológico e com a transformação social planejada, parecem absolutamente gratuitos.

A percepção de uma continuidade linear, de uma linha de ascendência vinculando a definição de arqueologia de Castro Faria à pesquisa sobre a pré-história brasileira realizada pelo século XIX, entretanto, é uma solução demasiado fácil e possivelmente enganosa. Embora o emprego de imagens comuns para descrever um ato de conhecimento testemunhe a solidificação de um discurso, que nos aparece em sua superfície como inteiriço e sem fissura, este “guarda no seu interior, para um curioso arqueólogo, movimentos tectônicos incessantes, vagas e estremecimentos que ameaçam fazer voltar, ao fluxo do tempo, aquelas cristalizações”. (ALBUQUERQUE JR., 2007-2: 151; FOUCAULT, 1972-2: 62-63). Para grande perturbação dos historiadores, com o passar do tempo, as mesmas palavras e as mesmas imagens são instrumentalizadas para realizar e para se referir a coisas diversas. É necessário tentar seguir estes movimentos subterrâneos, registrando ao menos os seus imprecisos contornos. O próprio fato de Castro Faria realizar e prescrever uma recorrente releitura dos estudos em arqueologia do território brasileiro realizados no século XIX é indício de sua consciência aguda acerca do quanto estava *separado* destes o seu próprio trabalho. (CASTRO FARIA, 1999-2: 238-244; CASTRO FARIA, 1999-3). É necessário, portanto, procurar em outra parte o rastro de *porque* Castro Faria considerava necessária a pesquisa arqueológica.

Em algum momento da década de 1960, antes da fundação do PPGAS-MN/UFRJ, Castro Faria escreveu o texto *Arqueologia brasileira* para acompanhar uma série de trinta e quatro diafilmes – i.e. slides – sobre este tema.⁸⁰ Compunha este compósito uma parte da coleção Diafilmes Culturais, formado por apresentações análogas, que abrangiam as áreas da paleontologia, da geologia e da antropologia. Ela havia sido publicada pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo, do Ministério da Educação e Cultura, e distribuída a professores de ensino médio de todo o Brasil, com o objetivo de fornecer-lhes “ilustrações que motivem os alunos na iniciação destas disciplinas, hoje consideradas de maior relevância dentro do quadro do desenvolvimento brasileiro.” (TAMBELLINI, c. 1960: 3). A escolha dos temas a serem expostos e a seleção dos pesquisadores que montariam os slides e escreveriam os textos que os acompanhavam – todos do Museu Nacional – era responsabilidade de Roberto Cardoso de Oliveira.

Castro Faria iniciou o referido texto desfazendo o que sempre afirmou ser uma confusão tão comum quanto nefasta: “(...) A arqueologia é popularmente considerada como ciência; na realidade, entretanto, ela é sobretudo um método.” (CASTRO FARIA, c. 1960: 5). Isto estabelecido, devia ficar claro que “(...) O objetivo da pesquisa arqueológica é reconstituir, mediante a interpretação correta dos significados de documentos materiais, a história cultural de grupos humanos desaparecidos.” (CASTRO FARIA, c. 1960: 5). O termo documento é empregado não como sinônimo de escrito, mas em um sentido amplo, como, por exemplo, o que havia sido cunhado pela historiografia francesa dos *Annales* na primeira metade do século XX. E aquilo que estava estabelecido pelo emprego do qualificativo *materiais* para se tratar de *documentos* foi ainda ressaltado com uma comparação: “(...) A Arqueologia Clássica conta geralmente com textos; a Arqueologia Pré-Histórica, que abrange um período muito mais longo, só dispõe de objetos, pois lida com culturas que desconheciam a escrita.” (CASTRO FARIA, c. 1960: 5).

A arqueologia brasileira tratada por Castro Faria no texto homônimo é inteiramente a arqueologia de povos sem escrituras, portanto, essencialmente diversa da arqueologia dos antigos povos mediterrânicos, que é aquilo que normalmente se designa quando se emprega a expressão *arqueologia clássica*. O estudo do passado pré-histórico dos povos que habitaram o território brasileiro antes da conquista europeia, coerentemente, é afastado por Castro Faria da

⁸⁰ Este texto foi republicado no segundo volume dos *Escritos exumados* de Castro Faria (1999-1).

historiografia tradicional, com sua forte ênfase na análise de textos, e *essencialmente* vinculado à pesquisa com os povos nativos, sem escrita, que ainda subsistem no mesmo território. Aquele que emprega o método arqueológico, portanto, faria história das culturas sendo outra coisa que não um historiador profissional.⁸¹

“(…) As tribos indígenas que ainda vivem em algumas regiões interiores do Brasil são estudadas por profissionais que se especializaram em Antropologia Cultural. Esta ciência desenvolveu métodos próprios de investigação e elaborou um certo número de conceitos de valor interpretativo, que permitem uma compreensão satisfatória dos comportamentos socioculturais, uma vez que eles apresentam grau apreciável de consistência e de regularidade e podem ser integrados num sistema de generalizações comprovadamente válidas. § Esse estudo é realizado em geral por meio da participação direta, ou seja, pela convivência do pesquisador na pequena sociedade tribal, tanto quanto possível na posição de um de seus membros. § O arqueólogo é também um profissional de formação antropológica, que se especializa na reconstituição de culturas antigas, hoje representada apenas por um número relativamente reduzido de evidências materiais.” (CASTRO FARIA, c. 1960: 5).

A pesquisa arqueológica seria uma forma de reconstituir por indícios materiais – construções, equipamentos variados, utensílios, armas, diferentes modalidades de expressão artística, adornos, práticas funerárias – preservados no solo aquelas formas culturais que desapareceram completamente, assim como, a partir delas, elaborar uma imagem cientificamente validada das estruturas sociais que estas formas culturais expressavam, estruturas que não mais podem ser observadas e conhecidas diretamente pelos antropólogos. A demanda intelectual pela pesquisa arqueológica, portanto, surgiria do fato de que “(…) As culturas transformam-se gradativamente e em certas áreas são substituídas por outras muito diferentes.” (CASTRO FARIA, c. 1960: 6). De fato, da mesma forma que se observa uma distribuição espacial sincrônica de formas culturais particulares, verifica-se uma sucessão ou sequência em um mesmo local de modalidades culturais bastante diversas entre si. São estes

“(…) dois elementos mencionados, o histórico ou sucessão de formas, e o geográfico, representado pela distribuição numa certa área de diferentes formas ou contextos culturais, constituem os dois critérios básicos utilizados na pesquisa arqueológica. Esses dois critérios são designados como temporal e espacial. Aliados aos critérios de forma e função, permitem a integração das três diferentes modalidades de conhecimentos – relativos a tempo, espaço, forma e função – numa síntese integrativa, que é um dos objetivos da Antropologia.” (CASTRO FARIA, c. 1960: 6).

⁸¹ Falta aqui referência a uma história das apropriações e ressignificações da produção historiográfica pela antropologia, realizadas no âmbito das disputas pelo estabelecimento de fronteiras entre historiadores e antropólogos enquanto acadêmicos profissionais, mas este é trabalho que ainda se encontra por fazer (ao passo que a história das contribuições da antropologia à historiografia contemporânea já se encontra em plena produção).

O critério temporal, confrontado com a ausência de registros escritos, exige na reconstituição de formas culturais que não podem ser observadas em seu funcionamento *in vivo* o emprego das escavações e das análises estratigráficas, criadas pela geologia histórica. Elas permitem “uma apreciação suficientemente correta e minuciosa de todos os fatos que se desenrolaram através do tempo [em certo terreno].” (CASTRO FARIA, c. 1960: 6). Através do seu emprego, o arqueólogo pode desempenhar sua tarefa – que não é apenas caracterizar com seguranças as formas culturais que se sucederam em um determinado sítio, mas estabelecer sequências dessas formas, sua distribuição e, se possível, os motivos de sua variação. Para atingir tais objetivos,

“(...) foram formulados dentro daqueles conceitos básicos e muito amplos, de tempo, espaço, forma e função, outros conceitos particulares, mais limitados e concisos. Ao realizar o seu trabalho o arqueólogo utiliza-se de conceitos tais como período, fase, área, componente, tradição, estilo, horizonte e recorre a procedimentos técnicos rigorosos.” (CASTRO FARIA, c. 1960: 6).

Sendo a arqueologia um método da antropologia cultural, ela exigiria formação nesta ciência, além de treinamento conveniente em técnicas de escavação e análises estratigráficas. Estas, como já mencionado, foram extraídas à geologia, e é o seu caráter altamente especializado que, de acordo com Castro Faria, conferiria “à Arqueologia certa independência, como campo de estudo, e uma individualização já tradicional.” (CASTRO FARIA, c. 1960: 6). Só deste ponto de vista da metodologia de estudo seria possível falar de um campo arqueológico distinto do antropológico; sendo, entretanto, necessário realçar que “a integração dos dois tipos de conhecimento é sempre possível e satisfaz à necessidade de reconstituição da história cultural de área, de região ou de grupos.” (CASTRO FARIA, c. 1960: 6).

Castro Faria voltaria a elaborar uma definição da pesquisa arqueológica e de sua necessidade mais de duas décadas depois de ter escrito *Arqueologia brasileira*. Em 22 de setembro de 1987, quando já se encontrava de todo afastado das escavações, ele proferiu na IV Reunião Científica da Sociedade Brasileira de Arqueologia a conferência *Domínios e fronteiras do saber: a identidade da arqueologia*.⁸² Nesta fala, Castro Faria teceu uma dura

⁸² O texto desta conferência foi publicada em volume especial da *Dédalo*, revista do Museu de Antropologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), do qual constavam os Anais da IV Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira (série “Publicações avulsas”, n. 1, 1989). Mais tarde ele foi republicado

crítica ao fato de, mesmo depois de percorrer caminho realmente difícil no sentido de alcançar uma sustentação institucional conveniente e uma autonomização de seus problemas e métodos, a arqueologia brasileira ainda mostrar sinais claros de dependência e insegurança, renunciando “ao exercício pleno de uma identidade própria autodefinida, suficiente em termos de práticas e de sustentação teórica.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 36).

Para Castro Faria, um dos sinais da indefinição *mortificante* que afligiria a arqueologia brasileira do fim da década de 1980 seria seu apelo quase programático à interdisciplinaridade. Segundo este autor, se a investigação interdisciplinar é imposta às ciências exatas e naturais pela essência de seus objetos de estudo – um químico precisa da física, um biólogo precisa da química, um físico precisa da matemática, e daí por diante – ela não tem o mesmo estatuto ou mesmo caráter nas ciências humanas. De fato, “(...) nas ciências humanas, quando a categoria interdisciplinaridade é manipulada, o que está em jogo não é exatamente um problema epistêmico, e sim ideológico.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 38). Baseando-se na reflexão de Pierre Bourdieu sobre as disputas estruturantes do campo científico e de Louis Althusser sobre as relações entre ciência e ideologia, Castro Faria argumentou que o interesse que os pesquisadores em ciências sociais têm pelas ciências da natureza revelaria o fato de que ainda não se operou de todo a desnaturalização do aparato conceitual dos estudos culturais.

“(...) A naturalização data da segunda metade do século XIX, quando a biologia se torna uma ciência praticamente hegemônica, e as marcas que imprimiu são tão profundas que até hoje a linguagem das ciências sociais é repleta de biologismos, sobretudo analógicos. Mas de fato é a vontade de cientificizar-se a qualquer preço que leva a essa aproximação, que se dá somente no sentido das ciências sociais para as naturais. Estas apenas consentem, e com a benevolência comum entre os mais fortes, exercem uma espécie de protetorado.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 38).

Partindo da consideração de que o processo de constituição e reconhecimento das disciplinas científicas não se dá num tempo comum, mas possui uma liquidez ou uma viscosidade diferente para cada área do conhecimento nos mesmos períodos da *história geral*, Castro Faria diagnosticou que “(...) A economia, a sociologia e a antropologia, e talvez a história, por exemplo, avançaram em cadência praticamente igual, mas sem dúvida a arqueologia ficou para trás, ainda indecisa, ainda afligida por dúvidas e inseguranças, às vezes

como um dos capítulos do livro *Antropologia: espetáculo e excelência*, lançado em 1993 pela editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ed. UFRJ) (CASTRO FARIA, 1993-3).

mesmo quase desnorteada.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 39). Aconteceria então que o espaço que por direito cabe à arqueologia teria se tornado um *espaço colonizado*; que este campo de conhecimento teria admitido, ao menos implicitamente, uma condição subordinada em uma hierarquia social na qual as disciplinas dominantes são exteriores ao seu domínio próprio. Insegura, a arqueologia buscaria arrimo “na botânica, na zoologia, na ecologia, na geologia, na geografia, das quais pretende, ingenuamente, auferir a sua cientificidade.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 39).

Em face desta indefinição de sua identidade, as técnicas de pesquisa arqueológica teriam sido mal dimensionados, ocupados uma posição que na verdade não lhes é cabível. Para Castro Faria, “(...) Ao invés de simples instrumentos a serviço de uma teoria elas se impuseram como condição de saber, isto é, elas se sobrepõem, quando deveriam estar subordinadas.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 39). A este autor parecia estranho como os arqueólogos brasileiros estavam reservando a si mesmos “principalmente, se não exclusivamente, o papel de coletores, limpadores e arrumadores de peças”, concedendo-se, no máximo, “a tarefa de classificar.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 40). Se as descrições e classificações representam momentos necessários no transcurso do conhecimento,

“(...) E se esses momentos são recorrentemente atualizados, como primeiras aproximações no sentido de um novo avanço do saber, não é possível permanecer nesses dois patamares sem renunciar ao objetivo último, que é propor uma explicação cientificamente consistente. Esse terceiro patamar parece quase sempre reservado aos colonizadores. Nós coletamos e classificamos de acordo com os modelos que colocam em nossas mãos; eles explicam. § O branco teórico que se verifica no caso da arqueologia brasileira torna frágil a sua identidade e indefeso o seu espaço, que se abre à invasão de outras técnicas e de outros saberes. Antes sobretudo da geologia, da geografia, da zoologia e da botânica; agora da física, e até da astronomia.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 40).

Castro Faria prossegue afirmando que, de forma perversa,

“(...) Como as ciências sociais não oferecem uma garantia incontestável de cientificidade, a arqueologia afrouxa as suas relações com a antropologia social e a etnologia, que lhe poderiam fornecer os instrumentos teóricos básicos, e vai escorar-se nas ciências que desfrutam de maior consagração no campo científico. (...) A arqueologia pode dispor, sem dúvida, de um espaço próprio, mas não soube ainda defini-lo e resguardá-lo. Um vazio teórico o torna um espaço disponível, que todos podem inconsequentemente invadir. Os que invadem e colonizam nunca violam – acorrem a chamamento aflito. Como lhe falta um suporte teórico sólido, nada impõe – nem poderia impor – nem a si mesmo, e muito menos aos outros, diante dos outros, de representantes das ciências exatas e naturais, que contam séculos de consagração e são legitimadas pelas academias e pelas titulações. A arqueologia só tem um caminho: construir a sua identidade e repudiar todas as formas de subordinação aos saberes exteriores ao seu domínio legítimo, as ciências humanas.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 41).

Não seguir este caminho, para Castro Faria, não era apenas chapinhar na ambiguidade e errar pelos interstícios institucionais, padecendo de crônica falta de recursos humanos e financeiros, mas renunciar a cumprir o papel social da arqueologia brasileira. Para dimensionar este papel, Castro Faria iniciou sua conferência traçando uma diferença entre a arqueologia clássica e a arqueologia pré-histórica, dos povos sem escrita, ao qual se vincula a arqueologia brasileira. Antes do mais, baseado na reflexão de Michel Foucault, considerou que

“(...) Todos os saberes, que hoje ocupam domínios aparentemente bem demarcados por fronteiras reconhecidas, percorreram caminhos nem largos nem desimpedidos, e na sua historicidade revelam como no pensamento do Ocidente o conhecimento se elabora graças a tensões permanentes instauradas entre o geral e o particular, entre a segmentação e a integração, entre o decompor e o compor.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 27).

A partir disso, Castro Faria reconstitui de maneira sintética as matrizes de pensamento a partir das quais se constituíram estas duas vertentes da pesquisa arqueológica. No princípio havia a filosofia, inicialmente concebida não como um domínio, mas como um saber indiviso. “(...) Pensar, ou filosofar, significava pensar todas as coisas, mas sobretudo o criador e as criaturas, Deus e o universo.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 27). As coisas a serem pensadas, contudo, eram criteriosamente designadas desde um tempo muito remoto. Os diversos tipos de escrituras sagradas, por exemplo, nominavam os seres e designavam uma concepção mística de imposição de uma ordem aos casos. (CASTRO FARIA, 1993-3: 27).

Com o momento histórico normalmente conhecido como Renascimento, instaura-se a pedagogia humanística e, através dela, a cultura greco-latina se constitui não apenas em objeto de conhecimento, mas de reverência e de apologia. Mais do que fontes, os *clássicos* tornam-se textos sacralizados. “(...) A essa grande tradição cultural do Ocidente ligam-se os primeiros delineamentos do domínio que seria reconhecido posteriormente como o da arqueologia clássica.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 28).

O antiquarismo foi a primeira expressão de uma vontade de ver, de contemplar a civilização greco-latina conhecida e reconhecida através de textos. No século XVI os *dilettanti* se extasiavam diante das obras de arte do mundo antigo que haviam sobrevivido a uma longa *idade das trevas* “e fundavam uma estesia nova, erguida sobre uma arqueografia poética, que atualizava o passado.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 28). No século XVIII

fundam-se sociedades de antiquários e academias de belas artes por toda a Europa e, graças à atuação distinta, mas mais ou menos convergente, destes dois tipos de agremiações, “a arte começa a contar com a sua própria história, uma história que se faz primordial, recortada de todas as outras, que se abastece e ilustra neste mundo clássico, mas contaminará toda a prática da arqueologia, pois alimentará o colecionismo, fome insaciável de peças belas e raras.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 28).

Assim sendo, a arqueologia clássica conseguiu bem cedo alcançar uma identidade forte e um lugar nas universidades, assim como o espaço enorme que lhe foi proporcionado pelos museus de arte e história. Nas universidades da Europa e dos EUA, “para onde essa tradição foi transplantada”, esta vertente da arqueologia sempre esteve presente nos departamentos de *estudos clássicos*, ao lado das línguas grega e latina e de suas literaturas, ou nos cursos de história antiga. Mesmo no Brasil, recordou Castro Faria, “tivemos uma versão empobrecida” desta configuração dos saberes na qual a arqueologia clássica encontrou o seu nicho. Seu tempo “era um tempo linear, pleno, escandido de uma forma que se cristalizaria – pré-história, oriente mediterrânico, Antiguidade Clássica, Idade Média, da Renascença ao século XVIII, séculos XIX e XX.” Nele, “o fluir do tempo transfigura-se em fruir o tempo, em desfrutar os enlevos de uma idade de ouro.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 28-29).

A outra vertente da arqueologia, a pré-histórica, de acordo com Castro Faria, filia-se a uma outra tradição dominante do pensamento ocidental, vinculada àquilo que se designou outrora, de maneira muito genérica, como história natural. Apenas no século XIX este campo começou a desdobrar-se em ciências naturais, em disciplinas submetidas a uma sistematização crescente de seus corpos teóricos e de suas metodologias de pesquisa.

“(…) Foi com Charles Lyell e os seus Princípios da Geologia; com o reconhecimento de três idades sucessivas (pedra, bronze, ferro) com Thomsen, e a sua popularização através dos museus; com os postulados evolucionários de Herbert Spencer, que afirmava *o progresso não é um acidente e sim uma necessidade*; com a teoria da evolução de Charles Darwin, que as ciências naturais vão se desdobrar, demarcar domínios, conquistar espaços. (...) A geologia, a botânica e a zoologia ampliam-se em paleobotânica, paleozoologia, assim como a anatomia humana se ampliaria em estudo comparado das raças e em evolução do homem, ou paleoantropologia.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 29).

O inquieto ambiente intelectual no qual se dá esta expansão é aquele das universidades, das sociedades científicas, dos museus, das revistas especializadas, das viagens dos naturalistas, das grandes expedições de exploração e da frenética troca de missivas entre

os homens de ciência, ambiente que marca de maneira tão profunda o século XIX. É aí que se insinua a pré-história, e “(...) Ela já se apresenta com um sinal que é quase um estigma – e ela não é, ela antecede, é antecâmara, fica num espaço exterior, desconhecido, aquém da história.” (CASTRO FARIA, 1993-3: 29).

O tempo da arqueologia pré-histórica, da arqueologia dos povos sem escrita, “não é, portanto, o tempo da história.” (CASTRO FARIA, 1993-2: 30). Só as ciências desenvolvidas a partir da fragmentação oitocentista da história natural puderam

“(...) emprestar-lhe um tempo outro, que é o da evolução, o passado que as ciências naturais desvendam, o passado que nenhuma escrita registrou, o passado que precisa ser contínua e pacientemente descoberto, mas que já se sabe de antemão desprovido de monumentalidade. É um passado de eventos menores, de coisas pequenas, das quais uma só palavras dá conta – restos. § Caberia à antropologia estabelecer como seu domínio o estudo da diversidade humana – biológica e social – e inscrever no tempo da história, com o seu mesmo estudo, as histórias outras, particulares, de cada sociedade primitiva. *Os bárbaros e os selvagens passaram não só a ter história, como a causar desassossego à história.*” (CASTRO FARIA, 1993-3: 30. Grifo meu).

As ciências naturais imprimiram no estudo da diversidade tanto espacial quanto temporal dos grupos humanos a marca ostensiva da cientificidade que as legitimava e, a partir do momento em que se verificou a cisão entre o estudo biológico e o estudo cultural da variedade humana, esta marca passou a exercer uma influência deformante. “(...) O refinamento do conceito de cultura, a emergência da semiologia, a instrumentalização dos métodos de análise, ofereceram [então] à arqueologia pré-histórica o suporte teórico que a historiografia [tradicional] não lhe poderia conceder, pois não soubera desenvolver para seu próprio uso.” (CASTRO FARIA, 1993-2: 30).

À luz desta definição, o estudo dos sambaquis por Castro Faria ganha um novo dimensionamento. Ao contrário de Pe. Rohr, ele não pretendia esclarecer o passado, estendendo a memória até a aurora do surgimento do homem na Terra, incorporando os monumentos e as trajetórias de povos desconhecidos à narrativa de uma história *verdadeira*. Seu objetivo parece ter sido justamente problematizar as narrativas consagradas, assim como a possibilidade mesma de sua elaboração, através da inserção nelas dos dados díspares provindos da consideração das formas culturais e das estruturas sociais das hordas de *bárbaros e selvagens*. Pretendia ele não apenas alongar ou descentrar a história estabelecida do território brasileiro e a identidade nacional a que ela serve de suporte, mas, causando toda

espécie de *desassossego*, implodir este arranjo da realidade. Parece que Castro Faria chegou à conclusão de que a expulsão da história do Brasil de uma considerável parcela dos que habitaram por um longíssimo período o território reivindicado por este país não era apenas resultado de *vitórias mecânicas* dos europeus contra os nativos, mas da consolidação de um saber-poder que discriminava quem somos nós e quem são os outros; e que, para questionar este aparato ideológico, era necessário, antes de tudo o mais, mostrar a nudez do rei.⁸³

Considerada a partir desta perspectiva, ênfase de Castro Faria nos procedimentos técnicos da pesquisa arqueológica, não é, portanto, marca daquele vazio teórico e insegurança de seu papel social que ele denuncia nos arqueólogos brasileiros da segunda metade da década de 1980, mas, quase que ao contrário, vincula-se à problemática da produção e validação de um conhecimento tido como seguro, de uma imagem científica do passado. Seu empirismo, a recusa da especulação para solucionar os problemas colocados pela pesquisa em campo e suas preocupações com a documentação de todas as coisas escavadas, assim como de todas as etapas do próprio procedimento da escavação, podem ser validamente interpretadas neste mesmo sentido. O conhecimento produzido através destes procedimentos minuciosamente controlados, propôs Castro Faria, podia estabelecer algo de *sólido* justamente naquela *antecâmara*, naquele *espaço exterior, desconhecido, aquém da história*, que é o campo de estudos da arqueologia brasileira. Um fragmento da ciência ocidental, desta forma, poderia ser parcialmente descolado das concepções de tempo e história que proporcionaram seu surgimento e, em um gesto algo surpreendente, subvertido contra a visão de mundo restrita – e excludente – que lhe deu origem. O mesmo poderia ser feito com a incorporação, intrinsecamente relacionada, dos sambaquis e de outros sítios pré-cabralianos na categoria de patrimônio histórico e artístico nacional.

⁸³ A expressão *vitórias mecânicas* foi extraída do ensaio “Dos coches”, de Michel de Montaigne, onde foi empregada para caracterizar o empreendimento dos *conquistadores* na América: “(...) Ter-se-á jamais perpetrado tanto crime em benefício do comércio? Quantas cidades arrasadas, quantos povos exterminados! Milhões de indivíduos trucidados, em tão bela e rica parte do mundo, e tudo por causa de um negócio de pérolas e pimenta! Vitórias mecânicas! Nunca a ambição incitou a tal ponto os homens a tão horríveis e revoltantes ações!” (MONTAIGNE, 2000: 238).

CONCLUSÃO

CONVERSA À BEIRA DA TRILHA

Mesmo que digam os homens “tu nada podes mudar”, luta por um mundo novo de unidade e paz. (...) Se parecer tua vida inútil caminhar, pensa que abres caminho: outros te seguirão.
(Canto popular mariano).

Nas seções precedentes, abordou-se de que maneira aparecem o tema do estudo e da conservação dos sambaquis na documentação que testemunha o relacionamento entre Pe. Rohr e Castro Faria que está custodiada no acervo pessoal deste antropólogo. Procurou-se com isso reconstituir certo ângulo do campo intelectual dos debates sobre a pré-história brasileira em meados do século XX, evidenciando como certos fatores científicos, políticos e religiosos agiram no interior da produção e através dos documentos referidos, assim como, de modo geral, na elaboração de conhecimento sobre o passado arqueológico destes dois agentes sociais, plasmando-a, como vínculos e desafios. Trata-se esta não de uma abordagem impressionista, mas perspectivista; de fato, procurou-se esboçar uma imagem de certo momento dos debates sobre a pré-história não de cima, mas de dentro.

Partindo de posições diversas – cuja diferenciação se pode atribuir validamente à suas muito distintas trajetórias culturais e às suas posições respectivas no campo científico dos estudos sobre a pré-história brasileira – Castro Faria e Pe. Rohr, entretanto, se encontraram e puderam estabelecer vias de comunicação pelas quais circularam textos, recursos financeiros, posicionamentos políticos, e uma concepção acerca de quais são os procedimentos técnicos e cognitivos adequados para a realização de uma escavação arqueológica validamente científica. Castro Faria, pesquisador vigilante, reivindicou o tratamento científico dos sambaquis como parte dos estudos culturais, consolidando a base através da qual se pôde classificá-los de pleno direito como patrimônio cultural brasileiro; mantenedor de boas relações com os órgãos estatais de fomento e administrador pragmático, foi capaz de manter a ciência em curso normal mesmo em um período em que a investigação sobre os antigos habitantes do território nacional encontrava-se fora das preocupações do Estado brasileiro. Pe. Rohr, moldado por seu sacerdócio e arqueólogo capacitado na periferia dos centros de treinamento em pesquisa pré-histórica estabelecidos no Brasil a seu tempo, realizou um

notável conjunto de escavações arqueológicas, apenas comparável à sua militância ardorosa em defesa dos sambaquis contra a indústria da cal de mariscos. O conjunto de papéis do Acervo Castro Faria ao qual se fez referência aqui não só dá notícia de certo ângulo de um campo intelectual em dado intervalo de tempo, mas, ao colocar em contato este antropólogo e este jesuíta, ajudou a compor uma coalizão que modificou em algo a forma deste mesmo campo e, com isto, a compreensão vigente acerca do que é um sambaqui e o que se deve fazer com ele.

Destaque-se ainda que, não obstante o pessimismo expresso por Pe. Rohr na sua última carta a Castro Faia, esta parceria foi relativamente bem sucedida há seu tempo, mesmo em meio a um cenário político, para dizer o mínimo, bastante ambíguo.¹ Incentivado por Castro Faria, Pe. Rohr devotou-se à arqueologia, conquistou reconhecimento profissional, obteve financiamento para seus trabalhos e pôde formar um lugar para si no interior do campo intelectual dos debates sobre a pré-história brasileira; a partir deste, por sua vez, denunciou com veemência a destruição dos sambaquis. Não é historicamente correta, portanto, a afirmação de que nos anos posteriores ao golpe de 1964 e ao endurecimento de 1968 “as iniciativas em prol do patrimônio nacional se limitaram ao controle sobre o comércio de obras de arte antigas, a locação de repartições públicas em imóveis de valor histórico e artístico, bem como a criação conjunta de cursos de formação de mão de obra especializada e o incentivo à produção artística e literária relacionada aos valores nacionais e regionais.” (FUNARI & PELEGRINI, 2006: 48). Mais inadequado ainda – além de injusto – é afirmar que aqueles “arqueólogos que não se conformassem à linha autoritária [dos regimes militares latino-americanos estabelecidos nas décadas de 1960 e 1970] foram perseguidos, exilados ou

¹ Outros arqueólogos tiveram trajetórias bastante distintas dentro deste mesmo cenário político. Um contraponto especialmente interessante ao caso de Pe. Rohr e Castro Faria na pesquisa e defesa dos sambaquis é o de Paulo Duarte, também profundamente envolvido com estes sítios arqueológicos. Duarte participou da Revolução de 1930, mas desgostoso com os rumos que esta tomou, participou das articulações que levaram à Revolução Constitucionalista de 1932, na qual foi ferido em combate. Foi exilado por duas vezes durante o governo de Getúlio Vargas, e fez parte do grupo que participou do planejamento e criação da Universidade de São Paulo. Na França, guiado por Paul Rivet, deixou-se encantar pelos estudos sobre a pré-história. De volta ao Brasil em 1945, criou, junto à Casa Civil do Estado de São Paulo, um Instituto de Pré-História, dedicado principalmente ao estudo dos sambaquis. Em 1962 este instituto passou a fazer parte da USP. Duarte aderiu às conspirações para derrubar o presidente João Goulart, que considerava um herdeiro político de Vargas, mas prontamente se opôs ao clima de caça às bruxas que se instalou na USP após o golpe civil-militar de 1964. Por críticas que fez na imprensa ao reitor e aos catedráticos, sofreu processo do Conselho Universitário. A abertura deste foi sugerida por Alfredo Buzaid, então diretor da Faculdade de Direito da USP, que viria a ser Ministro da Justiça durante o governo do Gal. Emílio Garrastazu Médici. Mesmo processado, continuou como diretor do Instituto de Pré-História. Com a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968, Duarte foi compulsoriamente aposentado de todas as suas funções acadêmicas. (DUARTE, 1957; VIANA *et alli*, 1979: 9-42; MENDES, 1994).

mesmo mortos” e que, então, os estudos sobre o passado pré-histórico na América do Sul foram totalmente dominados “pelos que se alinhavam com o autoritarismo.” (FUNARI & SOARES, 2012: 5-6). A participação de Castro Faria e Pe. Rohr na pesquisa arqueológica e sua administração a partir de 1964 não significa que tenham colaborado diretamente com o regime civil-militar ou mesmo que tenham dado a ele sua anuência mais ou menos implícita.² Sustentando o propósito de prosseguir com o estudo dos sambaquis e com as iniciativas que visavam protegê-los, mantiveram-se como vozes independentes que, se não estavam em franco confronto com o aparato do Estado, ao menos estabeleceram um hiato intransponível entre sua atuação e as diretrizes e políticas da tecnoburocracia então governante.

De fato, sobrepõe-se à alteração dos pesos relativos de Castro Faria e Pe. Rohr no campo dos debates sobre a pré-história brasileira nos anos 1950 a 1970 – o primeiro gradativamente se recolhe à penumbra depois de um período de exposição máxima, enquanto o segundo, impulsionado pelo outro, põe-se abertamente à luz – o pragmatismo destes dois agentes sociais. O patrimônio nacional é composto de práticas e de rotinas discursivas tanto quanto de objetos materiais, e os vínculos entre uns e outros são tecidos por agentes que não apenas *conservam* este patrimônio – como eles mesmos afirmam e como atesta o senso comum – mas que também (e, talvez principalmente) o *criam*. (GONÇALVES, 1996). Assim considerada, a parceria estabelecida entre Castro Faria e Pe. Rohr para o estudo e *conservação* dos sambaquis não perde seu valor, mas, ao contrário, ganha novo e antes insuspeito relevo. Não fosse o pragmatismo, a tenacidade e a efetividade que a caracterizaram, de fato, a destruição dos sambaquis teria sido ainda maior.

A atual expansão das pesquisas arqueológicas por ocasião dos projetos de reforma de parte dos grandes centros urbanos do país e do projeto de realização de vastas obras públicas de infraestrutura, estreitamente vinculada a um cenário onde tais estudos são financiados menos por órgãos de fomento público da ciência do que pelos escritórios das empreiteiras,

² É interessante retomar aqui certa observação que Castro Faria fez acerca dos relacionamentos dos intelectuais brasileiros com outro regime autoritário, o de Vargas. Ressalte-se que a considero um adequado enquadramento à relação de Pe. Rohr e do próprio Castro Faria com o regime civil-militar de 1964: “(...) acho um equívoco os textos que tratam, por exemplo, Carlos Drummond de Andrade como um intelectual cooptado, visão inoportuna, lamentavelmente disseminada. Assim como Drummond, muitos intelectuais eram também servidores públicos, o que no Brasil é inevitável, mas só devem ser considerados cooptados aqueles que, além de beneficiários do Estado, a ele dedicavam uma literatura apologética.” (CASTRO FARIA, 1995: 36-37). Até o presente momento, não se encontrou traço de disposição apologética de Castro Faria ou de Pe. Rohr em relação ao governo militar. (A declaração de Pe. Rohr ao Jornal do Brasil de 30 de novembro de 1971 de que era a favor de uma intervenção das Forças Armadas para a defesa dos sambaquis não pode ser honestamente encarada desta forma).

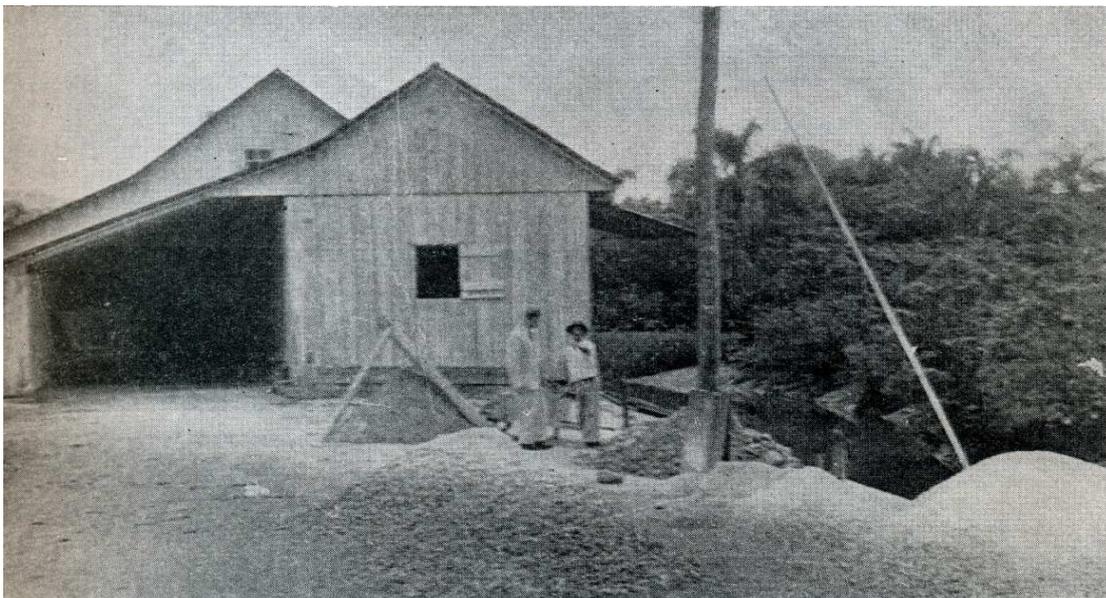
torna novamente ardente a problemática de como estas investigações devem ser realizadas e – talvez de forma ainda mais dramática – de como as políticas de preservação do patrimônio arqueológico devem se relacionar com as demais políticas públicas culturais, ambientais e econômicas. (SILVA, 2007: 68-69 e 71-72). Para lidar com tais questões, é interessante entrar em diálogo com aqueles que, em outros cenários, detiveram-se nelas. Já relativamente distanciados da prática de pesquisa e da militância de Castro Faria e de Pe. Rohr em relação aos sambaquis, podemos perceber com mais clareza as marcas das circunstâncias particulares em que elas se desenvolveram, estando aptos a cartografar o que tiveram de notável e quais os seus limites. Não que se esteja sugerindo a necessidade de ir recolher *exempla* da História, coisa que, aliás, não poderia mais nos oferecer um trabalho historiográfico.³ Entretanto, é certo que a *conversação* com aquilo que foi produzido e realizado por estes agentes sociais enquanto cientistas e defensores do patrimônio arqueológico brasileiro nos ajuda a perceber a historicidade das citadas questões, ou seja, seu caráter contingente e incompleto, e, portanto, aberto a reinvenções.⁴

³ Cf. ALBUQUERQUE JR., 2007-2, p. 153: “(...) O trabalho do historiador não tem mais como resultado final a apresentação de um objeto desvelado em todos os seus segredos, mostrado em todos os seus contornos sedutores, mas se torna trabalho paciente de desmontagem, apresentando no final a dispersão das peças que entraram na composição do engenho histórico. O objeto é despedaçado em seus contornos definidos, para retornar ao indefinido, abrindo a possibilidade de um novo vir a ser.”

⁴ Para a noção de *conversação*, remeto a GONÇALVES, 1996: 138-139 e nota correspondente.

ICONOGRAFIA

O contato com o Acervo Castro Faria e com as fotografias constantes na bibliografia pertinente levaram-me a tomar como fonte documental, além da correspondência trocada entre Pe. Rohr e Castro Faria, uma série de imagens, mencionadas e analisadas no corpo do texto apresentado. Seguem cópias destas figuras, numeradas conforme referenciado na dissertação.



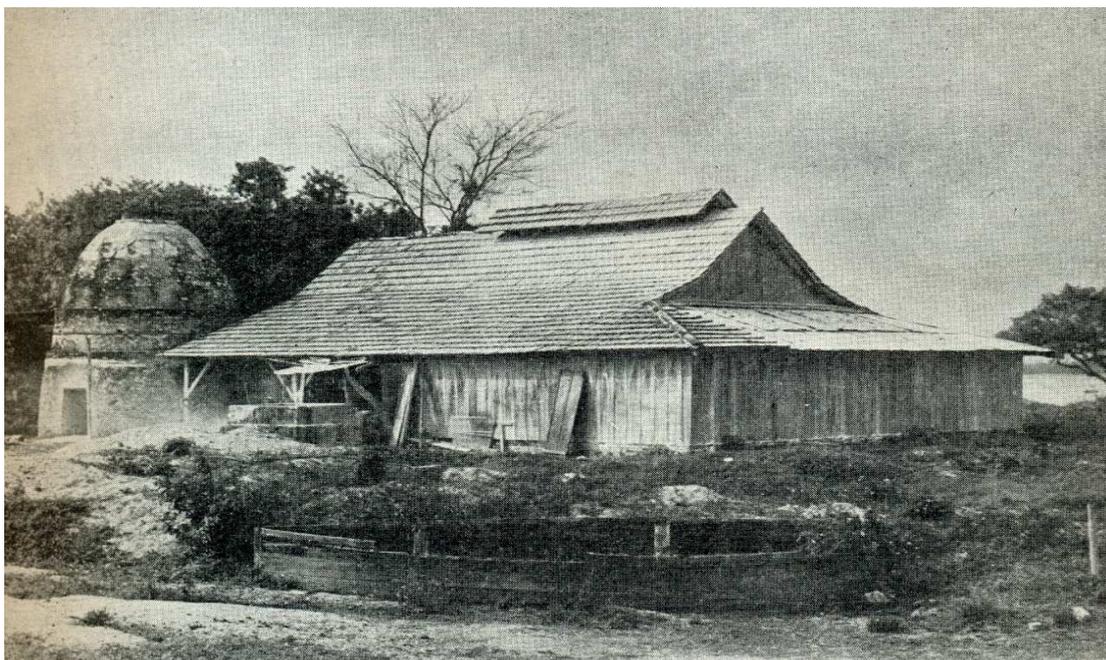
O estabelecimento do senhor L.S. na Av. Procópio Gomes, à margem do Rio Jaguarão, Joinvile. É ao mesmo tempo depósito e fábrica. O senhor L.S. é um dos maiores fabricantes de "cal de mariscos", da região. Além dessa fábrica, situada dentro da cidade, possui as jazidas (Arqueológicas!!) e fábricas da Ribeira (município de Araquari), da Lagoa de Saguassu e do Rio Velho (município de Joinvile).

IMAGEM 1. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 117 (Foto 13).



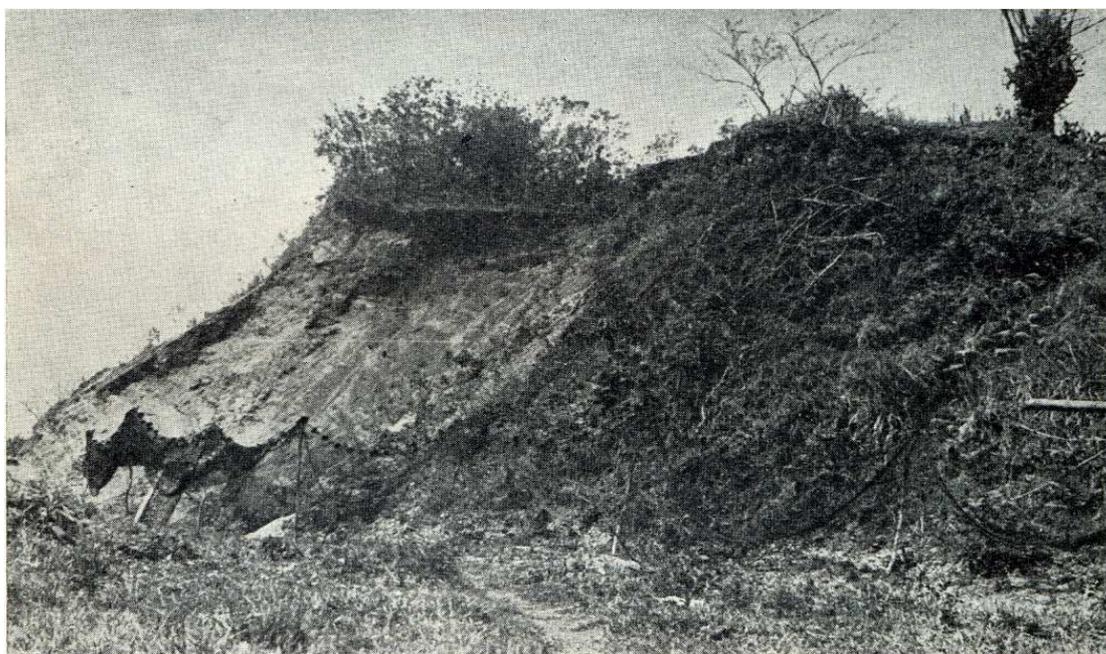
Sambaqui da Ribeira — o que resta da jazida arqueológica até hoje explorada unicamente por fabricantes de cal.

IMAGEM 2. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 118 (Foto 14).



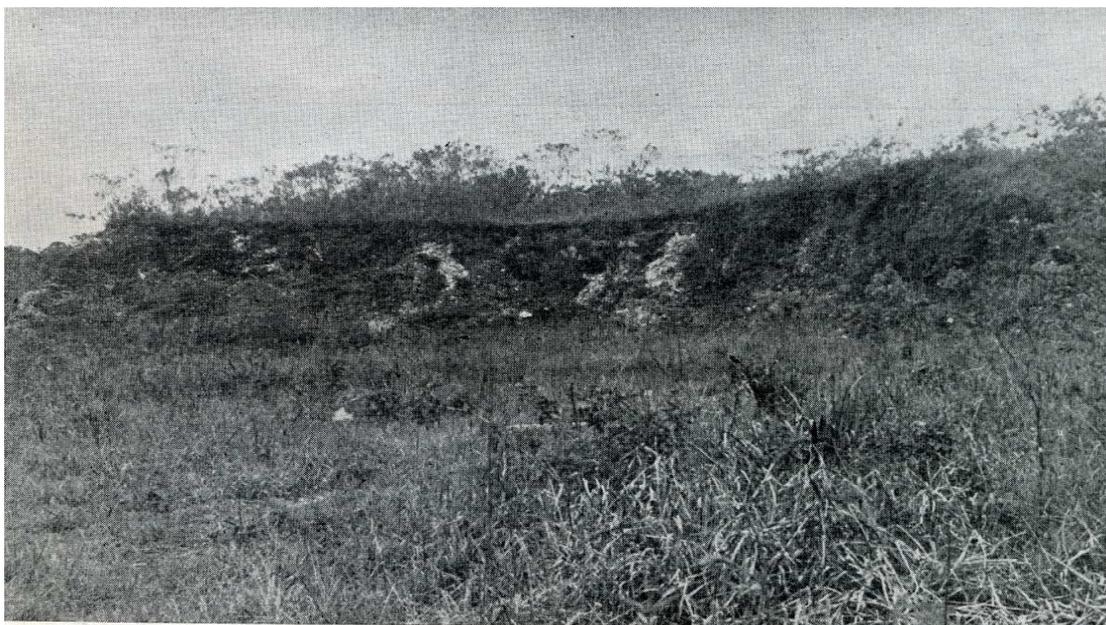
Sambaqui da Ribeira — a caieira de L.S. em pleno funcionamento. Uma fornada por semana; cada fornada 10 toneladas de cal.

IMAGEM 3. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 119 (Foto 15).



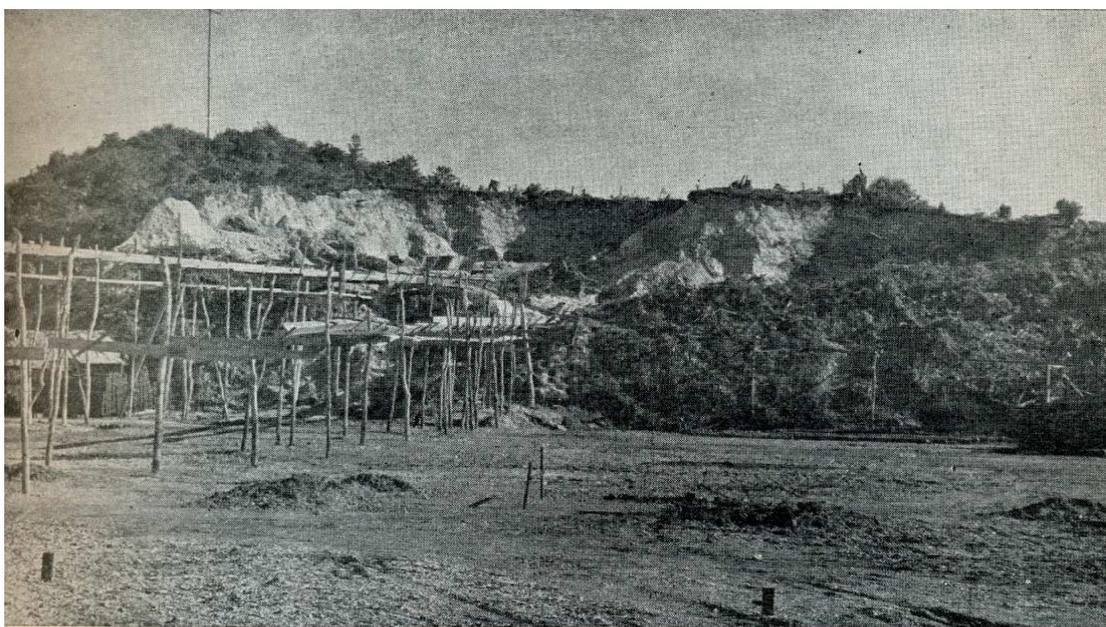
O Sambaqui de Areias Pequenas, cujo volume primitivo foi estimado em cerca de 90.000 m³; fornece conchas para dois fornos.

IMAGEM 4. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 120 (Foto 16).



Sambaqui do Cubatãozinho (II), ou do Campo de Aviação (Joinvile), quase completamente destruído para fornecer atêrro para o campo de aviação local. Nêle foram encontrados belos exemplares de escultura zoomorfa. A fotografia é de 1947; hoje talvez nada mais exista dessa jazida.

IMAGEM 5. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 122 (Foto 18).



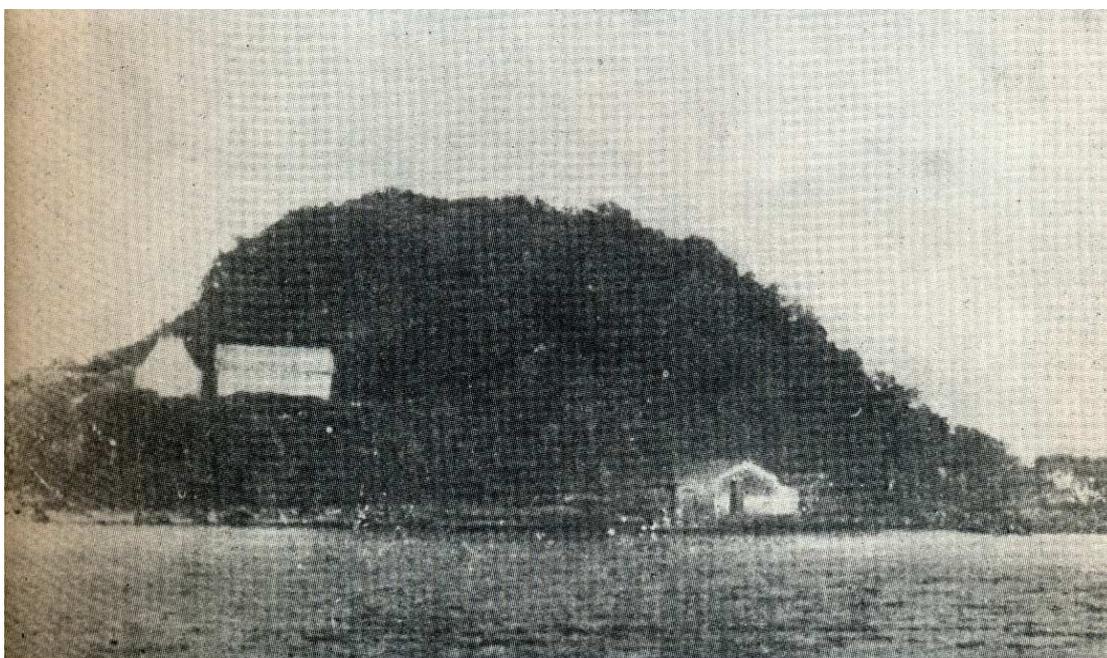
Sambaqui do Morro do Ouro (Joinvile) — imponente jazida, na qual se encontraram numerosos esqueletos humanos e abundante material de indústria lítica primitiva. A fotografia mostra uma fase do desmonte total da jazida com o emprêgo de fôrça hidráulica.

IMAGEM 6. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 123 (Foto 19).



Sambaqui do Forte Marechal Luz, São Francisco. Embora situado dentro da área de um estabelecimento militar, foi em grande parte destruído pela utilização de suas conchas para pavimentação de estradas. A mancha escura no centro e na parte mais alta da jazida assinala o local onde descobrimos uma sepultura.

IMAGEM 7. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 124 (Foto 20).



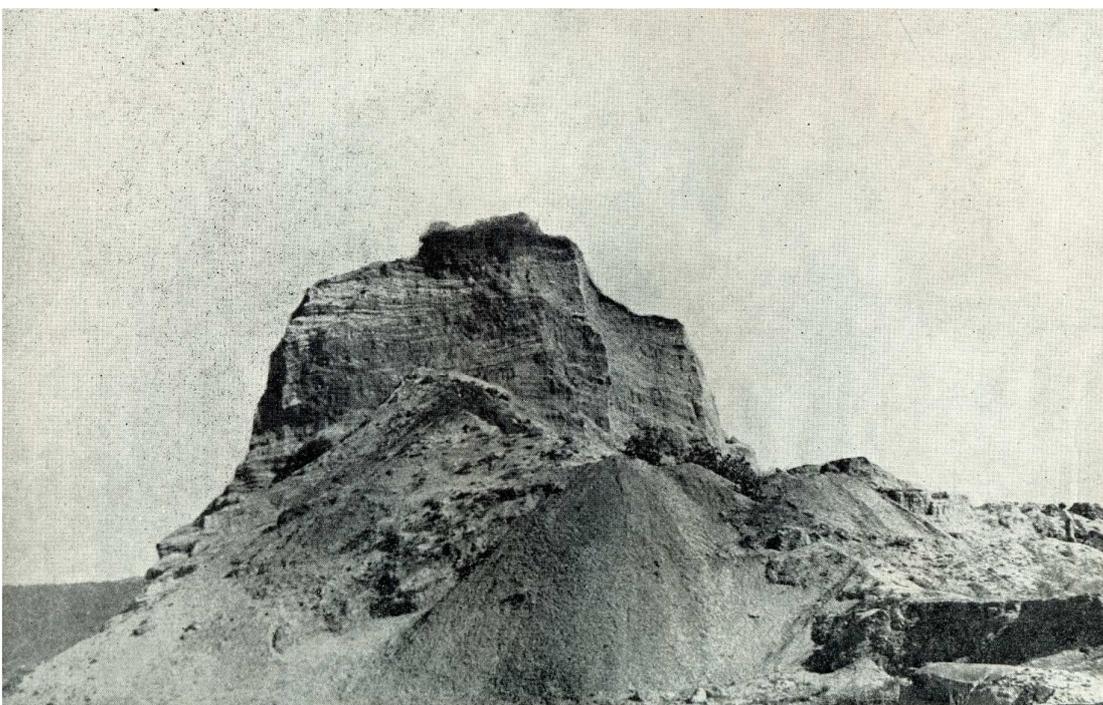
O Sambaqui de Cabeçuda, Laguna, em 1928. Reprodução de uma fotografia de Silvio Fróes Abreu.

IMAGEM 8. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 125 (Foto 19).



O Sambaqui de Cabeçada — o corte à esquerda mostra a pequena área escavada, em relação ao volume total da jazida (1950).

IMAGEM 9. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 100 (Foto 1).



O mesmo Sambaqui de Cabeçada em 1951.

IMAGEM 10. Extraída de Castro Faria, 1959, p. 126 (Foto 22).



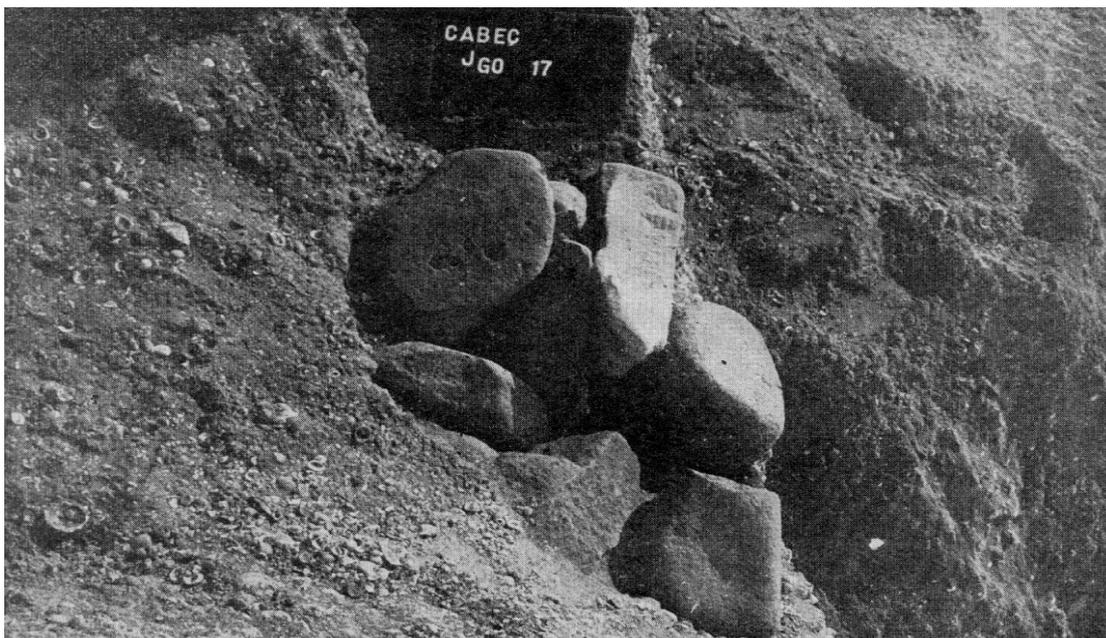
Sambaqui de Cabeçuda — um aspecto das camadas, que evidencia a ausência de estratificação horizontal regular, característica dessas jazidas arqueológicas.

IMAGEM 11. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 102 (Foto 2).



IMAGEM 12. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 107 (Foto 5).

Sambaqui de Cabeçuda — Enterramento no nível 4 (0,75 — 1,00 m)



Sambaqui de Cabeçada — Sepultura a 5,20 m de profundidade. Oito blocos de pedra cobrem um esqueleto. Entre os dois blocos maiores, vistos na parte de cima da fotografia, observa-se a parede posterior do crânio.

IMAGEM 13. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 108 (Foto 6).



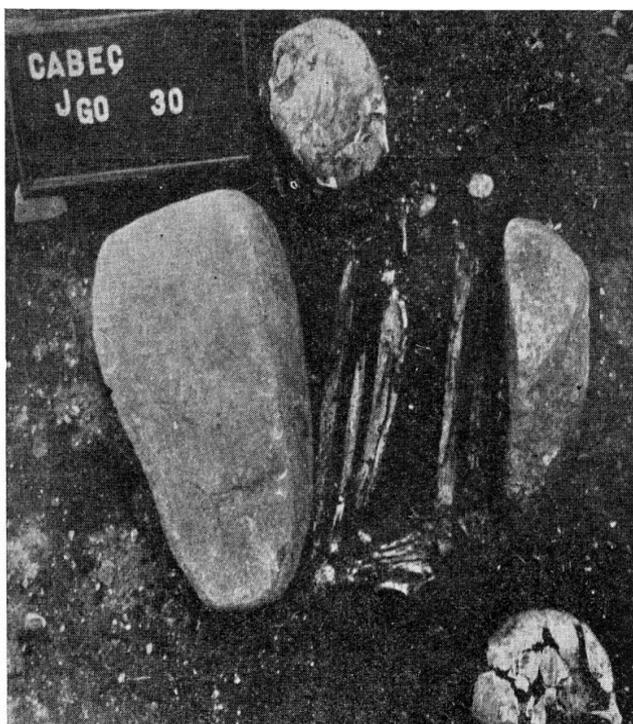
Sambaqui de Cabeçada — um aspecto da sepultura 24, no nível de 6,00 — 6,25 m. A exploração da jazida pelos fabricantes de cal já havia feito desbarancar o resto do esqueleto e dos blocos que compunham a sepultura.

IMAGEM 14. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 110 (Foto 7).



Sambaqui de Cabeçuda — esqueleto da sepultura 29; achava-se quase completamente esmagado pelos blocos de pedra que o cobriam e pelo peso das camadas de conchas.

IMAGEM 15. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 112 (Foto 8).



Sambaquis de Cabeçuda — um outro sepultamento, na profundidade de 7 metros. Vários blocos de pedra cobriam o esqueleto.

IMAGEM 16. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 113 (Foto 9).



Sambaqui de Cabeçada — superfície do corte ao nível de 7,30 metros, com 12 sepultamentos.

IMAGEM 17. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 114 (Foto 10).



Sambaqui de Cabeçada — pormenor da fotografia anterior (n.º 10), que mostra um enterramento duplo.

IMAGEM 18. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 115 (Foto 11).



Sambaqui de Cabeçuda — sepulturas a oito metros de profundidade, ao lado de um omoplata de baleia.

IMAGEM 19. Extraída de CASTRO FARIA, 1959, p. 116 (Foto 12).

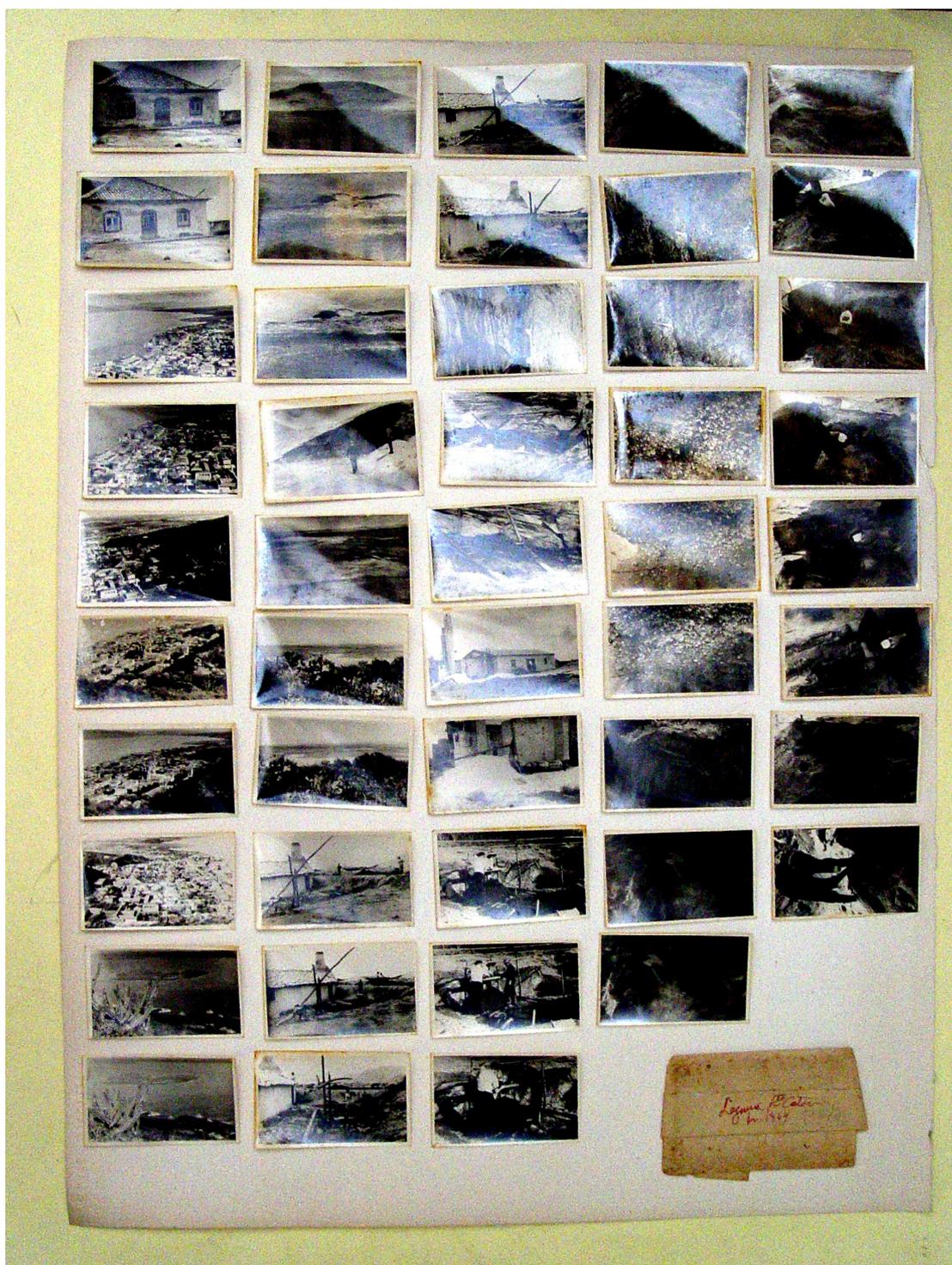


IMAGEM 20. Conjunto de fotos feitas por Castro Faria em viagem a Santa Catarina no ano de 1964. CFDN 19.01.006F001-046 e envelope original. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.



IMAGEM 21. Pe. João Alfredo Rohr, S. J., e Luiz de Castro Faria diante de corte em sambaqui. Laguna / SC, 1964. CFDN 19.01.006F014. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.



IMAGEM 22. Caieira de cal de mariscos. Laguna / SC. CFDN 19.01.006F019. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.



IMAGEM 23. Extração de substrato de sambaqui para a produção da cal de mariscos. Laguna / SC, 1964. CFDN 19.01.006F024. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.



IMAGEM 24. Caieira de cal de mariscos. Laguna / SC, 1964. CFDN 19.01.006F026. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

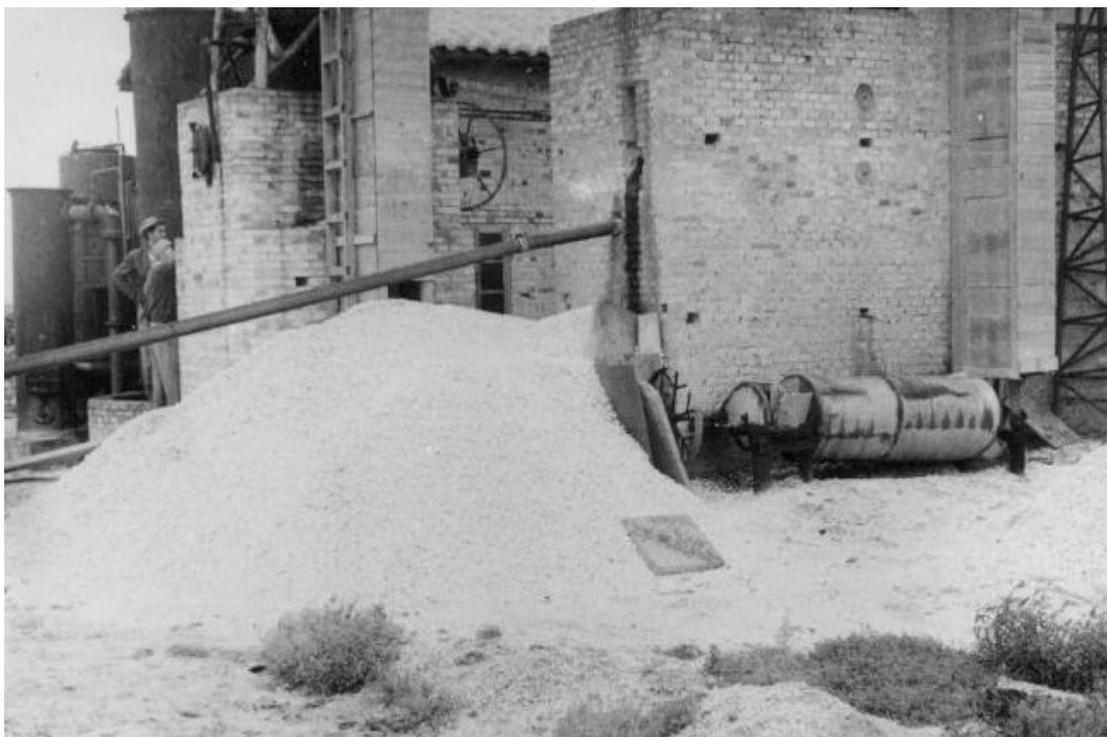


IMAGEM 25. Caieira de cal de mariscos. Laguna / SC, 1964. CFDN 19.01.006F027. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.



IMAGEM 26. Escavação arqueológica na Praia da Tapera. Florianópolis / SC, 1964. CFDN 19.01.006F029. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.



IMAGEM 27. Esqueletos de paleoameríndios. Escavação arqueológica na Praia da Tapera. Florianópolis / SC, 1964. CFDN 19.01.006F039. Acervo CF.AHC-MAST/MCT.



IMAGEM 28. Pe. Rohr cimentando esqueleto de paleoameríndio. Escavação arqueológica na Praia da Tapera. Florianópolis / SC, 1964. CFDN 19.01.006F040. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.



IMAGEM 29. Pe. Rohr cimentando esqueleto de paleoameríndio. Escavação arqueológica na Praia da Tapera. Florianópolis / SC, 1964. CFDN 19.01.006F044. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

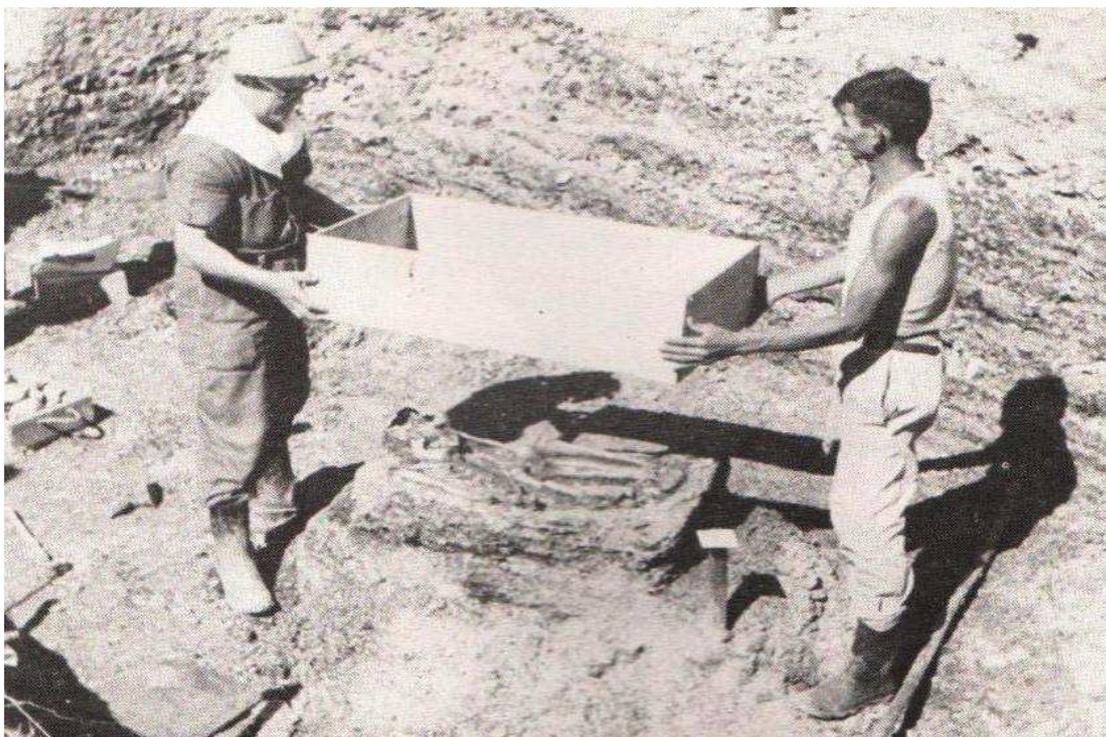


IMAGEM 30. Pe. Rohr e ajudante cimentando esqueleto de paleoameríndio. Escavação arqueológica na Ilha das Rosas. Antonina / PR, 1966. Extraída de ROHR, 1971-1, p. 12 (Figura 1).



IMAGEM 31. Pe. Rohr cimentando esqueleto de paleoameríndio. Escavação arqueológica na Ilha das Rosas. Antonina / PR, 1966. Extraída de ROHR, 1971-1, p. 12 (Figura 2).



IMAGEM 32. Pe. Rohr cimentando esqueleto de paleoameríndio. Escavação arqueológica na Ilha das Rosas. Antonina / PR, 1966. Extraída de ROHR, 1971-1, p. 13 (Figura 3).



IMAGEM 33. Pe. Rohr cimentando esqueleto de paleoameríndio. Escavação arqueológica na Ilha das Rosas. Antonina / PR, 1966. Extraída de ROHR, 1971-1, p. 13 (Figura 4).



IMAGEM 34. Pe. Rohr montando bloco-testemunho com esqueleto cimentado. Escavação arqueológica na Ilha das Rosas. Antonina / PR, 1966. Extraída de ROHR, 1971-1, p. 15 (Figura 6).

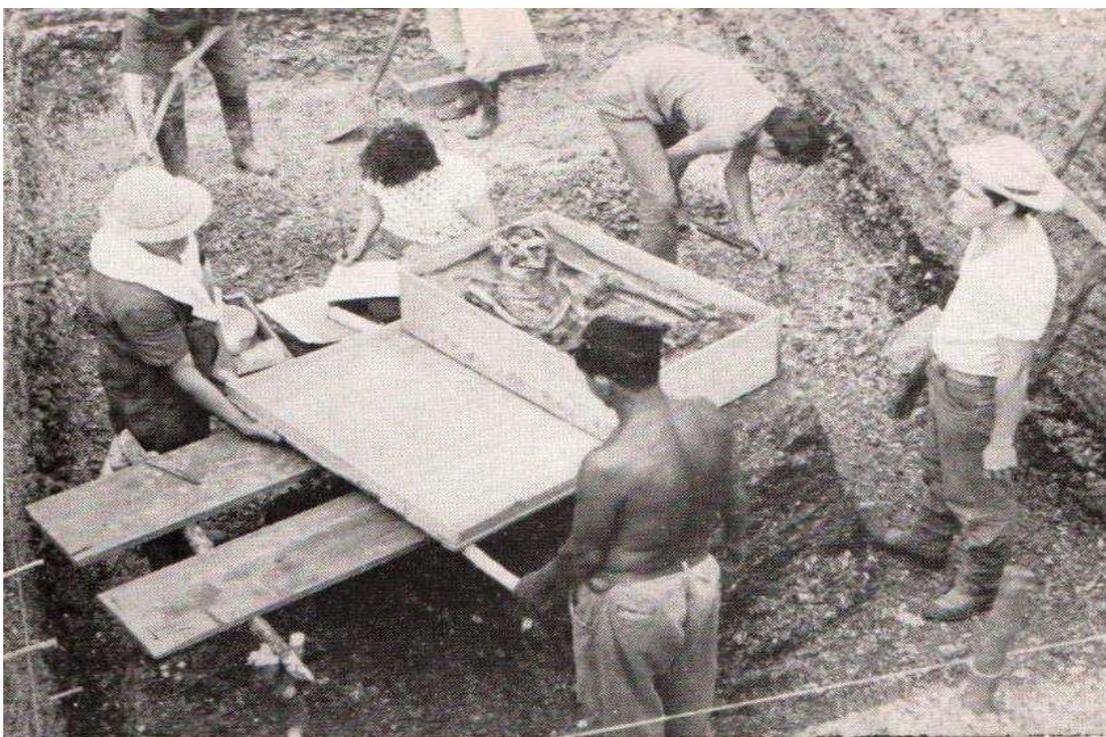


IMAGEM 35. Pe. Rohr montando bloco-testemunho com esqueleto cimentado. Escavação arqueológica na Ilha das Rosas. Antonina / PR, 1966. Extraída de ROHR, 1971-1, p. 15 (Figura 7).

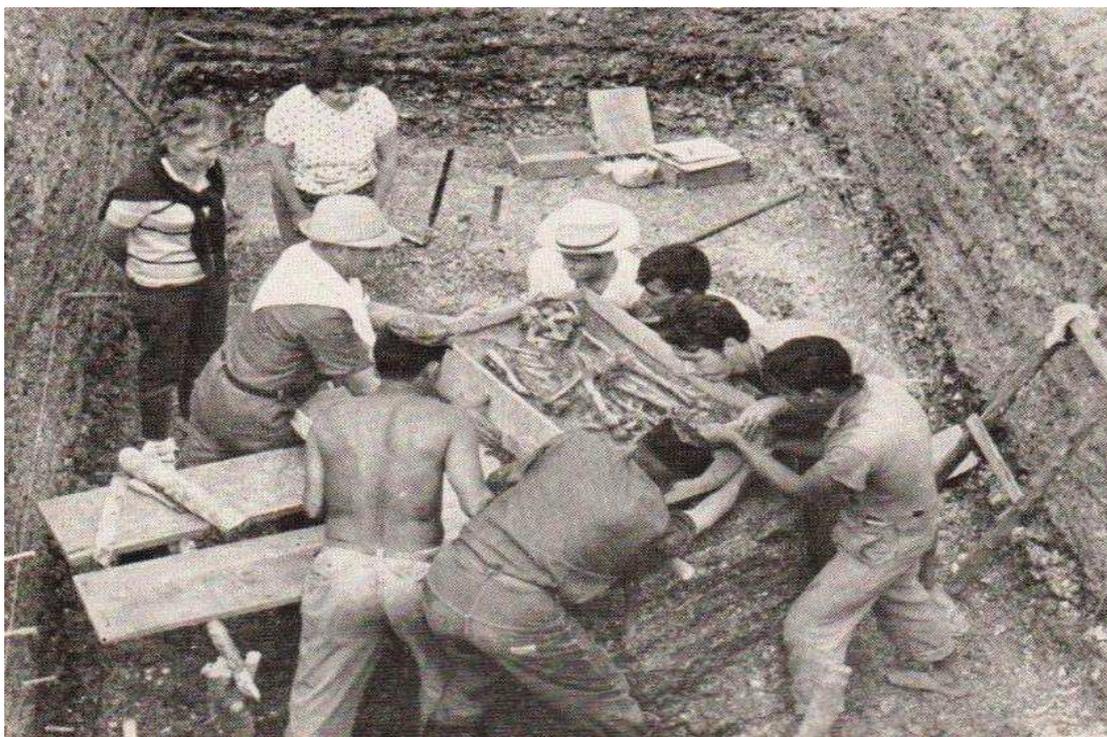


IMAGEM 36. Pe. Rohr e ajudantes montando bloco-testemunho com esqueleto cimentado. Escavação arqueológica na Ilha das Rosas. Antonina / PR, 1966. Extraída de ROHR, 1971-1, p. 16 (Figura 8).



IMAGEM 37. Pe. Rohr montando bloco-testemunho com esqueleto cimentado. Escavação arqueológica na Ilha das Rosas. Antonina / PR, 1966. Extraída de ROHR, 1971-1, p. 16 (Figura 9).

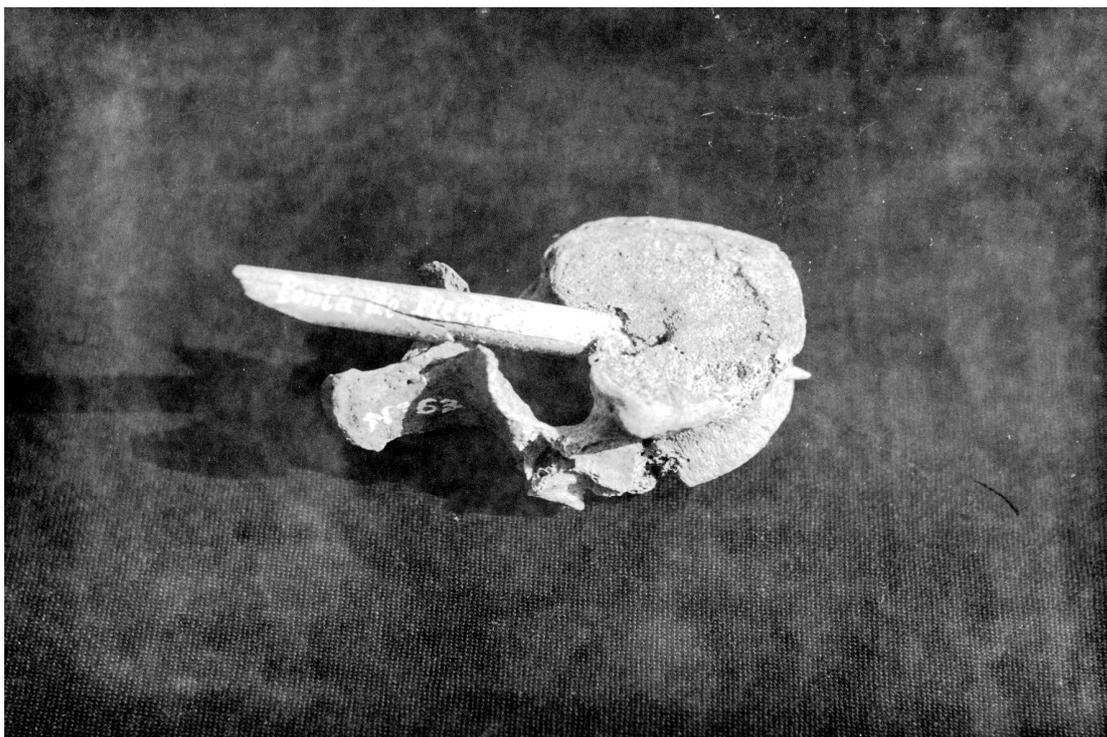


IMAGEM 38. Material exumado por Pe. Rohr na escavação arqueológica da Praia da Tapera. Florianópolis / SC, s. d. CFDN 08.09.055F. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

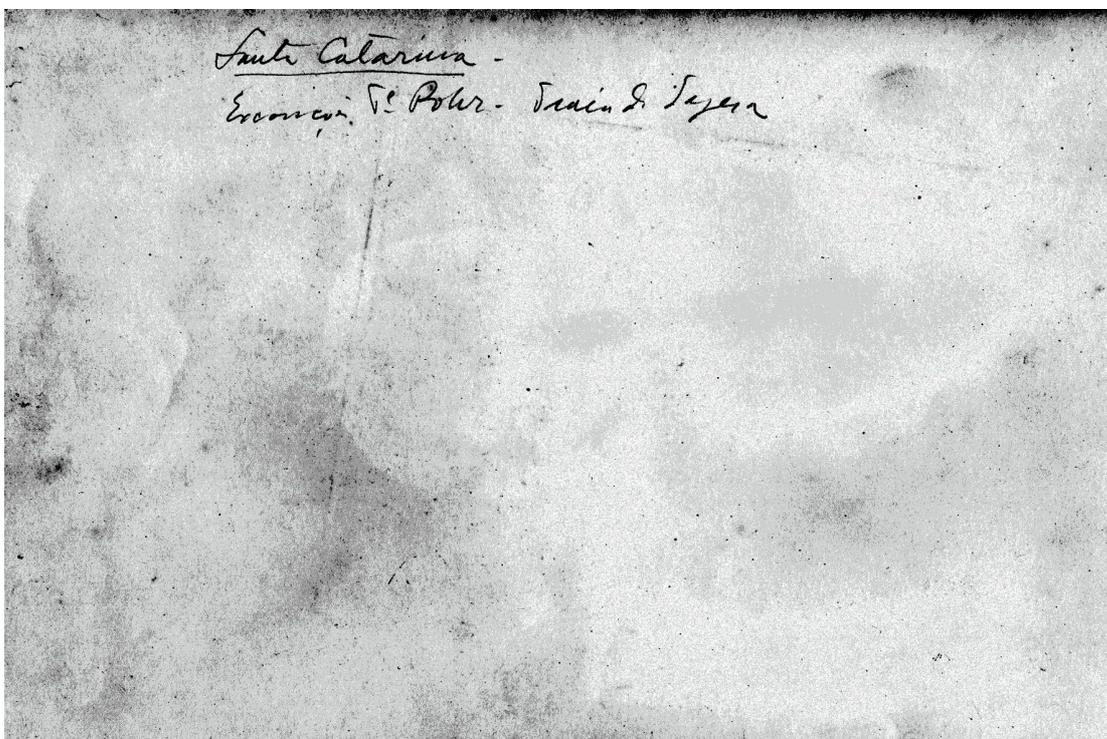


IMAGEM 39. Verso de fotografia de material exumado por Pe. Rohr na escavação arqueológica da Praia da Tapera. Florianópolis / SC, s. d. CFDN 08.09.055F. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.



IMAGEM 40. Castro Faria indicando esqueleto paleoameríndio exumado na escavação arqueológica da Praia da Tapera. Florianópolis / SC, 1964. CF DN 14.14.150F021. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.



IMAGEM 41. Detalhe de fotografia de Castro Faria em escavação arqueológica feita por Pe. Rohr. Florianópolis / SC, 1964. CF DN 14.14.150F021. Detalhe. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.



IMAGEM 42. Sambaqui da Carniça I. Laguna / SC, 1957. CFDA 06.12.120F005. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

Marinha tem novo navio-varredor

O navio-varredor *Anhatomirim*, segundo de uma série de quatro navios em construção na Alemanha, será incorporado hoje à Esquadra Brasileira, em cerimônia realizada na Base Naval de Aratu, em Salvador, onde está sediado o Esquadrão de Minagem e Varredura.

Na mesma ocasião, o primeiro navio dessa série, *Aratu*, terá sua subordinação transferida da Comissão de Fiscalização e Recebimento de Navios-Varredores da Alemanha, para o Brasil.

ORDEM DO DIA

Para a solenidade, o chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Silveira Lóbo, divulgou ontem a seguinte ordem do dia:

"O navio cuja incorporação hoje se processa é o segundo da Marinha brasileira a ter esse nome. O primeiro, uma embarcação de casco de madeira, armado em late, foi construído entre 1820 e 1825, em estaleiro localizado em Santa Catarina, sendo artilhado com um rodízio de pequeno calibre.

O NV *Anhatomirim* recebe o nome de uma pequena ilha situada à entrada da barra Norte do porto de Florianópolis onde, no período compreendido entre 1739 e 1744 foi construída a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, pelo Brigadeiro José da Silva Pais."

Após historiar a operação a ordem do dia se encerra

"Devo ressaltar, ainda, na oportunidade em que se realiza pela primeira vez uma cerimônia de incorporação de navio à Armada brasileira, na Base Naval de Aratu, o significado histórico desse evento, que confirma a atual importância dessa Base Naval para a Marinha, ao mesmo tempo em que se aceleram as medidas para transformá-la, em futuro próximo, em nosso principal bastião, em águas brasileiras no Atlântico Sul.

Apresentando as boas vindas ao NV *Anhatomirim*, formulo os mais sinceros votos de pleno êxito nas relevantes missões que vier a desempenhar a serviço de nossa pátria."



Padre Rohr vai pedir ajuda militar em defesa do tesouro dos sambaquis

Padre denuncia a extinção dos sambaquis catarinenses

Florianópolis (Correspondente) — As maiores reservas mundiais de sambaquis — denominação indígena dada a depósitos orgânicos constituídos de montões de conchas, restos de cozinha e esqueletos acumulados por tribos primitivas nas áreas que habitavam em tempos pré-históricos — estão seriamente ameaçadas de extinção em Santa Catarina.

Quem denuncia a destruição, desenfreada dos sambaquis catarinenses, para a fabricação de cal, é o padre João Alfredo Rohr, jesuíta, 63 anos, arqueólogo do Conselho Nacional de Pesquisas, que foi incumbido de fazer o levantamento dos sítios arqueológicos de Santa Catarina e acaba de ser empossado na presidência do Conselho Estadual de Cultura.

A LEI PROIBE

Padre Rohr junta a suas vozes de cientistas nacionais e estrangeiros, que levantam protestos tão veementes quanto iniciais contra a destruição vandálica dos sambaquis de Santa Catarina e o desrespeito à lei federal de 1961, que proibiu a exploração dos sambaquis em todo o território nacional.

De acordo com a lei, somente o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderia consentir em explorações eventuais, ainda assim por especialistas credenciados, visando a resguardar da extinção esse material de grande valor histórico. Poucos foram os efeitos práticos da lei, que tem sido desrespeitada ostensivamente em Santa Catarina, sobretudo nos Municípios de Joinville e São Francisco do Sul.

— A quem cabe fiscalizar o cumprimento da lei?

— pergunta Padre Rohr. Apesar de todos os relatórios que encaminhamos ao Patrimônio Histórico, a destruição continua. Acompanhamos, inclusive, autoridades policiais ao local de vários sambaquis que estão sendo destruídos. A destruição foi documentada mas nada mudou: o vandalismo continua. Parece que há interesses econômicos muito poderosos em jogo, os quais tornam ineficientes quaisquer atividades culturais no sentido de proteger os sambaquis.

DESCRENÇA

Padre Rohr acompanha sua equipe do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina nas suas pesquisas por todo o Estado. Mas já se confessa cansado de alertar as autoridades para que ajudem a preservar o patrimônio histórico dos sambaquis, descrente de que seja pôsto um paradedro na fúria com que algumas indústrias de cal de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul se lançam à depredação dos sambaquis catarinenses.

Agora que foi eleito presidente do Conselho Estadual de Cultura, ele está elaborando suas teses de preservação dos monumentos arqueológicos do Estado. Ainda que considere o Conselho "um órgão muito fraco", acha que poderá dar repercussão à sua campanha, num alerta às autoridades, pois mais tarde já não haverá mais tempo para preservar coisa alguma.

OS MAIORES DO MUNDO

Padre Rohr afirma que os sambaquis de Santa Catarina são os maiores do

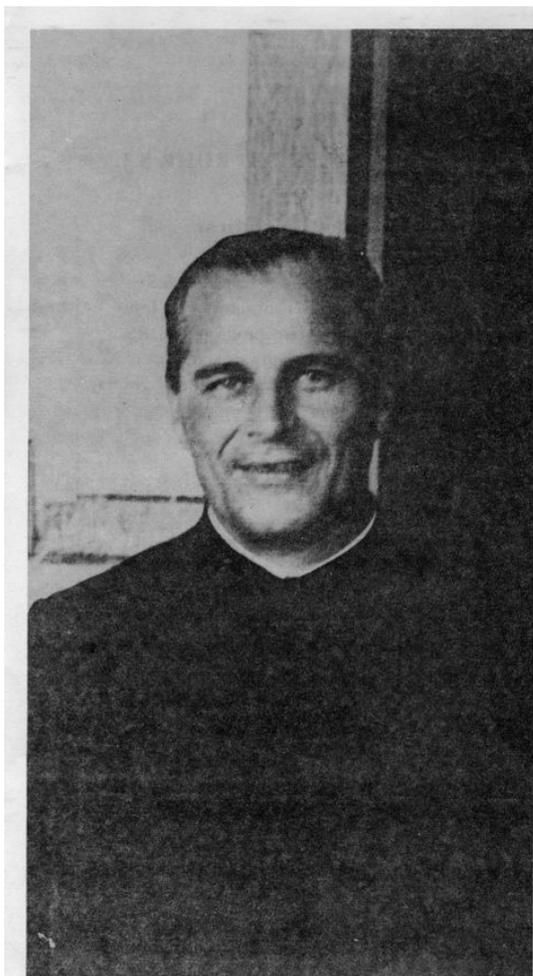
mundo e sua preservação deve interessar ao próprio Governo. Já levou suas preocupações a auxiliares do Governo estadual, e todos se mostraram sensibilizados, prometendo levar o caso ao conhecimento do Governador Colombo Sales. "A exploração industrial dos sambaquis é tão ostensiva, afirma ele, que é muito comum as indústrias de cal instalarem seu equipamento de transformação ao lado da valiosa matéria-prima."

— Esse sacrilégio tem sido presenciado e repudiado mesmo por leigos em arqueologia, diz ele. Todos estranham a destruição dos sambaquis em Santa Catarina e, recentemente, esta estranheza foi objeto de afilidos debates num seminário científico europeu.

Como única fórmula válida, no momento, de coagir os infratores a observar a lei que proíbe a destruição dos monumentos pré-históricos, padre Rohr pensa em recorrer aos préstimos das Forças Armadas:

— É uma idéia pessoal, não sei se viável, mas de qualquer maneira é a única que vejo como capaz de surtir bons resultados práticos. Uma punição exemplar nos infratores, mesmo que isolada, teria efeitos que, garantido, seriam máximos junto aos demais exploradores gananciosos.

— Se todos os esforços forem baldados, restará aos homens de ciência ver esses tesouros arqueológicos serem reduzidos a pó. Há milhões de civilização allenterrados e toda uma cultura pré-histórica a ser estudada na profundidade dos seus mistérios. Como deixar tudo isto virar cal? É um crime — afirma desolado o padre Rohr.



Pe. JOÃO ALFREDO ROHR S.J.

* 18/09/1908

+ 21/07/1984

Pe. JOÃO ALFREDO ROHR S.J.

Dados Biográficos

- 18/09/1908 — Nascimento em Lajeado, RS
 28/07/1927 — Ingresso na Companhia de Jesus
 1927-1928 — Noviciado em Pareci Novo, RS
 1929 — Retórica (estudos de) em Pareci Novo, RS
 1930-1932 — Filosofia: Semin. Provincial Na.Sa. Conceição, São Leopoldo, RS
 1933-1936 — Magistério: Semin. Prov. Na.Sa. Conceição, SL/RS
 1937-1940 — Teologia: Semin. Central Na.Sa. Conceição, SL/RS
 30/11/1939 — Ordenação Sacerdotal
 1941 — 3ª Provação — Pareci Novo, RS
 1942-1964 — Professor de Química, Biologia e no Colégio Catarinense, Florianópolis — SC
 18/08/46-15/02/53 — Diretor e Reitor do Colégio Catarinense
 1957-1984 — Pesquisas Arqueológicas
 1984, dia 21/07, às 22:15 faleceu.

As **pesquisas** começadas pelo Pe. João Alfredo Rohr serão continuadas pelo Instituto Anchietano de Pesquisas, do qual o pesquisador era membro.

As **coleções**, pertencentes à Sociedade Antônio Vieira, mantenedora tanto do Museu do Homem do Sambaqui, como do Instituto Anchietano de Pesquisas, serão administradas por este último. Por isso toda correspondência relativa às mesmas, deverá ser dirigida ao Instituto Anchietano de Pesquisas, Praça Tiradentes, 35 — 93.000 São Leopoldo, RS.

O **museu** continuará no Colégio Catarinense, onde sempre esteve e onde poderá ser visitado, na rua Estêves Júnior, 159 — 88.000 Florianópolis, SC. (Caixa Postal 135).

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Correspondências

CARTA a Castro Faria de 6 de agosto de 1951. CFDA 05.03.015. Acervo CF. AHC-MAST/MCT. (Assinatura ilegível).

CARTA de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 1962. CFDA 06.07.043. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 1963. CFDA 06.07.052. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 4 de dezembro de 1962. CFDA 06.07.051. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 16 de dezembro de 1971. CFDA 11.12.937. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 21 de agosto de 1960. CFDA 11.10.629. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 21 de agosto de 1960. CFDA 11.10.629. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 29 de julho de 1964. CFDA 07.04.062. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 3 de novembro de 1963. CFDA 11.11.778. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 31 de dezembro de 1964. CFDA 11.11.820. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 31 de julho de 1963. CFDA 11.11.777. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de João Alfredo Rohr a Luiz de Castro Faria, de 6 de outubro de 1966. CFDA 11.12.869. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de Juan Comas a Luiz de Castro Faria, de 6 de abril de 1964. CFDA 11.11.802. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr, de 14 de julho de 1964. CFDA 07.04.056. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr, de 26 de julho de 1963. CFDA 11.11.742. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr, de 6 de dezembro de 1971. CFDA 11.12.929. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de Luiz de Castro Faria a Pedro Ignácio Schmitz, de 6 de dezembro de 1971. CFDA 11.12.928C. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de Luiz de Castro Faria a Rodrigo de Mello Franco de Andrade, de 23 de outubro de 1947. CFDA 06.10.086. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de Luiz de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 4 de março de 1949. CFDA 11.07.255. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de Luiz de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 12 de setembro de 1962. CFDA 06.07.040. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de Luiz de Castro Faria a Rodrigo Mello Franco de Andrade, de 23 de maio de 1962. CFDA 06.07.041. 2 fls. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de Mário de Lima Beck a Luiz de Castro Faria, de 12 de novembro de 1963. CFDA 11.11.761. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Luiz de Castro Faria, de 15 de abril de 1964. CFDA 06.07.054. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CARTA de Rodrigo Mello Franco de Andrade a Luiz de Castro Faria, de 17 de maio de 1965. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

Fotografias

CFDN 06.12.120F. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CFDN 08.09.055F. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CFDN 14.14.150F. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CFDN 19.01.006F. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

Legislação

BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Citada de acordo com o constante no *website* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 16 de julho de 1934. Citada de acordo com o constante no *website* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL. Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Citado de acordo com o constante no *website* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL. Decreto-lei n. 4.146, de 4 de março de 1942. Dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos. Citado de acordo com o constante no *website* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4146.htm>. Acesso em dezembro de 2012.

BRASIL. Lei n. 3.924, de 26 de Julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Art. 24. Citado de acordo com o constante no *website* <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em janeiro de 2013.

Outros materiais

ARQUEÓLOGO descobre sambaquis. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1979, s. p. CFDA 08.09.050-1. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CASTRO FARIA, Luiz de. Ecologia das comunidades indígenas do Chapadão Matogrossense. Junho de 1946. CFDA 11.06.045. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CASTRO FARIA, Luiz de. Pe. Rohr – a devoção arqueológica. 29 de outubro de 1984. CFDA 09.06.094. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

CFDN 23.20.071. Verso. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

DISCRIMINAÇÃO de possíveis usos de verba para inventário, documentação e registro de monumentos arqueológicos, enviado por Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr em 14 de julho de 1964. CFDA 07.04.056-3. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

LIVRO de Atas do CNPq do ano de 1963 (v. 1). AHC-MAST/MCT

MOÇÃO sobre o estudo e a conservação dos sambaquis apresentada por Luiz de Castro Faria no 1º Congresso de História Catarinense. Florianópolis, 12 de outubro de 1948. CFDA 06.10.084. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

MODELO de recibo enviado por Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr em 14 de julho de 1964. CFDA 07.04.056-1. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

- PADRE denuncia a extinção dos sambaquis catarinenses. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1971, 1º caderno, s. p. CFDA 08.09.050. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.
- PARECER de Luiz de Castro Faria a requerimento de exploração de concheiro feito ao DPHAN pela Industrial Catarinense de Adubos Ltda., de 14 de maio de 1970. CFDA 06.07.053. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.
- PORTARIA de Julio Furquim Sambaquy, Ministro da Educação e Cultura, de 21 de janeiro de 1964, nomeando comissão para a regulamentação da Lei n. 3.924. CFDA 06.07.054-1. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.
- PROCESSO n. 1.129-T-84, v. 2, fl. 24, anexo III. Arquivo Central do IPHAN – Seção RJ.
- PROJETO de aplicação de verba encaminhado por Luiz de Castro Faria, Chefe da Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, a Rodrigo Mello Franco de Andrade, Diretor do DPHAN, em 22 de junho de 1964. 2 fls. CFDA 06.04.051. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.
- PROJETO de aplicação de verba enviado por Luiz de Castro Faria a João Alfredo Rohr em 14 de julho de 1964. CFDA 07.04.056-2. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.
- RELATÓRIO de atividades da Divisão de Antropologia e Etnografia referente ao ano de 1956. Encaminhado por ofício de Luiz de Castro Faria, Chefe da Divisão de Antropologia e Etnografia, a José Cândido de Mello Carvalho, Diretor do Museu Nacional, de 15 de janeiro de 1957. SEMEAR-MN/UFRJ.
- RELATÓRIO de atividades do ano de exercício de 1955 e programas de trabalho da Divisão de Antropologia e Etnografia para o ano em curso. DAE / Of. 13, de 18 de maio de 1956. Class. 146.4. SEMEAR-MN/UFRJ.
- ROHR contesta declarações de juiz sobre os sambaquis. *O Estado*, Florianópolis, 24 de janeiro de 1973, 1º caderno, p. 6. Acervo da Biblioteca Pública de Florianópolis.
- ROHR critica Conselho de Cultura e diz porque saiu. *O Estado*, Florianópolis, 16 de abril de 1973, 1º caderno, p. 8. Acervo da Biblioteca Pública de Florianópolis.
- SOARES, Luiz Eduardo. A ditadura e a antropologia brasileira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 29 de março de 1994, 1o caderno, s. p. CFDA 23.20.070. Acervo CF. AHC-MAST/MCT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Sylvio Froés. A importância dos sambaquis no estudo da pré-história do Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Geografia, t. XXXV, 1932.
- AGAMBEN, Giorgio. O amigo. In: *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. (Tradução de Vinícius Nicastro Honesko). Chapecó: Argos, 2009.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O Historiador Naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007-1.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Um leque que respira: a questão do objeto em História. In: *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História*. Bauru: Ed. USC, 2007-2.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Trajetória em *transcensus*: Luiz de Castro Faria (1913-2004). In: CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia: duas ciências. Notas para uma história da antropologia no Brasil*. (Organização de Alfredo Wagner Berno de Almeida e Heloisa Maria Bertol Domingues). Brasília / Rio de Janeiro: CNPq / MAST, 2006-1.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Trajetória tangencial: Raimundo Lopes e a antropologia no Brasil. In: LOPES, Raimundo. *Raimundo Lopes: dois estudos resgatados*. (Organização de Heloisa Maria Bertol Domingues e Alfredo Wagner Berno de Almeida; prefácio de Luiz de Castro Faria). Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- ALVES, Daniela Maria. *A indústria lítica do Sambaqui do Mar Casado e outros sítios do litoral do Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). PPGA, MAE/USP. São Paulo, 2010.
- ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro / Brasília: MinC / Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. (Série “Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, n. 38).
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Ed. 34, 1994.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, n. 1, 1988.
- ÀRIES, Philippe. Contribuição ao estudo do culto dos mortos na época contemporânea. In: *História da morte no Ocidente*. (Tradução de Priscila Viana de Siqueira; prefácio de Jacob Pinheiro Golberg). Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

- AUERBACH, Eric. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. [1946]. (Tradução de Jacob Guinsburg). 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Coleção “Estudos”, v. 2; direção de Jacob Guinsburg).
- BALDUS, Herbert. Aldeia, casa, móveis e utensílios entre os índios do Brasil: sugestão para pesquisas etnológicas. *Sociologia*. São Paulo, FFCL/USP, v. 4, n. 2, 1937.
- BARRETO, Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. [1915]. 23ª ed. São Paulo: Ática, 2001.
- BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. *Bastidores da escrita da história: a amizade epistolar entre Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo (1916-1927)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UFC. Fortaleza, 2008.
- BEAL, Timothy Kandler. *Religion and its monsters*. Nova Iorque: Routledge, 2002.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre a Filosofia da História. [1940]. In: *Walter Benjamin. Textos escolhidos*. (Tradução de Flávio R. Kothe). São Paulo: Ática, 1991.
- BERLINCK, Manoel T. Notícia sobre Max Weber. In: WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. (Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota; prefácio de Manoel T. Berlinck). 19ª ed. São Paulo: Cultrix, 2005
- BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. Coordenação editorial de José Bortolini; tradução de Euclides Martins Balanci et alli. São Paulo: Paulus, 2002 (4ª reimpressão: 2006).
- BIGARELLA, João José. Contribuição ao estudo da planície sedimentar da parte norte da Ilha de Santa Catarina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, IBTP, n. 4, 1949.
- BIGARELLA, João José. Contribuição ao estudo dos sambaquis no Estado do Paraná (I): regiões adjacentes às Baías de Paranaguá e Antonina. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, IBTP, nn. 5-6, 1950-1951.
- BIGARELLA, João José. Contribuição ao estudo dos sambaquis no Estado do Paraná (II): regiões adjacentes à Baía de Guaratuba. *Arquivos de Biologia e Tecnologia*. Curitiba, IBTP, nn. 5-6, 1950-1951.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício de historiador*. [1949]. (Prefácio de Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira de Lilia Moritz Schwarcz; tradução de André Telles). Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOMENY, Helena Bousquet. O patrimônio de Mário de Andrade. In: CHUVA, Márcia. *A invenção do patrimônio. Continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. (Série “Debates”, v. 2).
- BORGES, Jorge Luis. Kafka e seus precursores. [1951]. In: *Outras inquisições*. (Tradução de Davi Arrigucci Jr.). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). *Usos & abusos da história oral*. (Tradução de Luiz Alberto Monjardim et alli). 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

- BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean *et alli* (orgs.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. (Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica de Paula Montero). São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. (Tradução de Paula Montero). In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção “Grandes Cientistas Sociais”, v. 39; coordenação de Florestan Fernandes).
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. (Tradução de Fernando Tomaz). Rio de Janeiro / Lisboa: Bertrand / Difel, 1989. (Coleção “Memória e Sociedade”; coordenação de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto).
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *A sociedade estatal e a tecnoburocracia*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRUNHOUSE, Robert L. *En busca de los mayas. Los primeros arqueólogos*. [1974]. (Tradução de Jorge Ferreiro). Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- CALABRE, Lia. Intelectuais e política cultura: o Conselho Federal de Cultura. In: VV. AA. *Atas do Colóquio Intelectuais, cultura e política no mundo ibero-americano*. Rio de Janeiro: Revista Intellèctus, 2006.
- CALIXTO, Benedito. Algumas notas e informações sobre a situação dos sambaquis de Itanhaém e de Santos. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, n. 6, 1904.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, AAB, v. 7, n. 2, 2008.
- CANGUILHEM, Georges. O objeto da história das ciências. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 28-A (dossiê Epistemologia), 2ª ed., 1972.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. (Introdução e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia). Rio de Janeiro: L. Leite & Cia, 1925.
- CASTRO FARIA, Luiz de. A Antropologia no Brasil e na tradição do Museu Nacional. [1942]. In: *Antropologia: escritos exumados. Espaços circunscritos, tempos soltos*. (Apresentação de Antônio Carlos de Souza Lima). Niterói: Ed. UFF, 1998-4. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, v. 13).
- CASTRO FARIA, Luiz de. A Antropologia no Brasil: depoimentos sem compromisso de um militante em recesso. [1982]. In: *Antropologia: espetáculo e excelência*. (Prefácio de Moacir Palmeira). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993-1.
- CASTRO FARIA, Luiz de. A arqueologia brasileira. [c. 1960]. In: *Antropologia: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico*. (Apresentação de Antônio Carlos de Souza Lima). Niterói: Ed. UFF, 1999-1. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, v. 19).

- CASTRO FARIA, Luiz de. A formulação do problema dos sambaquis. [1955]. In: *Antropologia: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico*. (Apresentação de Antônio Carlos de Souza Lima). Niterói: Ed. UFF, 1999-3. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, v. 19).
- CASTRO FARIA, Luiz de. Alberto Childe: o homem, a obra e sua época. [1970]. In: *Antropologia: escritos exumados. Espaços circunscritos, tempos soltos*. (Apresentação de Antônio Carlos de Souza Lima). Niterói: Ed. UFF, 1998-6. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, v. 13).
- CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia: duas ciências. Notas para uma história da antropologia no Brasil*. (Organização de Alfredo Wagner Berno de Almeida e Heloisa Maria Bertol Domingues). Brasília / Rio de Janeiro: CNPq / MAST, 2006-1.
- CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia: escritos exumados 3. Lições de um praticante*. Niterói: Ed. UFF, 2006-2.
- CASTRO FARIA, Luiz de. *Arqueologia brasileira*. Rio de Janeiro: INCE / MEC, [c. 1960]. (Coleção “Diafilmes Culturais”, n. 5).
- CASTRO FARIA, Luiz de. Dez anos após a Primeira Reunião Brasileira de Antropologia. [1963]. In: *Antropologia: escritos exumados. Espaços circunscritos, tempos soltos*. (Apresentação de Antônio Carlos de Souza Lima). Niterói: Ed. UFF, 1998-1. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, v. 13).
- CASTRO FARIA, Luiz de. Domínios e fronteiras do saber: a identidade da arqueologia. In: *Antropologia: espetáculo e excelência*. (Prefácio de Moacir Palmeira). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993-3.
- CASTRO FARIA, Luiz de. Heloísa Alberto Torres (1897-1977). [1978]. In: *Antropologia: escritos exumados. Espaços circunscritos, tempos soltos*. (Apresentação de Antônio Carlos de Souza Lima). Niterói: Ed. UFF, 1998-3. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, v. 13).
- CASTRO FARIA, Luiz de. Lacerda e a pesquisa antropológica no Brasil. [1951]. In: *Antropologia: escritos exumados. Espaços circunscritos, tempos soltos*. (Apresentação de Antônio Carlos de Souza Lima). Niterói: Ed. UFF, 1998-5. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, v. 13).
- CASTRO FARIA, Luiz de. Museu Nacional: espetáculo e excelência. [1982]. In: *Antropologia: espetáculo e excelência*. (Prefácio de Moacir Palmeira). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993-2.
- CASTRO FARIA, Luiz de. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e poliformia: à guisa de depoimento e reflexão. In: CHUVA, Márcia. *A invenção do patrimônio. Continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. (Série “Debates”, v. 2).
- CASTRO FARIA, Luiz de. O Antropólogo e a Fotografia: um depoimento. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro / Brasília, IPHAN / MinC, n. 27, 1998-2.

- CASTRO FARIA, Luiz de. O estado atual da antropologia física no Brasil. [1955]. In: *Antropologia: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico*. (Apresentação de Antônio Carlos de Souza Lima). Niterói: Ed. UFF, 1999-7. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, v. 19).
- CASTRO FARIA, Luiz de. O problema da proteção aos sambaquis. [1959]. In: *Antropologia: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico*. (Apresentação de Antônio Carlos de Souza Lima). Niterói: Ed. UFF, 1999-2. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, v. 19).
- CASTRO FARIA, Luiz de. O problema da proteção aos sambaquis. *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, v. 49, 1959.
- CASTRO FARIA, Luiz de. O problema dos sambaquis do Brasil: escavações recentes no sítio de Cabeçuda (Laguna, Santa Catarina). [1952]. In: *Antropologia: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico*. (Apresentação de Antônio Carlos de Souza Lima). Niterói: Ed. UFF, 1999-4. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, v. 19).
- CASTRO FARIA, Luiz de. O trabalho interdisciplinar em antropologia. [1959]. In: *Antropologia: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico*. (Apresentação de Antônio Carlos de Souza Lima). Niterói: Ed. UFF, 1999-8. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, v. 19).
- CASTRO FARIA, Luiz de. *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói. O autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- CASTRO FARIA, Luiz de. Origens culturais da habitação popular do Brasil. [1951]. In: *Antropologia: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico*. (Apresentação de Antônio Carlos de Souza Lima). Niterói: Ed. UFF, 1999-6. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, v. 19).
- CASTRO FARIA, Luiz de. Sobre um artigo de Heloísa Alberto Torres na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, ou acerca das condições de pesquisa em antropologia sob o Estado Novo. In: *Antropologia: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico*. (Apresentação de Antônio Carlos de Souza Lima). Niterói: Ed. UFF, 1999-5. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, v. 19).
- CASTRO FARIA, Luiz de. *Um outro olhar. Diário da expedição à Serra do Norte*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2001.
- CASTRO FARIA, Luiz de. Um sábio maranhense no Museu Nacional. In: LOPES, Raimundo. *Raimundo Lopes: dois estudos resgatados*. (Organização de Heloisa Maria Bertol Domingues e Alfredo Wagner Berno de Almeida; prefácio de Luiz de Castro Faria). Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CASTRO FARIA, Luiz de. Virchow e os sambaquis brasileiros: um evolucionismo antidarwinista. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero & GLICK, Thomas. *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003. (Coleção História e Saúde; edição de Jaime L. Benchimol, Flávio C. Edler e Gilberto Hochman).

- CASTRO FARIA, Luiz de; GOMES, Ângela de Castro & NEDER, Gizelene. Antropologia no Brasil: trajetória intelectual do professor Luiz de Castro Faria. *Tempo*. Niterói, ICHF/UFF, v. 2, n. 4, 1997.
- CASTRO FARIA, Luiz de; MIRANDA, Ana Paula Mendes de & ARAÚJO, Melvina Afra Mendes de. Entrevista com Luiz de Castro Faria. *Cadernos de campo*. São Paulo, PPGAS-FFLCH/USP, n. 10, 2002.
- CECCON, Roseli Santos. *Em busca de uma “arqueologia brasileira”: Universidade do Paraná, décadas de 1950 a 1970*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH, FFCH/PUC-RS. Porto Alegre, 2011.
- CERAM, C. Walter. *Deuses, túmulos e sábios*. [1949]. (Tradução de João Távora). São Paulo: Melhoramentos, 1959.
- CHESTERTON, Gilbert Keith. O homem eterno. (Tradução de Almiro Pisetta). São Paulo: Mundo Cristão, 2010.
- CHILDE, Gordon. *A evolução cultural do homem*. [1936]. (Tradução de Waltensir Dutra). 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978. (Coleção “Biblioteca de cultura histórica”).
- CHILDE, Vere Gordon. *Para uma recuperação do passado: a interpretação dos dados arqueológicos*. [1956]. (Tradução de Maria Luísa Penafiel; introdução de Victor dos Santos Gonçalves). Lisboa / São Paulo: DIFEL, 1969. (Coleção “Tempo aberto”).
- CHMYZ, Igor. José Loureiro Fernandes e a arqueologia brasileira. *Arqueologia - Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*. Curitiba, CEPA/UFPR, v. 10, 2006.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- CLARKE, David Leonard. *Analytical archeologist. Collected papers of David L. Clarke*. Boston: Academic Press, 1979.
- CLIFFORD, James. Cuéntame tu viaje: Michel Leiris. [1984]. In: *Dilemas de la cultura. Antropología, literatura y perspectiva posmoderna*. (Tradução de Carlos Reynoso). Barcelona: Gedisa, 1995-5. (Grupo “Ciencias Naturales y del Hombre”, Série “Antropología y Etnografía”, v. 1).
- CLIFFORD, James. Poder y diálogo en etnografía: la iniciación de Marcel Griaule. [1983]. In: *Dilemas de la cultura. Antropología, literatura y perspectiva posmoderna*. (Tradução de Carlos Reynoso). Barcelona: Gedisa, 1995-2. (Grupo “Ciencias Naturales y del Hombre”, Série “Antropología y Etnografía”, v. 1).
- CLIFFORD, James. Sobre el surrealismo etnográfico. [1981]. In: *Dilemas de la cultura. Antropología, literatura y perspectiva posmoderna*. (Tradução de Carlos Reynoso). Barcelona: Gedisa, 1995-4. (Grupo “Ciencias Naturales y del Hombre”, Série “Antropología y Etnografía”, v. 1).
- CLIFFORD, James. Sobre la autoridade etnográfica. [1983]. In: *Dilemas de la cultura. Antropología, literatura y perspectiva posmoderna*. (Tradução de Carlos Reynoso).

- Barcelona: Gedisa, 1995-1. (Grupo “Ciencias Naturales y del Hombre”, Série “Antropología y Etnografía”, v. 1).
- CLIFFORD, James. Sobre la invención etnográfica del sujeto: Conrad y Malinowski. [1985]. In: *Dilemas de la cultura. Antropología, literatura y perspectiva posmoderna*. (Tradução de Carlos Reynoso). Barcelona: Gedisa, 1995-3. (Grupo “Ciencias Naturales y del Hombre”, Série “Antropología y Etnografía”, v. 1).
- COMERLATO, Fabiana. As representações rupestres do Estado de Santa Catarina, Brasil. *Revista OHUN*. Salvador, PPGAV-EBA/UFBA, a. 2, n. 2, 2005. CONCEIÇÃO & SANTOS, 2011
- CONCEIÇÃO, Gisele Cristina & SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. Da carne, da lâmina e da cal da Ostra: a importância do filo *Mollusca* no processo colonizatório da América Portuguesa. In: VV. AA. *V Congresso Internacional de História*. Maringá: CLICHETEC, 2011.
- CORRÊA, Mariza & MELLO, Januária (orgs.). *Querida Heloísa / Dear Heloisa: cartas de campo para Heloísa Alberto Torres*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008.
- CORRÊA, Mariza. As Reuniões Brasileiras de Antropologia: cinquenta anos (1953-2003). Campinas / Brasília: Ed. UNICAMP / ABA, 2003.
- CORRÊA, Mariza. Dona Heloísa e a pesquisa de campo. *Revista Antropologia*. São Paulo, FFLCH/USP, v. 40, n. 1, 1997.
- CORRÊA, Mariza. Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, v. 3, n. 6, 1988.
- CRUZ, Alfredo Bronzato da Costa. *Encontrando cultura nas pedras: notas de leitura sobre “A arte animalista dos paleoameríndios do litoral do Brasil”, de Luiz de Castro Faria*. Rio de Janeiro, 2011-4. 16 p. Trabalho não publicado.
- CRUZ, Alfredo Bronzato da Costa. *Fantasmagorias e múmias: considerações sobre um problema de pesquisa no acervo pessoal do antropólogo Luiz de Castro Faria*. Rio de Janeiro, 2011-1. 18 p. Trabalho não publicado.
- CRUZ, Alfredo Bronzato da Costa. O cotidiano e a prática arqueológica do Pe. João Alfredo Rohr em um conjunto de cartas com o antropólogo Luiz de Castro Faria. *Revista Mosaico*. Goiânia, PPGH/PUC-GO, v. 5, n. 2, 2-12.
- CRUZ, Alfredo Bronzato da Costa. O estudo e conservação dos sambaquis em uma correspondência entre Pe. João Alfredo Rohr, S. J., e Luiz de Castro Faria (Florianópolis – Rio de Janeiro, agosto de 1960). In: VV. AA. *Anais do Scientiarum Historia IV*. Rio de Janeiro: HCTE-CCMN/UFRRJ, 2011-3.
- CRUZ, Alfredo Bronzato da Costa. O problema dos sambaquis segundo Luiz de Castro Faria: notas de leitura. In: VV. AA. *Anais da 1ª Jornada de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde*. Rio de Janeiro: PPGHCS-COC/FIOCRUZ, 2011-2.

- CURVO, Ana Maria. *A ocupação da Região de Diamantino nas décadas de 60, 70 e 80*. Projeto de pesquisa (Licenciatura e Bacharelado em História). Departamento de História, CLCH/UFMT. Cuiabá, 1991.
- DEMOULE, Jean-Paul. Lascaux. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire. Livre 3*. Paris: Quarto / Gallimard, 1997.
- DIAS, Carla da Costa & LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro / Brasília, IPHAN / MinC, n. 34, 2011.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita. Nacionalismo e arqueologia: o contexto político da nossa disciplina. *Revista Aulas*. Campinas, UNICAMP, n. 2, 2006.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol & Magali Romero SÁ. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero & GLICK, Thomas. *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2003. (Coleção História e Saúde; edição de Jaime L. Benchimol, Flávio C. Edler e Gilberto Hochman).
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. A ecologia humana no chapadão matogrossense: Luiz de Castro Faria. In: VV. AA. *Anais da 63ª Reunião Anual da SPBC*. Goiânia: SBPC, 2011.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. A marca da terra. In: LOPES, Raimundo. *Raimundo Lopes: dois estudos resgatados*. (Organização de Heloisa Maria Bertol Domingues e Alfredo Wagner Berno de Almeida; prefácio de Luiz de Castro Faria). Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. A última grande expedição etnográfica do século XX. In: CASTRO FARIA, Luiz de. *Um outro olhar. Diário da expedição à Serra do Norte*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2001.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. Barbosa Rodrigues e os sambaquis da Amazônia. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, SBHC, v. 5, suplemento, 2012.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. Tradução cultural na antropologia dos anos 1930-1950: as expedições de Claude Lévi-Strauss e Charles Wagley à Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*. Belém, MPEG, v. 3, n. 1, 2008.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; XAVIER, Ana Amélia Canez & FAGUNDES, Anamaria de Sousa. O acervo Luiz de Castro Faria como uma narrativa documental do campo antropológico. In: VV. *XIII Seminário Nacional de História*. Londrina: ANPUH / Ed. UEL, 2005.
- DUARTE, Paulo. *O processo dos rinocerontes: razões de defesa e outras razões*. São Paulo: [s. e.], 1967.
- DUARTE, Paulo. O sambaqui visto através de alguns sambaquis. In: DUARTE, Paulo (org.). *Pré-história brasileira. Trabalhos apresentados na XIX Reunião Anual da Sociedade*

- Brasileira pelo Progresso da Ciência (Rio de Janeiro, julho de 1967)*. São Paulo: Instituto de Pré-História da USP, 1968.
- EVANS, Clifford. Introdução. In: *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - 1º ano (1965-1966)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1967. (Série “Publicações Avulsas”, n. 6).
- FAGAN, Brian. *The rape of the Nile: tomb robbers, tourists and archaeologists in Egypt*. Nova Iorque: Scribner's, 1975.
- FAGUNDES, Antonio Augusto. *Mitos e lendas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- FARIA, Felipe. *Georges Cuvier: do estudo dos fósseis à paleontologia*. (Prefácio de Gustavo Caponi). São Paulo: Associação Filosófica Scientia Studia / Ed. 34, 2012. (Coleção “História da Ciência”).
- FERREIRA, Lucio Menezes & NOELLI, Francisco Silva. Richard Francis Burton, os sambaquis e a Arqueologia no Brasil Imperial. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, MAE/USP, v. 17, 2007-2.
- FERREIRA, Lucio Menezes. “Ordenar o caos”: Emílio Goeldi e a Arqueologia Amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*. Belém, MPEG, v. 4, 2009-2.
- FERREIRA, Lucio Menezes. *A institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Tese (Doutorado em História). PPGH/UNICAMP. Campinas, 2007-1.
- FERREIRA, Lucio Menezes. Arqueologia do sul do Brasil e política colonial em Hermann von Ihering. *Anos 90*. Porto Alegre, PPGH/UFRGS, v. 12, 2005-2.
- FERREIRA, Lucio Menezes. Arqueologia e Geostratégia: as fronteiras imperiais e o uso das fontes arqueológicas (1838-1877). *Varia História*. Belo Horizonte, FFCH/UFMG, v. 24, 2001-1.
- FERREIRA, Lucio Menezes. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil Imperial. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, COC/FIOCRUZ, v. 13, 2006.
- FERREIRA, Lucio Menezes. Colônias doces: a Arqueologia militarizada de José Vieira Couto Magalhães. *Fronteiras - Revista de História*. Campo Grande, PPGH/UFPA, 2003-1.
- FERREIRA, Lucio Menezes. Diálogos da Arqueologia Sul-Americana: Hermann von Ihering, o Museu Paulista e os museus argentinos do final do século XIX e início do século XX. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, MAE/USP, v. 19, 2009-1.
- FERREIRA, Lucio Menezes. Genealogia da Nação: a invenção da Pré-História no Brasil Oitocentista. *Revista de História da UFS*. Aracaju, UFS, v. 2, 1996.

- FERREIRA, Lucio Menezes. Gonçalves Dias: arqueólogo e etnógrafo. In: LOPES, Marco Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003-4.
- FERREIRA, Lucio Menezes. História petrificada: a Arqueologia Nobiliárquica e o Império Brasileiro. *Cadernos do CEOM*. Chapecó, CEOM/UNOESC, v. 17, 2003-2.
- FERREIRA, Lucio Menezes. Ideias de Pré-História no Brasil Oitocentista. *Debates Regionais*. João Pessoa, UFPB, v. 2, 1995.
- FERREIRA, Lucio Menezes. José Vieira Couto de Magalhães: Arqueologia e Colônias Militares. *Arqueología Suramericana*. Buenos Aires, Universidad de Cauca, v. 1, 2005-1.
- FERREIRA, Lucio Menezes. Solo civilizado, chão antropofágico: a Arqueologia Imperial e os Sambaquis. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ORSER JR., Charles & SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira (orgs.). *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2005-3.
- FERREIRA, Lucio Menezes. Um bando de ideias novas na Arqueologia (1870-1877). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, MAE/USP, v. 11, 2001-2.
- FERREIRA, Lucio Menezes. Vestígios da Raça Americana: Arqueologia, Etnografia e Romantismo no Brasil Imperial (1838-1867). *Habitus*. Goiânia, IGPHA/PUC-GO, v. 1, n. 1, 2003-3.
- FERREIRA, Lucio Menezes. *Vestígios de Civilização: a Arqueologia no Brasil Imperial (1838-1877)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/UNICAMP. Campinas, 2002.
- FOSSARI, Teresa Domitila & REIS, Maria José. Arqueologia e preservação do patrimônio cultural: a contribuição do Pe. João Alfredo Rohr. *Cadernos do CEOM*. Chapecó, CEOM/UNOESC, v. 30, 2009.
- FOSSARI, Teresa Domitila. *In memoriam* do arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Museu de Antropologia da UFSC, n. 17, 1984.
- FOSSARI, Teresa Domitila. O legado do arqueólogo Pe. João Alfredo Rohr. *Revista Encontros Teológicos*. Florianópolis, ITESC, a. 16, v. 31, n. 2, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. (Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio). 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. (Tradução de Luiz Felipe Baêta Neves; revisão de Lígia Vassalo). Petrópolis / Lisboa: Vozes / Centro do Livro Brasileiro, 1972-2. (Coleção “Epistemologia e Pensamento Contemporâneo”, n. 3; orientação de Luiz Felipe Baêta Neves).
- FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 28-A (dossiê Epistemologia), 2ª ed., 1972-1.

- FRAIZ, Priscila Moraes Varella. *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Letras, CEH/UERJ. Rio de Janeiro, 1994.
- FRANCH, José Alcina. *Arqueólogos o anticuarios. Historia antigua de la Arqueología em la América española*. Barcelona: Serbal, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. [1933]. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 36).
- FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa mais primitivo do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937-1.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937-2. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 4).
- FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. (Coleção Documentos Brasileiros, v. 28).
- FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de antropologia*. [1943]. (Prefácio de Gonçalves Fernandes). 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962. (Coleção "Obras reunidas de Gilberto Freyre").
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. [1936]. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951. 2ª ed. rev. e ampl. Coleção Documentos Brasileiros, v. 66).
- FRIGOLI, Riccardo. *Las excavaciones de R'lyeh. La Arqueología como método, la Prehistoria como idea y la Literatura Fantástica de H. P. Lovecraft*. Madri: JAS Arqueología, 2010. (Coleção "Arqueología Pública").
- FUNARI, Pedro Paulo & PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. (Coleção "Ciências sociais passo-a-passo", v. 66; direção de Celso Castro).
- FUNARI, Pedro Paulo A. & SOARES, Inês Virgínia Prado. Processo dos rinocerontes e outros: o acervo de Paulo Duarte e a importância de conhecer a verdade sobre os acontecimentos na USP durante a ditadura militar. *Revista Eletrônica Internacional Direito e Cidadania*. 2012. Disponível em <http://www.reid.org.br/?CONT=00000361>. (Acesso em janeiro de 2013).
- FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Campinas, CHAA, PPGH-IFCH/UNICAMP, n. 1, 1994.
- FUNARI, Pedro Paulo. Destruction and conservation of cultural property in Brazil: academic and practical challenges. In: VV. AA. *Teoria Arqueológica na América do Sul*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998. (Coleção Primeira Versão, v. 76).

- FUNKENSTEIN, Amos. *Theology and the scientific imagination: from the middle ages to the seventeenth century*. Princeton: Princeton UP, 1986.
- GARCIA JR., Afrânio Raul & SORÁ, Gustavo. Castro Faria, a experiência de Rondônia e a Antropologia no Brasil. In: CASTRO FARIA, Luiz de. *Um outro olhar. Diário da expedição à Serra do Norte*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2001.
- GARCIA JR., Afrânio. Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS e a seleção das espécies científicas. *Mana*. Rio de Janeiro, PPGAS-MN/UFRJ, v. 15, n. 2, 2009.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (Coleção “O Sacerdote e o Feiticeiro”, v. 1).
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (Coleção “O Sacerdote e o Feiticeiro”, v. 2).
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002-1. (Coleção “As Ilusões Armadas”, v. 1).
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002-2. (Coleção “As Ilusões Armadas”, v. 2).
- GESSINGER, Humberto. *Mapas do acaso: 45 variações sobre um mesmo tema*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2011.
- GINZBURG, Carlo. As vozes do outro: uma revolta indígena nas Ilhas Marianas. [1999]. In: *Relações de força: história, retórica, prova*. (Tradução de Jônatas Batista Neto). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. Feiticeiras e xamãs. [1993]. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. (Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão). São Paulo: Companhia das Letras, 2007-1.
- GINZBURG, Carlo. *Investigando Piero: o Batismo, o ciclo de Arezzo, a Flagelação de Urbino*. [1994]. (Tradução de Denise Bottmann). São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- GINZBURG, Carlo. Os europeus descobrem (ou redescobrem) os xamãs. [1992]. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. (Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão). São Paulo: Companhia das Letras, 2007-2.
- GLICK, Thomas F. Miguel Crusafont e a introdução da teoria sintética da evolução na Espanha. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; PUIG-SAMPER, Miguel Ángel & GUTIÉRREZ, Rosaura Ruiz (orgs.). *Darwinismo, meio ambiente e sociedade*. São Paulo / Rio de Janeiro: Via Lettera / MAST, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro Gomes. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 11, n. 21, 1998. GONÇALVES, 1996

- GOMES, José Vitor Lemes & MAGALHÃES, Raul Francisco. Max Weber e a racionalidade: religião, política e ciência. *Teoria e Cultura*. Juiz de Fora, PPGCS/UFJF, v. 3, n. 2, 2008.
- GONÇALVES, Janice. Oswaldo Rodrigues Cabral: um homem de letras na periferia do patrimônio cultural. In: VV. AA. *Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio - Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: NUMEN, 2010.
- GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda: discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / IPHAN, 1996.
- GONTIJO, Rebeca. A reta e o círculo: amizade, projeto intelectual e construção identitária nas cartas de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo (1916-1927). In: VV. AA. *Anais do XVII Encontro Regional de História de São Paulo - O lugar da história*. Campinas: ANPUH-SP / UNICAMP, 2004. GONTIJO, 2004
- GONTIJO, Rebeca. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História (São Paulo)*. Assis, UNESP, v. 24, n. 2, 2005.
- GOULARTI FILHO, Alcides. “Siderúrgica Sul-Catarinense (Sidersul): a persistência de um fracasso”. In: GOULARTI FILHO, Alcides (org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere. Volume 3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política*. (Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira). 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUERRA, Teixeira. Contribuição ao estudo da geomorfologia e do quaternário do litoral de Laguna (Santa Catarina). *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Geografia, v. 12, n. 4, 1950.
- GUIMARÃES, Márcia Segal B. C. Do lixo ao luxo: as premissas teórico-metodológicas e a noção do sambaqui. *Boletim do Museu Nacional - Nova Série*. Rio de Janeiro, MN/UFRJ, n. 63, 2003 (Seção “Antropologia”).
- HERTEL, Ralph I. S. Loureiro Fernandes, o incentivador da pesquisa científica no Paraná. *Cadernos do Museu de Arqueologia e Artes Populares*. Paranaguá, MAAP, s. n., 1977.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, n. 19, 1997.
- HOERNER JR., Valério. *José Loureiro Fernandes: o homem e o meio*. Curitiba: Champagnat, 2003.
- HOLTEN, Birgitte & GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Desfazendo as ilusões: o Dr. Lund e a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz. *Lócus*. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, 1997.

- HUTTNER, Édison. *A Igreja Católica e os Povos Indígenas do Brasil: os Ticuna da Amazônia*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2007.
- IHERING, Hermann Von. A Antropologia do Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, n. 7, 1907.
- IHERING, Hermann Von. A origem dos sambaquis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, IHGSP, n. 8, 1903.
- IHERING, Hermann Von. A questão dos índios do Brasil. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, n. 8, 1911.
- IHERING, Hermann Von. Arqueologia comparativa do Brasil. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, n. 6, 1904-1.
- IHERING, Hermann Von. Os Guaianáses e os Kaingangs do Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista, n. 6, 1904-2.
- INTERNATIONAL COMMISSION OF STRATIGRAPHY. Definitions and Procedures. In: *Stratigraphic Guide*. S. 1., s. d. Disponível em <http://www.stratigraphy.org/upload/bak/defs.html>. (Acesso em janeiro de 2013).
- IRMÃZINHAS DE JESUS. *O renascer do povo Tapirapé. Diário das Irmãzinhas de Jesus de Charles de Foucauld (1952-1954)*. (Apresentação de Pedro Casaldáliga). São Paulo: Salesiana, 2002.
- JAMANDUÁ, Theobaldo Costa. Biobibliografia. In: VV. AA. *Aspectos da vida e da obra de João Alfredo Rohr, S. J.* Florianópolis: CEC-SC / IHGSC / Colégio Catarinense, 1985.
- KANIGEL, Robert. *Vintage reading: from Plato to Bradbury. A personal tour of some of the world's best books*. Baltimore: Bancroft Press, 1998.
- KANT DE LIMA, Roberto. A presença de Castro Faria na Universidade Federal Fluminense (1993-1998): uma perspectiva afetivo-institucional. In: CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia: escritos exumados 3. Lições de um praticante*. Niterói: Ed. UFF, 2006-2.
- KESSEL, Carlos. Os tesouros do morro do Castelo: o ouro dos jesuítas no imaginário do Rio de Janeiro. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, UEPG, v. 2, n. 2, 1997.
- KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. *Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)*. Tese (Doutorado em História Social). PPGHS-FFLCH/USP. São Paulo, 2008.
- KLEJN, Leo Samuilovich. A panorama of theoretical archaeology. *Current Anthropology*, Un. Chicago Press, 1977.
- KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. (Tradução de Agatha Bacelar; revisão técnica de Letícia Veloso). Niterói: Ed. UFF, 2010. (Coleção "Antropologia e Ciência Política", v. 41).

- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. [1975]. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. (Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão de César Benjamin; apresentação de Marcelo Jasmin). Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006-3.
- KOSELLECK, Reinhart. História *Magistra Vitae* – Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. [1967]. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. (Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão de César Benjamin; apresentação de Marcelo Jasmin). Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006-2.
- KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade: contribuição à apreensão historiográfica da história. [1977]. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. (Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão de César Benjamin; apresentação de Marcelo Jasmin). Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006-1.
- KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica. Introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo / SICCT, 1980. (Coleção “Museu & Técnicas”, n. 4; direção de Waldisa Rússio).
- LA CAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. (Tradução de Horacio Pons). In: PALTÍ, Elías José (org.). “*Giro lingüístico*” e *historia intelectual*. Buenos Aires: Ed. Universidad Nacional de Quilmes, 1988.
- LACERDA, João Batista de. O homem dos sambaquis. *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, n. 6, 1885.
- LANGER, Johnni & SANTOS, Sergio Roberto Ferreira dos. Império selvagem: a arqueologia e as fronteiras simbólicas da nação brasileira (1850-1860). *Dimensões - Revista de História*. Vitória, PPGHis/UFES, v. 14, 2002.
- LANGER, Johnni. A Arqueologia e as origens imaginárias da nação brasileira (1839-1889). *Revista Labirinto*. Porto Velho, CEI/UFRO, a. 5, n. 7, 2005.
- LANGER, Johnni. A cidade perdida na Bahia: mito e arqueologia no Brasil império. *Revista Brasileira de História*. ANPUH, v. 22, n. 43, 2002-3.
- LANGER, Johnni. A esfinge atlante do Paraná: o imaginário de um mito arqueológico. *História: questões & debates*. Curitiba, UFPR, v. 13, n. 25, 1996-1.
- LANGER, Johnni. Ciência e imaginação: a pedra da Gávea e a arqueologia no Brasil império. *Habitus*. Goiânia, IGPHA/PUC-GO, v. 1, n. 1, 2003.
- LANGER, Johnni. Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil novecentista. *Anos 90*. Porto Alegre, PPGH/UFRGS, v. 9, n. 9, 1998.
- LANGER, Johnni. Mito, história e literatura: as cidades perdidas do Brasil. *História & Perspectivas*. Uberlândia, UFU, v. 14/15, n. 14, 1996-2.

- LANGER, Johnni. Mitos arqueológicos e poder. *Clio - Arqueológica*. Recife, PPGA/UFPE, v. 1, n. 12, 1997.
- LANGER, Johnni. Os sambaquis e o império: escavações, teorias e polêmicas (1840-1889). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, MAE/USP, v. 11, n. 11, 2001-2.
- LANGER, Johnni. Peter Lund e as polêmicas arqueológicas do Brasil Império. *História & Perspectivas*. Uberlândia, UFU, v. 24, n. 24, 2001-3.
- LANGER, Johnni. Raças e pré-história: as pesquisas arqueológicas no Império brasileiro. *Estudos de História*. Franca, UNESP, v. 10, n. 1, 2004.
- LANGER, Johnni. *Ruínas e mitos: a arqueologia no Brasil imperial*. Tese (Doutorado em História). PPGH/UFPR. Curitiba, 2001-1.
- LANGER, Johnni. Signos petrificados e civilização: a inscrição fenícia da Paraíba e outras questões arqueológicas no Brasil Império. *Pós-História*. Assis, PPGH/UNESP, v. 10, n. 10, 2002-2.
- LANGER, Johnni. Vestígios na Hiléia: a arqueologia amazônica durante o segundo império. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Antropologia*. Belém, MPEG, v. 18, n. 1, 2002-1.
- LEAKEY, Louis S. B. Na África, o berço da razão. [1969]. In: VV. AA. *As origens do homem*. (Seleção e ordenação de Juan Schobinger; apresentação de Paulo Marcos Amorim). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1975.
- LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. Ocupações pré-coloniais no litoral e nas bacias lacustres do Maranhão. In: GUAPINDAIA, Vera & PEREIRA, Edith (orgs.). *Arqueologia amazônica*. Belém: MPEG / IPHAN-PA / SECULT, 2010.
- LEITE, Serafim (org.). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil. Livro III*. São Paulo: Comissão do IV^o Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- LEONARDOS, Othon Henry. Concheiros naturais e *sambaquis*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1930. (Série “Publicações avulsas”, n. 37).
- LIMA, Ana Luce Girão Soares de; REIS, Nathacha Regazzini Bianchi & LOURENÇO, Francisco dos Santos. Trajetória pessoal, memória coletiva: o arquivo Carlos Chagas Filho como fonte para a história das ciências no Brasil. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e & SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (orgs.). *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: AAB, 2012.
- LIMA, Antônio Carlos de Souza. A antropologia e os índios. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol (org.). *Os descobrimentos do Brasil pela Ciência*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (Série “MAST Colloquia”, n. 5).
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. Apresentação. In: CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia: escritos exumados. Espaços circunscritos, tempos soltos*. (Apresentação de Antônio

- Carlos de Souza Lima). Niterói: Ed. UFF, 1998. (Coleção “Antropologia e Ciência Política”, v. 13).
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LIMA, Tania Andrade. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. *Revista USP*. São Paulo, USP, n. 44, 1999-2000.
- LIMA, Tania Andrade. Luiz de Castro Faria, também um arqueólogo. Brasília: CNPq, 2009. (Seção “Memórias da C&T”, Série “Produção Científica Brasileira”). Disponível online em: <http://centrodememoria.cnpq.br/publicacoes3.html>. (Acesso em janeiro de 2013).
- LIMA, Tânia Andrade. Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. *Revista de Arqueologia*. Rio de Janeiro, SAB, v. 5, n. 1, 1988.
- LISBOA, Araci Gomes. O livro, a parede e os arquivos pessoais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e & SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (orgs.). *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: AAB, 2012.
- LOPES, Raimundo. A natureza e os monumentos culturais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, SPHAN / MES, a. 1, n. 1, 1937.
- LOPES, Raimundo. Antropogeografia, suas origens, seu objeto, seu campo de estudo e tendências. *Revista do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, v. 1, n. 1, 1944.
- LOPES, Raimundo. *Antropogeografia*. [1956]. (Prefácio de Heloísa Alberto Torres). São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2007. (Edição fac-símile).
- LOPES, Raimundo. Influência do ambiente sobre o desenvolvimento humano. Seção Notas & Opiniões (revistas das revistas). *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, n. 3, 1929.
- LOPES, Raimundo. *Raimundo Lopes: dois estudos resgatados*. (Organização de Heloisa Maria Bertol Domingues e Alfredo Wagner Berno de Almeida; prefácio de Luiz de Castro Faria). Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- LOPES, Raimundo. *Uma região tropical*. Rio de Janeiro: Fon-Fon / Seleta, 1970. (Coleção “São Luís”, v. 2).
- LOVECRAFT, Howard Phillips. O chamado de Cthulhu. [1928]. In: *O mundo fantástico de H. P. Lovecraft*. (Organização geral, introdução e biografia do autor por Denílson Earhart Ricci; prefácio de Fabiano M. Hasegawa; ilustrações de Alexandre da Silva Costa; tradução de Mário Jorge Laila Vargas *et alli*). Jundiaí: Clock Tower, 2013.
- LOVECRAFT, Howard Phillips. *O horror sobrenatural na literatura*. [1945]. (Tradução de João Guilherme Linke). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- MACHEN, Arthur. Novela da chancela negra. [1895]. In: *O Grande Deus Pã e outras histórias*. (Tradução de José Manuel Lopes). Lisboa: Sáda de Emergência, 2007.

- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar de. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. [1797]. São Paulo: Comissão do IV^o Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- MANGUEL, Alberto. O espectador comum: a imagem como narrativa. In: *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. (Tradução de Cláudia Strauch, Rubens Figueiredo e Rosaura Eichenberg). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MATOS, Patrícia Ferraz de. *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*. Tese (Doutorado em História). PPGH, ICS/UL. Lisboa, 2012.
- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história - interfaces. *Tempo*. Niterói, ICHF/UFF, v. 1, n. 2, 1996.
- MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: *Ensaio de sociologia*. (Tradução de Luiz João Gaio e Jacob Guinsburg). 2^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. (Coleção “Estudos”, v. 47; direção de Jacob Guinsburg).
- MEGGERS, Betty J. A contribuição do Brasil à interpretação da linguagem cerâmica. *Arqueologia - Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas*. Curitiba, CEP/UFPR, v. 4, n. esp., 2007. (Anais do Seminário Trajetórias e perspectivas da arqueologia brasileira).
- MENDES, Erasmo Garcia. Paulo Duarte. *Estudos Avançados*. São Paulo, IEA/USP, v. 8, n. 22, 1994.
- MENDES, Josué Camargo. *Elementos de Estratigrafia*. São Paulo: T. A. Queiroz / Ed. USP, 1984. (Coleção “Biblioteca de Ciências Naturais”, v. 12; direção de Antonio Brito da Cunha).
- MENEZES, Renata de Castro. A imagem sagrada na era da reprodutibilidade técnica: sobre santinhos. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, a. 17, n. 36, 2011.
- MINOIS, Georges. *L'Église et la science: histoire d'un malentendu. De Galilée à Jean-Paul II*. Paris: Fayard, 1991.
- MONTAIGNE, Michel de. Dos coches. In: *Ensaio. Livro Terceiro*. [1588]. (Tradução de Sérgio Milliet). São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção “Os Pensadores”).
- MONTE-MÓR, Patrícia. A fotografia na pesquisa antropológica: a propósito das imagens de Castro Faria. In: CASTRO FARIA, Luiz de. *Um outro olhar. Diário da expedição à Serra do Norte*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2001.
- MOURA, Margarida Maria. Franz Boas: a antropologia cultural no seu nascimento. *Revista USP*. São Paulo, USP, n. 69, 2006.
- NIEZTSCHKE, Friedrich Wilhelm. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. (Tradução, notas e postfácio de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- NINA RODRIGUES, Raymundo. A Tróia negra: erros e lacunas da história de Palmares. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, IHGB, t. 75, 1912.
- NOVO Aurélio Século XXI. O dicionário da língua portuguesa. 3ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 1876.
- NUNES, Sebastião Manoel. *João Alfredo Rohr: o padre motoqueiro*. Florianópolis: PAPA-Livro, 2000.
- PACINI, Aloir. *Pacificar. Relações interétnicas e territorialização dos Rikbaktsa*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). PPGAS-MN/UFRJ. Rio de Janeiro, 1999.
- PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *O triunfo do fracasso*. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.
- PAZ, Vanessa Carneiro da. *Encontros em defesa da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura e a regionalização da cultura na ditadura civil-militar (1966-1976)*. Dissertação (Mestrado em História). PPGH-ICHF/UFF. Niterói, 2011.
- PERREIRA, Juliana da Cunha Alves. *O arranjo arquivístico e a trajetória profissional: o arquivo do antropólogo Luiz de Castro Faria*. Monografia (Especialização em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia). PPACT-MAST/MCT. Rio de Janeiro, 2009.
- PFEIFFER, Heinrich. Arqueología e historia del arte. In: VV. AA. *Diccionario Histórico de la Compania de Jesús. Biográfico-temático*. (Coordenação editorial de Charles E. O'Neill). Comilas: Ed. Univ. Pontificia Comillas, 2001. (Volume I: "AA / Costa Rica").
- PLENS, Cláudia Regina. *Sítio Moraes, uma biografia não autorizada: análise do processo de formação de um sambaqui fluvial*. Tese (Doutorado em Arqueologia). PPGA-MAE/USP. São Paulo, 2007.
- POE, Edgar Allan. Os crimes da Rua Morgue. [1841]. In: *Ficção completa, poesia & ensaios*. (Organização, tradução e notas de Oscar Mendes, com colaboração de Milton Amado; estudos introdutórios de Hervey Allen, Charles Baudelaire e Oscar Mendes; ilustrações de Eugênio Hirsch e Augusto Iriarte Gironaz). Rio de Janeiro: Aguilar, 1965. (Coleção "Biblioteca de Autores Universais").
- POLIAKOV, Léon. *O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e do nacionalismo*. (Tradução de Luiz João Gaio). São Paulo: Perspectiva / Ed. USP, 1974. (Coleção "Estudos", v. 34).
- PROUS, André. Arqueologia, Pré-História, História. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

- RABUSKE, Arthur. Roque González de Santa Cruz, o missionário-mártir e a autenticidade da relíquia de seu coração. *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo, UNISINOS, a. 13, v. 14, 1978.
- RAFN, Carl Christian. Memória sobre o descobrimento da América no século décimo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, IHGB, t. II, n. 6, 1840.
- RAFN, Carl Christian. Museu de antiguidades americanas fundado em Copenhague pela Sociedade Real dos Antiquários. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, IHGB, t. VII, n. 25, 1845.
- RAMBO, Balduino. Arqueologia rio-grandense. In: VV. AA. *Fundamentos da cultura rio-grandense. Segunda série*. (Prefácio de Luiz Pilla). Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957.
- RATH, Carlos. Notícia etnológica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do dilúvio universal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, IHGB, n. 34, 1871.
- REITZ, Raulino. O cientista. In: VV. AA. *Aspectos da vida e da obra de João Alfredo Rohr*, S. J. Florianópolis: CEC-SC / IHGSC / Colégio Catarinense, 1985.
- RIBEIRO, Marily Simões. *Arqueologia das práticas mortuárias: uma abordagem historiográfica*. São Paulo: Alameda, 2007. (Coleção “História social”, v. 8).
- RODRIGUES, João Barbosa. *Antiguidades do Amazonas*. Rio de Janeiro: Typographia Central, 1879.
- ROHR, João Alfredo. *Contribuição para a etnologia indígena do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1950. (Separata do volume II dos Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense - Florianópolis, 1948).
- ROHR, João Alfredo. *Normas para a cimentação de enterramentos arqueológicos e montagem de blocos-testemunha*. Curitiba: CEPA/UFPR, 1971-1. (Série “Manuais de Arqueologia”, n. 3).
- ROHR, João Alfredo. O sítio arqueológico da Praia da Tapera (nota prévia). *Revista Pesquisas - Seção Antropologia*. São Leopoldo, IAP, a. 10, n. 15, 1966-1.
- ROHR, João Alfredo. Os sítios arqueológicos do município de Itapiranga, às margens do Rio Uruguai, fronteira com a Argentina. *Revista Pesquisas - Seção Antropologia*. São Leopoldo, IAP, n. 15, 1966-2.
- ROHR, João Alfredo. Pesquisas páleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina. N. I - 1958. *Pesquisas - Antropologia*. São Leopoldo, IAP, a. 3, n. 3, 1959.
- ROHR, João Alfredo. Pesquisas páleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina. N. II - 1959. *Pesquisas - Antropologia*. São Leopoldo, IAP, a. 4, n. 8, 1960.

- ROHR, João Alfredo. Pesquisas páleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina, e notícias prévias sobre sambaquis da Ilha de São Francisco do Sul. N. III - 1960. *Pesquisas - Antropologia*. São Leopoldo, IAP, a. 5, n. 12, 1961.
- ROHR, João Alfredo. Pesquisas páleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina e sambaquis do litoral sul-catarinense. N. IV - 1961. *Pesquisas - Antropologia*. São Leopoldo, IAP, a. 6, n. 14, 1962.
- ROHR, João Alfredo. Petróglifos da Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. *Pesquisas - Antropologia*. São Leopoldo, IAP, n. 19, 1969.
- ROHR, João Alfredo. Santa Catarina: antes de Cabral, antes de Colombo, antes de Cristo. *Revista Catarinense*. Florianópolis, n. 17, 17 de maio de 1971-2.
- ROHR, João Alfredo. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*. Florianópolis, Museu de Antropologia da UFSC, n. 17, 1984.
- ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Ensaio de antropologia brasileira*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933. (Coleção “Brasílica”, v. 22).
- ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Relatório da excursão ao litoral e às regiões das lagoas do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Livraria Macedo, 1912.
- SAHLINS, Marshall David. *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich*. (Tradução e apresentação de Fraya Frehse), Rio de Janeiro: Zahar, 2008. (Coleção “Antropologia social”; direção de Gilberto Velho).
- SANTOS, Paulo Roberto Erlan dos. A ciência, os cientistas e os seus arquivos. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, AAB, v. 7, n. 1, 2008.
- SANTOS, Rita de Cássia Melo. *No “Coração do Brasil”: Roquette-Pinto e a expedição à Serra do Norte (1912)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). PPGAS-MN/UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.
- SANTOS, Sérgio Roberto Ferreira dos. Arqueologia do Imaginário: a utopia de um legado jesuíta no Paraná Seiscentista. *Revista Labirinto*. Porto Velho, CEI/UFRO, a. 4, n. 6, 2004.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. Politeísmo de Valores. In: SOUZA, Jessé (org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Ed. UnB, 2000.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. A cerâmica guarani da Ilha de Santa Catarina. *Pesquisas - Antropologia*. São Leopoldo, IAP, a. 3, n. 3, 1959.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. Balduíno Rambo, S. J., professor de Antropologia na UFRGS. In: RAMBO, Arthur Blasio; GRUTZMANN, Imgart & ARENDT, Isabel Cristina. *Pe. Balduíno Rambo: a pluralidade na unidade. Memória, religião, ciência e cultura*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2006.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. João Alfredo Rohr: um jesuíta em tempos de transição. *Pesquisas - Antropologia*. São Leopoldo, IAP, n. 67, 2009.

- SCHMITZ, Pedro Ignácio. O jesuíta e o professor. In: VV. AA. *Aspectos da vida e da obra de João Alfredo Rohr, S. J.* Florianópolis: CEC-SC / IHGSC / Colégio Catarinense, 1985.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; BITENCOURT, Ana Luiza Vietti & VERARDI, Ivone. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr: Laranjeiras I, Pântano do Sul e Cabeçudas. *Pesquisas - Antropologia*. São Leopoldo, IAP, n. 53, 1996.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; HAUBERT, Fabiana; KREVER, Maria Luiza Belíssimo & PALMA, Lenise P. *Bocas e dentes: o estudo dos esqueletos escavados por Pe. João Alfredo Rohr, S. J., no litoral de Santa Catarina*. São Leopoldo: IAP, 2004. (Série “Documentos”, n. 9).
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; MASI, Marco A. Nadal de; VERARDI, Ivone; LAVINA, Rodrigo & JACOBUS, André L. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr: o sítio arqueológico da Armação do Sul. *Pesquisas - Antropologia*. São Leopoldo, IAP, n. 48, 1993.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; SILVA, Sérgio Baptista da; ROGGE, Jairo Henrique; MASI, Marco A. Nadal de & JACOBUS, André Luiz. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr: o sítio arqueológico da Praia da Tapera: um assentamento Itararé e Tupiguarani. *Pesquisas - Antropologia*. São Leopoldo, IAP, n. 45, 1990.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; TEIXEIRA, Sérgio Aves; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice & SILVA, Sérgio Baptista da. Entrevista com Pedro Ignácio Schmitz. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, a. 8, n. 18, 2002.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; VERARDI, Ivone; MASI, Marco A. Nadal de; ROGGE, Jairo H. & JACOBUS, André L. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr: o sítio da Praia das Laranjeiras II: uma aldeia de tradição ceramista Itararé. *Pesquisas - Antropologia*. São Leopoldo, IAP, n. 49, 1993.
- SCHNAPP, Alain. Arqueologia. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário de ciências históricas*. (Tradução de Henrique de Araújo Mesquita). Rio de Janeiro: Imago, 1993-2.
- SCHNAPP, Alain. *La conquête du passé. Aux origines de l'archéologie*. Paris: Carré, 1993-1.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos nas sombras: bispos, militares, tortura e justiça social na ditadura*. (Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SERBIN, Kenneth P. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. (Tradução de Laura Teixeira Motta). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SERBIN, Kenneth. *Igreja, Estado e ajuda financeira pública no Brasil: estudos de três casos-chaves (1930-1964)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991.
- SILVA, Joana A. F. *Utiariti: a última tarefa. Missionários e índios na ocupação de Mato Grosso*. Projeto de pesquisa (Licenciatura e Bacharelado em História). Departamento de História, CLCH/UFMT. Cuiabá, 1999.

- SILVA, Michel Goulart da. Cultura política e discursos de modernização em Santa Catarina (1970-1975). In: VV. AA. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. SIMÃO, 2009.
- SILVA, Michel Goulart. Cultura política e discursos de modernização em Santa Catarina (1970-75). In: VV. AA. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011.
- SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o decreto-lei n. 24/37 e a lei n. 3.924/61. *Revista de Arqueologia*. Rio de Janeiro, SAB, n. 9, 1996.
- SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei n. 3.9234/61. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro / Brasília: IPHAN / MinC, n. 33, 2007.
- SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Sobre a preservação dos sítios arqueológicos brasileiros. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro / Brasília: IPHAN / MinC, n. 22, 1987.
- SIMÃO, Lucieni de Menezes. Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*. Belém, MPEG, v. 4, n. 3, 2009.
- SINCLAIR, May. Onde seu fogo jamais se apaga” [1923]. (Tradução de Edmundo Barreiros). In: VV. AA. *Contos fantásticos no labirinto de Borges*. (Organização e apresentação de Braulio Tavares; ilustrações de Romero Cavalcanti). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castello a Tancredo (1964-1985)*. (Tradução de Mário Salviano Silva). 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. (Tradução de Berilo Vargas). 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- SOARES, Glaucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS, v. 10, 1989.
- STOCKING JR., George W. Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. In: BOAS, Franz. *A formação da antropologia americana (1883-1911): antologia*. (Organização e introdução de George Stocking Jr.; tradução de Rosaura Eichenberg; revisão técnica de Marco Antônio Teixeira Gonçalves e César Benjamin). Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. UFRJ, 2004.
- TAMBELLINI, Flávio. Apresentação. In: CASTRO FARIA, Luiz de. *Arqueologia brasileira*. Rio de Janeiro: INCE / MEC, [c. 1960]. (Coleção “Diafilmes Culturais”, n. 5).
- TAVEIRA, Celso. *O modelo político da autocracia bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. Tese (Doutorado em História Social). PPGHS, FFLCH/USP. São Paulo, 2002.

- TORRES, Heloísa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, SPHAN / MES, a. 1, n. 1, 1937.
- TORRES, Heloísa Alberto. Prefácio. In: LOPES, Raimundo. *Antropogeografia*. [1956]. (Prefácio de Heloísa Alberto Torres). São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2007. (Edição fac-símile).
- TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. [1989]. (Tradução de Ordep Trindade Serra; revisão técnica de Lucas de Melo Bueno e Juliana Machado). São Paulo: Odysseus, 2004.
- TRILLING, Lionel. *Sincerity and authenticity*. Cambridge: Harvard UP, 1971.
- VALIS, Noel. Autopsias de lo real: resuscitando a los muertos. (Tradução de Daniel García-Donoso). *Asclepio - Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*. Madri, CCHS/CSIC, v. 58, n. 2, 2011.
- VELHO, Gilberto. Antropologia e patrimônio cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro / Brasília, IPHAN / MinC, n. 20, 1984.
- VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*. Rio de Janeiro, PPGAS-MN/UFRJ, v. 12, n. 1, 2006. VEYNE, 1998
- VIANA, Finéias David *et alli*. *O Livro Negro da USP: o controle ideológico da Universidade*. 2ª ed. São Paulo: ADUSP, 1979.
- VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício & SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, AAB, v. 2, n. 10, 1986.
- VIEIRA FILHO, Domingos. Notas. In: LOPES, Raimundo. *Uma região tropical*. Rio de Janeiro: Fon-Fon / Seleta, 1970. (Coleção “São Luís”, v. 2).
- VIEIRA, João. A arquitetura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, AAB, v. 4, n. 2, 2005.
- VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte / MinC / FGV, 1997.
- WAGNER, Gustavo Peretti. *Sambaquis da Barreira da Itapeva: uma perspectiva geoarqueológica*. Tese (Doutorado em História com concentração em Arqueologia). PPGH, FFCH/PUC-RS. Porto Alegre, 2009.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. [1917-1919]. (Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota; prefácio de Manoel T. Berlinck). 19ª ed. São Paulo: Cultrix, 2005.
- WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. In: *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. (Tradução de José Alípio de Franca Neto). São Paulo: Ed. USP, 2001.

WIENER, Charles. Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, n. 1, 1876.

WRIGHT, Jonathan. *Os jesuítas: missões, mitos e histórias*. (Tradução de André Rocha). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

ZAVATARO, Thereza de Barcellos Baumann (coord.). *Os diretores do Museu Nacional / UFRJ*. Rio de Janeiro: SEMU-MN/UFRJ, 2007-2008.

ZULUETA, Adrian. *Nociones de antropologia*. Madri: Razón y Fé, 1957.